

55

JANEIRO 2020 – ABRIL 2020

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)
MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI (UFES) PRESIDENTE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Bruno Martarello De Conti UNICAMP
Ellen Lucy Tristão UFVJM
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES
João Policarpo Rodrigues Lima UFPE
José Rubens Damas Garlipp ANGE
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo UNB
Marina Machado de Magalhães Gouvêa UNILA
Marisa Silva Amaral UFU
Roberto Meurer ANPEC

COMITÊ EDITORIAL

Daniel P. Sampaio UFES
Henrique P. Braga UFES
Adriano L. Almeida Teixeira UFES

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2020**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 54
JAN 2020 – ABR 2020

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

12 **Considerações sobre o método de marx a partir da *ontologia* de Lukács**

João Leonardo Medeiros e Bianca Imbiriba Bonente

49 **Entre o mercado e a revolução: dois estudos de caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores no brasil - Flaskô e Usina Catende**

Fabio Sousa Mendonça de Castro, Adilson Marques Gennari e Henrique Tahan Novaes

82 **Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de causação circular cumulativa de gunnar myrdal**

Carolina Coelho Ferreira e Alexandre Ottoni Teatini Salles

117 **Tributação e desigualdade de rendimentos e de patrimônio no brasil: evidências nas declarações tributárias de pessoas físicas**

João Santos Conceição e Róber Iturriet Avila

154 **As determinações estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas**

Leandro Ramos Pereira

188

Inflação e desemprego nos Estados Unidos da América durante a grande moderação: uma interpretação pós-keynesiana crítica à do novo consenso

Luciano Alencar Barros, Eduardo Figueiredo Bastian e Carlos Bastos Pinkusfeld

p221

RESENHA

Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

Neide César Vargas

APRESENTAÇÃO

A Revista da SEP chega ao número 55 num momento de intensificação das tensões políticas e sociais que afligem o Brasil e países da América Latina, como Chile, Equador, Argentina e Venezuela. Ainda no plano internacional observa-se o agravamento da crise econômica global, marcada, por exemplo, pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, intensificação dos conflitos dos Estados Unidos com o Irã, desaceleração do crescimento chinês, quase-estagnação de vários países centrais, como a Alemanha, França, Itália e Japão, e aumento das incertezas financeiras. Manifestações contra a reforma da previdência na França no final de 2019 e início de 2020 demonstram a insatisfação social latente com os rumos do capitalismo neoliberal. No Brasil, o crescimento econômico persiste baixo, com os resultados disponíveis até o momento para a década de 2010, apontando para ciclos de desaceleração, recessão e estagnação econômica, que indicam uma nova “década perdida”, com implicações negativas sobre o quadro social nacional. Dado o agravamento do quadro brevemente esboçado, o comitê editorial da Revista da SEP convida a todas e a todos para a leitura das reflexões deste número que é composto por seis artigos e uma resenha.

O primeiro artigo desse número, intitulado **Considerações sobre o método de Marx a partir da ontologia de Lukács**, escrito por Bianca I. Bonente e João Leonardo Medeiros, retoma discussões sobre método considerando a leitura de Marx a partir das obras de Lukács. Segundo os próprios autores, o artigo busca fundamentar o método numa explícita

“ontologia do ser social”. Buscando entender o caráter da totalidade da existência social, os autores procuram compreender relações dialéticas entre essência e aparência, entre universal e singular, considerando a bipartição do mundo social entre o mundo social e o agir individual (BONENTE & MEDEIROS, 2020).

Em seguida, o artigo **Entre o mercado e a revolução: dois estudos de caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil – Flaskô e Usina Catende**, de autoria de Fabio S. M. de Castro, Adilson M. Gennari e Henrique T. Novaes, apresenta um estudo sobre a luta de trabalhadoras e trabalhadores de duas empresas industriais brasileiras no Brasil – país subdesenvolvido e passando por uma intensa desindustrialização – que ocuparam as fábricas e assumiram a gestão de forma coletiva. Além do estudo de caso das empresas Flaskô e Catende, o artigo busca discutir: a propriedade dos meios de produção, democracia operária e relações com a sociedade, considerando que as fábricas ocupadas constituem um exemplo de emancipação da classe trabalhadora em meio à crise do capital. Trata-se, portanto, de um estudo que buscou compreender limites e possibilidades de transformação social a partir de experiências de fábricas ocupadas no Brasil (CASTRO & GENNARI, 2020).

Em **Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de causalção circular cumulativa de Myrdal**, Carolina C. Ferreira e Alexandre O. T. Salles realizam uma apreciação teórica sobre a importância da busca, a partir do princípio da causalção circular cumulativa (CCC) de Gunnar Myrdal, por justiça social e desenvolvimento institucional, por meio da ação estatal, como caminho para o desenvolvimento de nações subdesenvolvidas. Trata-se de retomar contribuições teóricas de uma relevante figura do pós-guerra, que teve papel no cenário político e no avanço da teoria do desenvolvimento econômico (FERREIRA & SALLES, 2020).

O quarto artigo dessa coletânea, escrito por João S. Conceição e Róber I. Ávila, intitulado **Tributação e desigualdade de rendimentos e de**

patrimônio no Brasil: evidências nas declarações tributárias de pessoas físicas, oferece uma análise sobre como a estrutura tributária brasileira impacta na distribuição de rendimentos e patrimônio. A partir da crítica à teoria da tributação ótima, que estimula a concentração de capital, e utilizando dados da Receita Federal do Brasil, em especial das informações do Imposto de Renda sobre Pessoa Física, os autores estimam os impactos da estrutura tributária brasileira regressiva sobre a distribuição de rendimentos e de patrimônio no Brasil (CONCEIÇÃO & ÁVILA, 2020).

Nessa coletânea, na linha dos estudos críticos sobre a realidade brasileira, Leandro R. Pereira nos apresenta o artigo **As determinações estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas**. Nele o autor discute o aprofundamento da integração dependente da economia brasileira no período dos governos petistas, que, a despeito de relativo sucesso econômico, não conseguiu se livrar da “camisa de força” imposta pela ordem neoliberal. Assim, a economia brasileira não conseguiu realizar políticas econômicas soberanas e projetos desenvolvimentistas de maior fôlego, aprofundando questões que levaram a uma grave crise a partir de 2015 (PEREIRA, 2020).

O último artigo desse número é **Inflação e desemprego nos EUA durante a Grande Moderação: uma interpretação pós-keynesiana crítica ao novo consenso**, de autoria de Luciano Barros, Eduardo F. Bastian e Carlos P. M. Bastos. Os autores analisam, a partir da crítica à perspectiva do novo consenso pela via da teoria pós-keynesiana, o período da Grande Moderação nos EUA, durante parte das décadas de 1980 e 1990, em que se percebeu uma confluência entre baixas taxas de inflação e desemprego (BARROS; BASTIAN & BASTOS, 2020).

Por fim, Neide César Vargas (VARGAS, 2020) nos brinda com a resenha do mais recente livro de Fabrício Augusto de Oliveira, intitulado *Governo Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018)* (OILVEIRA, 2019), que traz importantes

contribuições para o entendimento da política econômica e da economia política do Brasil contemporâneo.

Em tempos de cortes públicos significativos no financiamento nas áreas da educação e da ciência e tecnologia brasileira, convém frisar a importância de algumas instituições que são decisivas para a produção e divulgação acadêmico-científica. Assim, registramos nossos agradecimentos à Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que contribuíram com apoio financeiro para a realização da presente edição da Revista da SEP, como subproduto do XXIV Encontro Nacional de Economia Política.

Março de 2020,

Os Editores

Referências

ALENCAR, Luciano; BASTIAN, Eduardo F.& PINKUSFELD, Carlos B. “Inflação e desemprego nos EUA durante a Grande Moderação: uma interpretação pós-keynesiana crítica à do novo consenso”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

BONENTE, Bianca I.& MEDEIROS, João Leonardo. “Considerações sobre o método de Karl Marx a partir da ontologia de Lukács”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

CASTRO, Fabio S. M. de; GENNARI, Adilson M.&NOVAES, Henrique T. “Entre o mercado e a revolução: dois estudos de caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil – Flaskô e Usina Catende”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

CONCEIÇÃO, João S.& ÁVILA, Róber I. “Tributação e desigualdade de rendimentos e de patrimônio no Brasil: evidências nas declarações tributárias de pessoas físicas”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

FERREIRA, Carolina C.& SALLES, Alexandre O.T. “Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de causalção circular cumulativa de Gunnar Myrdal”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. *Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

PEREIRA, Leandro R. “As determinações estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico petista”, *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr de 2020.

VARGAS, Neide C. “Governo Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018)” de Fabrício Augusto de Oliveira. *Revista da SEP*, n. 55, jan-abr 2020.

JOÃO LEONARDO MEDEIROS
BIANCA IMBIRIBA BONENTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE MARX A PARTIR DA *ONTOLOGIA* DE LUKÁCS

Recebido em 10/05/2019

Aprovado em 09/09/2019

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE MARX A PARTIR DA ONTOLOGIA DE LUKÁCS

JOÃO LEONARDO MEDEIROS

Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor de (crítica da) economia política e história do pensamento econômico da Universidade Federal Fluminense e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Autor do livro: *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Eduff, 2014.

Contato eletrônico: não informado.

<https://orcid.org/0000-0002-5538-8634>

BIANCA IMBIRIBA BONENTE

Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É professora de (crítica da) economia política e história do pensamento econômico da Universidade Federal Fluminense e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Autora do livro: *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: EdUFF, 2016.

Contato eletrônico: não informado.

<https://orcid.org/0000-0002-2918-1154>

Resumo

No presente artigo procuramos demonstrar que um resgate dos princípios metodológicos fundamentais contidos na obra de Marx, baseado em apontamentos deixados por Lukács, deve se pautar, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de determinações gerais do próprio objeto do conhecimento científico. Em segundo lugar, deve se pautar pelo reconhecimento de que determinações específicas do ser possuem implicações metodológicas decisivas. Tratando do ser social, conferimos atenção especial, neste trabalho, à relação entre agir individual e condições estruturais; à dialética entre aparência e essência; à dialética entre universal e singular, mediada pelo particular; bem como ao caráter de totalidade da existência social.

Palavras-chave: ontologia; epistemologia; Lukács; Marx; determinações da sociedade.

Abstract

The present paper demonstrates that to resume the methodological principles implied in the work of Marx, taking into account Lukács' reasoning on the subject, one should depart from the general determinations of the object of scientific knowledge itself. Secondly, it should not be forgotten that specific determinations of the being have decisive methodological implications. Dealing with the social being, we give particular attention, in this paper, to the relation between individual action and structural conditions; to the dialectics between appearance and essence; to the dialectics between universal and singular, mediated by the particular; as well as to the character of totality of social existence.

Keywords: ontology; epistemology; Lukács; Marx; determinations of society.

I. Introdução

Na obra em que vinha trabalhando até falecer, no início dos anos 1970, Lukács defende que a “tarefa atual dos marxistas [cremos, também de hoje] só pode ser a de trazer de volta à vida o método autêntico, a ontologia autêntica de Marx”, como “único caminho teoricamente viável para apresentar intelectualmente, sem qualquer transcendência, sem qualquer utopia, o processo de devir homem do homem, a constituição da espécie humana” (LUKÁCS, 2010, p. 156). Apesar da diferença de ênfase e linguagem, a menção ao método contido nesse trecho do último escrito de Lukács traz à memória uma das passagens mais conhecidas, mas também mais polêmicas, de sua obra-prima da juventude, *História e consciência de classe (HCC)*, aquela em que afirma que “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2016a, p. 64). Ainda em 1923, firme na defesa de sua tese, o autor chega a argumentar que “Um marxista ‘ortodoxo’ sério poderia [...] rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista” (*ibidem*).

As sentenças contundentes do jovem Lukács, no entanto, causam estranheza a qualquer marxista razoavelmente consciente das implicações epistemológicas da teoria de Marx. Para além da polêmica ideia de demarcar rigidamente o que seria uma ortodoxia marxista, o texto, de fato, irradia uma hipervalorização do método. Este, tornado alheio ao conteúdo da teoria e ao próprio objeto, seria capaz de definir não apenas uma tradição teórica, mas uma perspectiva político-ideológica. Teríamos aí, à primeira vista, um análogo da filosofia positivista, que demarca o território da ciência única e exclusivamente por um método pretensamente universal e inflexível diante do objeto. Mas só à primeira vista.

Olhando mais atentamente para o argumento como um todo (e não apenas para o fragmento descontextualizado), percebemos que a famosa sentença de Lukács não conflita com a orientação ontológica de seu pensamento

maduro, sendo ao contrário um indício prematuro do percurso nessa direção¹. Considerando a grande influência de *História e consciência de classe* e, em particular, dessa tese sobre a relação entre a ortodoxia marxista e o método, parece-nos necessário abordar preliminarmente essa questão, ainda que de forma breve, na seção a seguir.

Com isso, no entanto, sequer nos aproximamos do objetivo central do presente trabalho. Nossa intenção é tomar a obra ontológica de Lukács como ponto de apoio para discutir uma implicação da conhecida máxima em que Marx define a orientação materialista de seu pensamento: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”² (MARX, 2008, p. 47). Ora, se é o ser social que determina a consciência, parece claro que toda a discussão sobre método e conhecimento (epistemologia) deve ser baseada e corrigida criticamente por uma concepção geral da existência (ontologia). O que buscamos na obra ontológica de Lukács são argumentos que permitam demonstrar que é possível e necessário fundamentar a epistemologia e, em particular, o método numa explícita “ontologia do ser social”.

Em termos sintéticos, além de demonstrar a existência de umnexo entre ontologia e epistemologia, enfatizando a antecedência da primeira em relação à segunda, procuramos também indicar a forma como ontologia e método se relacionam na obra de Marx, segundo Lukács. Para tanto, o artigo conta com mais duas seções, além da conclusão: na seção 3, serão

¹ Para Coutinho (1996, p. 18-19), “toda a obra marxista de Lukács, desde *História e consciência de classe*, parece ter sido marcada, com maior ou menor rigor e coerência, por preocupações fortemente ontológicas”, não havendo, segundo o autor, uma “ruptura qualitativa” na produção lukácsiana após 1917/18 (período que marca a virada de Lukács em direção ao marxismo e ao comunismo). Ainda que seja possível defender a existência desse fio condutor que aponta para o fim da década de 1910, parece-nos mais correto o entendimento de que a chamada “virada ontológica” no pensamento de Lukács só acontece, na realidade, na década de 1930 (sendo o emprego do termo “ontologia”, em sentido não pejorativo, datado da década de 1960). O próprio Lukács utiliza a expressão “virada filosófica geral” para se referir a essa reorientação (LUKÁCS, 2016b, p. 48). Portanto, quando falamos na “orientação ontológica de seu pensamento maduro”, estamos nos referindo à orientação abertamente ontológica que se expressa, em particular, na *Ontologia do ser social* e nos *Prolegômenos*, sendo já discernível em sua *Estética*. Cf. Lukács (2012 e 2013; 2010; 1966).

² Ver nota 13 abaixo, na qual elaboramos brevemente sobre o correto entendimento de Lukács sobre a categoria da determinação, tal como usada em Marx.

apresentadas as implicações metodológicas que resultam da distinção ontológica entre agir individual e condições estruturais; na seção 4, dando continuidade à análise, discutimos as chamadas “abstrações razoáveis”, mais uma vez reforçando o vínculo entre a abstração entendida como princípio metodológico e como propriedade ontológica do ser.

2. Prelúdio: o método e a ortodoxia marxista segundo Lukács

Há ao menos duas razões para retirar as polêmicas sentenças de *HCC*, citadas logo acima, da lista de equívocos que, segundo o próprio Lukács, comprometeram irremediavelmente o conteúdo desta sua obra³. Em primeiro lugar, deve-se recordar que, ao publicar sua impiedosa autocrítica de *HCC* no prefácio da edição comemorativa de 45 anos da primeira edição, Lukács destacou alguns (poucos) de seus elementos como contribuições valiosas para a construção histórica do marxismo. A tese a respeito da centralidade do método na definição da ortodoxia marxista está entre elas⁴. Não surpreende, por conseguinte, que possamos encontrar em seus derradeiros textos uma passagem como a que reproduzimos no começo desse artigo.

Muito mais importante, no entanto, é a segunda razão, pois até aqui poderíamos concluir apenas que o Lukács de 1967 estava tão equivocado quanto o de 1923. No entanto, e certamente explicando tanto a tese quanto sua defesa pelo Lukács da *Ontologia*, em *HCC* o método não aparece absolutizado, sendo antes percebido como expressão do ser na consciência. Como ilustração, vejamos apenas um comentário crítico do autor sobre as confusões

³ Nunca é demais recordar o juízo do Lukács de 1967 sobre a obra de 1923: “[...] infelizmente sei que, por razões ligadas ao desenvolvimento social e pelos posicionamentos teóricos por ele produzidos, aquilo que hoje reputo como teoricamente errado pertence aos momentos mais atuantes e influentes da recepção deste livro. Por isso, considero-me obrigado, ao reeditá-lo depois de mais de quarenta anos, a expor sobretudo suas tendências negativas e a alertar os leitores para as decisões equivocadas que, na época, talvez fossem muito difíceis de ser evitadas, mas que hoje e há muito tempo não são mais” (LUKÁCS, 2016b, p. 31-32).

⁴ “As observações introdutórias ao primeiro ensaio já oferecem uma definição da ortodoxia no marxismo que, segundo minhas convicções atuais, está não apenas objetivamente correta, como poderia ter mesmo hoje, às vésperas de um renascimento do marxismo, uma importância considerável”. Após essa sentença, Lukács cita extensamente a passagem de *HCC* em que aponta o método como elemento definidor da ortodoxia no marxismo (LUKÁCS, 2016b, p. 29).

que giram em torno da caracterização e do uso do método dialético: “Mas o aspecto essencial [...], a *relação dialética do sujeito e do objeto no processo histórico*, não chega a ser mencionado, e muito menos colocado no centro (como deveria sê-lo), das considerações metodológicas. Ora, privado dessa determinação, o método dialético [...] deixa de ser um método revolucionário” (LUKÁCS, 2016a, p.67 – grifos no original).

Dentre as várias maneiras possíveis de demonstrar a antecedência do ser sobre o método no argumento de HCC, talvez a mais consistente seja aquela que chama a atenção para a ênfase que o autor deposita na categoria da totalidade. Isso porque a totalidade consiste, de acordo com Lukács, na “essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova” (*ibidem*, p. 105). Considerando que a concepção do ser como totalidade é, em si, uma tese ontológica, não é possível imaginar que Lukács tenha definido a ortodoxia marxista a partir de uma concepção metodológica absolutizada, mas sim a partir de um método cujo elemento fundante é a orientação do pensamento ao ser. Por essa razão, em sua crítica ao método positivista, que fratura a ciência em ramos ultraespecializados, cuja unidade é estabelecida artificialmente, o autor recomenda a orientação “para a totalidade material e concreta do que pode ser conhecido, do que é dado a conhecer”. Essa orientação para o ser (totalidade) seria a base da remodelagem da ciência “pelo método filosófico interiormente unificador” (*ibidem*, p. 238).

Para o Lukács de 1967, por conseguinte, o problema de HCC não estava na ideia de que o método possa definir a ortodoxia marxista, mas na fragilidade da ontologia que, em 1923, servia de alicerce ao método marxista. No prefácio mesmo de 1967, Lukács reconhece diversas deficiências da ontologia da sociedade contida em HCC, que seriam superadas na formulação ontológica da maturidade: por exemplo, o hiato estabelecido entre natureza e sociedade, que impedia de perceber a natureza como base insuperável (ainda que cada vez mais distante) do desenvolvimento social; a concepção de sujeito-objeto idêntico, que impregnava sua concepção de traços do

idealismo hegeliano; os resquícios da ética kantiana, que afastava sua própria perspectiva ética das considerações sobre a realidade, convertendo-a num moralismo messiânico.

Quando se trata, portanto, de tomar a filosofia de Lukács como ponto de apoio para compreender o método que balizou e estabeleceu a unidade da vasta obra de Marx, é preciso levar em consideração, primeiro, a prioridade da ontologia sobre a epistemologia (e o método) e, segundo, que a ontologia da sociedade de Lukács só é formulada de modo explícito e suficientemente bem-acabado na obra da maturidade. Se, em trabalhos publicados anteriormente⁵, procuramos identificar os elementos que podem ser assumidos como fundantes da ontologia da sociedade que Lukács pretendeu ter extraído da obra de Marx, neste trabalho, como dissemos, procuramos mostrar como aqueles “princípios ontológicos fundamentais” têm como implicação uma determinada perspectiva epistemológica e, obviamente, um método.

A rigor, assim como no caso da ontologia, o esforço do velho Lukács serviria para explicitar a epistemologia (na verdade, a gnosiologia)⁶ contida na obra de Marx. Esse esforço poderia ser igualmente justificado pelo fato de Marx ter escrito poucos textos diretamente dedicados à epistemologia ou especificamente ao método. Nesse caso, no entanto, além da seção esclarecedora (mas insuficiente e portadora de problemas) da famosa “Introdução [de 1857]” (MARX, 2011, p. 39-64), resta, nas obras e nas cartas, um sem número de anotações pontuais de muito valor, sem contar a própria forma de produzir teoria e crítica como uma ilustração *mobile*. É certo que a ausência de sistematicidade torna necessária uma formulação explícita como a empreendida por Lukács em trechos diversos da *Ontologia* (e dos *Prolegômenos*). Mas, nesse caso, a fartura de fontes permite que o percurso

⁵ Cf. Medeiros (2013, capítulo 2; 2016) e Bonente (2016, capítulo 1).

⁶ Tanto a gnosiologia como a epistemologia podem ser concebidas sucintamente como teorias do conhecimento. A diferença é que a epistemologia é, em geral, tratada como uma teoria do conhecimento *científico*. O uso preferencial da palavra gnosiologia em Lukács concilia-se com sua própria abordagem da ciência não como uma forma de conhecimento dissociada das demais, mas em sua articulação na totalidade conformada pela apreensão espiritual do mundo.

possa se orientar diretamente pela obra de Marx, sobretudo por *O capital*, que é corretamente reconhecido como o produto de uma análise metodológica primorosa e, ademais, contém muitas indicações valiosas sobre epistemologia e método⁷.

Nas próximas duas seções deste artigo, apresentamos alguns elementos que julgamos funcionar como pilares de uma epistemologia inspirada na obra de Marx. Procuramos, em cada passo do argumento, associar as colocações do campo da epistemologia aos “princípios ontológicos fundamentais de Marx”, identificados por Lukács⁸. Portanto, ainda que não tenhamos a pretensão de realizar uma síntese dos argumentos apresentados por Lukács na *Ontologia*, o resgate de “princípios ontológicos” básicos será necessário em determinados momentos, justamente porque nos ajudam a demonstrar que a teoria do conhecimento e a concepção metodológica são implicadas pela ontologia da sociedade (mesmo quando esta não seja tornada explícita).

Antes de passar adiante, uma advertência se faz necessária. Os que conhecem a obra de Marx e sua interpretação pelo Lukács maduro, sabem que a historicidade não é uma determinação lateral da existência social, mas seu elemento fundante (LUKÁCS, 2010, p. 127). Sendo assim, qualquer tentativa de desvendar os princípios ontológicos fundamentais contidos na obra de Marx e suas implicações epistemológicas deve, corretamente, atribuir à

⁷ Além da própria apreciação de Lukács sobre o fundamento metodológico de *O capital*, poderíamos produzir uma lista virtualmente infinita e variada de autores que igualmente valorizam esse aspecto da obra de modo muito positivo. Em lugar de oferecê-la, preferimos recomendar um trabalho recente, o de Guido Starosta (2015), que, embora numa perspectiva diversa daquela aqui defendida, contém um conjunto variado de referências sobre o tema. Nesse trabalho, pode-se encontrar o seguinte juízo, que consideramos acertado: “Devo demonstrar que *O capital* contém o método dialético de Marx [...], posto concretamente em movimento para a reprodução intelectual das formas sociais capitalistas” (STAROSTA, 2015, p. 121).

⁸ Esse é o título dado por Lukács ao capítulo da *Ontologia* dedicado exclusivamente ao exame da obra de Marx. Para além das motivações mais amplas, relativas à busca de uma renovação do marxismo, a necessidade de explicitar os fundamentos ontológicos contidos na obra de Marx justifica-se, em parte, pelo fato de não encontrarmos no autor “nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos” (sequer a palavra ontologia se faz presente com frequência nos seus escritos). Todavia, como afirma Lukács, qualquer leitor atento da obra de Marx é capaz de perceber que “seus enunciados concretos, se interpretados corretamente, isto é, fora dos preconceitos da moda, são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas” (LUKÁCS, 2012, p. 281).

historicidade um papel central. Em um dos seus últimos esforços intelectuais (nos referimos às entrevistas concedidas à Eörsi e Vezér no primeiro semestre de 1971, publicadas sob o título *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*), Lukács (1999, p. 145) sintetiza a questão da seguinte maneira: “Marx elaborou principalmente – e esta eu considero a parte mais importante da teoria marxiana – a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico”⁹.

Ainda que a leitura do texto a seguir possa transmitir a ideia de que essa recomendação foi simplesmente ignorada (pois a historicidade figura como um pressuposto não explicitado do argumento), a verdade é que nossa preocupação aqui foi demonstrar como a conexão entre fundamentos ontológicos e princípios epistemológicos foi estabelecida por Marx a partir do exame de determinações do ser social igualmente imprescindíveis, mas passíveis de tratamento mais breve. Considerando a complexidade e a abrangência do tema, julgamos que a historicidade merece um estudo à parte, a ser realizado em trabalho futuro.

3. Consequências epistemológicas da relação entre agir individual e condições estruturais

Uma reconstituição dos elementos fundantes da ontologia da sociedade contida na obra de Marx deve partir, segundo Lukács, do reconhecimento da teleologia como determinação distintiva da existência social (LUKÁCS, 2012, p. 285-286). Isso porque o que há de específico e característico na forma como a espécie humana se reproduz, em termos materiais, é precisamente a teleologia (o que coloca a *economia*, esfera na qual o homem produz e

⁹ E justamente com esse tema Lukács (2010, p. 382) encerra os *Prolegômenos*: “Em Marx, a história é aquele processo universal irreversível em cujo curso, unicamente, as categorias são capazes de realizar seus processos singulares, por eles determinados, na simultaneidade de continuidade e transformações. O fato de só poderem tornar-se conscientes no pensamento do sujeito é um momento do ser altamente importante, ontologicamente irrevogável do ser social, mas nada muda na constituição objetiva em si do processo em seu conjunto e das categorias nas quais as mudanças históricas das formas da objetividade se tornam a cada vez existentes no interior desse processo”.

reproduz suas condições de vida, e o *trabalho*, prática concernente a essa esfera da vida social, no centro da ontologia do ser social)¹⁰.

Dentre as inúmeras consequências que, ainda no terreno ontológico, resultam da *centralidade do trabalho* acima mencionada¹¹, interessa-nos particularmente a bipartição da existência social entre um domínio, teleológico, das práticas humanas e um domínio, não teleológico, das estruturas, forças e tendências que as condicionam. Ou seja, para o argumento que pretendemos desenvolver adiante, é importante deixar claro, em primeiro lugar, que a teleologia, enquanto princípio fundante do ser social, opera exclusivamente no âmbito do agir humano individual (sendo indevida sua extrapolação para o âmbito social) (LUKÁCS, 2013, p. 51). Em segundo lugar, vale enfatizar que as “forças, tendências, objetividades, estruturas etc.” sociais não são diretamente criadas pelos sujeitos, embora sejam, evidentemente, afetadas – reproduzidas ou transformadas – pela articulação espontânea, não intencional e não consciente, de diferentes pores teleológicos (LUKÁCS, 2012, p. 318; 355).

Por um lado, as estruturas, forças e tendências sociais objetivas são condições duradouras sem as quais as relações sociais e a própria ação individual não poderiam ocorrer. Tanto as estruturas que funcionam como sistemas de mediações (como, por exemplo, o Estado, a linguagem, o sistema monetário etc.), quanto as tendências (como, por exemplo, as leis gerais do desenvolvimento capitalista capturadas por Marx e apresentadas nos três

¹⁰ Em uma das passagens mais conhecidas do capítulo V de *O capital*, Marx (2013, p. 255-256) estabelece um paralelo entre o trabalho (entendido como uma categoria especificamente humana) e a atividade análoga que resulta do metabolismo entre os animais e a natureza. Além das inúmeras características do trabalho *em geral* (abstraidas as características específicas do trabalho em condições históricas concretas), o contraste com a atividade animal revela que o traço distintivo da atividade humana consiste justamente no seu caráter teleológico (finalístico, intencional).

¹¹ Diga-se de passagem: a afirmação da centralidade do trabalho para a existência social não envolve nenhum tipo de hierarquia ou juízo de valor. Trata-se apenas do reconhecimento de que a atividade que garante a produção e reprodução das condições de existência da espécie humana necessariamente antecede, em sentido ontológico, as demais funções (aquilo que Lukács também chamou de *prioridade ontológica*) (LUKÁCS, 2012, p. 307-308). Dito numa linguagem cotidiana, isso quer dizer apenas que só faz arte, política, tem ideias etc. quem está vivo e em condições de desempenhar essas atividades, e não que produzir as condições de existência seja necessariamente mais importante do que elas ou as subordine.

volumes de *O capital*)¹², atuam como pressupostos do agir humano e como condições para a sua ocorrência: tais condições habilitam e constroem os atos individuais e, assim, os determinam¹³. Por outro lado, essas mesmas estruturas e tendências sociais são relativamente dependentes da atividade humana teleológica e indissoluvelmente ligadas ao agir individual de caráter alternativo, como explicita Lukács na passagem a seguir:

todas essas relações, esses processos etc. objetivos, mesmo continuando a existir e a agir independentemente das intenções dos atos humanos individuais que os realizam, só emergem à condição de ser enquanto realizações desses atos, e só podem explicitar-se ulteriormente retroagindo sobre novos atos humanos individuais. Para compreender a especificidade do ser social é preciso compreender e ter presente essa duplicidade: a simultânea dependência e independência de seus produtos e processos específicos em relação aos atos individuais que, no plano imediato, fazem com que eles surjam e prossigam. (LUKÁCS, 2012, p. 344-345)

O reconhecimento dessa relação entre o domínio dos atos individuais e o domínio dos produtos e processos que resultam desses atos como algo que define a própria atividade humana (LUKÁCS, 2013, p. 48) é a pedra angular das análises por meio das quais Lukács lida com várias determinações da sociedade¹⁴. Por exemplo, em várias partes de seu trabalho, Lukács demonstra como a ciência (ou o conhecimento em geral) e o comportamento moral (logo: valores, deveres, juízos de valor etc.) têm sua origem estritamente ligada ao desenvolvimento da forma primária de atividade social, o trabalho.

¹² A própria sociedade é caracterizada por Lukács a partir de suas tendências gerais de desenvolvimento. Cf. Lukács (2007) e Bonente (2016).

¹³ É importante assinalar que Lukács interpreta a determinação em Marx em termos da delimitação de um campo de ação de possibilidades no interior do qual se preserva o caráter de alternativa da atividade humana. Cf. Lukács (2013, p. 496; 531).

¹⁴ No capítulo da Ontologia do ser social dedicado à análise do trabalho (tomado como modelo da práxis social), Lukács traduz o mesmo problema em termos da relação entre teleologia e causalidade – uma relação que conforma a peculiaridade da existência humana. Nesse ponto, Lukács argumenta que o grande mérito da análise de Marx foi ter mostrado que a causalidade e a teleologia, consideradas em antinomia absoluta em toda a história da filosofia, estão internamente relacionadas como momentos de atividade social. A transformação dessas duas determinações heterogêneas da existência social em forças dinâmicas de um processo homogêneo é o que realmente distingue a prática social e a própria sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 48-52).

Ainda que não seja possível avançar nesse argumento, é importante ressaltar que, como pressupostos objetivos do trabalho (mesmo em estágios mais primitivos), o conhecimento e a ética integram a totalidade da existência social como alguns de seus complexos específicos (ou seja, como complexos parciais que conformam a totalidade).

Desde essa perspectiva, portanto, a sociedade pode ser caracterizada como um conjunto articulado de relações sociais, estruturas, tendências etc. que conformam “uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos que, por isso, agem de modo heterogêneo uns sobre os outros” (LUKÁCS, 2012, p. 404). Os complexos parciais, por sua vez, também são “formados por complexos, por grupos humanos e por indivíduos humanos, cuja reação ao próprio mundo circundante – que constitui a base de todos os complexos de mediação e diferenciação – repousa irrevogavelmente sobre decisões alternativas” (*i.e.*, sobre escolhas reais necessariamente envolvidas no agir teleológico)¹⁵ (*ibidem*). Agora vejamos como essa visão geral a respeito da sociedade reverbera no campo epistemológico.

A primeira e mais dramática consequência da caracterização da sociedade em termos das relações sociais é a imediata recusa a qualquer forma de individualismo metodológico. De fato, o individualismo metodológico, em qualquer de suas variantes, tem por pressuposto a concepção (ontológica) atomista da sociedade, pois só faz sentido decompor a sociedade em indivíduos caso o agrupamento destes possa reconstituí-la (*ibidem*, p. 397-400)¹⁶. Se se trata de estudar a sociedade, portanto, o ponto de partida não pode ser indivíduos (ou grupos), sua racionalidade, suas ações, mesmo se os indivíduos forem concebidos em termos de tipos ideais ou propriedades comuns emergentes.

¹⁵ Para expressar nos termos do filósofo Roy Bhaskar (1979, p. 52), trata-se de uma concepção relacional da sociedade, concepção segundo a qual a sociedade é uma forma de existência dividida em dois domínios (agir individual e estruturas sociais) que se relacionam dialeticamente.

¹⁶ Cf. também Medeiros (2013, capítulo 2) e Bhaskar (1979, capítulo 2).

Uma vez descartado o individualismo metodológico, no entanto, a questão é como reconstituir o nexos entre a prática teleológica e as condições sociais que habilitam e constroem tais práticas. Essa questão demanda um tratamento um pouco mais cuidadoso, pois envolve argumentos ao mesmo tempo ontológicos e epistemológicos. Para abordar o problema de uma maneira compatível com a ontologia proposta por Lukács, é preciso estar atento à resolução encontrada na própria obra de Marx. Em uma passagem bastante instigante do Prefácio da 1ª edição de *O capital*, o autor adverte aos leitores que seu juízo negativo das figuras do capitalista e do proprietário de terras não se dirige exatamente a indivíduos concretos, mas a “categorias personificadas”:

De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes.

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas. (MARX, 2013, p. 80)

Uma interpretação ligeira e descontextualizada desse trecho poderia alimentar as interpretações (no geral, maliciosas) segundo as quais a obra de Marx abrigaria um desprezo pela condição individual que, supostamente, marcaria todo o marxismo. Para afastar essa leitura superficial e injustificável, o remédio é justamente compreender aquela colocação no âmbito da concepção de sociedade implícita à obra do autor, que por vezes ele mesmo faz questão de explicitar. Ora, se a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, mas, ao contrário, o todo articulado de relações sociais, a questão decisiva passa a ser como reconstituir teoricamente essas relações. Como fica claro na passagem acima e em outras tantas, a solução metodológica de

Marx para o problema está nas “categorias personificadas” – nesse caso, o capitalista e o proprietário fundiário.

Há, entretanto, um aparente vazio entre a concepção de sociedade como conjunto de relações e as categorias personificadas, de modo que questões implicadas pela opção metodológica de Marx são imediatamente suscitadas. Por exemplo, por que e como essas tais categorias seriam a chave para reconstituir as próprias relações sociais? Em que tais categorias se distinguem dos tipos ideais fartamente utilizados em formulações individualistas (como, por exemplo, em Weber)?

A chave para responder essas questões e compreender a solução metodológica de Marx está na própria maneira como o autor concebe os indivíduos que se apresentam nesta condição (de categorias personificadas) ao engajarem-se em relações sociais. Nas relações sociais realmente importantes para a conformação, reprodução e transformação da sociedade, mesmo em planos prosaicos (a vida familiar, por exemplo), os indivíduos jamais se defrontam como indivíduos abstratos, sociais, carentes de determinações (como os das teorias econômicas conservadoras), *mas sempre como ocupantes de posições sociais estabelecidas*.

As relações sociais são, portanto, reconstituídas não como relações entre ocupantes contingentes de posições determinadas, mas como relações entre as próprias posições que os indivíduos de carne e osso ocupam num momento determinado. O caso concreto mais favorável a servir como ilustração desse ponto na sociedade capitalista, porque central na conformação da própria totalidade de relações sociais, é a condição de classe: indivíduos relacionam-se, por exemplo, como capitalista e trabalhador assalariado e não como entes sociais carentes de determinações. Naturalmente, para além das classes, há variadas posições estabelecidas que eventualmente se articulam ou se sobrepõem umas às outras, conferindo sentido às relações entre indivíduos nos planos diversos da prática social: entre mãe e filhos na família nuclear burguesa, professor e aluno, general e soldados, pastor e fiel etc. As relações sociais são, em suma, teoricamente reconstituídas como

relações entre categorias que se personificam ao serem ocupadas por sujeitos de carne e osso, ou *categorias personificadas*, no dizer de Marx.

É possível perceber a diferença dessa solução metodológica para a solução individualista com um exemplo extremo: o da relação entre um senhor de escravos e os seres humanos escravizados sob seu jugo. É evidente que um senhor de escravos pode ser mais ou menos cruel com os escravos, de acordo com, entre outras coisas, sua própria disposição pessoal, seu caráter, sua formação familiar e religiosa. Mas é igualmente claro que um senhor de escravos não pode alforriar todos os seus escravos sem perder a condição social de senhor que o habilita a ser mais ou menos desumano no trato com os escravos. Do mesmo modo, como Marx aponta diversas vezes, um capitalista, ao personificar o capital, é constrangido pelas determinações sociais (concorrência, por exemplo) a atuar no interior de certos limites, não apenas no trato dos trabalhadores assalariados sob seu comando, mas dos concorrentes capitalistas, do Estado, da natureza, do patrimônio histórico etc.

Do ponto de vista estritamente teórico, o reconhecimento das relações sociais decisivas de um período histórico não é em nada distinto da descoberta das categorias personificadas que constituem, em sua diversidade, a personalidade dos indivíduos da época, ao lado de atributos particulares e singulares. Isso porque as próprias relações são conformadas como relações entre aquelas categorias, sendo estas o conteúdo daquelas. Segue-se daí que, como momento de generalização, a reconstituição teórica cobra a abstração do caráter particular e contingente das figuras que ocupam posições teóricas num contexto determinado: o que importa realmente, nesse caso, são as próprias categorias definidoras das relações e não os indivíduos que as ocupam.

Não se pode aqui deixar de advertir para o fato de que nenhuma teoria, uma vez formulada, exaure em si e por si a explicação científica. A explicação científica é sempre uma formulação geral e abstrata, pretensamente universal, sobre algo concreto, histórico, determinado. Com efeito, a condição dos indivíduos de carne e osso, da qual se abstrai no momento da

construção da teoria, deve ser trazida para o primeiro plano em outro momento da explicação científica: aquele em que a teoria formulada é empregada como meio da explicação dos acontecimentos concretos, da chamada história factual¹⁷.

Se se trata de explicar, digamos, a geopolítica na II Guerra Mundial, é preciso estar munido de uma teoria sobre os limites e as possibilidades da ação política naquelas condições particulares e críticas do capitalismo, mas também conhecer e identificar a peculiaridade dos indivíduos que personificaram posições sociais nas relações decisivas reconhecidas pela teoria. A explicação da II Guerra Mundial não pode, portanto, prescindir da maneira como os atributos pessoais de Hitler, Stalin, Mussolini, Vargas etc. e as condições contextuais de suas vidas deram forma concreta às relações sociais que conformaram a geopolítica mundial do período da Guerra¹⁸.

Além da recusa ao individualismo metodológico, outras duas implicações epistemológicas da concepção de sociedade proposta por Lukács, com base no trabalho de Marx, podem e devem ser mencionadas aqui, ainda que de maneira sucinta. Em primeiro lugar, é importante enfatizar que, desde

¹⁷ Não podemos omitir que esse duplo movimento (do concreto ao abstrato e do abstrato de volta ao concreto) pode ser pensado em termos da dupla via do processo de conhecimento de que fala Marx na famosa “Introdução [de 1857]”. Cf. Marx (2013, p. 54). Também não podemos perder a oportunidade de citar uma passagem muito ilustrativa de *A ideologia alemã*: “os indivíduos, como não poderia deixar de ser, sempre partiram de si mesmos e que, por isso, os dois aspectos observados por ele são aspectos do desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ambos gerados por condições de vida igualmente empíricas dos indivíduos, sendo ambos apenas expressões *do mesmo* desenvolvimento pessoal dos homens, encontrando-se ambos, portanto, apenas em *aparente* oposição. No que se refere à posição que coube ao indivíduo em decorrência de circunstâncias específicas do desenvolvimento e da divisão do trabalho, se ele representa mais este ou aquele aspecto da oposição, se ele aparece mais como egoísta ou mais como abnegado, isso era um problema totalmente secundário, que de fato só despertaria algum interesse se fosse levantado para determinadas épocas históricas em relação a determinados indivíduos” (MARX & ENGELS, 2007, p. 241).

¹⁸ A análise de Marx da figura de Luís Bonaparte ilustra paradigmaticamente essa forma de considerar o papel do indivíduo na história. Por exemplo, podemos citar a seguinte passagem: “Bonaparte, que precisamente por ser um boêmio, um príncipe *lumpem proletário*, levava vantagem sobre o burguês vil porque podia conduzir a luta por meios vis [...]” (MARX, 1997, p. 89). Lukács, por sua vez, trata do tema tomando como exemplo o Bonaparte “original”: “é correto que, na falta de um Napoleão Bonaparte, a necessidade social teria transformado outro general (talvez Moreau) em ditador. Mas pode-se duvidar, justificadamente, de que ele possuísse as capacidades ‘casuais’ que transformaram Bonaparte naquela figura histórica cuja influência foi sentida em todo século XIX” (LUKÁCS, 2010, p. 119).

a perspectiva marxiana, leis científicas não podem ser entendidas como regularidades empíricas (ou conjunção constante de eventos, como na formulação humeana), simplesmente porque, no caso da sociedade, o domínio empírico *é o domínio do agir individual* (ou mesmo da atividade teleológica coletiva, nos casos-limite em que se apresenta como possível) condicionado por estruturas e processos causais¹⁹ (LUKÁCS, 2012, p. 350; 2013, p. 388-389). Nesse sentido, as afirmações “como ... se” propostas por teorias científicas devem especificar as condições que delimitam o campo de possibilidades de ação e não as próprias ações, cuja forma concreta sempre estará associada a escolhas entre alternativas objetivamente disponíveis. Essas condições causais precisam então ser concebidas como processos sociais que se originam da articulação de práticas teleológicas, mas superam a intenção dos homens singulares. Na citação abaixo, Lukács esclarece esse ponto ao falar sobre o sentido das leis econômicas em Marx:

as tendências econômico-gerais que surgem por essa via são sempre sínteses de atos individuais, realizadas pelo próprio movimento social. Tais atos recebem assim um caráter econômico-social tão explícito que os homens individuais, em sua maioria, sem ter necessariamente consciência clara a respeito, reagem a circunstâncias, constelações, possibilidades etc. típicas de um modo que é também tipicamente adequado a elas. A resultante sintética de tais movimentos se torna a objetividade do processo global. (LUKÁCS, 2012, p. 355-356)

Importante notar ainda que essa concepção de leis como tendências, conjugada com o papel da prática teleológica para a existência social (em particular, da escolha do indivíduo singular), restringe drasticamente a possibilidade de previsão nas ciências sociais. Mesmo sendo verdade que “a previsibilidade em casos concretos individuais, em um terreno delimitado, numa perspectiva breve” é uma condição das práticas humanas, o “ser social [...] tanto em sua totalidade quanto em seus detalhes” não pode ser

¹⁹ “Com efeito, [...] o mundo fenomênico social evidencia um quadro de colorido inesgotável, de uma cadeia de formações heterogêneas entre si e contraditórias, em que cada uma delas é singular, incomparável, o quadro de um processo recorrentemente desigual” (LUKÁCS, 2013, p. 388).

“elevado a uma conexão racional acabada”, porque a “racionalidade geral de leis” científicas restringem as práticas humanas e têm “consequências fundadas e concretas para os casos singulares” (*ibidem*, p. 365). Portanto, acidentes (contingência) não são descartados da ontologia da sociedade proposta por Lukács como consequência do reconhecimento da causalidade²⁰. Isso significa apenas que os dois extremos do racionalismo empirista e do irracionalismo idealista devem ser deixados de lado (*ibidem*).

Por fim, encerramos chamando atenção para uma implicação epistemológica da ontologia baseada no reconhecimento da relação entre agir individual (intencional) e processos causais (não intencionais), que também tem enorme importância para a prática política. Indo direto ao ponto, a reflexão sobre a sociedade e a prática social deve levar em consideração o caráter prioritariamente negativo do processo de transformação social. A sociedade não é exatamente *criada* pelos indivíduos, mas transformada por sua ação, em geral de modo inconsciente e não raramente indesejado. Isso significa que os resultados da ação teleológica possivelmente superam a mera realização do fim proposto (LUKÁCS, 2013, p. 150-151).

Apenas contingentemente a ação social (coletiva) pode adquirir caráter positivo, isto é, o de pôr no mundo um arranjo social verdadeiramente novo, marcado por novas estruturas, forças, tendências etc. Mas a ação coletiva só atua no sentido historicamente transformador e, portanto, amplo em condições por definição excepcionais – as revoluções –, que eclodem como formas de negação do curso corrente da vida (LUKÁCS, 2012, p. 349). Segue-se daí que o projeto de transformação social pode adquirir caráter científico pelo estudo minucioso e sistemático das condições a serem transformadas e pela demonstração da necessidade da transformação social (mas não por

¹⁹ “Com efeito, [...] o mundo fenomênico social evidencia um quadro de colorido inesgotável, de uma cadeia de formações heterogêneas entre si e contraditórias, em que cada uma delas é singular, incomparável, o quadro de um processo recorrentemente desigual” (LUKÁCS, 2013, p. 388).

²⁰ Lukács não apenas trata da casualidade “no interior da necessidade das leis”, mas reconhece que o papel do acaso é tanto maior “quanto mais desenvolvida for uma sociedade, quanto mais amplas e ramificadas forem as mediações que vinculam a posição teleológica do trabalho com sua execução efetiva” (LUKÁCS, 2012, p. 360-361).

meio de uma antecipação utópica do que deve emergir no processo revolucionário). Isso pode dotar todo projeto de um conteúdo ético, escapando aos limites impostos pelas formulações idealistas e positivistas²¹.

Em suma, a chave metodológica para reconstituir teoricamente as condições sociais em meio às quais se processa a ação humana intencional é reconhecer as posições sociais relevantes numa dada conformação histórica. Esse reconhecimento, evidentemente, parte da experiência social imediata e das próprias interpretações vigentes (baseadas em alguma perspectiva ontológica), e caminha no sentido da abstração generalizante, antes de retornar reinterpretando as condições da experiência. Considerando a importância da abstração na formulação da teoria e considerando também que há procedimentos abstrativos muito distintos, nem todos justificáveis ontológica e epistemologicamente, é realmente importante discutir a maneira como Marx (corretamente) procedeu em suas abstrações. É o que passamos a tratar na seção a seguir.

4. Princípios ontológicos como justificativa para as “abstrações razoáveis” de Marx

Em muitas das numerosas passagens em que Lukács discute o papel das abstrações na *Ontologia* (e nos *Prolegômenos*), a expressão “abstrações razoáveis” (MARX, 2011, p. 41) é valorizada, certamente para destacar a especificidade do procedimento abstrativo de Marx. Remetendo ao contexto original do emprego da expressão – o texto em que Marx registrou com alguma sistematicidade sua autorreflexão sobre o tema –, fica claro que o critério para distinguir as abstrações razoáveis das não-razoáveis é a capacidade de empregá-las como método para reconhecer a unidade na diferença dos objetos,

²¹ Não é por outra razão que Marx e Engels sempre descreveram o projeto comunista em termos negativos. Em *A ideologia alemã* podem ser encontradas ao menos três afirmações diretas nesse sentido: Marx e Engels (2007, p. 38; 46; 214). Lukács também reforçou claramente o caráter negativo dos processos revolucionários em várias passagens de seu trabalho ontológico, dentre as quais sugerimos a seguinte: Lukács (2010, p. 125). A natureza prioritariamente negativa do processo revolucionário, no entanto, não diminui seu caráter amplo e radical, como mostra claramente o movimento pela abolição da escravidão.

relações e processos históricos diversos. Somente quando as determinações comuns são percebidas como o “resíduo” que permanece definindo o objeto em meio ao seu processo de transformação histórica, a abstração desempenha um papel relevante para a correta representação científica da realidade.

Se a abstração é, como diz Marx, necessária “na medida em que destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição”, por outro não deve ser “esquecida a diferença essencial” (*ibidem*). Esse “esquecimento” frequentemente ocorre na ciência econômica (objeto da crítica de Marx nesse trecho específico), que projeta categorias do capitalismo sobre períodos nos quais elas não poderiam ser encontradas ou até poderiam, mas em outra inserção social e/ou grau de desenvolvimento. Conclui-se daí que a questão da abstração (razoável ou não) só pode ser plenamente compreendida quando se discute a historicidade e, portanto, a forma como as transformações se processam, ainda assim preservando as determinações que definem um objeto como o que ele é.

Apesar da já mencionada impossibilidade de dar um tratamento adequado à questão da historicidade no âmbito do presente trabalho, parece-nos, todavia, frutífero submeter a questão a um tratamento preliminar para oferecer uma justificativa ontológica mais consistente para o uso de abstrações. Iniciemos, portanto, pela seguinte questão: o que justifica, no plano ontológico, os procedimentos abstrativos “razoáveis” de Marx?

Embora haja, na própria “Introdução [de 1857]” de Marx, argumentos que poderiam funcionar como justificativa no plano ontológico para o recurso às abstrações, os trabalhos maduros de Lukács são muito profícuos na resolução do problema. Três das justificativas ontológicas para o emprego de abstrações discutidas por Lukács parecem-nos suficientes para calçar esse elemento do método de Marx nas determinações da realidade.

Em primeiro lugar, Lukács assinala que Marx percebe o procedimento abstrativo (método; epistemologia) como forma de alcançar determinações

abstratas (ser; ontologia) constitutivas da essência do objeto²². Central aqui é a dialética entre essência e aparência (ou fenômeno)²³, que possui um longínquo passado filosófico. Mesmo sem entrar no âmbito da discussão dessas categorias em filosofias que desempenharam influência decisiva sobre Marx, como a de Aristóteles e a de Hegel, é possível defender uma interpretação do modo como Marx as concebeu baseada precisamente nos trabalhos ontológicos de Lukács.

O fundamental, nesse caso, é o seguinte: as coisas em si são portadoras de determinações diversas, que se expressam em sua aparência em circunstâncias determinadas (*i.e.*, na relação com outros entes, processos etc.). Portanto, o que define uma forma de existência como aquilo que ela é em si, sua essência, exige-se assumir uma aparência simultaneamente contingente e determinada. Há aqui uma relação reflexiva e, assim, uma dialética entre as categorias, pois dizer que a essência se manifesta na aparência é o mesmo que dizer que a aparência é a aparência de uma essência (em condições determinadas). Nas palavras de Lukács,

Essência, aparência e fenômeno são, portanto, determinações de reflexão na medida em que cada qual expressa essa relação; todo fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo. Nenhuma das duas pode estar presente sem essa relação dinâmica, contraditória; cada qual existe

²² A palavra “abstração” pode ser usada tanto como designação de uma propriedade do ser (o valor como “abstração real”) ou do conhecimento do ser (o “método da abstração”). No último caso, é importante ter em conta a advertência de Sohn-Rethel (1978, p. 18): “o processo de abstração ocorrido na emergência de formas históricas de consciência” deve ser concebido em termos propriamente materialistas, ou seja, sempre levando em conta que as formas de consciência são determinadas pelo ser social. Por conseguinte, “Uma derivação da consciência a partir do ser social pressupõe um processo de abstração que é parte do ser”. Uma interpretação precisa da relação entre abstrato (ser) e abstração (consciência) encontra-se em Musto (2008, p. 16-18).

²³ Ao diferenciar aparência e fenômeno (no tratamento da produção econômica), Lukács concebe a primeira como uma forma contingente (acidental) e ilusória do ser e o segundo como sua forma essencial: “estamos lidando [...] com um mundo fenomênico produzido pela dialética própria da produção econômica, com um mundo fenomênico que é realidade no seu ser-propriadamente-assim, que não é aparência, já que constitui, no cotidiano prático do capitalismo, o fundamento imediatamente real dos pores teleológicos, sem que estes – em consequência de um embasamento numa aparência não correspondente à realidade – tivessem de suprimir a si mesmos por estarem pondo algo irreal. [...] Também nesse caso, só a investigação ontológica-genética da essência pode trazer à tona a verdade sobre o mundo fenomênico [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 380).

na medida em que ininterruptamente conserva a sua própria existência e renuncia a ela, na medida em que se esgota nessa relação antitética. (LUKÁCS, 2012, p.254)

Considerando que a aparência é uma figura externa da essência e, portanto, aquilo que se exhibe aos sentidos, apenas por uma crítica da aparência pode-se alcançar a essência dos objetos²⁴. Do ponto de vista estritamente metodológico, o importante é perceber que o caminho para buscar a essência na análise crítica da aparência é justamente a abstração. A crítica da aparência exige que se abstraia dela para chegar ao conjunto de determinações essenciais, *em si abstratas*, que se expressam externamente daquele modo nas condições concretas em que o ente se encontra²⁵. Esse ir além da aparência na direção da essência marca, naturalmente, uma radical diferença da epistemologia implicada pela ontologia contida na obra de Marx e aquela da tradição positivista. O positivismo, mesmo quando procurou assumir um viés materialista, limitou a alegação de realidade ao campo empírico, empurrando assim a essência dos objetos seja para o incognoscível, seja para o terreno da ficção “metafísica”²⁶.

Em segundo lugar, e em estreita associação com a dialética “essência vs. aparência”, a relação dialética entre universal e singular, mediada pelo particular, funciona igualmente como pilar ontológico do procedimento abstrativo. As formas diversas de existência são sempre “coletivos” de entes

²⁴ É impossível resistir aqui à passagem-clichê de Marx: “Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).

²⁵ De acordo com Lukács, Marx distingue-se de Hegel (entre outros motivos) por compreender a abstração como momento do ser. Em seus termos: “Por isso, Marx pode dizer, resumindo: ‘Um ser não objetivo é um não-ser’, isto é, um ser privado de determinações não é ser. Naturalmente, isso não exclui o fato de que o pensamento nas operações lógicas possa abstrair as determinações do ser, e pôr o conceito de um ser privado de determinações. Por isso, em certas circunstâncias, existe a possibilidade de surgir operações de pensamento razoáveis, cujos resultados podem até contribuir para o esclarecimento do próprio ser. Só uma coisa é impossível: do conceito logicamente esvaziado de ser, desenvolver um ser real mediante uma reversão ideal do processo de abstração acima mencionado. É exatamente este, porém, o programa de Hegel na primeira parte de sua Lógica. Precisamente para isso a negação serve-lhe como instrumento” (LUKÁCS, 2010, p. 159). Agradecemos a Maurício Vieira Martins por essa indicação.

²⁶ Na sua tentativa de reconstituição histórica do positivismo, Kolakowski (1968) mostra como o embargo ao universal assume diversas formas e recebe justificativas variadas ao longo da história da tradição, desde suas primeiras formulações mais consistentes, que o autor remonta a David Hume.

singulares de um determinado gênero que se define por atributos comuns, universais. O comum ou geral, universal, nada mais é do que aquilo que permite estabelecer a relação entre singulares diversos, com seus atributos específicos únicos, permanecendo entre os extremos o particular que medeia a expressão do universal no singular²⁷.

Por exemplo, um coelho na cartola de um mágico da Idade Média tem a mesma constituição “coelhal” (o ser-coelho) do coelho criado para o abate numa fazenda capitalista contemporânea. É claro que existem coelhos naturalmente mais doces e, dessa forma, mais adaptados ao uso pelo mágico, e outros capazes de ganhar peso mais rapidamente e, por isso, mais adequados à criação para abate. De todo modo, são as condições particulares distintas que efetivam ou bloqueiam possibilidades contidas nos singulares, imprimindo-lhes justamente aquilo que faz de um coelho abstrato um coelho concreto, e não outro qualquer: um mais asseado que outro, um mais gordinho que outro, um mais desenvolvido motoramente que outro etc.²⁸.

Acontece que só existem *concretamente* coelhos determinados, singulares, sendo os atributos comuns uma abstração, mas uma *abstração real*, pois de fato os coelhos singulares só são coelhos por possuí-los. É exatamente aqui que a determinação ontológica transborda para o campo epistemológico. Cabe à reflexão científica não apenas reconhecer o universal que estabelece a conexão entre os singulares de um gênero, mas também reconstituir a relação histórica entre as categorias, pois é certo que uma universalidade pode existir em si sem que haja condições favoráveis para sua manifestação²⁹. Considerando a dificuldade

²⁷ Lukács descreve sucintamente o papel da particularidade como mediadora entre o singular e universal por meio de uma ilustração em que lida com a relação entre indivíduos singulares e a sociedade: “o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (LUKÁCS, 1968, p. 92).

²⁸ Como diz Marx (2012, p. 32) a respeito dos seres humanos, os indivíduos “não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais”, sendo certo que “só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista”, por exemplo, como trabalhadores. Ou exemplares singulares do gênero humano.

²⁹ Marx (2011, p. 57-58) mesmo exemplifica com o trabalho em geral, cujo caráter universal só se manifestou com o desenvolvimento da sociedade capitalista: “A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que determinado tipo de trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente”.

do tema, vale a pena enriquecer a análise com dois argumentos conhecidos de Marx (e Engels) especialmente instrutivos³⁰.

O primeiro argumento é aquele em que Marx e Engels, em *A sagrada família*, criticam a maneira como a filosofia idealista (especulativa) concebe os universais (MARX & ENGELS, 2011, p. 72-75). Sua ilustração é a do universal *frutas*, abstraído de maçãs, peras, amêndoas etc. O ponto central da crítica é ao fato de a filosofia idealista interpretar o universal “fruta” como uma essência constituída no pensamento – como um absoluto –, percebendo, por outro lado, as diversas frutas reais (maçã, pera, amêndoa) como encarnações singulares da ideia absoluta (a “existência maçânica”, “existência pêrica” etc. do absoluto fruta). Embora a universalidade “frútica” das frutas reais só seja discernível como momento do ser na abstração intelectual (mesmo daquela indispensável à prática cotidiana), seria absurdo considerá-la produto do pensamento, da mesma forma como a essência “coelhal” acima mencionada. Trata-se, ao contrário, de determinações (universais e abstratas) do próprio ser reconhecidas no espelhamento da consciência. Em sua crítica, portanto, Marx e Engels não rejeitam o universal-abstrato como categoria filosófica geral, mas sim sua concepção idealista-especulativa³¹.

Tomemos, em segundo lugar, o conhecidíssimo argumento a respeito da produção em geral que inaugura a “Introdução [de 1857]” (MARX, 2011, p. 39-44). Era da produção em geral que Marx falava quando empregou a expressão “abstração razoável”, aquela que “destaca e fixa o elemento comum”. Também é sobre a produção em geral que Marx diz: “esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindindo em diversas determinações” (*ibidem*, p. 41). Aquele “comum isolado” articula-se, então, com determinações específicas das formas

³⁰ Lukács (1968, p. 84 ss.) ilustra sua análise do universal com diversos argumentos contidos na obra de Marx, inclusive os dois sumariados a seguir. Uma ótima análise da questão da abstração e da sua relação com o universal é aquela contida no trabalho de José Chasin (2009), em particular no capítulo “Da teoria das abstrações à crítica de Lukács”.

³¹ Essa crítica tem a mesma lógica daquela em que os autores, em *A ideologia alemã*, rejeitam a concepção idealista da essência humana (o “Homem”, absoluto). Cf. Marx e Engels (2007, p. 413 ss.).

particulares de produção, constituindo-as tanto como *produção*, quanto como produção *escravista, feudal, capitalista* etc. É verdade que, por um lado, “não há uma produção em geral”, nem, por conseguinte, “uma produção universal”, porque a produção jamais assume concretamente aquela forma sintética que define sua generalidade, nem se apresenta como algo indefinido, mas sempre como “um ramo *particular da produção*” (*ibidem*).

Por outro lado, também é verdade que cada forma historicamente específica de produção e cada ramo particular da produção contém, dentre os seus atributos, aquelas determinações que definem a produção em geral, ainda que, como se disse, articuladas com determinações específicas que alteram seu modo de expressão fenomênica. A síntese de Marx pode funcionar aqui não apenas como fecho da ilustração, mas como conclusão do argumento: “para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido” (*ibidem*, p. 44).

Duas advertências são necessárias nesse ponto. Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que o universal não é menos real que o singular, mesmo quando adquire um caráter pronunciadamente abstrato. O gênero coelho ou a produção em geral são determinações da realidade e é justamente sua existência genérica que nos permite reconhecer o comum que há entre o coelho da cartola e aquele criado para o abate, ou entre as formas diversas de produção, a despeito de todas as conspícuas diferenças que fazem deles exemplares distintos do gênero. O exemplo prosaico do coelho permite perceber que mesmo no pensamento e na linguagem cotidianos somos capazes de transitar do singular ao universal (e vice-versa) e o fazemos todas as vezes em que usamos uma palavra para designar uma forma de existência,

natural ou social: tomates, laranjas, animais, a humanidade, formas de vida, a sociedade etc.³².

No que se refere à ciência, a ilustração da produção em geral parece-nos suficiente, sobretudo se a complementamos com a anotação de Lukács, diretamente baseada em Marx:

Marx considera a universalidade como uma abstração realizada pela própria realidade, e então – só então – ela se torna uma justa ideia, isto é, quando a ciência reflete adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções. Mas se o reflexo deve corresponder a estes critérios, ele deve ao mesmo tempo ser histórico e sistemático, isto é, deve elevar a conceito o movimento concreto. (LUKÁCS, 1968, p. 89 – grifos nossos)

Em segundo lugar, seria um equívoco conceber o universal como o puramente abstrato e o singular como o inteiramente concreto (ou o oposto disso). A vacina contra essa falsa associação está na resolução dialética do problema, ou seja, no entendimento correto da dialética entre o universal e o singular (mediada pelo particular). É a compreensão histórica da relação entre as categorias que nos permite compreender como o universal se concretiza no singular ou, no caminho oposto, como os singulares associam-se conformando o universal “como uma abstração realizada pela própria realidade”. Nesse particular, o comentário de Lukács sobre o método de dupla via de Marx é bastante esclarecedor:

a análise simples e direta do ponto de partida concreto em determinações singulares abstrativantes é no melhor dos casos uma ação preparatória do conhecer, não o próprio conhecer. Isso porque essas abstrações são, em si,

³² “É evidente que também a palavra mais simples, mais cotidiana é uma abstração; se dissermos ‘mesa’ ou ‘andar’, nos dois casos só podemos expressar linguisticamente o universal nos objetos, processos etc.; justamente para a especificação precisamos muitas vezes de operações sintáticas extremamente complexas, pois exatamente a mais simples das palavras sempre expressa só uma generalização” (LUKÁCS, 2012, p. 409). Não é nenhuma surpresa que o gêmeo siamês do positivismo, o idealismo pós-modernista, tenha declarado guerra aos universais. Em ambos os casos, a fixação com a singularidade é determinada e expressa uma perspectiva empirista que nega qualquer possibilidade de superação histórica deliberada da forma de sociedade atual.

sem determinação concreta, vazias, não dizem nada; por exemplo, classe é uma palavra vazia sem os elementos concretos sobre os quais repousa³³. (LUKÁCS, 2010, p. 326-327)

Podemos agora, enfim, tratar da terceira justificativa ontológica apresentada por Lukács para o emprego de abstrações: o caráter de totalidade da existência³⁴. Essa determinação ontológica do ser em geral, bem como de qualquer forma de ser específica tomada em seu isolamento abstrato (a esfera da vida, a sociedade), está implicada em todo argumento anterior, mas merece um tratamento isolado. O tema, neste caso, não é dos mais impenetráveis: dizer que a existência tem caráter de totalidade equivale simplesmente a defender a intuitiva tese de que a realidade é uma estrutura de estruturas conformadas por múltiplas determinações, ou como preferia Lukács (2013, p. 162), um *complexo de complexos*. A sociedade, por exemplo, é o complexo conformado pela articulação entre os complexos da arte, da economia, da política, das ideias etc. O ser em geral pode igualmente ser percebido como a articulação de todos os complexos específicos, a natureza inorgânica, a esfera da vida e a sociedade.

Tão intuitiva quanto a alegação do caráter de totalidade das diferentes formas de existência é a implicação dessa alegação para o campo metodológico. Se a realidade é, em si, portadora de múltiplas determinações, se o ser em si é um todo articulado de estruturas diversas conformadas, elas mesmas, por estruturas, é simplesmente impossível apreender na consciência a virtual infinitude de determinações e relações de uma só vez ou de uma vez por todas.

³³ Após dar o exemplo do trabalho em geral, que precisa de desenvolvimento histórico para expressar sua relação com as formas particulares de trabalho, diz Lukács: “Os exemplos citados são suficientes para indicar como é rico e variado o modo pelo qual a dialética de universal e particular se manifesta na realidade histórico-social e como seria falso deduzir antecipadamente desses processos, tão diversos um do outro, um esquema qualquer. A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular” (LUKÁCS, 1968, p. 88).

³⁴ Lukács discorre extensamente sobre o tema (totalidade e sua relação com as abstrações) em momentos diversos de sua obra ontológica. Um dos mais importantes é aquele do capítulo IV do volume I (Cf. LUKÁCS, 2012, p. 303-313). Tomamos esse trecho em particular como referência para os próximos parágrafos.

O conhecimento, por conseguinte, sempre tem caráter abstrato e aproximativo, pois registra no pensamento determinados planos da existência abstraído da totalidade de relações e determinações que possui em si. A impossibilidade de reconstituir integralmente a totalidade constitutiva de uma forma de ser exige que a análise concentre as atenções em momentos da existência mais proeminentes empiricamente ou que se julguem, por alguma prévia razão (teórica ou prática), decisivos para a constituição e reprodução da forma de existência a ser conhecida³⁵. Com efeito,

quando se fala, nesse tocante, de abstrações (de isolamento abstrativo), não se pretende jamais colocar em dúvida o caráter de ser dos elementos; nesse caso, abstração é apenas uma forma de espelhamento da realidade, mediante a qual podem ser compreendidos processos abrangentes, que forçosamente permanecem incompreensíveis em sua complexidade imediata³⁶. (LUKÁCS, 2012, p. 148)

Quando Marx descreveu o “método do ascender do abstrato ao concreto” como “o modo do pensamento de apropriar-se do real”, ele expressou sinteticamente o movimento de abstração pelo isolamento das estruturas constitutivas da totalidade e reconstituição da totalidade concreta como “concreto mental” (MARX, 2011, p. 54-55). É interessante que Marx fale de *elevantar-se* ao concreto, quando poderíamos pensar em descer do abstrato teórico ao plano mundano da vida concreta. O modo de expressão, no entanto, revela-se acertado porque o caminho de retorno ao concreto, após o momento da abstração indispensável para a formulação teórica, representa em si o progresso da reconstituição do ser na consciência e, portanto, sua mais elevada

³⁵ José Paulo Netto destaca esse aspecto das “abstrações razoáveis” de Marx: “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’. Neste nível, o elemento abstraído torna-se ‘abstrato’ – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de ‘muitas determinações’” (NETTO, 2011, p. 44).

³⁶ Nessa passagem, Lukács está tratando da ontologia de Nicolai Hartmann. Segundo Lukács, esse filósofo neokantiano teria formulado uma ontologia com muitas conexões com aquela implicada pela teoria crítica de Marx, ainda que desconhecesse sua obra. A perspectiva da totalidade e o método de dupla via para reconstituí-la, de que fala o autor naquele trecho, seriam umas dessas.

apreensão espiritual. O próprio Marx, na passagem citada, preocupa-se em criticar a perspectiva de Hegel, que confunde o processo de representação progressiva do ser na consciência com o próprio processo de gênese da totalidade. O que nos importa aqui ressaltar, para além da ênfase no materialismo de Marx, é justamente o caráter de progresso do conhecimento: a representação da totalidade como “concreto mental” é um processo de superação progressivo da indispensável abstração de cada momento anterior. Callinicos (2014, p. 130-138) tem toda razão ao afirmar que o melhor exemplo deste método é o argumento de *O capital*³⁷. A obra em si opera em alto nível de abstração porque a economia capitalista é tomada, do início ao fim, num isolamento abstrato que assume, como pressupostos, estruturas inteiras da realidade, cuja relação com as categorias, processos e relações econômicas são constitutivas de ambas as esferas: é o caso, por exemplo, da relação entre a economia e a política. Embora o argumento caminhe no sentido do elevar-se ao concreto, ao descobrir a causalidade contida em momentos diversos da economia capitalista e caminhar progressivamente para a decifração de outras estruturas, o foco de toda a análise continua a ser a esfera da economia. Isso não impede, no entanto, que a totalidade de relações que vinculam a economia às demais estruturas da realidade compareça na análise.

Isso fica claríssimo, por exemplo, quando Marx explica a determinação da jornada de trabalho na economia capitalista (MARX, 2013, capítulo VIII). Em primeiro lugar, o autor demonstra que a jornada de trabalho oscila no interior de um intervalo conformado por limites em si determinados não apenas por condições econômicas, mas também morais, políticas, culturais. Ademais, dados os limites, a jornada de trabalho é determinada pela

³⁷ Não poderíamos deixar de dizer que Callinicos transmite a ideia de *O capital* conter um percurso linear do abstrato ao concreto, como se todos os planos de análise, categorias e relações do Livro I, por exemplo, fossem necessariamente mais abstratos do que os do Livro III. No próprio Livro I, contudo, a análise é obrigada a “ascender ao concreto” por vezes, para dar conta de um problema teórico (no capítulo VIII, a determinação da jornada de trabalho, por exemplo), ou a caminhar no sentido oposto, de um nível mais alto de abstração (como na primeira seção do capítulo V, em que Marx trata do trabalho em geral). Feita essa ponderação, pode-se admitir que a análise de *O capital* ascende do abstrato ao concreto.

luta de classes, que opõe no campo da prática social (política, ideológica etc.) as classes de trabalhadores assalariados e capitalista. Se pensarmos que a jornada de trabalho não é determinada exclusivamente pelo econômico; que a determinação do valor da força de trabalho também não é; que o mais-valor é quantitativamente resultante dessas duas categorias (o valor constituído na primeira menos a segunda), podemos concluir que nem mesmo o mais-valor, momento central da economia capitalista, pode ser explicado somente com aquilo que nos oferece o isolamento abstrato da economia. A moral da história é que Marx não confundiu a abstração que isola a estrutura econômica do capitalismo com um presumido isolamento real. Seu argumento deixa a porta aberta para que a totalidade se imponha quando necessário³⁸.

5. Conclusão

Na leitura da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* de Lukács, salta aos olhos o número de vezes em que o autor recorre a duas sentenças proferidas por Marx. A primeira, encontrada nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, diz que “um ser não objetivo é um *não ser*” (MARX, 2015, p. 376) – crítica direta ao idealismo hegeliano, dominante na filosofia alemã do início do século XIX³⁹. A segunda, encontrada na já mencionada “Introdução [de 1857]” (um dos poucos escritos de Marx explicitamente dedicados à questão metodológica), diz que “as categorias” são “formas de ser, determinações

³⁸ A crítica da economia política “tem como ponto de partida um vasto processo de abstração, a partir do qual, por meio da dissolução paulatina das abstrações metodologicamente indispensáveis, abre-se o caminho que conduz, etapa após etapa, à apreensão ideal da totalidade em sua concreitude clara e ricamente articulada” (LUKÁCS, 2012, p. 309).

³⁹ Não poderíamos deixar de mencionar que, no início de sua formação acadêmica e filosófica, Marx esteve diretamente ligado à chamada “esquerda hegeliana”, composta por jovens que retinham da obra de Hegel o método dialético, adequado à apreensão do movimento histórico (em oposição à “direita hegeliana”, que extraía do seu sistema conclusões idealistas e conservadoras). Como Lukács pretende demonstrar no capítulo em que discute “A falsa e a autêntica ontologia de Hegel” (LUKÁCS, 2012, p. 181-280), muitos elementos da filosofia hegeliana permanecem presentes e preservados no modo como Marx trata a realidade (em especial, na ênfase dada à categoria trabalho, como princípio fundante do ser social, e alguns desdobramentos daí decorrentes). No entanto, a ruptura com o idealismo hegeliano constitui um dos momentos mais importantes da trajetória intelectual de Marx e da sua aproximação com o movimento comunista.

da existência” (MARX, 2011, p. 59) – frase com a qual, inclusive, Lukács inaugura o capítulo sobre Marx.

Certamente não é casual que Lukács tenha recorrido, com tanta frequência, a essas duas passagens: elas expressam de maneira clara as características mais marcantes da ruptura realizada por Marx em relação aos preceitos filosóficos predominantes na sua época. Com efeito, as duas sentenças contribuem para reforçar o núcleo central da “virada” materialista proposta por Marx no início do século XIX: em primeiro lugar, porque afirmam a própria existência do ser enquanto objeto possível do conhecimento humano; em segundo lugar, porque afirmam a prioridade do ser em relação à consciência (ainda que não haja aí uma relação mecânica de determinação, mas sim uma delimitação do campo de possibilidades).

As sentenças servem, portanto, como antídoto contra a filosofia idealista (que entende que há, ao contrário, uma prioridade da consciência em relação ao ser e que enxerga as categorias como conceitos puramente abstratos, produto do pensamento humano); contra as perspectivas ainda hoje dominantes no campo da filosofia da ciência (que negam a possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade ou que, no limite, negam a existência da própria realidade); e contra as vulgarizações na interpretação do marxismo promovidas durante o período stalinista (que, do ponto de vista do método, levaram às últimas consequências a noção de que haveria uma relação de determinação direta da superestrutura ideal pela base econômica).

Em sua época, Lukács foi capaz de perceber o predomínio dessas tendências e rechaçou-as com veemência, dirigindo críticas duras ao neokantismo, ao neopositivismo e ao que chamava de marxismo vulgar. Mais importante que isso, no entanto, foi o fato de Lukács ter encarado o combate a essas correntes não como uma questão puramente teórica, mas como uma questão *prática*⁴⁰.

As ideologias burguesas, na opinião de Lukács, atingem seu “auge no capitalismo, com as tendências neopositivistas de uma assim chamada

⁴⁰ Tanto na imensa seção final do último capítulo da *Ontologia* (LUKÁCS, 2013, p. 748-831) quanto em toda a parte final dos *Prolegômenos* (LUKÁCS, 2010, p. 288-382), Lukács discorre longa e profundamente sobre a temática que abordamos a seguir

‘desideologização’ de nossos conhecimentos sobre o mundo” (LUKÁCS, 2010, p. 156). Por trás do manifesto desideologizante do neopositivismo, difundem-se formas de consciência diversas que têm por pressuposto (mas também trazem como consequência) “apresentar o sistema atual da ordem econômico-socialmente manipulada como perfeição ‘última’ do humanamente possível, e assim atingir uma concepção do ‘fim da história” (*ibidem*). Ao se restringirem ao domínio puramente gnosiológico, eliminando completamente o ser da esfera do conhecimento (bem como critérios objetivos da verdade), acabam restringindo o âmbito das práticas possíveis à mera manipulação do socialmente existente⁴¹.

Por outro lado, “o predomínio exclusivo da deformação tática burocrática do marxismo por meio de Stalin” (*ibidem*) apresenta-se como um entrave ao “renascimento do marxismo”, necessário para que as temáticas da emancipação humana e da transformação social sejam devidamente retomadas. Podemos evitar os detalhes da extensa crítica de Lukács ao marxismo vulgar recolhendo aqui a lacônica conclusão do autor: “Se, pois, o método marxiano deve atingir novamente sua posição e função original, todo esse seu processo de deformação [...] tem de ser criticamente combatido e, até onde for possível, posto fora de circulação”⁴² (*ibidem*, p. 157).

Em seus últimos escritos (incluindo textos, palestras e entrevistas), observamos que Lukács vislumbra a possibilidade (a despeito das inúmeras dificuldades)⁴³ de que o marxismo, despido das deformações stalinistas, volte a funcionar novamente como instrumento de mobilização e intervenção

⁴¹ Na Ontologia, Lukács associa a desideologização neopositivista a uma justificada reação burguesa (liberal) ao nazifascismo: “O mito fascista enquanto forma ideal de uma ideologia é rejeitado com desprezo. Essa rejeição [...] é generalizada num sentido que visa levar à rejeição por princípio de toda ideologia, à desideologização como princípio. A intenção disso é precipuamente difamar de antemão toda ideologia, todo dirimir de conflitos sociais com o auxílio de ideologias” (LUKÁCS, 2012, p. 793). Embora, evidentemente, compreenda a reação ao nazifascismo como autêntica e necessária, Lukács não deixa de assinalar que o “antagonismo ideológico em relação à ideologia fascista dos mitos”, que assumiu a forma da negação da ideologia pela filosofia burguesa, tinha a vantagem de permitir simultaneamente degradar “à condição de ideologia mítica também todo o socialismo científico [...]” (*ibidem*).

⁴² Cf. também Lukács (2013, p. 786-788; 804-805).

prática na resolução de conflitos sociais (ou seja, como ideologia⁴⁴). Mas o fato é que, passadas aproximadamente cinco décadas desde a sua morte, a “tarefa atual do marxismo” (de que fala Lukács na passagem citada na introdução desse trabalho e em diversos outros momentos), ainda parece longe de se concretizar, bem como parecemos estar ainda distantes do “renascimento do marxismo” para o qual Lukács dedicou tantos esforços durante os últimos anos de sua vida. O que assistimos hoje, ao contrário, é a uma tentativa crescente (que se apresenta como uma tendência no plano mundial, com a expansão de movimentos de extrema direita, ultraconservadores) de apagar figuras como Marx e Lukács dos livros de História e Filosofia, pelo caráter subversivo e potencialmente revolucionário das suas reflexões.

Na contramão dessas tendências, procuramos demonstrar que é possível retornar a Marx com o auxílio de Lukács e, partindo das contribuições deixadas pelos dois autores, oferecer uma alternativa às perspectivas disponíveis hoje nos debates sobre método. Para tanto, mostramos como uma discussão sobre o método correto para a apreensão de determinado objeto (epistemologia), baseada em Marx, deve *sempre* partir de considerações gerais a respeito do próprio objeto (ontologia). Ou seja, são as próprias características constitutivas do ser que determinam a forma adequada de sua apreensão no pensamento.

No início desse trabalho, recordamos que, durante todo o seu percurso intelectual desde o fim da década de 1910 até sua morte em 1971, a despeito de muitas autocríticas e mudanças de opinião, Lukács preservou o

⁴³ É preciso notar, portanto, que não se trata de um otimismo ingênuo, carente de fundamento histórico concreto. Como ressalta Netto (2002, p. 79), “quando visualizava um ‘renascimento do marxismo’, Lukács tomava em conta as conquistas das massas trabalhadoras da Europa Ocidental ao longo das décadas de 1950 e 1960, os êxitos de anos e anos de lutas anti-imperialistas e anticolonialistas no então Terceiro Mundo, o forte movimento pelos direitos civis e pela paz nos Estados Unidos (à época engolfados na covarde agressão ao povo vietnamita), a ampla recusa das gerações mais jovens à manipulação capitalista da vida e, *last but not least*, as tendências renovadoras nas sociedades pós-revolucionárias”. Ao mesmo tempo, não são poucas as vezes em que Lukács chama atenção para o (longo) tempo necessário para que essa renovação aconteça.

⁴⁴ Ideologia entendida não no sentido de falsa consciência, mas como “meio de tornar conscientes os conflitos lançados pelo ser econômico-social e resolvê-los” (LUKÁCS, 2010, p. 354).

entendimento de que o elemento distintivo do marxismo como ciência é o método. Não nos parece ser fortuito que a mesma condição social que confere ao resgate do marxismo o caráter de um trabalho hercúleo é a condição que torna boa parte do marxismo ainda insensível com relação ao debate sobre a conexão entre o método e sua concepção geral de mundo. Não será, naturalmente, apenas com argumentos teóricos que tal sensibilidade será despertada. Mas considerando também que, sem argumentos teóricos, uma motivação prática facilmente deságua no voluntarismo, julgamos necessário valorizar a discussão teórica e abstrata nesses tempos tão concretamente dramáticos.

Referências

- BHASKAR, R. *The possibility of naturalism*. Brighton: Harvest, 1979.
- BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: EdUFF, 2016.
- CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- COUTINHO, C. N. "Lukács, a ontologia e a política". In: ANTUNES, R. & RÊGO, W. D. L. (orgs.) *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.
- KOLAKOWSKI, L. *The alienation of reason: a history of positivist thought*. New York: Anchor Books, 1968.
- LUKÁCS, G. *Estética. I. La peculiaridad de lo Estético*, Tomos I a 4. Barcelona; México D. F.: Ediciones Grijalbo, 1966.
- _____. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem; Viçosa: Editora da UFV, 1999.
- _____. "Bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". In: COUTINHO, C. & NETTO, J. P. (orgs.) *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social – volume I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social – volume II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2016a.
- _____. "Prefácio (1967)". In: LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2016b.
- MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *O capital – livro I, volume I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- _____. *O capital – livro III*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MEDEIROS, J. L. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica aos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EdUFF, 2013.

_____. “Se Marx tivesse escrito uma ontologia da sociedade, quais seriam seus elementos fundamentais?”, *Revista Outubro*, n. 26, p. 169-194, julho de 2016.

MUSTO, M. *Karl Marx's Grundrisse. Foundations of the critique of political economy 150 years later*. London; New York: Routledge, 2008.

NETTO, J. P. “Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade”. In: LESSA, S.& PINASSI, M. O. (orgs.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: BoitempoEditorial, 2002.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOHN-RETHEL, A. *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology*. London: The Macmillan Press Ltd., 1978.

STAROSTA, G. *Marx's Capital, method and revolutionary subjectivity*. Historical materialism book series, n°. 112. Leiden; Boston: Brill, 2015.

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

ADILSON MARQUES GENNARI

HENRIQUE TAHAN NOVAES

ENTRE O MERCADO E A REVOLUÇÃO: DOIS ESTUDOS DE
CASO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES
NO BRASIL – FLASKÔ E USINA CATENDE

Recebido em 07/05/2019

Aprovado em 02/10/2019

ENTRE O MERCADO E A REVOLUÇÃO: DOIS ESTUDOS DE CASO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES NO BRASIL – FLASKÔ E USINA CATENDE

FABIO SOUSA MENDONÇA DE CASTRO

Economista, doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC e professor de ensino superior na FMU.

Contato eletrônico: fabio.castro@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-7253-590X>

A D I L S O N MARQUES GEN- NARI

Economista e mestre em economia pela PUC-SP, doutor em Ciências Sociais, área de Desenvolvimento e pensamento social, Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra. Autor de História do Pensamento Econômico, Editora Saraiva, em co-autoria com Roberson de Oliveira, e de livros e artigos sobre desenvolvimento e realidade brasileira.

Contato eletrônico: gennariadilson@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9409-7848>

HENRIQUE TAHAN NOVAES

Docente da FFC da UNESP - Marília, economista pela UNESP - Araraquara, mestre e doutor pela UNICAMP, autor dos livros *Fetichismo da Tecnologia* e *Mundo do trabalho associado*.

Contato eletrônico: hetanov@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5247-3684>

Resumo

As políticas econômicas de talhe neoliberal, que se tornaram hegemônicas no final do século XX em grande parte da América Latina, levaram à falência muitas empresas que não puderam competir no novo contexto, o que redundou no surgimento do fenômeno da desindustrialização na estrutura produtiva de muitos países, promovendo o desemprego em massa e a degradação das condições de trabalho da classe trabalhadora. Em resposta a esse cenário, em busca de dignidade e sobrevivência, grupos de trabalhadores constituíram uma nova proposta de democratização das relações de trabalho: a recuperação da massa falida de empresas sob o controle operário. Esse fenômeno traz alicerçado em seu cerne a autogestão – apoiados em movimentos sociais, esses trabalhadores buscaram se organizar de forma contra-hegemônica, propondo formas alternativas de relação social de produção dentro do sistema capitalista, capazes de sobreviver às suas regras e encaminhar novas formas de relações com caráter emancipatório em suas comunidades. Este trabalho apresenta dois estudos de caso e um panorama das características do fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores, buscando observar o que elas sinalizam em termos de propriedade coletiva dos meios de produção, de democratização das relações de trabalho e como se relacionam com a sociedade.

Palavras-chave: autogestão; economia solidária; fábrica recuperada, trabalho coletivo.

Abstract

Economic neoliberal policies, that have become hegemonic in the late twentieth century in much of Latin America, bankrupted several companies that could not compete in the new context. This process resulted in the emergence of a de-industrialization phenomenon in the productive structure of many countries, promoting mass unemployment and the degradation of the working class working conditions. In response to this scenario, searching for dignity and survival, workers groups constituted a new proposal for democratization of labor relations: the recovery of the bankrupt firms under workers' control. This phenomenon is based on self-management at its core – supported by social movements, these workers sought to organize in a counter-hegemonic way, proposing alternative forms of social relationship of production within the capitalist system, capable of surviving its rules and to lead new forms of emancipatory relations in their communities. This paper presents two case studies and an overview of the characteristics of the phenomenon of enterprises recovered by workers seeking to observe what they signal in terms of collective ownership of the means of production, the democratization of labor relations and how they relate to society.

Keywords: self-management; solidarity economy; recovered factory; collective work.

Introdução

Compreender as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista é objeto de pesquisa de muitos trabalhos científicos na tradição do materialismo histórico e dialético. Nesta perspectiva, este trabalho buscará contribuir com o entendimento de um dos movimentos de resistência às mazelas do modo de produção capitalista, em sua faceta da falência de empresas. Ou seja, indica-se a recuperação de empresas pelos próprios trabalhadores e suas transformações nas relações sociais dentro do microespaço da produção.

A aceleração dos efeitos das mazelas oriundas das contradições do modo de produção aqui é abordada a partir da emergência da ideologia neoliberal que em meados da década de 1970 passa a disseminar seus modelos ao redor do globo. Modelos esses que predisõem uma nova divisão internacional do trabalho e impactam radicalmente na estrutura produtiva mundial, afetando de uma forma particularmente perversa os países subdesenvolvidos que haviam passado por um processo de industrialização, como no caso brasileiro. Nestes casos, a marcha ao colapso se dá por um retorno progressivo à teoria das vantagens comparativas, que se traduziu, nos países subdesenvolvidos, em um largo processo de desindustrialização.

No Brasil, é a partir da década de 1990 que este processo fica mais nítido e é também o momento em que muitas empresas do setor de manufatura começam a entrar em falência. A reação a este processo levou alguns grupos de trabalhadores a se oporem ao encerramento das atividades das empresas em que trabalhavam e a assumirem a gestão das mesmas de forma coletiva, dando origem às empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs).

O Grupo de Pesquisa em Empresas Recuperadas por Trabalhadores (GPERT) elaborou em 2014 um trabalho de mapeamento das ERTs no Brasil, constatando a existência de 67 empresas sob o controle operário que passaram pelo processo de recuperação. Este mapeamento é o ponto de partida deste trabalho. Além disso, a experiência em empresas brasileiras

será abordada em diálogo com a construção teórica argentina sobre ERT, cuja abordagem apresenta importantes contribuições à compreensão deste objeto, uma vez que, no país vizinho, estas experiências foram e ainda são paradigmáticas.

Na primeira seção deste artigo apresentaremos as características fundamentais deste fenômeno, seu conceito e o contexto da falência da empresa que leva à recuperação pelos trabalhadores, para assim discutir os três pontos que guiam este trabalho: a propriedade dos meios de produção, democracia operária e relações com a sociedade. Na segunda seção são apresentados os dois estudos de caso com o intuito de aprofundar a discussão sobre as ERTs. Já nas considerações finais almeja-se levantar questões sobre os limites e o aprendizado deixado por essas experiências.

I. Empresas recuperadas por trabalhadores

I.1. Conceito de ERT e o contexto da falência das empresas

As ERTs são um processo social e econômico que tem na sua formação e origem a existência de uma empresa nos moldes capitalistas, cujo processo de falência levou os trabalhadores a resistirem por seus postos de trabalho, única forma vislumbrada para sobrevivência, o que os leva quase que necessariamente à “luta por autogestão”¹.

Segundo Ruggeri (2014), as ERTs são a forma como os próprios trabalhadores denominam os empreendimentos, o que, portanto, sinaliza a ocupação de uma empresa preexistente. Por sua vez, depois de estabelecida, a ERT é como qualquer outra empresa convencional, fazendo parte do metabolismo social através da divisão do trabalho, ou seja, participando do sistema de trocas e engendrando relações de trabalho internas e externas a ela. Sua integração com o sistema, todavia, é ambígua, pois muitas de suas atividades

¹ A autogestão dentro de uma unidade produtiva é referente à gestão da produção sob controle dos trabalhadores. O conceito de luta por autogestão é apresentado por Nascimento (2005).

reiteram a natureza do sistema, outras, por sua vez, a negam introduzindo transformações radicais em aspectos econômico-sociais que são fundamentais para a reprodução das regras do mercado (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 19).

O fenômeno da recuperação de empresas pelos trabalhadores se dá num cenário de crise e falência da empresa. O patrão² deixa de cumprir suas obrigações, principalmente de salário, e promove uma situação crítica para os trabalhadores, que se deparam por vezes com o risco da fome. O desamparo leva os trabalhadores à urgência de agir coletivamente com os outros trabalhadores em situação similar, conduzindo à formação de conselhos que passam a tomar o controle da gestão da empresa.

Nos anos de 1980 tem-se notícia no Brasil dos primeiros casos de ERTs. O primeiro deles é o da Cooperativa Mista dos Têxteis do Estado do Rio Grande do Norte (COMTERN), que surge da conquista do maquinário e do galpão de uma empresa têxtil falida na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, através de leilão do passivo trabalhista em 1982. Ainda na mesma década outros casos emergiram: a empresa Walling Sul, a fábrica de máquinas de escrever Remington e a companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma, originando a COOPERMINAS (HENRIQUES, 2013, p. 143).

Este cenário dos anos 1980 no Brasil está muito ligado ao movimento sindical que ganhava força em meio à dissolução do regime da ditadura militar e aos indícios preliminares da ascensão da ideologia neoliberal. Consequentemente, a afirmação desta conjuntura na década seguinte impulsiona a deterioração das condições de trabalho e conduz ao acirramento da luta de classes. Para Singer (1998), o neoliberalismo é uma forma de reação do capitalismo ao poder de barganha dos trabalhadores, conquistado durante os anos dourados do capitalismo.

² “Patrão” é a forma tradicional como o operário se refere ao proprietário da empresa em que trabalha.

Nestes termos, o impasse neoliberal articula-se no sentido de pressionar os trabalhadores a fim de culpá-los pelas mazelas da crise econômica. Todavia, sabe-se que se trata de um esgotamento de um ciclo de acumulação capitalista, que se depara com uma transformação no modo de produção, tendo seus pilares na revolução microeletrônica e na ascensão do capital financeiro³.

A revolução microeletrônica permitiu às empresas assentadas nos países centrais, através de avanços radicais nas possibilidades de controle da produção, iniciarem um processo de transferência das plantas industriais para a periferia do sistema. Nesse sentido, as grandes corporações puderam elevar suas taxas de lucro ao transferirem a produção para locais cuja força de trabalho era relativamente mais barata.

Em outras palavras, esta etapa da globalização do capitalismo possibilitou uma expansão das fronteiras da exploração por parte das empresas dos países centrais, viabilizada pelos massivos volumes de capital relativos à intrínseca relação entre o capital bancário e o produtivo, entendido por Hilferding (1985) como capital financeiro.

Por outro lado, a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990 significou a concomitante crise global sem precedentes da classe trabalhadora. Nessas condições, o “trabalhismo”, ou seja, a forma das relações de produção característica da era de ouro do capitalismo, em que se afirmou a busca pela universalidade dos direitos do trabalhador, passa a ser o alvo preferencial das políticas dos governos neoliberais, cujos inimigos são tanto o Estado do bem-estar social europeu, o socialismo real e o chamado nacional-desenvolvimentismo na América Latina.

Alguns países da América Latina, principalmente aqueles que, em alguma medida, estabeleceram uma estrutura produtiva baseada na indústria e passaram a se inserir na divisão internacional do trabalho enquanto fornecedores de manufaturados, tornaram-se alvos de uma pressão irreversível

³ Para saber mais sobre a revolução microeletrônica consultar, Bacchi (2008).

para voltar a cumprir seu pretérito papel na divisão mundial do trabalho, ou seja, reprimarizar a produção.

No Brasil, esse movimento explode com a crise da dívida nos anos de 1980, mas vai ficando claro no decorrer da década de 1990, sobretudo com a abertura comercial e financeira, finalmente concretizadas no plano real, levando à falência muitas empresas, dadas as elevadas taxas de juros e a taxa de câmbio valorizada que se estabeleceram. Ou seja, não havia como concorrer dentro da lógica da acumulação capitalista com as mercadorias importadas que radicalmente entravam no país, oriundas de regiões com elevadas produtividades.

É no seio dessa conjuntura que se sedimenta o processo de falência massivo de empresas brasileiras. Essa conjuntura abriu um espectro de contestação popular que, em uma de suas frentes, apresenta-se na luta pela manutenção de postos de trabalho, resultando no surgimento de dezenas ERTs.

1.2. A propriedade coletiva

O primeiro ponto e fundamento da ERT é a questão da propriedade. Marx (2008, Livro III) apresenta que a “primeira ruptura com a velha forma” é a não existência da relação de classes dentro da unidade produtiva, mesmo que os trabalhadores venham a reproduzir a lógica de exploração sobre si mesmos.

No caso das ERTs, o suposto rompimento com a alienação dos meios de produção se dá num contexto de desconstrução. Os trabalhadores se veem na iminência de romper com a lógica do explorador e explorado no mesmo cenário em que, por anos, foram submetidos às regras do modo de produção hegemônico.

Nesse sentido, os trabalhadores tendem a postular que o funcionamento da ERT sob controle operário não foi uma situação desejada por eles. Agiram pela necessidade de conservar seus empregos e alimentar suas famílias. Esta particularidade evidencia que não há um caráter agressivo e

conscientemente organizado pelos trabalhadores contra o sistema de propriedade privada (RUGGERI, 2014, p. 21).

Para Dal Ri e Vieitez (2001), a ideia de que os trabalhadores associados são os novos donos da empresa não é totalmente correta. No limite, o único bem que realmente conta para os trabalhadores é o fato de serem membros de uma comunidade de trabalho. Mesmo assim, essa transformação diferencia a ERT da empresa convencional, que acumula excedentes para uma classe social em oposição a outra. Na ERT o que move os trabalhadores é “a reprodução da comunidade de trabalho em si mesma, ou seja, a criação, manutenção e reprodução dos postos de trabalho e consequente produção e distribuição de renda” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p.60).

Ressalta-se que na maioria das ERTs a luta dos trabalhadores não foi contra o patrão e muito menos houve resistência dos empresários contra a perda da propriedade, tendo em vista que os mesmos, em geral, “desapareceram”⁴ depois do processo de falência, precarização e sucateamento da unidade produtiva. Trata-se, por conseguinte, de uma luta contra os mecanismos previstos em lei para a liquidação dos bens das empresas quebradas e contra um sistema judiciário repressivo (RUGGERI, 2014, p. 21).

Nesses termos, há em alguma medida resistência dos trabalhadores a assumirem a propriedade coletiva dos meios de produção por meio de cooperativas. Por um lado, porque para isso devem abdicar do passivo de direitos trabalhistas que foi deixado pelo antigo dono e, por outro lado, como identifica Henriques (2013) ao observar a recuperação da Fábrica Zanón na Argentina, a propriedade pode significar um aburguesamento das relações de trabalho e perda da identificação operária.

O que fica explícito com relação à propriedade dos meios de produção, independente da forma jurídica assumida para que os trabalhadores organizem

⁴ O termo “desapareceram”, entre aspas, remete à característica destas falências, que tende a ser, de certa forma, desejada pelo proprietário, que já não almeja manter a unidade produtiva em funcionamento, por isso desaparecem, ou seja, não têm interesse no processo. Quer dizer: não havia interesse entre os capitalistas locais em nadar contra a corrente do capital mundial.

a produção, é que a figura do patrão está extinta nas relações sociais que ocorrem no microcosmo produtivo. Uma vez que a figura do patrão desaparece, as relações de produção assumem um novo caráter que possibilita outro espectro de organização social dentro da empresa, que evidentemente esbarra nos obstáculos impostos pela cultura de trabalho já estabelecida. A ausência de patrão, muitas vezes, constitui uma situação conflituosa para os trabalhadores, que estavam acostumados à subordinação e passam a ter que tomar decisões importantes para o processo de produção.

O rompimento desse pilar das relações de produção gesta a possibilidade de transformação da empresa tradicional em ERT. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que não se trata da expropriação do capitalista pelos trabalhadores, ou seja, não se observa uma insurgência operária. O papel dos trabalhadores é cravado na busca da manutenção de seus postos de trabalho e renda contra a lógica da ampliação do exército industrial de reserva. Lógica essa que encontra na legalidade, quase sempre, vantagens aos proprietários em oposição ao alienado.

Assim sendo, a questão da propriedade aparece de forma muito incerta. Ruggeri (2014) aponta que há quem acredite que não há força para avançar para a propriedade coletiva e social, e, portanto, o “limbo” jurídico a que estão submetidas grande parte das ERTs é, por hora, a melhor condição possível. Há certo receio de que avançar a reivindicação da propriedade para os trabalhadores pode estimular que as esferas do poder coloquem em xeque a existência do controle operário.

1.3. A socialização do poder

Uma vez que a figura do patrão já não rege as relações sociais dentro da unidade produtiva, passa-se a pensar no processo de transformação da produção para as formas autogestionárias, o que implica a necessidade de importantes mudanças na organização do processo de trabalho. É na gestão dos trabalhadores, a autogestão, que se observa a busca pela democratização das relações de trabalho, e é essa prática democrática que possibilita

o desenvolvimento da consciência operária. Rosa Luxemburgo explicitou este processo muitos anos antes:

Se para a burguesia a democracia tornou-se supérflua ou mesmo incômoda, é, ao contrário, necessária e indispensável à classe operária. É necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas [...] que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas. (LUXEMBURGO, 2005, p. 101)

Neste contexto, a busca por democratização das relações de trabalho dentro das ERTs tem uma característica peculiar. Há a necessidade de transformar as relações de trabalho dentro do mesmo ambiente e com as mesmas pessoas. Além disso, em geral, os trabalhadores que permanecem na empresa para encarar o processo de recuperação não têm experiência na gestão empresarial e social, ou seja, suas armas para colocar a empresa em funcionamento são sua força de trabalho e os conhecimentos referentes ao exercício profissional (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 83-84).

Entretanto, mesmo com este cenário, como não tinham saída, na falta do capitalista, os trabalhadores optaram por tomar o controle da produção e iniciar o processo de recuperação das empresas por eles mesmos de forma coletiva. Para Dal Ri e Vieitez, “somente no âmbito de atuação do trabalhador coletivo essas propriedades transformam-se em forças produtivas” (*ibidem*, p. 84).

É desta condição, portanto, que emerge a possibilidade de socialização do poder nas ERTs. Os trabalhadores estão supostamente em condição de igualdade na empresa, possibilitando uma organização mais democrática nas relações de produção. A expressão desta democracia operária se dá nas assembleias gerais, que se baseiam na ideia de que todos os trabalhadores têm espaço para colocar suas opiniões e deliberar coletivamente sobre a organização da empresa como um todo.

Vale ressaltar que assembleia geral não é uma novidade ou invenção das experiências de ERTs. Trata-se de uma tradição do movimento operário para legitimar decisões coletivas. Tampouco está relacionada à adoção da forma jurídica de cooperativa de trabalho, ou seja, apesar de estar regulamentada, no caso do Brasil, pela Política Nacional de Cooperativas, a assembleia geral está presente nas experiências de ERTs mesmo quando não adotam este modelo.

Complementa a organização das relações de trabalho nas ERTs a formação do conselho administrativo, que é um grupo de trabalhadores, eleitos em assembleia, responsável por tomar determinadas decisões sem a necessidade de assembleia geral, a fim de dinamizar processos cotidianos da produção. Em muitas cooperativas tradicionais, o conselho acaba assumindo o papel de uma diretoria de empresa capitalista, afastando-se do caráter democrático que se almeja no trabalho associado e menosprezando a importância da assembleia. No caso das ERTs, é notável que, em geral, os conselhos tendem a não assumir este caráter de diretoria capitalista, ou seja, o conselho serve de apoio às assembleias, e são essas que tomam as importantes decisões da gestão da empresa (RUGGERI, 2014, p. 89).

Estas características conformam, portanto, novas formas de organização interna, formais e informais, que impactam a perspectiva do modo de produção dentro da empresa. Não há um rompimento com a reprodução capitalista, uma vez que as empresas seguem participando do mercado e utilizando a mesma base técnica, mas há a possibilidade de formatar um ambiente alternativo de trabalho, onde práticas autogestionárias têm encontrado ambiente fértil para sua reprodução.

No processo de recuperação da empresa, em geral, os trabalhadores que conduzem a ação são aqueles do “chão de fábrica”, fato que exigiu, na maioria dos casos, a superação da ausência de gestores e quadros administrativos. Esta superação se dá, além da formação dos conselhos administrativos e pela organização de assembleias, por significativas modificações no processo de trabalho: o espaço deixado por uma “elite” empresarial propaga o

desenvolvimento do trabalhador coletivo autogestionário. Ou seja, a ruptura entre o trabalho manual e intelectual dentro da empresa é atenuada, ou até eliminada.

A primeira mudança se dá na redistribuição das tarefas, muitas vezes com múltiplas funções por pessoa, formando, em consequência, um trabalhador flexível, capaz de desempenhar funções distintas. Na mesma linha, a fim de disseminar o conhecimento do processo produtivo, mesmo enfrentando alguns níveis de resistência, muitas ERTs buscam adotar a rotação de funções no processo produtivo, o que possibilita o intercâmbio de conhecimento e evita a paralisação na produção no caso da ausência de um trabalhador especializado (*ibidem*, p. 85).

Outra importante mudança no processo produtivo refere-se ao ritmo de trabalho, pois o trabalhador sente-se mais relaxado no aspecto do controle da produção. Desta forma, aparecem formas mais humanas de organização da produção. Há um complexo universo de alternativas adotadas, mas são observados alguns casos de ausência do cartão de ponto, maiores tempos de almoço e outros descansos, escuta-se música e há até redução da jornada de trabalho. Entretanto, muitas vezes este relaxamento inicial vai dando espaço à adoção de novas normas e controle do trabalho, o que às vezes acarreta no que alguns autores chamam de autoexploração do trabalhador, tendo em vista que, por se sentir “dono” do próprio trabalho, o trabalhador predispõe-se a trabalhar mais tempo e com mais intensidade quando necessário (*ibidem*, p. 85-86).

Vale observar que essas mudanças no processo produtivo, que muitas vezes se apresentam de forma contraditória, acarretam em melhorias na organização do trabalho, o que garante, num primeiro momento, a sobrevivência destas experiências no mercado, mesmo nas condições adversas em que se encontram. O fato de os trabalhadores não estarem mais alienados do “todo” no processo produtivo, tendo em vista que participam das decisões e conhecem as etapas da produção, é fundamental para alavancar esta

organização coletiva do trabalho e, por exemplo, é muito significativa a redução no número de acidentes de trabalho nas ERTs.

Em síntese, essa socialização do poder tem condicionado mudanças na subjetividade do trabalhador. A experiência de luta e de vida leva o trabalhador autogestionário a assumir uma consciência distinta do trabalhador assalariado, algumas vezes consciente de seu papel de vanguarda nos processos de transformação social (*ibidem*, p. 92).

1.4. Relação com os movimentos sociais e a comunidade

É indissociável pensar no processo de recuperação de uma empresa pelos trabalhadores sem ter uma correlação política de alavanca. O próprio avanço das experiências de ERTs fomentou a organização de frentes de apoio à manutenção e recuperação destas empresas, muitas vezes assumindo papel de movimento social, ao mesmo tempo em que a relação com outros movimentos sociais e com as comunidades envolvidas intensificam-se.

Por se tratar de um processo, e não de algo pronto, a inserção de uma ERT na economia e na sociedade tende a se transmutar com o passar do tempo e de acordo com as condições galgadas na luta social. Avaliando isto, é possível observar as relações entre as experiências de ERTs com movimentos sociais e comunidades em três processos distintos: na recuperação da empresa para o controle operário; na manutenção da produção e dos postos de trabalho e na atuação para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção.

1.4.1. Recuperação da empresa

No processo de recuperação da empresa para o controle operário, há uma significativa aliança com os sindicatos. Segundo estudo do GPERT (HENRIQUES *et alii*, 2013), 61% dos casos de ERTs receberam algum tipo de apoio dos respectivos sindicatos no processo de recuperação, de diversas maneiras, como por exemplo: disponibilizaram instalações para reuniões e reorganização das atividades da empresa, doaram cestas básicas,

prestaram assessoria jurídica e administrativa e disponibilizaram serviços de transporte.

Essa aliança apresenta a importância das organizações dos trabalhadores, pois na eminência da ação popular, os atores têm algum pilar para se apoiar e resistir frente à pressão capitalista. Todavia, vale ressaltar que nem sempre os sindicatos estão preparados para essa situação. Aparentemente, no Brasil esse apoio apresenta-se na maior parte dos casos porque grande parte das ERTs, 45% das experiências, abrange uma categoria em que a organização dos trabalhadores é historicamente de resistência: os metalúrgicos.

Na Argentina, por exemplo, Ruggeri (2014) aponta que os sindicatos claudicavam e desconheciam a recuperação de empresas por trabalhadores, salvo poucas exceções, e os trabalhadores não se sentiam representados por organizações do cooperativismo tradicional. O que caminhou para que agrupamentos de ERTs passassem a surgir frente à necessidade de representação junto aos poderes públicos e para desenvolver laços orgânicos de solidariedade entre as empresas.

Neste mesmo sentido é que no Brasil surge a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em 1994, a fim de auxiliar a luta pela recuperação de novas empresas e formação e estruturação das mesmas depois do processo de recuperação. Outras duas organizações surgem posteriormente no intuito de assessorar empreendimentos solidários, dentre os quais as ERT: a UNISOL, em 1999, junto à CUT (Central Única dos Trabalhadores), e o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), em 2002, cuja reivindicação baseia-se na estatização das ERTs sob controle operário (HENRIQUES, 2013, p. 183).

Essas organizações passam a ser as principais alavancas políticas no processo de recuperação de uma empresa por trabalhadores, todavia, outras organizações sociais, partidos políticos, outras empresas recuperadas e a comunidade, também podem influenciar neste processo que, contudo, tem em seu cerne a determinação do próprios trabalhadores na luta pela manutenção de seus postos de trabalho.

1.4.2. Manutenção da produção

Para a manutenção da produção e dos postos de trabalho, a relação com a sociedade e com os movimentos sociais segue uma linha muito similar ao processo de recuperação, pois são projetos inacabados construídos dia após dia pelos trabalhadores. Esta característica de projeto em processo, alicerçado pelas condições de rompimento da relação explorador-explorado e de gestão democrática dos trabalhadores, explicita a constante necessidade de resistência das ERTs, sendo essencial o poder de pressão dos movimentos e organizações sociais frente ao poder público e ao capital para que as empresas não sejam fechadas.

Importante ressaltar que, apesar do caráter solidário adotado nas ERTs, a lógica da produção não se desvencilha do mercado, portanto, “cada empresa é compelida a cuidar de seus negócios e a competir no mercado” (DAL RI & VIEITEZ, 2001, p. 133). Essa contradição apresenta-se como um entrave, por exemplo, na relação entre empreendimentos solidários, pois a intercooperação acaba tomando caráter predominantemente comercial, deixando de reproduzir a determinação solidária, esmorecendo o impulso para formação de redes de cooperação na luta por autogestão.

Desta forma, a relação das ERTs com movimentos organizados da sociedade tende a ser um pilar importante para a manutenção da produção. Tendo em vista que, muitas vezes, os trabalhadores não têm uma prévia formação política que oriente o espírito de determinação radical despertado na iminência do desemprego, a aproximação de movimentos sociais tende a fortalecer o intento dos mesmos, possibilitando enxergar a importância de seu papel enquanto sujeito da história.

No entanto, no estudo do GPert (HENRIQUES *et alii*, 2013), verificou-se que apenas 19 ERTs declaram ter relação com movimentos sociais ou partidos políticos, para além das organizações de assessoria à economia solidária. Ou seja, fica evidenciado que a maioria dos experimentos de ERTs está posicionada de forma defensiva, na busca pela manutenção de seus postos de trabalho, sem se prospectar como uma alavanca para a transformação

social. Porém, há casos que tentam conduzir um caminho alternativo para essas experiências, o que fica mais claro observando o movimento para além dos muros da empresa.

1.4.3. Para além dos muros da empresa

Para além dos muros da unidade produtiva e do âmbito da produção, eleva-se o ponto em que a ERT pode se prospectar como um espaço de transformação social. Para compreender esta importância, volta-se à obra de Mészáros como apresentado por Novaes:

[...] podríamos interpretar la obra de Mészáros (2002), cuando este señala la necesidad de “ataques dobles”. Es decir, la necesidad del control coordinado de la producción mediante la democracia substantiva de los productores tanto en la empresa como en toda la sociedad. En el caso de las fábricas recuperadas, el control global de la industria por los productores asociados, además del control de fábricas separadas, Mészáros aboga que los Consejos de Trabajadores deben cumplir el papel de mediadores materiales efectivos entre el orden antiguo y el orden socialista anhelado (NOVAES, 2012, p. 186).

O que se pode verificar nesta ideia é que a proposta de ataques duplos consiste em romper os pilares aqui apresentados para manutenção da produção nas ERTs e, para além disso, disseminar, na sociedade como um todo, a experiência de controle operário e de democracia direta. Concomitantemente, por se tratar de experiências que conformam a desconstrução de uma estrutura típica capitalista e que passam a ser organizadas por trabalhadores associados, os meios democráticos deste tipo de experiência podem cumprir o papel de mediadores para a transformação social na sociedade como um todo.

Portanto, o que se expõe nesse pensamento é que, apesar do movimento legítimo de resistência e contestação que se eleva nas experiências de ERTs, o isolamento dentro da unidade produtiva limitado à manutenção dos postos de trabalho, sem prospectar uma aliança transformadora junto à sociedade,

tende a transformar os trabalhadores em proprietários, colocando-os na defesa de interesses privados contra o coletivo.

Por isso é importante destacar que há entre as experiências de ERT casos de avanços para além dos muros da empresa e para além do âmbito produtivo. Segundo o estudo do GPERT (HENRIQUES *et alii*, 2013), quando questionaram as 67 experiências de ERTs sobre a relação com a sociedade, apenas 49 delas responderam acerca deste tema, sendo que, deste total, 26% definem seu papel como geradora de vínculo de solidariedade. Este baixo percentual parece ter importante relação com o que já foi referido acima, quando tratada a relação das ERTs com movimentos sociais e partidos políticos.

Mesmo que em número reduzido, as ações para além do âmbito produtivo realizadas pelos trabalhadores têm promovido transformações pontuais em comunidades próximas às ERTs, para além da geração de emprego e renda. Por exemplo, no mesmo estudo foi verificado que em 18 experiências de ERTs há a realização de atividades culturais que envolvem a comunidade e, além disso, destas mesmas empresas:

[...] 33% efetuam doações; 28% organizam festas e eventos, tanto para os trabalhadores da empresa como para a comunidade; 11% organizam cursos de formação; 28% realizam “outros” tipos de atividades. Dentro da categoria “outros” podemos destacar: as visitas na fábrica, a implementação do programa federal Primeiro Emprego, a organização de palestras e atividades esportivas, a apresentação de peças de teatro, a organização de missas. Além disso, existe uma ERT que possui biblioteca aberta à comunidade e também doou um terreno para a construção de uma escola (ibidem, p. 173).

Destarte, este é o cenário de inserção das ERTs na sociedade. Não existe uma conduta unificada que possa caracterizar um movimento coeso, trata-se de um conjunto de empresas que lutam para sobreviver às duras regras do mercado a fim de manter seus postos de trabalho e renda. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de transformação que são compelidos a enfrentar para este fim tem promovido algum nível de conscientização solidária

entre os trabalhadores e, em alguns casos, há propostas que vislumbram atingir a sociedade para além dos muros da empresa e do âmbito da produção, levando à disseminação das experiências em suas comunidades.

2. Estudos de caso

Traçado este panorama das ERTs, abarcando a transformação a que estão fadadas e entendendo que se trata de um processo, nesta seção, o objetivo é observar dois estudos de caso no intuito de ilustrar o entendimento acerca dos limites e potencialidades destas experiências. A maior parte dos dados apresentados – exceto algumas informações obtidas posteriormente via comunicação direta com os atores – são provenientes de pesquisa de campo realizada em cada uma das experiências apresentadas, através de métodos de entrevista semi-estruturada e observação direta, cujos resultados foram apresentados na dissertação de nossa autoria, intitulada *Autogestão no Brasil* (CASTRO, 2015).

A escolha das experiências foi pensada a fim de observar casos que se tornaram paradigmas entre as ERTs, no sentido de que apresentam significativo debate dentro dos movimentos sociais. A primeira delas é a Fábrica Ocupada Flaskô, localizada em Sumaré, no estado de São Paulo, que se apresenta com a bandeira do Movimento das Fábricas Ocupadas pela estatização da fábrica sob controle operário. A segunda é a Usina Catende, localizada em uma série de municípios da região da Zona da Mata, com sede na cidade de Catende, no estado de Pernambuco, que já não produz, porém a recuperação da memória dessa experiência, que foi tratada como a “Comuna de Catende”, instiga qualquer pesquisa.

2.1. Fábrica Ocupada Flaskô

A Flaskô é uma fábrica da indústria química que produz tambores e bombonas plásticas desde 1979. A empresa fazia parte de um grupo econômico, chamado Grupo Empresarial HB, que era focado na manufatura e

comercialização de bens de consumo oriundos de resinas termoplásticas. Grupo em que estavam também as fábricas Cipla e Interfibras. Hoje os trabalhadores a denominam Fábrica Ocupada Flaskô.

A ocupação se dá, após um intenso processo de greves, em 12 de junho de 2003, quando os trabalhadores tomaram o controle da fábrica, organizando o conselho administrativo e assembleias gerais para gerir a produção e a administração da empresa. Todavia, para compreender a história da ocupação, é preciso remontar à história das outras duas fábricas: Cipla e Interfibras.

Em 2002, na cidade de Joinville-SC, os trabalhadores da Cipla e da Interfibras, na luta para cobrar salários atrasados e condições de trabalho, com apoio da organização política Corrente Trabalho do Partido dos Trabalhadores (PT), ocuparam as fábricas e organizaram uma comissão para gestão, o que deu origem ao MFO (Movimento das Fábricas Ocupadas), cuja reivindicação é a estatização das fábricas sob controle operário. Em 2003, num momento de euforia dos trabalhadores, tendo em vista a ascensão ao poder do PT, na figura do então Presidente Lula, os trabalhadores do MFO partiram para Brasília a fim de ampliar a luta por estatização das fábricas.

No meio do caminho passaram em Sumaré-SP para discutir a situação com os trabalhadores da Flaskô, que passavam por um processo similar de degradação das condições de trabalho e atraso de salários. Neste ínterim, alguns trabalhadores da Flaskô seguiram juntos com a comitiva para a reunião com o Presidente da República. Contudo, não lograram êxito quanto à estatização da Cipla e da Interfibras, uma vez que o Presidente Lula alegou não poder abrir precedente, pois acabaria por servir de exemplo para qualquer outra fábrica que passasse por dificuldades. No retorno a Sumaré, foi decidida a ocupação da Flaskô a fim de lutar pela manutenção dos postos de trabalho.

Como não houve efetivamente a falência da fábrica, apesar do sucateamento, os trabalhadores seguiram empregados⁵ pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e emitindo notas fiscais pelo CNPJ⁶ da empresa Flaskô, porém, a gestão passou a ser organizada por uma associação dos trabalhadores: Associação Hermelindo Miquelace, nome dado em homenagem a um antigo trabalhador da fábrica.

A fábrica, que no auge chegou a empregar mais de 500 trabalhadores, contava com aproximadamente 50 funcionários quando houve o processo de ocupação. Com a retomada da produção, a fábrica logrou inclusive ampliar as operações, contratando mais força de trabalho, tendo no ápice, em 2007, mais de 100 trabalhadores.

2007 foi um ano chave: foi quando a justiça impôs intervenção nas fábricas ocupadas, levando ao fechamento da Cipla e da Interfibras. A sentença foi revertida pela Flaskô, que conseguiu manter as operações por estar em outro estado do país. Entretanto, a reversão da sentença não foi vista com bons olhos e a fábrica sofreu uma série de punições que tentavam derrubar o controle operário. Durante 45 dias tiveram o fornecimento de energia cortado, o que danificou algumas máquinas e desencadeou uma série de atrasos nos salários, reduzindo consideravelmente a quantidade de funcionários.

Contudo, os trabalhadores resistiram e conseguiram restabelecer o fornecimento de energia e retomar as operações da fábrica. Desta vez com um cenário ainda mais desafiador, em que, por exemplo, trabalhadores do chão de fábrica assumiram cargos administrativos, mesmo sem experiência. Isso fica claro quando um trabalhador que era motorista passou a ser responsável pelo setor comercial, aproveitando o conhecimento que tinha dos clientes, uma vez que ele constantemente entregava produtos aos mesmos.

Hoje por volta de 40 trabalhadores mantêm a resistência da Flaskô, porém, há a constante ameaça de fechamento da fábrica e leilões do maquinário, o

⁵ Inclusive, os trabalhadores que eram terceirizados foram contratados e passaram a ser funcionários da Flaskô.

⁶ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

que é combatido com o apoio dos movimentos sociais. Quando é anunciado um leilão, a organização dos trabalhadores faz mobilizações em frente ao fórum onde acontece o possível arremate com a bandeira: “Se arrematar não vai levar, porque se levar vai desempregar”. Nos 15 anos de ocupação mais de 200 leilões ocorreram e nenhuma máquina foi arrematada.

Por isso, é possível verificar que há uma forte aliança com movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), cujo objetivo é a ocupação buscando um amparo institucional do governo para manutenção das atividades e democratização do acesso à terra, à moradia e ao trabalho. “Há uma interseção nessas lutas no que diz respeito ao interesse na desapropriação de terras, fábricas ou prédios e no cumprimento da função social da propriedade” (HENRIQUES, 2013, p. 255).

Essa aliança possibilitou o fortalecimento da Flaskô e aumentou o poder de pressão frente às adversidades que se apresentam para a manutenção da produção. Desta forma, é possível visualizar que o controle operário da fábrica vai além do âmbito produtivo, pois se articula na luta social para legitimar suas ações de enfrentamento, o que caracteriza-se tanto de dentro para fora como de fora para dentro, buscando uma alternativa às mazelas do capitalismo através da luta coletiva.

O cotidiano da Flaskô é marcado pela instabilidade. Além da pressão exercida pelo poder judiciário, há sempre a ameaça, ou efetivo, de corte de energia elétrica e há também questões financeiras como falta de crédito e elevado endividamento, o que dificulta o acesso à matéria-prima e a mantém em permanente grau de defasagem tecnológica. Estas características promovem tensionamentos constantes na fábrica e, uma vez que o mercado em que a empresa atua é regido pelas leis do capital, é exigido dos trabalhadores muito além da força de vontade para que se mantenham operando.

Entre outras coisas, as máquinas da Flaskô são antigas e com uma produtividade muito abaixo das empresas concorrentes do setor, o que em tese, pelas leis econômicas neoclássicas, determinariam um custo unitário

muito mais elevado frente às concorrentes. Este fato tenderia a pressionar a empresa a adotar preços competitivos que não se adequariam aos custos de produção, o que a levaria a encerrar suas atividades. Entretanto, o mercado em que atua a Flaskô é oligopolizado e possui demanda reprimida, portanto, toda mercadoria produzida pela fábrica é vendida, e, além disso, só não produz mais pela falta de condições de crédito para comprar matéria-prima.

Esse empecilho leva a Flaskô muitas vezes a se submeter ao mercado de maneira indireta através de atravessadores que levam matéria-prima à Flaskô e terceirizam a produção, obrigando-a a vender a mercadoria a um preço muito abaixo do que venderia em caso de adquirir a matéria-prima por conta própria.

As dificuldades de manter uma unidade produtiva em funcionamento dentro do mercado regido pelas leis do capital são inúmeras para uma empresa que estava à beira da falência e foi recuperada por seus trabalhadores. Para interpretar como é possível que neste cenário a fábrica mantenha seu funcionamento há mais de 15 anos, cabe verificar as três óticas apresentadas na primeira seção.

A questão da *propriedade coletiva dos meios de produção* não é necessariamente uma das bandeiras defendidas pelos trabalhadores da Flaskô, pois não existe a perspectiva de se tornarem “donos”, tendo em vista que defendem a estatização da fábrica sob controle operário. Ressalta-se que a ruptura da relação explorador-explorado não se deu de forma “romântica”, nem mesmo de uma ação de insurgência operária. O sucateamento da fábrica tornou-se evidente e o atraso de salários, falta de energia elétrica constante e falta de água conduziram os trabalhadores a uma condição de risco. É nesse cenário que os trabalhadores concluíram que ocupar seria a melhor opção frente à possibilidade de desemprego.

Essa ruptura, em que a figura do patrão é extinta dentro da empresa, promove a emergência de uma nova organização do trabalho, e se destaca que o trabalhador já não se sente subjugado pela supervisão patronal, oferecendo

sua força de trabalho para contribuir com o avanço do trabalho coletivo. Por exemplo, o trabalhador que antes não podia nem ao menos sair de seu posto de produção para ir ao banheiro, a partir do controle operário tem essa liberdade sem julgamentos. Eles costumam dizer que já não há o “chicote do patrão”.

Este detalhe sedimenta um trabalhador muito mais motivado, envolvido com a empresa e conhecedor do processo produtivo do início ao fim, muitas vezes estando flexível para atuar em postos diversos na emergência de substituir algum companheiro de trabalho que se ausenta. Essas características possibilitaram a significativa redução da quantidade de acidentes de trabalho e, também, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução dos salários. De tal sorte que é possível encontrar na Flaskô indícios da presença do trabalhador coletivo autogestionário.

A questão da *democratização das relações de trabalho* ampara-se nos princípios do cooperativismo, apesar de os trabalhadores não adotarem a forma jurídica de cooperativa. A formação do conselho de fábrica e a constante prática de assembleia geral, assim como a contínua comunicação entre os trabalhadores, aproximam-nos e os fazem sujeitos da grande maioria das decisões. Todos os funcionários da Flaskô são membros da Associação dos trabalhadores, tanto os antigos como os novos que entram na fábrica, portanto, seguem a regra de uma cabeça igual a um voto.

Para além dos muros da empresa é onde se observam os elementos que permitem entender o potencial transformador da resistência da Flaskô. Há muita atividade envolvendo a comunidade ao redor da fábrica e há um intenso interesse em disseminar a experiência do controle operário. Destacam-se a existência da “Fábrica de Cultura e Esportes” – instalada em um galpão inutilizado da fábrica, onde são organizados diversos eventos culturais e atividades voltadas para política e educação, com intenso envolvimento da comunidade ao redor– e a Vila Operária e Popular, assentada em três quartos da área da propriedade da empresa, que abriga 550 famílias e foi pensada e organizada na aliança dos trabalhadores da fábrica com o movimento de

luta por moradia da região, almejando a regularização como um bairro da cidade.

Evidentemente, não se trata de um ambiente sem imperfeições e contradições. A Flaskô sobrevive mês a mês sem saber se continuará funcionando no dia seguinte, devido, principalmente, ao alto endividamento, aos constantes cortes de energia elétrica e ao risco de as máquinas deixarem de funcionar⁷. Este cenário de incertezas exige uma organização dinâmica e articulada dos trabalhadores. A Flaskô, neste sentido, alcançou o status de um significativo espaço de debates do meio acadêmico e militante no Brasil e no exterior, tornando-se referência das discussões sobre controle operário.

2.2. Usina Catende

A Usina Catende, localizada no município de Catende-PE, que possui engenhos em Palmares, Jaqueira, Xexéu e Água Preta, na Zona da Mata pernambucana, remonta a uma história de mais de 100 anos, chegando, no auge, ao posto de maior usina de cana da América Latina, com 70.000 hectares. Além desta dimensão, a usina possuía mais de 150 quilômetros de rede ferroviária e uma hidrelétrica própria.

No início dos anos 1990, a Usina Catende reunia um complexo de 48 engenhos, distribuídos em 25.000 hectares. Sua produção de açúcar e álcool envolvia um elevado percentual da população da região, sendo aproximadamente 500 trabalhadores na cidade e 2.500 trabalhadores no campo. Estimava-se que quase 20.000 pessoas dependiam do trabalho disponível na produção da usina para sua sobrevivência.

A organização do trabalho em Catende formatava-se em um modelo semi-feudal, caracterizado pela intensiva submissão e pelo trabalho exaustivo. Além disso, nas terras onde moravam os trabalhadores do campo, não era permitido praticar nenhum tipo de atividade na agricultura ou pecuária

⁷ No momento da divulgação deste artigo, a Flaskô passa por um período de quase um ano com o fornecimento de energia interrompido. A produção está parada, mas a ocupação da fábrica permanece.

familiar, sob o risco de perseguição ou até morte, tendo em vista que relatos apontam que os capatazes, muitas vezes, andavam com porte de arma de fogo para vigiar os engenhos. Como boa parte dos trabalhadores era contratada apenas nos períodos de safra, a fome era recorrente nas entressafras.

A crise na usina tem origem com o fim do programa Pró-Álcool, durante o governo do Presidente Fernando Collor, que desarticulou o poder dos usineiros da região e promoveu o desemprego em massa. A Usina Catende foi muito afetada por essa crise e em 1993 inicia-se um processo de não pagamento dos salários e direitos trabalhistas e de demissões em massa.

Para entender o movimento de resistência dos trabalhadores que se instaurou em Catende a partir de então, é preciso lembrar que a região havia sido palco, no passado, de grandes lutas sociais. A mais impactante refere-se à luta quilombola, tendo em vista que boa parte dos engenhos da Usina Catende estava sobre áreas que no passado foram parte do paradigmático Quilombo dos Palmares, idealizado na figura de Zumbi dos Palmares. Mais recentemente, nos anos 1960, no imaginário da organização operária-camponesa, recordam-se as históricas lutas de Miguel Arraes, Francisco Julião e Gregório de Bezerra nas chamadas ligas camponesas. A memória da luta social não abandona a classe dos trabalhadores e, com essa contextualização, é possível ter idéia do porquê da determinação dos trabalhadores que resistiram na Usina Catende.

Trata-se, aqui, de um resgate da memória da resistência da usina, tendo em vista que desde 2012 ela foi obrigada, por uma decisão judicial, a encerrar suas atividades, promovendo o sucateamento das suas instalações e o desemprego da população da região, levando os trabalhadores a uma condição de risco, com insegurança alimentar, acarretando num esvaziamento das cidades e abandono do campo. A única luta que ainda resiste na região é a busca pelos direitos trabalhistas devidos aos trabalhadores da Usina Catende, possíveis de serem pagos através do leilão das instalações da usina.

De 1993 a 2012, nos quase 20 anos de luta, a experiência da Usina Catende demonstrou que os trabalhadores têm condições de gerir a usina através da

autogestão. Entre outras coisas, porque distribuiu renda e não concentrou, dignificou o trabalho e democratizou a propriedade da terra. Além disso, a gestão dos trabalhadores de Catende criou um modelo de produção de açúcar e álcool totalmente diferente do que existia no Brasil desde a Colônia, que é a articulação decommodities com a agricultura familiar.

A luta por autogestão em Catende inicia-se, portanto, em 1993, quando em meio à suposta crise da usina, 2.300 trabalhadores do campo foram demitidos. Essa demissão coletiva promoveu a intensa insatisfação dos trabalhadores, que além de demitidos, não receberam seus direitos trabalhistas e ainda foram pressionados a deixar suas casas, ameaçados de que os sítios seriam destruídos. Desta forma, a luta, a princípio, amparava-se na permanência nas terras e na cobrança de direitos trabalhistas. A organização da luta, com apoio de uma articulação dos sindicatos da região, levou à emancipação de um movimento que pressionou os proprietários através de greves e acampamentos.

Sob pressão e almejando que os trabalhadores que permaneciam empregados não se contagiassem pelo movimento, os patrões fizeram a ameaça de falência a fim de coibir o avanço das reivindicações e enfraquecer a luta dos trabalhadores desamparados, gerando insegurança. Todavia, as reivindicações não cessaram, postergando-se até o fim de 1994, quando os trabalhadores empregados estavam com salários atrasados e não receberam o 13º salário. Esse fato conduziu a um fortalecimento do movimento de resistência dos trabalhadores que estavam desempregados. Soma-se a isso o fato de haver uma euforia política enraizada na vitória eleitoral de Miguel Arraes para o governo do estado de Pernambuco naquele mesmo ano.

Em 1995, sentindo-se ameaçados e avaliando a inviabilidade de manter a produção, os proprietários abandonaram a usina, deixando uma procuração a um administrador para cuidar da empresa por 90 dias. Findo o prazo da procuração, os trabalhadores e os sindicatos⁸ deram um passo até então

⁸ Interessante notar que esta forte aliança entre os trabalhadores e os sindicatos se dá muitas vezes, segundo relatos, por um forte vínculo familiar existente, pois muitos sindicalistas eram filhos de trabalhadores da usina e do campo.

inédito, pedindo a falência da usina. O maior credor da usina era o Banco do Brasil, que firmou a indicação de massa falida. A partir de então, os trabalhadores, buscando a apropriação dos meios de produção através de seus direitos trabalhistas, tomaram o controle da usina e dos engenhos para administrar a massa falida da Usina Catende sob a tutela de um administrador indicado pela justiça, com apoio dos sindicatos.

Os trabalhadores foram readmitidos, porém, os primeiros anos foram muito duros. Tiveram que resistir às dificuldades de reorganizar a estrutura falida de uma empresa que, por mais de um século, explorou a força de trabalho segundo os interesses do capital. Até 1998, viveu-se um momento crítico, em que os trabalhadores sobreviveram muitas vezes da doação de cestas básicas com apoio de ONGs, sindicatos, políticos⁹, associações de bairro, comerciantes locais e outros movimentos sociais. Nesse período de árdua resistência, foram criados núcleos de segurança alimentar, o que permitiu superar essa fase. A partir de 1998 tem início o projeto reestruturador que permitiu a construção da alternativa autogestionária. A princípio, a ideia era organizar os trabalhadores através da forma jurídica de uma cooperativa. Porém, houve resistência, uma vez que a memória sobre cooperativas, que era hegemônica, tinha características negativas, pois, no passado da região, alguns experimentos de cooperativas foram organizados para explorar a força de trabalho de forma extremamente injusta. Isso posto, foi criada a Companhia Agrícola Harmonia, a fim de suceder a massa falida, sendo uma salvaguarda para, quando fechasse o processo de falência, os trabalhadores adquirissem o patrimônio da usina através de seus créditos trabalhistas.

As transformações da produção principiam quando algumas comunidades começam a solicitar terras para plantar cana ou recuperar canaviais que estavam degradados, os quais a administração judicial não conseguia atingir.

⁹ Há relatos de que o então governador do estado, Miguel Arraes, foi até a Usina Catende no início da gestão dos trabalhadores e, vendo aquela determinação, emocionou-se, prometendo ajudar no que fosse possível para que o projeto caminhasse.

Desta forma, foi criado o programa “Cana de Morador”¹⁰. A gestão dos trabalhadores passou a moldar novas formas de produção de cana. Existiam áreas coletivas e áreas familiares de plantio de cana, onde respectivamente se plantava para a garantia de seus salários junto à usina e para galgar algum excedente para as famílias. Neste íterim também se incentivou a diversificação da produção agrícola, a fim de superar o ciclo secular da monocultura.

Essa organização permitiu a melhoria da qualidade de vida na região, possibilitando a disseminação de uma nova cultura de trabalho, apesar de muitas vezes sofrer resistência de alguns grupos de trabalhadores. As decisões eram tomadas no conselho e a pauta de discussão pairava sobre os seguintes pontos: “1) recuperar a estrutura produtiva para manter e gerar novos empregos; 2) erradicar o analfabetismo; 3) erradicar a fome nos períodos de entressafra da cana de açúcar; 4) implantar soluções inovadoras de produção e de gestão” (NASCIMENTO, 2005).

Com a ascensão do PT à Presidência da República, após 2003, como não avançava o processo falimentar, iniciou-se um conjunto de desapropriação dos engenhos para fins de reforma agrária. Com isso, para melhor organizar a produção no campo foi criada, em 2004, a Cooperativa Harmonia, possibilitando o acesso ao crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para desenvolver a agricultura, o que gerou impacto positivo na produção agrícola e melhoria nas condições de trabalho no campo. Nesta fase, um novo administrador indicado pela justiça com apoio dos trabalhadores, oriundo da luta pelo programa “Cana de Morador”, passa a tomar a frente na Usina. E como não poderia deixar de ser, a cooperativa gerou muita discordância entre os trabalhadores, que, todavia, seguiram determinados.

¹⁰ Para perceber o impacto do projeto Cana de Morador, é possível notar que a primeira comunidade que solicitou áreas para o plantio fora Balsamo Galinha, onde morava o trabalhador que posteriormente se tornou o administrador, indicado pela justiça, da Usina Catende.

Os anseios dos trabalhadores estavam enraizados em dois pontos principais: a segurança alimentar e a garantia do trabalho. Prospeçtava-se uma nova forma de cidadania e almejava-se a emancipação da classe trabalhadora, com moradia decente, preocupada com a questão ambiental e com a relação com as cidades.

Apesar de essa luta ter sucumbido por diversas questões políticas e até climáticas, devido a uma enchente que destruiu a hidrelétrica da fábrica, dois grandes entraves apresentaram-se ao longo do período. O primeiro foi a longa espera por uma resolução judicial quanto à propriedade da usina. O segundo é referente à produtividade, porque a produção em Catende permanecia intensiva em trabalho, dado que os terrenos da região não são propícios para a utilização de grandes colheitadeiras, por serem muito acidentados, enquanto em outras regiões a produtividade da cana se acelerou com a intensificação do capital na produção em terrenos planos.

Em 2012, quando as atividades da Usina Catende foram encerradas, ficaram na história quase duas décadas de aprendizado operário e a região foi drasticamente castigada pelo desemprego. Hoje, boa parte dos trabalhadores migrou para outras regiões em busca de trabalho e as cidades estão esvaziadas, entretanto, a memória da experiência de Catende ainda paira sobre a região, somando-se aos eventos passados que fizeram da Zona da Mata um local de contestação e resistência contra a opressão.

Considerações Finais

As experiências de ERTs são um fenômeno que faz parte de um processo particular que abarcou de forma mais significativa os países onde o processo de desindustrialização transformou radicalmente a estrutura produtiva, como no caso do Brasil e da Argentina, onde foi e é mais decisiva. Portanto, para entender as ERTs, é preciso localizá-las em um processo de reação operária frente à degradação das condições de trabalho promovida

pelo avanço da condição neoliberal em países subdesenvolvidos com algum nível de indústria pré-estabelecido.

Isto quer dizer que este modelo de resistência dos trabalhadores tem seus limites vinculados a um processo histórico que hoje praticamente está completo, dado que o retrocesso que encaminhou estas economias à reprimarização produtiva, a fim de se integrarem nas chamadas cadeias globais de valor, praticamente já devastou qualquer indústria autônoma que porventura sobrevivesse na região. Portanto, as ERTs, como conceituado aqui, parecem não ser um modelo com espaço para repetição em outras experiências de falência de empresas no período histórico que se segue, dado que a sobrevivência de uma empresa hoje depende de sua completa integração no âmbito do capital global, o que restringe reações semelhantes às que configuram as ERTs.

Todavia, isto não quer dizer que os trabalhadores não voltarão a ocupar os meios de produção em algum momento no futuro. Por isso a importância de compreender as características das ERTs, uma vez que o operário em experiências que ousaram inverter a lógica de reprodução do capital, ao menos internamente a uma empresa, constitui um passo no sentido da conscientização de classe dos trabalhadores em busca de sua emancipação, pois os permite compreender que há possibilidades de produzir a partir de uma lógica alternativa ao modo hegemônico de produção.

O fato de as ERTs estarem sujeitas à dinâmica do mercado, incontornável e imprevisível, é decisivo em suas trajetórias, porque a necessidade de vender a mercadoria produzida pressiona a associação dos trabalhadores a reproduzir a lei do valor. Assim como os capitalistas, que no gerenciamento de sua parcela do capital, dada a condição de concorrência do mercado, são compelidos a reproduzir a lógica do sistema, essa mesma concorrência obriga os trabalhadores a se tornarem algo como capitalistas de si próprios. A lei do valor permanece inalterada. Assim como nas empresas geridas por capitalistas se produz com fins mercantis, na empresa gerida pelos

trabalhadores não é diferente, e isto significa que as ERTs estão limitadas desde sua concepção por sua condição inerente ao mercado.

Os estudos de caso apontaram essas características centrais, logrando longas trajetórias de resistência, entretanto, sempre sujeitas às instabilidades da inserção no mercado e limitadas pela necessidade de sobreviver em meio a essas contradições. Além disso, dado que as ERTs configuram uma estrutura produtiva constituída sobre uma planta não interessante ao capitalista, sua produção permanece estabelecida sobre um padrão técnico pouco dinâmico, o que quer dizer que a concorrência do mercado, que caminha intensamente atrás da elevação da produtividade, tornará inviável a manutenção da produção nas ERTs em algum momento.

Talvez por isso, como no caso da experiência da Flaskô, dada a inevitabilidade da concorrência do mercado, haja o intento da estatização da fábrica enquanto meio de produção que tem sua função social a ser cumprida. Todavia, a estatização também encontra contradições decisivas em sua concepção, tendo em vista que o Estado não está dissociado do mercado. Os trabalhadores do setor público, assim como os assalariados dos capitalistas, estão sujeitos a uma dinâmica produtiva alheia aos seus interesses, uma vez que o caráter capitalista do Estado se alicerça dentro das condições de interesse geral do capital. Isso leva à compreensão de que mesmo sob condição de empresa do Estado, a empresa não deixaria de estar sujeita às regras do mercado, o que não eliminaria as contradições de sua existência.

A Revolução, que poderia ser almejada no passo dos trabalhadores ao gerir a empresa onde reproduzem suas vidas, encontra sua barreira intransponível no mercado. Aos trabalhadores que almejam sua emancipação enquanto classe, muito além de tomar o controle da produção em unidades produtivas isoladas, cabe sistematicamente disseminar seu conhecimento operário a ponto de se permitir a emergência de suas demandas dentro do poder político. Por enquanto, o motor da luta é o combate à miséria.

Referências

- BACCHI, Sérgio. *La crisis final del capitalismo*. Santiago do Chile: Ernesto Carmona, 2008.
- CASTRO, Fabio S. M. *Autogestão no Brasil: um olhar a partir de casos de empresas recuperadas pelos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.
- DAL RI, Neusa M. & VIEITEZ, Candido G. *Trabalho associado: cooperativas e as empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- HENRIQUES, Flávio Chedid. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HENRIQUES, Flávio Chedid et alii. *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NASCIMENTO, Claudio. *Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende: Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias*. Brasília: Senaes, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF0BC7F11434/prog_becosapos.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.
- NOVAES, Henrique T. “Las bases del socialismo autogestionario: la contribución de István Mészáros”. In: HARNECKER, C. P. *Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba*. La Habana: Caminos, 2011.
- RUGGERI, Andrés. *¿Qué son las empresas recuperadas? Autogestión de la clase trabajadora*. Buenos Aires: Continente, 2014.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAROLINA COELHO FERREIRA
ALEXANDRE OTTONI TEATINI SALLES

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRINCÍPIO DE CAUSAÇÃO
CIRCULAR CUMULATIVA DE GUNNAR MYRDAL

Recebido em 13/06/2019
Aprovado em 02/10/2019

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRINCÍPIO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA DE GUNNAR MYRDAL

CAROLINA COELHO FERREIRA

Mestranda em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha (UVV).

Contato eletrônico: carol.coeelho2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4223-908X>

ALEXANDRE OTTONI TEATINI SALLES

Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós Graduação em Economia da UFES. É PhD in Economics, University of Hertfordshire/UK; Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Contato eletrônico: aotsalles@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9074-2531>

Resumo

O objetivo do artigo é analisar a visão de Gunnar Myrdal a respeito do processo de desenvolvimento econômico e, a partir daí, demonstrar que a redução da desigualdade social é um elemento central para que nações subdesenvolvidas alcancem o desenvolvimento. O cerne da argumentação de Myrdal a este respeito é o princípio da causação circular cumulativa (CCC). As desigualdades por ele discutidas não se apresentam apenas como uma análise estatística nos níveis de renda *per capita* dos países, mas também como abismos que se formam em questões relacionadas à justiça social e na sua gama de instituições que emergem a partir daí. O artigo conclui que: i) quando comparada às teorias convencionais, a CCC apresenta-se como uma ferramenta mais adequada à análise dos problemas do subdesenvolvimento; ii) a redução das desigualdades impacta em maior crescimento econômico; iii) deve haver intervenção estatal na economia através do planejamento; iv) as instituições nesses países ampliam as desigualdades e impactam negativamente no processo de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: causação circular cumulativa; desenvolvimento econômico; desigualdade social; Gunnar Myrdal.

Abstract

The article aims to analyze Gunnar Myrdal's view on the process of economic development and demonstrate that the reduction of social inequality is a central element for underdeveloped nations to achieve development. The core of Myrdal's argument in this respect is the principle of circular cumulative causation (CCC). The inequalities he discussed are presented not only as a statistical analysis of *per capita* income levels but also as gaps formed in issues related to social justice and in the range of institutions that emerge from there. The article concludes that: i) when compared to conventional theories, CCC presents itself as a more adequate tool to analyze the problems of underdevelopment; ii) the reduction of inequalities impacts on greater economic growth; iii) there must be state intervention in the economy through planning; iv) local institutions may widen inequalities and impact negatively the process of economic development.

Keywords: circular cumulative causation; economic development; social inequality; Gunnar Myrdal.

I. Introdução

O artigo examina a visão do economista sueco Gunnar Myrdal acerca do desenvolvimento econômico e da relevância do tema “desigualdade social” nesse processo. Seu objetivo principal é demonstrar que, segundo a abordagem do autor, a redução da desigualdade social é um aspecto central para se atingir o desenvolvimento econômico, uma vez que seus efeitos são ubíquos e se desdobram sob a forma de uma sequência cumulativa.

As desigualdades por ele discutidas não se apresentam apenas como uma análise estatística nos níveis de renda *per capita* dos países, mas como abismos que se formam em questões relacionadas à justiça social e na gama de instituições que emergem a partir daí. Myrdal (1972a) ressalta que as questões de justiça social estão relacionadas a medidas que mitiguem as deficiências existentes no padrão de vida de grande parcela da população mundial, tais como a desnutrição, a ausência de cobertura básica nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento, segurança e demais aspectos sociais.

Um dos elementos centrais da argumentação de Myrdal é a análise das inadequações institucionais observadas em muitos países. Para ele, esse é um aspecto central que os impede de progredir no processo histórico lento e penoso do desenvolvimento econômico. Sua expressiva atuação política nos anos 1930 e 1940 o capacitou a identificar determinados entraves cruciais ao desenvolvimento das nações como um todo. Nesse sentido, ele elaborou uma análise multidisciplinar e adaptada às idiosincrasias do mundo real ao invés de elaborar modelos formalizados de grande abstração teórica. Por isso, suas publicações são repletas de elementos de análise de natureza histórica, política e sociológica. Em conjunto, os argumentos elaborados ao longo de sua vida acadêmica sustentam diversas proposições acerca dos problemas que impedem as nações de alcançarem o desenvolvimento. A esse respeito, um ponto a ser destacado sobre sua obra é a interdependência entre as esferas econômica, social e institucional enquanto elementos causais do desenvolvimento. De fato, essa é uma característica marcante do

trabalho do autor, de maneira que, especialmente no período pós-guerra, suas ideias tiveram grande influência no pensamento internacional desenvolvimentista. Por este motivo, Myrdal foi laureado com o Nobel de Economia em 1974.

O artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. A seção seguinte apresenta sumariamente as principais contribuições teóricas de Myrdal, bem como sua atuação como arquiteto da política de bem-estar social na Suécia. Em seguida, discute-se sua interpretação a respeito das desigualdades sociais e a forma como os países em desvantagem buscam, através do desenvolvimento econômico, libertar-se da condição que ocupam. A quarta seção apresenta sua teoria de causalção circular cumulativa como uma ferramenta útil à análise sobre os entraves ao desenvolvimento e como uma forma de promoção de sua superação. A quinta procura integrar a importância da atuação do Estado na teoria do autor e analisa os impactos da corrupção e das relações de poder nos chamados *soft states*. Por fim, breves considerações finais concluem o artigo.

2. Myrdal enquanto arquiteto da política de bem-estar social

Gunnar Karl Myrdal foi um dos nomes mais notáveis da Escola de Estocolmo. O autor viveu por quase noventa anos e na maior parte destes esteve dedicado ao estudo sobre o desenvolvimento econômico dos países pobres. Uma característica presente na vida acadêmica do autor é a constante evolução do seu pensamento, que em diversas ocasiões se traduziu no revisionismo de suas próprias teorias. Myrdal formou-se em Direito pela Universidade de Estocolmo e participou de partidos políticos conservadores durante sua juventude. Contudo, à medida que dedicava suas pesquisas a temas de natureza econômica – e abandonava o direito –, afastava-se das ideias conservadoras. Seu trabalho intelectual recebeu grande influência do

pensamento acerca do bem-estar social elaborado por Knut Wicksell¹. Já sua orientação ideológica foi em parte influenciada por Alva Reimer², a jovem atuante no Partido Social Democrático que viria a se tornar sua esposa (SWEDBERG, 2017).

Além de economista, professor e pesquisador, Myrdal foi um notório político. Após a Grande Depressão foi eleito Senador, e por sua atuação em prol de reformas igualitárias é considerado um dos principais articuladores do Estado sueco de bem-estar social. Myrdal foi reeleito em 1942, mesmo ano em que se tornou membro da diretoria do Banco da Suécia e Presidente da Comissão de Planejamento do Pós-Guerra. Durante os anos 1945 e 1947 atuou como Ministro do Comércio e assumiu a Secretaria Executiva do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – onde trabalharia por mais dez anos. Após 1957, o autor passou a dirigir o estudo, encomendado pela *Twentieth Century Fund*, a respeito dos problemas de desenvolvimento dos países asiáticos. Tal estudo culminou em sua respeitada obra *The Asian Drama* (1968/1977).

Segundo o autor (1969/1970), seu trabalho acadêmico pode ser dividido em três fases: teoria econômica, economia política, e economia institucional. Os anos 1920 marcaram sua fase que ele denomina de “teórica”, onde seus artigos estavam relacionados à tradição neoclássica. Em 1930, publica *The Political Element in the Development of the Economic Theory*³, onde faz uma análise crítica sobre a forma como as concepções políticas dos autores da Ciência Econômica permeiam a teoria econômica tradicional, influenciando o estudo “objetivo” da ciência econômica. Sobre esse aspecto, ele dá

¹ A influência de Wicksell pode ser notada em algumas passagens. Por exemplo, em *Against the Stream* (1973a/1974), Myrdal afirma que o pensamento de Wicksell a respeito do equilíbrio monetário é superior à teoria de Keynes. Outra evidência é que a proposta wickselliana de “efeito cumulativo”, ou seja, de que as taxas de juros têm efeito sobre o aumento da inflação, serve de base para a teoria de Myrdal de causalção circular cumulativa.

² Socióloga, Alva Reimer Myrdal teve importante protagonismo acadêmico e político. Juntamente com Gunnar Myrdal, foi promotora do Estado de bem-estar social na Suécia. Atuou como embaixadora na Índia e Diretora de Ciências Sociais da UNESCO. Em 1982 recebeu o Nobel da Paz por seu trabalho na área de desarmamento.

³ *The Political Element in the Development of the Economic Theory* foi traduzido para o inglês apenas em 1954.

destaque especial aos autores clássicos. É durante essa fase que o autor é convidado a participar da recém-fundada Sociedade de Econometria, formada em resposta à “nova economia” –como era chamada a jovem escola institucionalista de Veblen, Commons e Mitchell (MYRDAL, 1972b; 1978b). A obra mais importante desse período é *Monetary Equilibrium*, publicada em sueco em 1931⁴ e reconhecida por antecipar a revolução keynesiana (KINDLEBERGER, 1987; SWEDBERG, 2017). É nessa publicação que Myrdal cunha as expressões *ex ante* e *ex post* para diferenciar o resultado esperado do efetivo, bem como faz referência à ideia de efeito cumulativo conforme proposto por Wicksell.

Após os distúrbios deixados pela Grande Depressão, tem início a sua segunda fase, quando se afasta da corrente neoclássica e passa a se dedicar à economia política. Em 1934, publica *Crisis in the Population Question*, escrito em conjunto com Alva e direcionado à política populacional sueca. Suas contribuições políticas acerca da formação do Estado de bem-estar na Suécia estão compreendidas nesse período. A fase em que se considerou um economista político foi curta, uma espécie de estágio intermediário entre o economista teórico e o institucionalista (SWEDBERG, 2017).

A fase institucionalista do autor não possui um marco temporal, mas passa a ser notada em sua obra mais amplamente difundida: *An American Dilemma* (1944). Esse estudo foi encomendado em 1938 pela Fundação Carnegie. Nele, Myrdal analisou com profundidade as raízes dos problemas socioeconômicos vividos pela população negra nos Estados Unidos. Esse trabalho é de grande importância na obra de Myrdal, pois é nele que o autor formula sua teoria de causalidade circular cumulativa e demonstra a importância de analisar os fenômenos socioeconômicos utilizando também variáveis não econômicas (MYRDAL 1944; 1972b; KINDLEBERGER, 1987; SWEDBERG, 2017).

⁴ *Monetary Equilibrium* foi traduzido para o inglês em 1939.

Em sua fase institucionalista, Myrdal reconhece a importância da incorporação das posições políticas do autor como elemento indissociável à análise econômica e conclui que não há uma ciência econômica “objetiva” como afirmava em sua principal obra de 1930. Segundo o autor (1969/1970), as investigações científicas partem de um elemento *a priori*: a pergunta que motiva a investigação. Tal pergunta será imbuída de algum valor do pesquisador, tornando o valor inerente à pesquisa. Myrdal afirma que as opiniões políticas estão presentes nas obras clássicas de Smith, Ricardo e até mesmo Marshall⁵ (MYRDAL, 1978a), mas foram perdidas durante a fase neoclássica. As obras da fase institucionalista do autor serão referenciadas ao longo deste artigo. Além de inúmeros artigos, estão os livros *An American Dilemma* (1944), *Economic Theory and Under-Developed Regions*⁶ (1957/1960); *Beyond the Welfare State* (1958/1960), *The Asian Drama* (1968/1977), *The Challenges of World Poverty* (1970b) e *Against the Stream* (1973a/1974).

Em *Objectivity in Social Research* (1969/1970) Myrdal afirma que sua mudança para a economia institucional ocorreu após estudos em que as ferramentas da Ciência Econômica (em especial aquelas oriundas da teoria neoclássica), sozinhas, não foram capazes de solucionar os problemas aos quais se dedicava. Era necessário integrar outras disciplinas aos estudos. Myrdal (1969/1970; 1972b; 1973a/1974) acreditava que as análises deveriam ser mais abrangentes e as pesquisas deveriam focar em áreas específicas independentemente da divisão tradicional de disciplinas. Afirmou (1969/1970, p.15 – tradução nossa⁷) que “o estudante deve tentar melhorar e adaptar suas habilidades para acomodar o estudo do problema particular que aborda. Não deve se contentar em limitá-las, de forma estreita, a uma das disciplinas tradicionais”.

⁵ Myrdal afirma que Smith e Marshall poderiam até ser considerados institucionalistas devido à abrangência de suas análises, que consideravam todos os tipos de fatores além dos econômicos (MYRDAL, 1978a).

⁶ Essa obra foi publicada também sob o título *Rich Lands and Poor: The Road to World Prosperity* (1957) nos Estados Unidos.

⁷ “El estudiante debe tratar de mejorar y adaptar sus habilidades para acomodarse al estudio del problema particular que aborde. No debe contentarse a limitarlas con estrechez a una de las disciplinas tradicionales” (MYRDAL, 1969/1970, p.15).

Dessa forma, pode-se afirmar que o caráter institucionalista de Myrdal está fundamentado na multidisciplinaridade presente em suas análises, característica marcante de sua terceira fase. Isso remete à questão de qual era a interpretação do autor sobre a teoria institucionalista à qual se aferrou. A respeito da definição de institucionalismo⁸, o autor afirma que (1978a, p.10 – tradução nossa⁹)

O pensamento mais fundamental que une economistas institucionalistas, por mais diferentes que eles sejam, é o nosso reconhecimento de que, mesmo se focarmos a atenção em problemas econômicos, nosso estudo deve levar em consideração todo o sistema social, incluindo tudo o que possa ser importante para o campo econômico: primeiramente, dentre outras coisas, a distribuição de poder na sociedade; em geral, a estratificação econômica, social e política e; de fato, todas as instituições e atitudes.

Um elemento frequente no trabalho de Myrdal nessa fase é a crítica à corrente neoclássica e ao seu alto nível de abstração. Para ele, a economia ortodoxa estaria limitada a pressupostos irrealistas. Ou seja, suas análises não consideravam como relevantes os fatores não econômicos, gerando, assim, resultados inaplicáveis ao mundo real. A interdisciplinaridade presente na abordagem da Escola Institucional apresentava-se como uma ferramenta

⁸ Vale a pena ressaltar que, por vários motivos, a interpretação de Myrdal a esse respeito não é a mais utilizada atualmente. Hodgson (1992, 1998/2017) assevera que, no início dos anos 1980, emergem duas novas agendas de pesquisa em Economia Institucional com considerável vigor teórico, contudo metodológica e epistemologicamente antagônicas. São elas a Nova Economia Institucional e uma abordagem institucionalista de natureza evolucionária ligada à obra de Thorstein Veblen. Em reconhecimento à relevância desse movimento intelectual, Samuels (1995) propôs a seguinte classificação para essas três interpretações distintas, a saber: Escola Institucional Original (EIO), Nova Economia Institucional (NEI) e Neoinstitucionalismo. Há uma vasta literatura que discorre amplamente sobre os fundamentos teóricos de cada uma delas. Contudo, em função do escopo deste texto, definido logo na introdução, fuge aos objetivos do artigo apresentá-los em detalhes. Para tanto, além de Samuels, veja, por exemplo, Conceição (2002), Dequech (2002; 2014), Crowford e Ostrom (1995), Langlois (1989), Lawson (2005), Mayhew (1987/2017; 1989), Hodgson (2000; 2004; 2012) e Searle (2005). Pode-se acrescentar ainda que, em seu artigo de 1978b, Myrdal se considera um “institucionalista moderno”. O uso desse vocábulo “genérico” era apropriado, pois naquele período, nem a NEI nem o neoinstitucionalismo eram amplamente conhecidos na literatura especializada.

⁹ “The most fundamental thought that holds institutional economists together, however different they are otherwise, is our recognition that even if we focus attention on specific economic problems, our study must take account of the entire social system, including everything else of importance of or what happens in the economic field: foremost, among other things, the distribution of power in society and, generally, economic, social and political stratification and indeed, all institutions and attitudes” (MYRDAL, 1978a, p. 10).

de análise à medida que os problemas econômicos, sociais e políticos conectavam-se no mundo. Segundo o autor, “a abordagem holística é o princípio fundamental da teoria institucional” (MYRDAL, 1978a, p.775 – tradução nossa¹⁰). Myrdal (1970a, p.X – tradução nossa¹¹) afirma que

[...] a ideia central na abordagem institucional é que história e política, teorias e ideologias, estruturas e níveis econômicos, estratificação social, agricultura e indústria, desenvolvimento da população, saúde e educação, e assim por diante, devem ser estudados não isoladamente, mas em seus relacionamentos mútuos.

Myrdal acreditava que haveria um rápido desenvolvimento da abordagem institucional e que essa corrente prevaleceria. Afirmou que, em dado momento, haveria o rompimento entre as barreiras disciplinares em prol de análises mais complexas e realistas. Para o autor (1972b; 1973a/1974; 1978a; 1978b), a teoria ortodoxa poderia eventualmente ser considerada desinteressante e irrelevante.

3. O debate no pós-guerra: a questão da igualdade como condição necessária ao crescimento econômico

A Segunda Guerra Mundial não somente alterou as relações de poder no sistema internacional como também influenciou os trabalhos acadêmicos na área da Ciência Econômica. Segundo Myrdal (1957/1960; 1970b; 1975) houve majoritariamente três mudanças no cenário: i) o surgimento de novos países após o processo de independência das regiões que ainda eram colônias; ii) o desejo, sustentado pelas elites locais das regiões subdesenvolvidas, de que seus países alcançassem o desenvolvimento; iii) o cenário de tensão ideológica da Guerra Fria, que transformou a situação desses países em uma questão de política externa nos países já desenvolvidos. É nesse contexto

¹⁰ “*The holistic approach is the fundamental principal of institutional economics*” (MYRDAL, 1978a, p. 775).

¹¹ “[...] *the central idea in the institutional approach is that history and politics, theories and ideologies, economic structures and levels, social stratification, agriculture and industry, population developments, health and education, and so on, must be studied not in isolation but in their mutual relationships*” (MYRDAL, 1970a, p. X).

histórico que – já sob a perspectiva institucionalista – Myrdal concentra suas análises na investigação dos fatores que dificultam o desenvolvimento econômico e tornam um país subdesenvolvido¹².

O tema desigualdade é considerado uma característica marcante desses países e por isso permeia diversas obras do autor a partir dos anos cinquenta (1957/1960; 1958/1960; 1968/1977; 1970a, 1970b). Segundo Myrdal (1957/1960), apenas um sexto da população mundial¹³ vivia no seletivo grupo de países desenvolvidos. Os cinco sextos restantes, majoritariamente compreendidos nos continentes africano, asiático e na região da América Latina, convivia com baixa renda *per capita* e um processo lento – e por vezes estagnado ou até mesmo negativo – de crescimento econômico. A estratificação social e econômica nesses países era desigual, rígida e vinha aumentando com o passar dos anos (MYRDAL, 1970b). As desigualdades e suas consequências podem ser evidenciadas através de diversos indicadores além da renda agregada, como por exemplo: saúde, educação, habitação, nutrição, entre outros.

Após a independência das ex-colônias no pós-guerra – em especial, africanas e asiáticas –, esses novos países viveram o movimento político que Myrdal chamou de “Grande Despertar”. O Grande Despertar pode ser compreendido como um período de “autoconsciência” quanto à conjuntura socioeconômica na qual esses países viviam, despertando-os para o reconhecimento de padrões mais elevados de renda, bem-estar e igualdade. Esse movimento foi possibilitado a partir de dois fatores: a expansão

¹² O termo “subdesenvolvido” é escolhido pelo autor em detrimento a “atrasado” e a “em desenvolvimento”. O autor explica que o termo “atrasado” remete a uma condição estática e era utilizado antes da Segunda Guerra para se referir às regiões que ainda permaneciam como colônias ou tinham conquistado sua independência recentemente. Já a expressão “em desenvolvimento” seria um “eufemismo diplomático”, que não confere realidade a esses países, pois muitos deles não estão em processo de desenvolvimento. Além disso, ao utilizar a expressão “em desenvolvimento”, altera-se o foco da questão: o importante não é fato de estarem se desenvolvendo, mas de serem subdesenvolvidos (MYRDAL, 1970a; 1975). O presente artigo fará uso dessa expressão conforme empregada originalmente pelo autor.

¹³ Segundo o autor: “a exposição refere-se exclusivamente ao mundo não-soviético. Na órbita soviética se encontra em vigor sistema econômico diferente: em cada país não só existe o planejamento central do Estado; mas também a propriedade pública dos meios de produção; as relações econômicas internacionais são determinadas pelo monopólio estatal” (MYRDAL, 1957/1960, p.13).

da democracia e o fortalecimento dos organismos internacionais. Segundo o autor (1957/1960, p. 153), a democracia “provoca a demolição gradual dessas barreiras que se opõem ao conhecimento da realidade”. A partir dela, os países que se encontravam na posição de subdesenvolvimento tiveram suas consciências despertadas para a conjuntura socioeconômica na qual viviam.

Já os organismos internacionais atuavam enquanto fóruns políticos e órgãos de fomento de integração econômica e igualdade internacional. Eles desempenhavam função de plataforma de exposição dos problemas dos países subdesenvolvidos e eram importantes por “[...] propiciar aos países menos privilegiados a oportunidade de reuniões durante as quais possam expressar, solidariamente, sua insatisfação” (*ibidem*, p. 155). A este respeito, Myrdal (*ibidem*, p. 21) afirma que, nesses fóruns,

[...]esses povos e seus porta-vozes tendem a atribuir parte da responsabilidade por sua pobreza ao resto do mundo e, em especial, aos países prósperos, ou melhor, atribuem as desigualdades ao sistema econômico mundial que os mantém tão pobres, enquanto outras nações são tão ricas e se tornam cada vez mais ricas.

Contudo, essas organizações ainda conviviam com enorme desequilíbrio de poder quanto aos seus processos decisórios. Mesmo apresentando maior número, os países subdesenvolvidos ainda estavam sujeitos às decisões das nações mais poderosas, que, até hoje, são as maiores financiadoras dessas organizações. Os privilégios mantidos pelas nações mais favorecidas, especialmente os comerciais, eram obstáculos a serem transpostos. Para Myrdal, era necessário que o sistema internacional consolidasse um “Estado Mundial”, ou seja, um ordenamento supranacional capaz de regular, de forma mais igualitária, as relações entre os países. Segundo o autor, enquanto tal instituição não se estabelecia, as organizações internacionais acabavam por suprir parte desta lacuna. Em conjunto com as estruturas democráticas, as organizações internacionais possibilitariam a divulgação das desigualdades econômicas internacionais, estimulando os países subdesenvolvidos a buscar padrões de vida mais elevados em seus processos de desenvolvimento econômico.

De acordo com Myrdal (1970b), a desigualdade posiciona-se no centro do debate acerca do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, uma vez que ela relaciona as questões sociais às econômicas. O autor afirma que “a desigualdade e a tendência de aumento da desigualdade formam um complexo de inibições e obstáculos ao desenvolvimento” desses países (1970b, p. 50 – tradução nossa¹⁴). Dessa forma, torna-se necessário não apenas reverter essa tendência como também criar as condições necessárias de igualdade para que o desenvolvimento seja impulsionado.

Em sua análise (1970b), Myrdal expande o conceito de desigualdade para além da diferença na distribuição de renda e riqueza e trata o tema em termos de justiça social. A desigualdade social pode ser assim definida como “uma extrema falta de mobilidade social. [...] A desigualdade social é a causa principal da desigualdade econômica, enquanto que, ao mesmo tempo, a desigualdade econômica serve de base à desigualdade social” (1970b, p. 56-57 – tradução nossa¹⁵).

Myrdal ressalta a importância de resgatar o debate acerca da desigualdade social e destaca que, em geral, a teoria tradicional restringiu-se às análises sobre produção e trocas, desviando-se de questões sobre distribuição de renda. As razões para esse direcionamento teórico são diversas e Myrdal ressalta duas em especial. A primeira seria a separação teórica¹⁶ entre produção e distribuição, ocorrida a partir das análises de John Stuart Mill e adotada também pela corrente neoclássica. Dessa forma, a esfera produtiva obteve destaque entre os teóricos adeptos ao *laissez-faire*, enquanto que a distributiva foi um tema evitado devido ao “incômodo” político que causava. Isso

¹⁴ “Inequality and the trend toward rising inequality stands as a complex of inhibitions and obstacles to development” (MYRDAL, 1970b, p. 50).

¹⁵ “[...] an extreme lack of social mobility. [...] Social inequality stands as a main cause of economic inequality, while, at the same time, economic inequality supports social inequality” (MYRDAL, 1970b, pp.56-57).

¹⁶ Myrdal desenvolve amplamente esse tópico ao longo de sua obra *The Political Element in the Development of Economic Theory* (1954). Segundo o autor, a separação teórica proposta por J. S. Mill daria-se da seguinte forma: a esfera da produção (incluindo as trocas) deveria ser regulada pelo regime de *laissez-faire*, de forma a seguir a “lei natural das trocas”. Já a esfera da distribuição deveria ser regulada de forma discricionária (leia-se, com interferência do Estado). Myrdal acrescenta ainda que J. S. Mill afirmava que os “males sociais” não eram frutos de deficiências na esfera produtiva, e sim da esfera distributiva.

porque governantes evitavam reformas redistributivas por entenderem que estas representavam um alto custo de oportunidade a ser pago pelas classes mais altas, detentoras dos fatores de produção. A esse respeito, Myrdal (1957/1960, p. 143) assevera que:

A doutrina da igualdade, depois de ter sido provada, limitou-se, muitas vezes, a afirmações gerais em setores abstratos, insulada por invencível obscuridade, enquanto no resto, a teoria econômica se desenvolvia de sorte a evitar, tanto quanto possível, a proposição de problemas que pudessem servir de base a interferências políticas de caráter prático.

A segunda razão para o distanciamento da teoria tradicional do tema de desigualdade seria a insuficiência metodológica que as “ferramentas tradicionais” dispõem para abordar o assunto. A esse respeito, Myrdal ressalta que é necessária uma abordagem mais ampla, ou seja, que contemple também os “fatores não econômicos”. Esse aspecto será mais bem explicado na próxima seção.

Para Myrdal, a separação entre produção e distribuição segue um raciocínio ilógico. O autor afirma que não há estudos empíricos relevantes que comprovem tal dicotomia ou que relacionem taxas de poupança e eficiência do trabalho a níveis diferentes de desigualdade. Afirma ainda que os dois temas estariam fortemente interligados no sistema macroeconômico, uma vez que o crescimento da produção é pré-condição para que haja maior distribuição (1970b; 1972b; 1973a/1974; 1973b; 1978b).

O autor afirma que, no período do pós-guerra, existia ainda a concepção de que as reformas igualitárias exigiam um “preço” que não estaria ao alcance da maioria dos países pobres. Os economistas dessa linha seriam majoritariamente autores ocidentais que se propuseram a analisar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos naquele período. Segundo Myrdal (1970b), esses autores acreditavam que, para que houvesse uma distribuição mais igualitária da renda, deveria haver, diametralmente, redução da produção. Nesse aspecto, a desigualdade representaria um “mal

necessário” que deveria ser suportado para que houvesse crescimento econômico. A esse respeito, afirma que (*ibidem*, p. 52 – tradução nossa¹⁷).

os países ocidentais e até o Japão experimentaram crescentes desigualdades nos estágios iniciais de suas industrializações. Supõe-se então que a exploração bruta dos pobres tenha sido a condição que possibilitou o aumento da poupança e o empreendedorismo agressivo que deu impulso à revolução industrial.

Nesse contexto histórico, os países ocidentais já em estágio avançado de seus processos de industrialização passaram a implementar o Estado de bem-estar social através da ampliação das instituições promotoras de justiça social. Em contrapartida, a política econômica adotada por nações subdesenvolvidas estava focada na geração de crescimento econômico (leia-se expansão do PIB sem necessariamente uma correlata melhoria em seus indicadores sociais). Segundo essa interpretação, as questões de justiça social nos países subdesenvolvidos eram sacrificadas em prol do crescimento econômico, uma vez que suas economias não seriam capazes de sustentar reformas igualitárias (1970b).

Myrdal contesta essa lógica e elenca as quatro razões que situam a redução da desigualdade como condição necessária ao crescimento econômico que, por sua vez, impacta no desenvolvimento da nação (1970b):

i) A desigualdade de renda não é condição necessária à criação de poupança. Esta, por sua vez, não é responsável pelos investimentos que culminarão em crescimento econômico. Para o autor, esta co-dependência entre poupança e investimento é rompida pelos hábitos de consumo conspícuo e fuga de capital, que são comuns entre as classes mais altas dos países subdesenvolvidos.

ii) A produção nesses países é influenciada pelas condições sociais da população. Ou seja, os altos níveis de desnutrição, baixos níveis de educação

¹⁷ “The Western countries and even Japan experienced rising inequalities in the early stages of their industrialization. The crude exploitation of the poor is then assumed to have been the condition that made possible the rise in savings and the aggressive entrepreneurship that gave momentum to the industrial revolution” (MYRDAL, 1970b, p. 52).

e insuficientes condições de saneamento e habitação impactam diretamente na força de trabalho. Isso implica que a melhoria dessas condições – através do aumento de renda – surtiria efeito contrário, aumentando a produção.

iii) A desigualdade social está indissociavelmente ligada à desigualdade econômica e ambas atuam como causa e efeito uma da outra. Logo, promover a igualdade econômica melhorará os níveis de igualdade social. Uma vez que as condições sociais estão atreladas ao crescimento econômico (item ii), promover igualdade econômica e social resulta em maior produtividade.

iv) A questão de maior igualdade não pode ser unicamente considerada em termos econômicos, mas também em termos de justiça social, de tal forma que uma maior justiça social impactará positivamente nas questões de integração nacional.

Em suma, a redução das desigualdades sociais é parte do sistema que sustenta o crescimento econômico. Por sua vez, quando aliado à melhoria dos índices sociais, o crescimento econômico culmina no desenvolvimento da nação, fenômeno já observado nos países desenvolvidos considerados Estados de bem-estar social. Segundo Myrdal, para que haja promoção do desenvolvimento econômico, todos os fatores devem ser analisados: “[...] na realidade, não há problemas econômicos, sociológicos, psicológicos etc., mas apenas problemas, e todos eles são complexos” (1972b, p. 459 – tradução nossa¹⁸).

No campo da análise teórica, Myrdal afirma que as proposições das teorias tradicionais de desenvolvimento econômico através de modelos com equilíbrio estável não podem ser perfeitamente aplicadas aos países subdesenvolvidos. Dessa forma, faz-se necessária a elaboração de teorias econômicas dinâmicas capazes de analisar as idiosincrasias dos países subdesenvolvidos, para que ajustem seu crescimento econômico às questões de justiça social.

Myrdal critica a constante busca teórica por modelos walrasianos e afirma que “o sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção

¹⁸ “[...] in reality there are not economic, sociological, psychological etc., problems, but just problems, and they are all complex” (MYRDAL, 1972b, p.459).

de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição” (1957/1960, p. 28). As novas teorias deveriam basear-se em experiências de países mais ricos que buscaram nos últimos anos maior igualdade em suas políticas: “[...] a realização de oportunidades mais iguais se tornou necessária para impulsionar e manter o progresso econômico, bem como para tornar válidos os pressupostos da democracia social” (*ibidem*, p. 150). De forma progressiva, essas sociedades buscaram o desenvolvimento econômico concomitante às medidas redistributivas. É nesse contexto que o autor apresenta seu princípio de causação circular cumulativa (CCC). Conforme apontado por Kapp (1976/2017, p. 232), tal princípio “é, ao mesmo tempo, uma nova estrutura teórica que rejeita e substitui a estrutura tradicional do equilíbrio, e uma ferramenta analítica que permite a solução de problemas concretos”. Dessa forma, a CCC surge como um diagnóstico para o problema do subdesenvolvimento, cujo objetivo é apontar os fatores que fazem o desenvolvimento rumar na direção contrária.

4. A causação circular cumulativa; a ação dos efeitos regressivos e propulsores sobre as desigualdades

A teoria de causação circular cumulativa busca explicar as mudanças sociais de uma forma não estática e, por consequência, assume que a evolução do sistema econômico não promoverá situações de equilíbrio. Uma importante premissa dessa teoria de Myrdal é que os fatores tidos como “não econômicos” devem ser inseridos no modelo, pois a causação atua sobre – e a partir – deles. A causação trata-se de um movimento em que todos os fatores – econômicos e não econômicos – estão interligados entre si e causam interferências uns nos outros: caso haja mudança em um fator, essa mudança causará alterações nos outros fatores. Após uma “primeira rodada” de alterações, outras ocorrerão sobre os mesmos fatores, caracterizando a circularidade do movimento. Pode-se chegar ao ponto em que a causação atinja o primeiro fator que iniciou o movimento, e este também sofrerá mudanças. À medida

que a causação ocorre sobre os fatores, as mudanças geradas tenderão a se reforçar de forma cumulativa (MYRDAL, 1957/1960; 1970a; 1978b).

Para exemplificar o mecanismo da CCC, Myrdal (1957/1960) apresenta o cenário de uma determinada comunidade cuja principal fonte de renda advinha de uma fábrica. Após um incêndio atingir toda a fábrica, seu fechamento gera desemprego na comunidade. O aumento de desemprego, por sua vez, gerará contração de renda e demanda, que impactarão nos demais negócios da comunidade. A produção será desestimulada e, por consequência, haverá maior desemprego e subsequente contração de demanda. Tal cenário poderia causar migração dos fatores capital e trabalho para áreas mais atrativas. Por consequência, esse movimento de fuga de capital e trabalho reduziria a receita do governo. Este novo quadro poderia forçar o governo a aplicar um aumento de imposto, buscando compensar a redução de sua receita. Por sua vez, o novo aumento, somado ao desemprego e à escassez de demanda, poderia resultar em outros deslocamentos de empresas em busca de melhores condições de mercado, agravando o cenário. Nota-se nesse exemplo que os fatores se acumulam e se reforçam de forma interdependente e cumulativa.

Diferente de uma posição de equilíbrio, o que ocorre no exemplo é um movimento de causação cumulativa descendente (*downward cumulative causation*), ou seja, um agravamento contínuo dos fatores que estão interligados. Segundo o autor, tal movimento descendente gerou efeitos regressivos (*backwash effects*) na região: o fechamento da fábrica causou uma escalada de efeitos negativos em todos os outros fatores. Importante ressaltar que os efeitos regressivos também geram causação nos fatores não econômicos: a redução da receita do governo poderá culminar na redução dos seus gastos em educação, saúde, transporte, segurança, entre outros.

Por outro lado, a região que recebeu o fluxo migratório de capital e trabalho viverá um movimento de causação cumulativa ascendente (*upward cumulative causation*), ou seja, um ciclo positivo. Com a chegada de novas empresas e mão de obra, aumenta-se a receita do governo e reduz-se o

desemprego. Com a demanda aquecida através dos salários, haverá fomento de novos negócios. Aqui, a instalação de novas empresas gerou efeitos propulsores (*spread effects*).

Ao discorrer a respeito dos efeitos regressivos e propulsores, Myrdal afirma que o livre mercado é responsável pelo agravamento das desigualdades, uma vez que a iniciativa privada tenderá a concentrar seu capital em áreas já desenvolvidas, nas regiões escolhidas como “polos”. Caso não haja controle estatal, a instalação de indústrias, comércio, bancos, entre outras, nessas regiões centrais poderá gerar efeitos regressivos nas demais regiões, de onde migrará a mão de obra, o capital e bens e serviços. Como resultado, a desigualdade regional será acentuada. As forças regressivas nas regiões mais distantes fortalecerão o movimento descendente da causação circular sobre todos os fatores, resultando em piores condições de saúde, educação, moradia, segurança, emprego, e assim por diante.

No nível macroeconômico, os fatores que caracterizam o subdesenvolvimento, tais como desigualdade, pobreza, violência e precariedade nas áreas da saúde, educação e moradia, estão interligados e se acumulam ao longo do tempo de forma circular, afetando uns aos outros indissociavelmente. A correlação entre os efeitos – regressivos e propulsores – e o nível de desenvolvimento de um país dá-se de forma que quanto mais desenvolvida for uma região ou um país, mais fortes serão os efeitos propulsores. Ao alcançar determinado patamar de desenvolvimento econômico, o país também apresentará processo cumulativo em movimento ascendente dos fatores não econômicos. Estes efeitos propulsores garantirão a direção positiva do crescimento econômico e social. Na contramão desse processo, os efeitos propulsores fracos, não sendo capazes de vencer os efeitos regressivos, culminarão no baixo nível de desenvolvimento econômico e social característico de países subdesenvolvidos. Nesse caso, o processo cumulativo reforçará as desigualdades e agravará a pobreza. O autor (1957/1960, p. 47) assinala que essas

[...] regiões mais pobres, desassistidas, não podem financiar programas

adequados de assistência médica; suas populações são menos sadias e apresentam menor eficiência produtiva. Há menos escolas e estas são inferiores... seus sistemas de valores, como um todo, têm tal cunho de pobreza e de atraso que os tornam menos suscetíveis às aspirações progressistas e ambiciosas de uma sociedade em desenvolvimento.

Diferente das teorias tradicionais – que analisam o sistema na forma cartesiana de curvas de oferta e demanda a um preço de equilíbrio –, a CCC poderá ser aplicada a qualquer país, mesmo que se considerem suas particularidades como a distribuição de recursos naturais, as tradições históricas, modo de produção, sistema político e social, entre outros (*ibidem*). Conforme apontado por Berger (2007, p. 531 – tradução nossa¹⁹), “a CCC de Myrdal parece ser a primeira aplicação científica da velha ideia de um círculo vicioso para problemas socioeconômicos”. Kapp (1976/2017, p. 234) considera a formulação da CCC de Myrdal como o cerne da análise institucionalista, capaz de diferenciar a abordagem desta Escola de pensamento das demais ao analisar os fatores que influenciam “a evolução e transformação dos processos sociais”.

Em resposta aos críticos que afirmam que tanto a CCC quanto a abordagem institucionalista têm um caráter estritamente qualitativo, Myrdal (1970b) afirma que a construção de modelos sempre será uma ferramenta útil para a análise do sistema social. De acordo com Panico e Rizza (2009, p. 187 – tradução nossa²⁰), “a posição de Myrdal em favor da Economia enquanto uma teoria social não implicava uma rejeição ao uso de matemática e econometria para aprimorar o conhecimento, nem tampouco dos resultados analíticos da teoria econômica”. No entanto, Myrdal acentua que tais modelos devam ser ajustados à realidade. Segundo o autor (1970b), construir

¹⁹ “Myrdal’s CCC appears to be the first scientific application of the ancient idea of a vicious circle to socioeconomic problems” (BERGER, 2007, p. 531).

²⁰ “Myrdal’s stance in favor of economics as a social theory implied a rejection neither of the use of mathematics and econometrics to improve knowledge, nor of the analytical results of economic theory” (PANICO & RIZZA, 2009, p. 187).

modelos economicamente reducionistas e logicamente inconsistentes não representa progresso científico.

À primeira vista, a teoria de Myrdal pode parecer fatalista quanto ao desenvolvimento e redução de desigualdades nos países pobres, como se fossem inevitavelmente destinados ao subdesenvolvimento. No entanto, esta é apenas a parte inicial da análise do autor. Uma vez que se compreenda a interação entre as causas que reforçam o subdesenvolvimento, pode-se aplicar ações capazes de romper o círculo vigente e modificar o meio. Essas ações devem ser de responsabilidade dos Estados nacionais, responsáveis por implementar um plano econômico nacional, capaz de “[...] superar a rigidez que caracteriza as economias subdesenvolvidos” (MYRDAL, 1957/1960, p. 118). Ao advogar veementemente contra o regime de *laissez-faire*, Myrdal propõe a ação do Estado como uma ferramenta capaz de sustar os movimentos descendentes e ajustá-los na direção oposta.

5. O planejamento estatal e a sua execução: da teoria ideal aos problemas práticos

5.1. O planejamento econômico como forma de conter desigualdades

A posição de Myrdal em favor da ação estatal na economia pode ser justificada especialmente a partir de sua atuação política na Suécia. Enquanto importante articulador de reformas sociais, Myrdal é reconhecido por colaborar com a formação do Estado de bem-estar social de seu país de origem. Assim como ocorreu na Suécia, a promoção de reformas sociais foi uma tendência em países desenvolvidos, principalmente após a crise de 1929. O processo de rápido crescimento econômico desses países garantiu a renda necessária²¹ para que seus governos investissem em políticas públicas,

²¹ Segundo Myrdal (1957/1960), as condições necessárias à formação de poupança para o investimento na produção eram garantidas em parte pelos baixos salários que vigoravam desde a Revolução Industrial no século XVIII.

expandido o desenvolvimento social. Esses países foram capazes de reforçar os efeitos propulsores de sua economia, auferindo impactos positivos também nas mais diversas áreas sociais, consolidando o Estado de bem-estar social (MYRDAL, 1957/1960; 1958/1960; 1968/1977; 1970b).

Por sua vez, os países subdesenvolvidos não viveram este período de amadurecimento de suas economias. Myrdal afirma (1957/1960, p. 58) que “em muitos dos países pobres, a inclinação natural para as desigualdades foi reforçada por instituições de caráter feudal e discriminatório, e por estruturas de poder que ajudaram os ricos a explorar os pobres”. As políticas igualitárias nesses países tornaram-se mais custosas e tiveram que cumprir a difícil tarefa de transpor as barreiras impostas pelos efeitos regressivos gerados pelos mercados. Novamente, a causalidade circular agiu sobre essas instituições de forma descendente e forças propulsoras mais fracas acentuaram as desigualdades.

A contrapartida aconteceria através de um nível mais alto de desenvolvimento econômico, uma vez que, ao fortalecer os efeitos propulsores, possibilitaria a ação ascendente da causalidade cumulativa sobre as instituições, reduzindo assim as desigualdades e melhorando os índices sociais. Por sua vez, a partir da melhora nos indicadores sociais e nos níveis mais baixos de desigualdade, o mesmo movimento ascendente tenderia a manter a escala do desenvolvimento econômico (*ibidem*).

A partir dessa interpretação, pode-se inferir a importância da atuação do Estado na economia: primeiro, através do planejamento econômico e depois, por meio de sua execução. Segundo Myrdal (1968/1977), não somente é necessário que haja planejamento econômico no mundo subdesenvolvido, como também se espera que seus governantes de fato coloquem esse procedimento

²² Grosso modo, economia “livre” refere-se a um sistema econômico em que os preços são determinados pela concorrência entre oferta e demanda agregadas mediante pouco ou nenhum controle governamental. Em outras palavras, é um sistema de livre mercado caracterizado por uma ordem espontânea e descentralizada de arranjos através dos quais os indivíduos tomam decisões econômicas – para uma abordagem crítica a este sistema, veja, por exemplo, Hodgson (2002 e 2013). Em contrapartida, uma economia “planejada” é aquela onde o Estado responsabiliza-se pelo planejamento econômico do país, para tanto interferindo em diversos setores da atividade produtiva, fazendo uso inclusive de instrumentos de política econômica. Para mais informações acerca do debate entre economia “livre” e “planejada”, ver Myrdal (1958/1960).

em prática. No entanto, devido ao contexto político do pós-guerra, muitos teóricos e líderes de governo opuseram-se ao modelo de planejamento econômico em favor do livre mercado (MYRDAL, 1958/1960). Segundo o autor, o debate existente entre as correntes que apoiam uma economia “livre” em detrimento de uma “planejada²²” não passa de uma controvérsia irracional. A dicotomia entre os dois modelos foi fortalecida durante a Guerra-Fria por líderes que utilizavam a doutrina do “livre mercado” como uma forma de propaganda antissoviética. Contudo, o próprio Myrdal procura deixar claro que sua interpretação sobre planejamento é distinta do modelo soviético de planejamento econômico, que é imposto de forma totalitária pelo governo. A esse respeito, Paul Streeten (responsável por traduzir uma das obras do autor para o inglês) sugere que (1990, p. 1034, tradução nossa²³) “a abordagem endossada por Myrdal não é nem de autoridade e força soviética, nem de *laissez-faire* capitalista, mas de uma terceira via: [...] de ataque às atitudes e instituições a fim de torná-las instrumentos de reforma [...]”. Assim, o modelo de planejamento defendido por Myrdal (1958/1960, p. 20, tradução nossa²⁴) dar-se-ia na forma de

[...] tentativas conscientes do governo de um país – geralmente com a participação de outros coletivos – de coordenar as políticas públicas de forma mais racional, a fim de alcançar mais completa e rapidamente os fins desejáveis para o desenvolvimento futuro, que são determinados pelo processo político à medida que este evolui.

²³ “The approach favored by Myrdal is one of neither Soviet authority and force nor of capitalist *laissez-faire*, but of a third way: [...] of attacking attitudes and institutions directly to make them the instruments of reform [...]” (STREETEN, 1990, p. 1.034).

²⁴ “[...] conscious attempts by the government of a country - usually with the participation of other collective bodies - to coordinate public policies more rationally in order to reach more fully and rapidly the desirable ends for future development which are determined by the political process as it evolves” (MYRDAL, 1958/1960, p. 20).

²⁵ Como ocorre nos casos do protecionismo estadunidense ou até nas regulamentações econômicas impostas aos países-membro da União Europeia.

²⁶ Importante frisar que o autor diferencia “planejamento” de “intervenção”. Assim, para Myrdal (1958/1960), o planejamento nos países subdesenvolvidos tem ocorrido após – e em resposta a – inúmeras intervenções do Estado. Essas, em sua maioria, têm caráter emergencial. A esse respeito, Berger (2009, p. 354) resume a diferença entre esses dois termos: “Myrdal distinguished between planning and intervention. While the latter is just an ad hoc measure, the former is coordinated and systematic, trying to resolve the complexities and contradictions that resulted from too many ad hoc interventions”.

Planejamento e regulação sempre estiveram presentes mesmo em países que propagam o livre mercado²⁵. Para Myrdal, “o crescimento constante da intervenção²⁶ do Estado tem sido patrocinado e administrado por líderes políticos que estavam constantemente proclamando as virtudes de uma economia ‘livre’” (1958/1960, p. 17 – aspas do autor, tradução nossa²⁷). Para Myrdal (1958/1960), os países seguem reforçando suas regulações estatais e suas populações tendem a não notar o quão afastadas do livre mercado elas estão. Quando o notam, surgem reações populares contra os altos impostos, e as massas se inclinam a candidatos que sustentam discursos de menor taxa, mas que são incapazes de promover tamanha mudança institucional quando no governo.

O principal objetivo do plano é aumentar a capacidade produtiva do país. Assim sendo, cabe ao governo coordenar a alocação de capital para as áreas que receberão o investimento, principalmente as mais específicas, como energia, infraestrutura, agricultura e indústrias de bens intermediários. Segundo Myrdal, esses setores não podem aguardar que o avanço venha nos moldes *schumpeterianos*, pois além de serem áreas-chave para o desenvolvimento da economia como um todo, os investimentos privados, quando livres de controle estatal, intensificam as desigualdades regionais. Eles impulsionam o surgimento de polos industriais concentrados, fazendo com que as regiões adjacentes sofram com as forças regressivas deste investimento – especialmente migrações de capital e trabalho. Devido à causação circular com efeitos cumulativos, as áreas menos favorecidas viverão um ciclo de agravamento de sua situação em detrimento da prosperidade das regiões-polo.

Embora defensor da regulação na economia, Myrdal não é avesso aos investimentos da iniciativa privada. Para o autor, à medida que um país subdesenvolvido avança na direção do desenvolvimento econômico, mais ele atrai o investimento privado. Após as primeiras etapas do processo, caberá

²⁷ “The steady growth of state intervention has been sponsored and administered by political leaders who were constantly proclaiming the virtues of a ‘free’ economy” (MYRDAL, 1958/1960, p. 17).

ao governo regular a atuação das empresas para evitar a geração de desigualdades regionais. Quanto às desigualdades já existentes, o autor ressalta que o planejamento deve incluir prestação de assistência aos mais necessitados. Saúde e educação, mais uma vez, apresentam-se como fatores que robustecem as forças propulsoras, uma vez que investimentos nessas áreas culminam em elevação da produção.

Todavia, Myrdal adverte os países subdesenvolvidos para que não invistam em áreas sociais um montante maior do que pode ser suportado por suas contas nacionais. De fato, sistemas de seguridade social só se tornaram instituições sólidas nos países desenvolvidos após estes terem alcançado elevado nível de renda. Antes disso, o acelerado processo de industrialização e desenvolvimento destes países construiu seus pilares sob forte expansão da desigualdade social e desamparo aos pobres e miseráveis.

Em geral, os países desenvolvidos obtiveram vantagens em seus processos de desenvolvimento que não mais estão disponíveis aos países subdesenvolvidos, seja pela evolução de suas instituições domésticas, seja por pressão da comunidade internacional. Entre outros fatores, Myrdal menciona (1970b) a posição de privilégio das elites como um dos elementos que resultam em desvantagem aos países subdesenvolvidos no processo de desenvolvimento econômico. Esses privilégios são evidenciados tanto na educação quanto no setor político. A educação de nível técnico e superior, embora reconhecida como ferramenta para mudança econômica e social, nesses países tende a ser destinada apenas a uma reduzida parcela da população. Quanto ao cenário político, através da corrupção e do poder político exercidos pelas classes mais altas, garante-se a manutenção de privilégios e reforça-se a estratificação social com enorme desigualdade.

Outra importante instituição que representou vantagem aos países desenvolvidos à época de seu desenvolvimento foi a democracia. Com o sufrágio restrito aos homens de estratos mais elevados – em geral até aproximadamente meados do século XX –, a industrialização pôde ser direcionada aos seus interesses. Ela alcançou um ritmo acelerado em um ambiente em que

não havia uma preocupação iminente por parte do Estado com questões de igualdade (seja de renda, de oportunidade, de condições habitacionais, entre outras), ou com leis trabalhistas. Segundo Myrdal (1957/1960, p. 107), quando se insere o papel da democracia neste debate, o desenvolvimento econômico tem como propósito “elevar os níveis de vida de toda a população”. De certa forma, a democracia se torna um complicador, pois reduzir a pobreza nos países subdesenvolvidos é uma tarefa mais complexa do que fora combater a pobreza nos países ricos na época de seu desenvolvimento. No entanto, o autor reitera que a democracia é instituição essencial à redução das desigualdades, uma vez que “quanto mais se aproxima de uma democracia perfeita [...] tanto mais forte serão a necessidade e a capacidade de combater as forças cegas do mercado, que tendem a provocar desigualdades regionais” (*ibidem*, p. 59-60).

Dentre todos os fatores que resultam em desvantagem para o desenvolvimento, o mais relevante para Myrdal é a explosão populacional observada nesses países. Com altas taxas de fertilidade e poucas políticas direcionadas ao controle de natalidade, os países subdesenvolvidos vivem um crescimento populacional sem precedentes na história dos países desenvolvidos. O crescimento da população impacta nas mais diversas áreas, tais como: a distribuição de alimentos; os níveis de nutrição da população; sua força de trabalho; concentração urbana; formação de moradias impróprias como favelas; aumento dos gastos do governo com saúde e educação, entre outros.

Uma vez consideradas as dificuldades nas quais os governos incorrerão nos seus processos de desenvolvimento, Myrdal (*ibidem*, p. 111) emprega a teoria da causação circular cumulativa como instrumento para viabilização do plano nacional. Em suas palavras:

Um plano nacional deve ser o esquema do processo cumulativo de desenvolvimento econômico de um país, a previsão do evoluir desse processo, quando deflagrado, mantido e controlado por certas mudanças exógenas, induzidas no sistema social, mediante interferências estatais deliberadas. Esse esquemapressupõe, pois, um estudo da causação circular entre todos

os fatores relevantes do sistema social do país, quer sejam “econômicos” ou “não-econômicos”.

Segundo Myrdal, o plano estatal deve ser detalhado, incluindo todas as etapas da execução de todos os setores envolvidos. O autor enfatiza que o plano só terá sucesso caso o governo seja estável e efetivo, tanto no período do planejamento quanto na sua execução. Contudo, após dez anos de minucioso estudo acerca da pobreza e do subdesenvolvimento na Ásia, o autor constatou que o ideal de planejamento se encontrava distante da realidade dos países subdesenvolvidos (1968/1977; 1970a; 1970b). Myrdal identificou instituições nocivas que permeavam todo arcabouço institucional desses países e reduziam a eficiência dos planos nos mais diversos setores. Os planejadores devem estar atentos às dificuldades institucionais, como os modelos oligárquicos, paternalistas e obsoletos de manutenção do poder entre as classes sociais e políticas, e a cargas excessivas de burocracia herdadas dos tempos coloniais.

5.2. As relações de poder e a corrupção: impactos sobre desenvolvimento econômico e as políticas igualitárias

A efetivação de medidas igualitárias através do desenvolvimento econômico depende de outro fator além do planejamento e execução estatal: as relações de poder. Segundo Myrdal (1970b), para que as reformas igualitárias tomem proporção significativa nos países subdesenvolvidos, é necessário que haja pressão das classes mais pobres. Historicamente, os privilegiados não renunciaram aos seus privilégios em prol do bem social, motivo pelo qual a ação política ativa da população menos privilegiada torna-se fundamental para que haja redução das desigualdades.

A base da pirâmide dos países subdesenvolvidos é composta por classes politicamente passivas, enquanto as classes mais altas – embora compostas por menor parcela da população – detêm o poder político. Segundo Myrdal, essa configuração nas relações de poder garante a manutenção da estratificação social e econômica herdada dos tempos coloniais. As elites destes

países – que, no contexto do pós-guerra, foram responsáveis por estimular as reformas igualitárias – tornaram-se responsáveis pela manutenção das desigualdades através do poder político que exercem, comandando os rumos do desenvolvimento econômico. Os benefícios do desenvolvimento econômico tornam-se então destinados às classes mais altas, enquanto as classes inferiores têm suas condições de vida agravadas pela preservação – e aumento – da desigualdade (MYRDAL, 1970b; 1975).

As relações de poder podem ser observadas através da dinâmica que se estabelece entre a iniciativa privada e o governo. Em todos os países existem o que Myrdal (1968/1977) chama de “controles operacionais”, que são exercidos pelo Estado sobre a iniciativa privada. Esses controles não fazem parte do plano – ou sequer são mapeados pelos planejadores –, mas se apresentam como um sistema intrínseco à estrutura destes países. Eles são categorizados como “positivos” e “negativos” dependendo do sentido em que atuam. Os positivos formam o conjunto de ações que estimulam toda a cadeia produtiva, encorajando o investimento e estimulando o consumo. Podem ocorrer na forma de consultorias à iniciativa privada, subsídios, isenções fiscais, facilitações de créditos, entre outros. Já os controles negativos rumam na direção contrária, oferecendo resistência aos investimentos, geralmente através de maior burocracia e taxaço. Importante notar que determinados controles geralmente se apresentam como duas faces de uma mesma moeda: como exemplo, altas alíquotas de impostos sobre produtos importados podem desestimular empresas importadoras como também podem proteger o mercado interno.

O ponto crucial da análise sobre os controles é a forma como eles são postos em prática, a saber, de forma não-discrecionária ou discrecionária. Enquanto os controles não-discrecionários seguem um conjunto de regras previamente estabelecidas e sem espaços para manobras políticas, os discrecionários ficam a cargo das autoridades, podendo gerar benefícios ou danos a um empresário ou segmento. Os primeiros são predominantemente encontrados em países desenvolvidos, cujas instituições são sólidas e possibilitam o

cumprimento de regras. Os segundos são característicos dos países subdesenvolvidos, em grande parte devido ao seu passado colonial e às relações de poder herdadas dessa época.

Ao exercer o controle de forma não-discrecional, o Estado faz com que a iniciativa privada fique suscetível às decisões individuais de seus agentes administrativos, o que pode se tornar um apelo à corrupção. Ao agirem de forma abusiva e em benefício próprio, esses agentes acabam por institucionalizar atos como suborno, pagamento de propinas, nepotismo, entre outras práticas ilícitas. Quando aplicados em segmentos-chave como indústria ou agricultura, os controles discricionários demandam uma rede de fiscalização que geralmente culmina em uma cadeia burocrática e ineficaz, atravessada pela corrupção: “À medida que se multiplicam, também aumenta a necessidade de supervisionar os funcionários que os administram e, por sua vez, supervisionar os supervisores” (1968/1977, p. 157 – tradução nossa²⁸).

Nota-se daí a estreita relação entre o controle operacional dos países subdesenvolvidos sobre o setor privado e a corrupção: à medida que governos reforçam padrões discricionários em detrimento das regras, isso gera a possibilidade de propagação da corrupção entre o setor privado e o próprio governo. Os gastos com práticas ilícitas passam a fazer parte da contabilidade dessas empresas privadas e não raramente existem pessoas “especializadas” no pagamento de propinas dentre seus associados. Myrdal esclarece que, na maioria dos países desenvolvidos, as instituições responsáveis por repelir a corrupção se estabeleceram no período em que as atividades do Estado eram mínimas, sem muita interferência em assuntos econômicos. À medida que passou a intervir na economia, sua estrutura política e administrativa já estava estabelecida em um sistema favorável às regras.

²⁸ “As they multiply, so does the need for supervise those officials who administer them and, in turn, to supervise the supervisors” (MYRDAL, 1968/1977, p. 157).

Além de se apresentar como enorme entrave ao desenvolvimento econômico, a corrupção também reforça a desigualdade, uma vez que concentra a renda entre a diminuta parcela dos mais ricos, e, simultaneamente, desestimula os empreendedores desfavorecidos. Ou seja, os micro e pequenos empresários, incapazes de lidar com a corrupção devido à sua escassez de recursos e poder político, perdem mercado para as grandes corporações que, por sua vez, formam oligopólios que controlam parte do mercado com apoio de poder político, auferindo assim lucros extraordinários (*ibidem*).

Contudo, Myrdal reconhece que a prática da corrupção não é exclusiva à relação entre grandes empresas e autoridade. A corrupção está presente em toda esfera social, como um traço cultural que se reforça no tempo. A percepção carregada pelos indivíduos desses países – que Myrdal chama de “folclore da corrupção” – é de que a corrupção é inevitável: pessoas praticarão atos de corrupção em benefício próprio (ou de parentes e amigos) quando estiverem em posição de poder, principalmente por acreditarem que não correm grandes riscos de serem punidos pelas instituições responsáveis, que muitas vezes estão também envolvidas na prática. Atos desonestos passam a ser moralmente “normalizados” e até considerados como parte indissociável do sistema. Esse pensamento culmina em uma fraca aderência da população aos planos de desenvolvimento, relegando-os ao governo como se fosse apenas deste a responsabilidade pelos rumos positivos da nação. Os movimentos da sociedade civil nesses países tornam-se fracos e pouco atuantes (MYRDAL, 1968/1977; 1970a; 1970b).

Atos corruptos evoluem e se perpetuam nessas sociedades, tornando-se instituições que se reforçam no tempo em causação cumulativa. Além dos danos que causam ao desenvolvimento econômico e social, também ameaçam a estabilidade política e as estruturas democráticas. Myrdal afirma que (1958/1960, p. 166 – tradução nossa²⁹)

²⁹ “Elimination of corruption has regularly been advanced as a main justification for military takeovers. And should the new regime fail to wipe out corruption, its failure prepares the ground for another putsch of sort. It is obvious that the extent of corruption has a direct bearing on the stability of governments in the region” (MYRDAL, 1958/1960, p. 166).

A eliminação da corrupção tem sido regularmente promovida como principal justificativa para a dominação militar. E se o novo regime fracassar em acabar com a corrupção, seu fracasso prepara o terreno para outro tipo de golpe. É óbvio que a extensão da corrupção afeta diretamente a estabilidade dos governos da região.

A corrupção prevalece nos países caracterizados por Myrdal como *soft states*³⁰. O termo foi cunhado pelo autor para caracterizar nações incapazes de impor regras e obrigações. São governos “fracos”, que não usam seu poder político e autoridade para impor as mudanças necessárias, principalmente quando estas apresentam um elevado custo às classes mais altas. Nesses Estados, a justiça carece de isonomia, favorece determinados grupos que detêm o poder político e a desobediência dos agentes públicos é amplamente disseminada nos diferentes níveis hierárquicos.

Em suma, um *soft state* apresenta um conjunto de ineficiências no cumprimento da lei, na coordenação das ações do governo, ou até mesmo na manutenção da ordem (MYRDAL, 1968/1977; 1970a; 1970b). Nesse cenário de desobediência e jogo de interesses, amplia-se a corrupção. Em causação cumulativa, a corrupção permeia o tecido social e garante maior parcela de poder aos indivíduos que detêm maior influência, ou seja, às classes mais altas, grandes empresários e políticos. Detentoras do poder político, as elites movimentam-se de forma a concentrar mais poder e renda, reforçando as desigualdades. Como resultado, as reformas necessárias ao desenvolvimento – incluindo as igualitárias – não são levadas à prática mesmo quando presentes nos planejamentos.

Segundo Myrdal (1970b), todos os países subdesenvolvidos são *soft states* em algum nível, e essa é uma das características que compõem a própria definição

³⁰ O termo será apresentado em sua versão original, em inglês, pois a sua tradução para o português pode confundir o leitor. A palavra *soft*, ao ser traduzida como mole, maleável, macio ou suave, não contém a extensão do conceito utilizado por Myrdal. Faz-se importante notar também que não há conexão do termo *soft states* à ideia de “*soft power*” e “*hard power*”, pertencentes à literatura das Relações Internacionais, cunhadas por Joseph Nye. Ambos os “poderes” são instrumentos utilizados pelos Estados para atingir seus objetivos e se relacionam, em linhas gerais e respectivamente, ao uso não-militar e militar do “poder”.

de subdesenvolvimento. Dessa forma, a superação do subdesenvolvimento exige medidas também capazes de interferir nas relações de poder, nas quais as desigualdades sociais são amplamente notadas. Sendo assim, é necessário que a corrupção seja suprimida e que a democracia seja exercida além do voto, através do maior alcance do poder político, para além dos interesses das elites.

6. Considerações finais

O artigo dedicou-se a apresentar a análise de Myrdal a respeito do desenvolvimento econômico e suas implicações sobre a questão da desigualdade social. Seus estudos de natureza multidisciplinar datam do pós-Segunda Guerra. Nesse período, ele viveu nos Estados Unidos, dedicando-se aos estudos dos problemas econômicos e sociais da sociedade americana. Nessa fase, ele acompanha ativamente o movimento intelectual desenvolvimentista que emerge na literatura econômica (*development economics*), dedicando-se ao estudo dos problemas dos países subdesenvolvidos. Em 1969, afirmou que tais problemas o levaram a se afastar das abordagens tradicionais, passando a se considerar um autor institucionalista.

A teoria da CCC de Myrdal surge como um diagnóstico do problema do subdesenvolvimento, visando explicar como as forças regressivas atuam sobre essas regiões, agravando assim suas desigualdades econômicas e sociais. A Causação propõe que todos os fatores relacionam-se entre si e são, ao mesmo tempo, causa e efeito uns dos outros (*“everything causes everything else”*, como o próprio autor costumava escrever em várias passagens de sua obra). Pode-se destacar duas importantes contribuições da teoria da CCC para a análise do subdesenvolvimento: i) os fatores não mais se separam entre econômicos e não econômicos, pois estão inter-relacionados no sistema de causação; e ii) o caráter cumulativo da causação tem o poder de reforçar padrões nocivos (movimento descendente) ou criar novos arranjos benéficos (movimento ascendente). Isso implica que todo movimento do sistema social tem a possibilidade de ser revertido.

Em suma, a desigualdade social é interpretada como um fator chave na promoção do desenvolvimento econômico, pois está relacionada à desigualdade econômica de forma indissociável, e influencia os demais fatores à sua volta. Os altos índices de desigualdade social dos países subdesenvolvidos geram impactos negativos nas áreas da educação, moradia, saúde, alimentação, entre outros. Essas áreas, quando precárias, reduzem a qualidade de vida dos indivíduos, gerando efeitos regressivos sobre sua força de trabalho. Logo, em causação cumulativa, influenciam todo o processo de crescimento econômico de uma nação. O autor conclui que, para que uma nação possa lograr um processo de desenvolvimento econômico, é preciso haver políticas de combate à desigualdade.

Para tanto, a ação do Estado é considerada uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico. Ela deve ocorrer através da implantação de um plano nacional que contenha, além do planejamento, instrumentos hábeis que sejam capazes de viabilizar as devidas fiscalizações de sua execução. No entanto, para que o plano econômico seja efetivamente cumprido, é necessário o fortalecimento das instituições políticas e sociais. Elas serão responsáveis por alterar o movimento da causação através de suas forças propulsoras, promovendo assim, no tempo que seja necessário, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades.

Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que um dos grandes complicadores com respeito à preservação da eficiência dos planos econômicos é a corrupção. Ela está presente de forma institucionalizada nos países subdesenvolvidos e sua prática se torna, ao mesmo tempo, causa e consequência de sua abrangência. A corrupção é amplamente notada nas relações de poder estabelecidas nesses países, caracterizados por Myrdal como *soft states*. Tais relações promovem governos ineficazes na manutenção da ordem e no cumprimento de suas próprias legislações, o que acaba beneficiando grupos de indivíduos em detrimento do restante da população. Dessa forma, disseminam-se práticas de poder discricionário entre o governo e as elites. Estas últimas mantêm seus privilégios e oferecem grande resistência às políticas de redução de desigualdades.

Referências

- BERGER, Sebastian. "Myrdal's Institutional Theory of the State: From Welfare to Predation – and Back?", *Journal of Economic Issues*, vol. XLI, n.2, p. 353-360, 2009.
- BERGER, Sebastian & ELSNER, Wolfran. "European Contributions to Evolutionary Institutional Economics: The Cases of 'Cumulative Circular Causation' (CCC) and 'Open Systems Approach' (OSA). Some Methodological and Policy Implications", *Journal of Economic Issues*, vol. XLIII, n. 2, p. 529-537, 2009.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. "O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas", *Revista Economia Contemporânea*, vol. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.
- CRAWFORD, Sue E. S. & OSTROM, Elinor. "A Grammar of Institutions", *American Political Science Review*, vol. 89, n. 3, p. 582-600, 1995.
- DEQUECH, David. "The Demarcation Between the 'Old' and the 'New' Institutional Economics", *Journal of Economic Issues*, v. XXXVI, n. 2, p. 565-572, 2002.
- _____. "The institutions of economics: a first approximation", *Journal of Economic Issues*, v. XLVIII, n. 2, p. 523-532, 2014.
- HODGSON, Geoffrey M. "Thorstein Veblen and post-darwinian economics", *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.
- _____. "What is the Essence of Institutional Economics?", *Journal of Economic Issues*, vol. 34, n. 2, p. 317-29, 2000.
- _____. "Varieties of Capitalism and Varieties of Economic Theory". In: HODGSON, Geoffrey M. (ed.) *A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics: Key Concepts*. Cheltenham, UK/ Northampton, USA: Edward Elgar, 2002.
- _____. *The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*. London / New York: Routledge, 2004.
- _____. "Thorstein Veblen: The Father of Evolutionary and Institutional Economics". In: REINERT, Erik S. & VIANO, Francesca L. *Thorstein Veblen Economics for an Age of Crises*. London / New York: Anthem Press, 2012.
- _____. *From Pleasure Machines to Moral Communities: An Evolutionary Economics without Homo Economicus*. Chicago / London: The University of Chicago Press, 2013.
- _____. "A abordagem da Economia Institucional" (1998). In: SALLES, Alexandre O. T.; PESSALI, H. F. & FERNÁNDEZ, R. G. (orgs.) *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 249-294.
- KAPP, Karl, W. [1975]. "A Natureza e a Relevância da Economia Institucional". In: SALLES, Alexandre O. T.; PESSALI, H. F. & FERNÁNDEZ, R. G. (orgs.) *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 223-247.
- KINDLEBERGER, Charles P. "Gunnar Myrdal: 1898-1987", *The Scandinavian Journal of Economics*, vol. 89, n. 4, p. 393-403, 1987.
- LANGLOIS, Richard N. "What was wrong with the old institutional economics (and what is still wrong with the new)?", *Review of Political Economy*, vol. 1, n. 3, p. 270-98, 1989.
- LAWSON, Tony. "The Nature of Institutional Economics", *Evol. Inst. Econ. Rev.* vol. 2, n. 1, p. 7-20, 2005.
- MAYHEW, Anne. "Contrasting origins of the two institutionalisms: the social science context", *Review of Political Economy*, vol. 1, n. 3, p. 319-33, 1989.
- _____. O Início do Institucionalismo (1987). In: SALLES, Alexandre O. T.; PESSALI, H. F. & FERNÁNDEZ, R. G. (orgs.) *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 185-221.

MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York: Harper & Brothers, 1944.

_____. *The Political Element in the Development of Economic Theory*. New York: Routledge & Kegan Paul, 1954.

_____. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960 (1957).

_____. *Beyond the Welfare State: Economic Planning and its International Implications*. New Haven: Yale University Press, 1960 (1958).

_____. *Objetividad en la Investigación Social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1970 (1969).

_____. *An Approach to the Asian Drama: Methodological and Theoretical*. New York: Vintage Books, 1970a.

_____. *The Challenge of World Poverty: A World Anti-Poverty Program in Outline*. New York: Random House, Inc., 1970b.

_____. "Growth and Social Justice", *Economic Times Annual*, vol. 1, n. 3 e 4, p. 119-120, 1972a.

_____. "Response to Introduction", *The American Economic Review*, vol. 62, n. 1/2, p. 456-462, 1972b.

_____. *Against the Stream: Critical Essays on Economics*. London: Macmillan, 1974 (1973a).

_____. "Equity and Growth", *World Development*, vol. 1, n. 11, p. 43-47, 1973b.

_____. "The equality Issue in World Development", *The Swedish Journal of Economics*, vol. 77, n. 4, p. 413-432, 1975.

_____. *Asian Drama: An Inquire Into the Poverty of the Nations*. New York: Pelican Books, 1977 (1968).

_____. "Political and Institutional Economics, Eleventh Geary Lecture", *The Economic and Social Research Institute*, n. 18.269, p. 01-15, 1978a.

_____. "Institutional Economics", *Journal of Economic Issues*, vol. XII, n. 4, p. 771-783, 1978b.

PANICO, Carlo & RIZZA, Maria O. "Myrdal, Growth Processes and Equilibrium Theories". In: *Geography, Structural Change and Economic Development: Theory and Empirics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2009, p. 183-202.

SAMUELS, Warren J. "The present state of institutional economics", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

SEARLE, John. "What is an Institution?", *Journal of Institutional Economics*, vol. 1, n. 1, p. 1-22, 2005.

STREETEN, Paul. "Gunnar Myrdal", *World Development*, vol. 18, n. 7, p. 1.031-1.037. 1990.

SUNKEL, Osvaldo. "Structuralism, Dependency and Institutionalism: An Exploration of Common Ground and Disparities". *Journal of Economic Issues*, vol. XXIII, n. 2, p. 519-533, 1989.

SWEDBERG, R. "Introduction to the Transaction Edition". In: MYRDAL, Gunnar. *The Political Element in the Development of Economic Theory* (1954). New York: Routledge & Kegan Paul, p. XXI-XXXV, 2017.

TRUCCO, Ignacio. "Teorías del desarrollo capitalista. Una evaluación comparada", *Revista Problemas del Desarrollo*, vol. 171, n. 43, p. 9-29, 2012.

JOÃO SANTOS CONCEIÇÃO

RÓBER ITURRIET AVILA

TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E DE
PATRIMÔNIO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS NAS DECLARAÇÕES
TRIBUTÁRIAS DE PESSOAS FÍSICAS

Recebido em 05/04/2019

Aprovado em 09/10/2019

TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS NAS DECLARAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE PESSOAS FÍSICAS

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral investigar, em termos teóricos e empíricos, as implicações da estrutura tributária regressiva brasileira na distribuição de rendimentos e de patrimônio. O trabalho considera os efeitos do imposto de renda de pessoas físicas na desigualdade, a partir da isenção dos rendimentos do capital e do rentismo na tributação. A pesquisa tem como fonte a Receita Federal do Brasil, a qual passou a divulgar recentemente dados das declarações das pessoas físicas. O estudo, além de permitir um entendimento mais acurado sobre tributação e desigualdade, traz um detalhamento, antes inédito, das declarações tributárias das pessoas físicas. Os dados sinalizam que as medidas adotadas para aumentar o investimento privado parecem colaborar para a desigualdade de rendimentos e de patrimônio.

Palavras-chave: distribuição; tributação; rendimentos; patrimônio; Brasil.

JOÃO SANTOS
CONCEIÇÃO

Graduando em Ciências Econômicas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Contato eletrônico): joaoconceicao@unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0001-8252-2838>

RÓBER ITURRIET
AVILA

Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Contato eletrônico): rober@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-9422-9628>

Abstract

This article aims to investigate, in theoretical and empirical terms, the implications of Brazilian regressive tax structure on the distribution of income and equity. The paper considers the effects of personal income tax on inequality, based on the exemption of capital income and rent taxation. The research has as source the Receita Federal do Brasil, which has recently released data from the statements of individuals. The study, in addition to allow a more accurate understanding of taxation and inequality, brings a previously unpublished detail of tax returns of individuals. The data indicates that measures taken to increase private investment appear to contribute to income and equity inequality.

Keywords: distribution; taxation; income; patrimony; Brazil.

CLASSIFICAÇÃO JEL: H20; D31; E62

I. Introdução

O Brasil possui uma das piores distribuições de renda e de riqueza do mundo. Os 10% mais ricos do país, que concentravam 55,6% da renda em 2015, ficaram à frente da Índia, com 55,5%, e da África Subsaariana, com 54,4% (WID, 2019). Novas formas de mensuração da concentração de riqueza nos países têm sido adotadas através de dados de declarações de imposto de renda, um método recente que aponta uma concentração maior do que a do fluxo de rendimentos. A concentração entre os 10% mais ricos no Brasil foi de 74,2%, seguido pela China, com 73,2%, e pela África do Sul, com 73,1% (CSWR, 2016).

A alta concentração traz impactos para as famílias brasileiras pertencentes à faixa dos 10% mais pobres, que podem levar até nove gerações para atingir a situação de renda média do país (OECD, 2018b). A estrutura tributária parece contribuir para a desigualdade, uma vez que a tributação indireta é predominante no Brasil. Os brasileiros 10% mais pobres gastam 32% dos seus rendimentos em tributos, sendo que 28% desses são indiretos, enquanto os 10% mais ricos gastam 21%, dos quais 11% são por meio de impostos diretos (OXFAM, 2017).

Este trabalho tem como objetivo geral investigar as implicações da estrutura tributária brasileira na distribuição de rendimentos e de patrimônio. A investigação terá como objeto de análise as declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) de 2017, com destaque para as isenções dos rendimentos do capital e do rentismo de tributação.

A segunda seção revisa criticamente a teoria da tributação ótima que deu base para a estrutura tributária brasileira. A teoria da tributação ótima entende que a renda não deveria ser tributada por impostos progressivos, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimentos. A justificativa é a crença em que, com a redução de impostos, o investimento e o empreendedorismo seriam estimulados. Os mais pobres

seriam beneficiados com o aumento da renda dos mais ricos, o que justificaria políticas tributárias em prol do capital.

Entretanto, a observação empírica aponta uma ampliação da concentração de renda e de patrimônio sem os respectivos ganhos esperados em termos de crescimento econômico e investimento produtivo. Dessa forma, a academia está refletindo e construindo uma reavaliação das teorias e das práticas tributárias. Os modelos e os teoremas que se popularizaram, a partir de 1980, têm sido questionados, inclusive, por aqueles que deram sustentação às proposições de menor progressividade tributária.

A instituição de impostos progressivos nunca teve o apoio de estratos de hegemonias políticas e dos setores empresariais. A tributação no país está centrada em impostos indiretos, tendo baixa progressividade sobre a renda, sobre os lucros, sobre os ganhos de capital e sobre o patrimônio. As disputas entre as classes e os grupos sociais relevam-se importantes, indo além do aspecto teórico, na compreensão da distribuição do ônus tributário entre os contribuintes, e apresentá-las é objetivo da terceira seção.

Após essas seções, o artigo investigará os efeitos dessa estrutura sobre a distribuição de rendimentos e de patrimônio. Os dados permitirão verificar quais são os efeitos das isenções e deduções tributárias no IRPF. A análise terá como fonte a Receita Federal do Brasil, a qual passou a divulgar, recentemente, dados das declarações das pessoas físicas.

Este trabalho, ao mesmo tempo em que permite um entendimento mais acurado sobre tributação, traz um detalhamento, até então inédito, sobre os dados das declarações do IRPF. À medida que essas informações vêm sendo descobertas, é possível efetuar estudos mais aprofundados. O conhecimento mais preciso sobre essas informações ainda pode auxiliar em temas como o equilíbrio fiscal e o financiamento do Estado.

2. Teoria da tributação ótima: síntese e avaliação crítica

O processo de acumulação extremamente desigual e a oligopolização da economia desencadearam reivindicações de direitos sociais e distribuição de renda por meio da ação do Estado. A confluência do crescimento dessas forças à esquerda, com a fragilização do liberalismo econômico na crise de 1929, a eclosão das guerras mundiais e a “ameaça comunista”, estabelecida pela ordem internacional, constituíram o ambiente propício para a edificação do *Welfare State*.

A fim de financiar os novos serviços estatais, impostos foram criados ou ampliados (AVILA& CONCEIÇÃO, 2017). A redução da desigualdade, entre 1930 e 1980, tem relação com a maior progressividade tributária no período. A retomada da desigualdade, a partir de 1980, tem relação com a redução da progressividade tributária (PIKETTY, 2014). O fim da União Soviética abriu espaço para a revisão do Estado Social e da tributação progressiva como forma de financiamento.

Ferreira retrata essa conjuntura:

Se a crise econômico-social for de fato muito profunda, abalará todo o sistema capitalista, como ocorreu na crise de 1929, que se tornou mundial e desarticulou todos os níveis da produção burguesa. Tendo isso acontecido alguns anos após a primeira vitória da classe operária (a Revolução Russa de 1917), o pânico tomou conta da burguesia, que temeu uma possível vitória mundial do socialismo. O custo dessa política social do Estado providência foi pago com a cobrança de taxas e impostos da grande burguesia e de alguns segmentos sociais de alto poder aquisitivo. Cobrando impostos da burguesia, garantindo emprego e assistência social ao trabalhador, o Estado passou a ser interpretado como um agente redistribuidor de renda. (FERREIRA, 2000, p. 146-147)

As políticas econômicas keynesianas, o aparelho estatal de oferta de bens e serviços e o sistema de bem-estar social foram identificados, nas décadas de 1980 e 1990, como elementos que traziam pesado ônus à situação financeira dos Estados. O período neoliberal foi marcado pela implementação de

medidas que visavam maior eficiência e equilíbrio nas contas públicas. Os Estados nacionais e regionais reduziram a ação na economia e na estrutura de Estado.

Essas medidas foram tomadas inicialmente no Chile, por Augusto José Ramón Pinochet, nos Estados Unidos, por Ronald Wilson Reagan, e no Reino Unido, por Margaret Hilda Thatcher. As ideias de Pinochet, de Reagan e de Thatcher, no campo tributário, tiveram como base a teoria da tributação ótima. A teoria assentou que a renda deveria ser tributada linearmente, ou seja, por alíquotas nem progressivas e nem regressivas, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimento (*trickle-down*) (FREITAS, 2017).

A fala de Reagan em 1986 aponta para esse sentido:

“[...] I’m certain that the bill I’m signing today is not only an historic overhaul of our tax code and a sweeping victory for fairness, it’s also the best antipoverty bill, the best profamily measure, and the best job-creation program ever to come out of the Congress of the United States.” (apud FILHO, 2010, p. 129).

Essa concepção fez com que os impostos sobre a renda e sobre o capital diminuíssem no mundo (OECD, 2018a). A teoria da tributação ótima tem como ponto de partida o objetivo de minimizar a carga tributária e maximizar o bem-estar econômico. A teoria leva em conta “[...] escolhas para maximizar uma ‘função de bem-estar social’, função associada à ponderação do bem-estar de seus diferentes agentes econômicos” (BARBOSA & SIQUEIRA, 2001, p. 5).

A teoria recomenda impostos sobre a renda do trabalho com uma estrutura de alíquotas marginais lineares, além de ressaltar que não existem razões para elas crescerem no mesmo ritmo da renda. O imposto, com essa forma, foi analisado por Mirrlees (1971), Atkinson (1995), Hall e Rabushka (2007). As ideias da teoria em relação à tributação da renda têm como fundo a consideração de que as políticas redistributivas de renda não devem passar por alíquotas progressivas (HEADY, 1993).

Segundo Mirrlees,

An approximately linear income-tax schedule, with all the administrative advantages it would bring, is desirable [...]; and in particular (optimal!) negative income tax proposals are strongly supported. The income-tax is a much less effective tool for reducing inequalities than has often been thought; and therefore. It would be good to devise taxes complementary to the income tax, designed to avoid the difficulties that tax is faced with. (MIRRLEES, 1971, p. 208)

Embora a teoria da tributação ótima reconheça que o tributo sobre a renda seja superior aos outros por respeitar melhor a equidade, ele passou a ser questionado por causar ineficiência na economia. A incidência de tributação sobre a renda supostamente provocaria aumento na oferta de trabalho para manter a renda disponível ou diminuiria a oferta de trabalho pelo aumento na alíquota do imposto de renda (PALERMO, 2009). As hipóteses de Mirrlees (1971) de um imposto sobre a renda quase linear não são conclusivas. O autor recomendou cautela para a implementação de um imposto, dessa forma, sugerindo a necessidade de mais estudos em função da hipótese do modelo.

Being aware that many of the arguments used to argue in favour of low marginal tax rates for the rich are, at best, premised on the odd assumption that any means of raising the national income is good, even if it diverts part of that income from poor to rich, I must confess that I had expected the rigorous analysis of income-taxation in the utilitarian manner to provide an argument for high tax rates. It has not done so. [...] I would also hesitate to apply the conclusions regarding individuals of high skill: for many of them, their work is, up to a point, quite attractive, and the supply of their labour may be rather inelastic (apart from the possibilities of migration). (MIRRLEES, 1971, p. 207)

A teoria em análise, mesmo sem evidências conclusivas, levou muitos países a reduzirem as alíquotas marginais (LIMA, 1999). Hausman (1981) aponta que a oferta de trabalho reduzir-se-ia em 8,6%, nos Estados Unidos, ao se comparar com uma situação em que não houvesse o imposto. Os estudos realizados por Triest (1990), Brown e Stanford (1993) e Eissa (1995), nos Estados Unidos e no Reino Unido, mostram que mudanças nas alíquotas do

imposto de renda apresentam baixa alteração no número de horas trabalhadas (PALERMO, 2009).

Colombino e Del Boca (1990), analisando a Itália, e Bourguignon e Magnac (1999), a França, mostraram reduzida sensibilidade na relação entre oferta de trabalho e tributação da renda da pessoa física. Castro (2012), por sua vez, concluiu que não existem efeitos negativos em termos de eficiência econômica, não sendo observadas mudanças significativas na oferta de trabalho diante da tributação:

Esses resultados podem ser explicados, a princípio, pela elevada utilidade marginal da renda para a grande maioria dos trabalhadores e pela rigidez do mercado de trabalho, que não permitiria ajustes pontuais na jornada. Assim, não há evidência de que a oferta de trabalho se modifique em função da tributação da renda pessoal, não havendo efeitos negativos em termos de eficiência econômica. (CASTRO, 2012, p. 21)

A redução ou a eliminação da tributação sobre os rendimentos do capital foram sugeridas por Atkinson e Stiglitz (1976), Ordoover e Phelps (1979), Judd (1985) e Chamley (1986). A tributação sobre o capital, para a teoria da tributação ótima, pode gerar problemas de justiça fiscal e interferência na eficiência econômica. A tributação sobre o capital poderia causar mudanças na alocação de recursos no mercado e incentivar a conversão de capitais de forma a sofrer menor incidência de tributos.

A preocupação dos autores está no desestímulo à poupança e ao investimento. A teoria da tributação ótima sugere tratamento diferenciado em relação aos rendimentos e ao patrimônio advindo do capital. A tributação progressiva sobre o capital incentivaria os indivíduos a aumentar o consumo presente e diminuir a poupança. O maior consumo presente implica em uma menor parte de renda poupada, o que levaria a uma menor poupança destinada ao investimento.

Os argumentos utilizados contra a utilização da progressividade tributária dizem respeito, portanto, a não distorcer o mecanismo de equilíbrio entre poupança e investimento, tal como é apresentado no modelo neoclássico

de tributação. A teoria pressupõe mudanças sobre quanto consumir no presente ou no futuro em decorrência da incidência de tributos. A tributação poderia desestimular a poupança e os investimentos ao tributar os rendimentos do capital (GOBETTI, 2018).

A teoria da tributação ótima não se dedica muito à tributação sobre o patrimônio. A única recomendação dada é que os impostos sobre essa base de incidência também não devem afetar a poupança do contribuinte. Outras teorias tributárias recomendam alíquotas sobre o patrimônio baixas e levemente progressivas. A ressalva é em relação a heranças e doações, que devem ocorrer com alíquotas progressivas (PALERMO, 2009; LAGEMANN, 2001).

A teoria da tributação ótima sugere uma alíquota única no imposto sobre o consumo para todos os bens e serviços. A opção pelo imposto sobre o consumo permite que se isente de tributos os rendimentos do capital e, dessa maneira, incentive-se a formação de poupança, investimento e acumulação de capital na economia. As possibilidades dadas pelos impostos sobre o consumo levaram os autores da teoria ótima ao “apelo para torná-lo(s) a única base de tributação.” (PALERMO, 2009, p. 32).

Os autores favoráveis e contrários à teoria da tributação ótima tentaram solucionar o *trade-off* existente entre tributação e neutralidade. O princípio da neutralidade prescreve uma tributação que não afete as decisões dos agentes e nem a eficiência produtiva, assim não haveria discriminação entre pessoas e atividades distintas. A tributação sobre renda, por exemplo, poderia afetar a oferta de trabalho.

O princípio da equidade preconiza que as pessoas com mesma capacidade de pagamento devem pagar o mesmo imposto (horizontal) e que as alíquotas devem mudar de acordo com o nível de renda (vertical). A equidade vertical prevê, portanto, maior contribuição dos indivíduos com maior propensão marginal a poupar. Nesta medida, haveria um *trade-off*: objetivos distributivos só podem ser alcançados a um certo custo em termos de

eficiência econômica. As prescrições da teoria da tributação ótima priorizam a eficiência em detrimento da equidade.

Os defensores dessa teoria argumentam que a isenção dos rendimentos do capital pode estimular o crescimento da economia com mais investimentos. Os contrários compreendem que a tributação indireta tem maior impacto sobre os mais pobres, que possuem maior propensão ao consumo e maior potencial de estimular a demanda efetiva.

Ao tributar a produção e o comércio, em detrimento do capital, aumenta-se o custo dos bens e serviços, prejudicando o sistema produtivo como um todo. O sistema tributário regressivo não é, portanto, apenas prejudicial para as classes baixas e médias, mas, inclusive para a própria atividade econômica.

De acordo com Oliveira e Biasoto:

Apesar do pensamento conservador que condena a tributação sobre os mais ricos, alegando ser destes que nasce a poupança para os investimentos, baseado em teses anacrônicas como a da improdutividade dos gastos do Estado e da necessidade de uma poupança prévia para a acumulação, e do novo paradigma teórico de que se deve evitar a taxaço sobre os fatores de maior mobilidade espacial, o Estado, ao abdicar de cobrar impostos destes segmentos, estreita consideravelmente suas bases de tributação, penaliza exageradamente as camadas da sociedade de menor poder aquisitivo e enfraquece o potencial de crescimento da economia. Isso porque, como demonstrou Keynes em seu trabalho lapidar de 1936, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, são as camadas de mais baixa renda que, por possuírem maior propensão ao consumo, tendem a fortalecer a demanda agregada e o mercado interno, revitalizar as forças do sistema e contribuir para atenuar as flutuações cíclicas do sistema. (OLIVEIRA& BIASOTO, 2015, p. 8-9)

Kalecki (1977) ressalva que o impacto dos gastos públicos sobre a demanda efetiva depende da forma como os tributos são cobrados. Os tributos sobre os mais pobres não geram acréscimo de demanda na economia, apenas uma transferência de recursos dos trabalhadores para o setor público. Os

tributos só se transformam em demanda efetiva adicional quando são financiados sobre os mais ricos.

Kalecki (1977) e Keynes (1985) entendem que o consumo das famílias, que é induzido pela renda disponível, sofre os efeitos da tributação e das transferências. A propensão a consumir das famílias depende diretamente também dessas duas variáveis. A tributação tem o efeito de reduzir a renda disponível e a propensão a consumir das famílias, o que acaba diminuindo o efeito multiplicador na demanda agregada.

Kalecki (1977) e Keynes (1985) entendem que os gastos, as transferências governamentais para as famílias e os impostos diretos e indiretos exercem influência sobre a demanda efetiva da economia. O efeito conjunto dessas três variáveis e o efeito multiplicador que os impostos e as transferências possuem impactam na economia.

Por isso, Carvalho (2018), com base em Kalecki (1977), entende que

Graças às propriedades do chamado multiplicador de Haavelmo, tributar os mais ricos e gastar o mesmo valor com políticas que elevam a renda dos mais pobres direta ou indiretamente tem alto efeito multiplicador¹. Isso porque enquanto os mais ricos consomem uma parte relativamente pequena da sua renda, os mais pobres consomem tudo ou quase tudo daquilo que ganham, o que contribui para dinamizar a economia. Em outras palavras, uma reforma tributária progressiva deve elevar a tributação sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos [...] e reduzir a tributação sobre o consumo, a produção e os lucros reinvestidos nas empresas. (CARVALHO, 2018, p. 165).

Com base na teoria da demanda efetiva, é possível dizer que Kalecki (1977) refutaria a ideia da teoria da tributação ótima, que considera que impostos sobre o capital desestimulariam a poupança e o investimento. A poupança,

¹ Carvalho (2018) estimou a propensão a consumir no Brasil: “Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE de 2009 mostram que a propensão a consumir aumenta substancialmente quando nos movemos do topo para a base da pirâmide da distribuição, sendo em média de 56% da renda bruta para os que recebem acima de 10.375 reais, e de mais de 100% para os que ganham menos do que 830 reais. Assim, a cada mil reais transferidos dos mais ricos para os mais pobres direta ou indiretamente (via geração de emprego e renda), o consumo das famílias aumentaria em 730 reais.” (CARVALHO, 2018, p. 165).

para Kalecki (1977), não é pré-condição para o investimento, mas este, por meio dos seus efeitos multiplicadores e da demanda efetiva, é que gera a poupança, ou seja, o investimento precede à formação de poupança. Isto significa que o investimento, via demanda efetiva, ao gerar renda, gera poupança.

A teoria da tributação ótima, mesmo sem evidências empíricas consistentes, levou adiante suas ideias. Os autores, embora reconhecendo que o imposto sobre capital, renda e patrimônio respeita mais a equidade, preferiram a tributação sobre o consumo. As mesmas ideias, que se popularizaram no Brasil no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, têm sido questionadas, inclusive, pelos autores que deram sustentação às proposições de menor progressividade tributária, como é o caso de Atkinson (2016), Mirrlees (2011) e Stiglitz (2017) (AVILA & CONCEIÇÃO, 2018).

Nos termos de Mirrlees (2011, p.22):

Income and wealth are much less equally distributed across the population than they were 30 years ago. It is rarely understood quite how dramatic that change has been, nor how important it is for the formulation of public policy in general and tax policy in particular. The increase in income inequality over the past 30 years – concentrated in the 1980s – has been without historical precedent.

O sistema tributário brasileiro, historicamente, foi utilizado como instrumento para equilibrar as contas públicas, incentivar a poupança e a acumulação de capital, assim como para estimular o investimento público e o privado. Os resultados de uma estrutura tributária guiada pelos critérios da tributação ótima resultaram na redução da progressividade do imposto de renda de pessoas físicas e na complacência com os rendimentos do capital.

A regressividade tributária no Brasil não envolve apenas a discussão da redução da progressividade em detrimento da poupança e do investimento. As disputas entre as classes e os grupos sociais também são relevantes para a compreensão dos resultados em termos de distribuição da carga tributária. A seção abaixo tem como objetivo analisar justamente essas disputas levando em conta os acontecimentos sociais, políticos e econômicos.

3. Um breve histórico da Economia Política da tributação no Brasil

O perfil agroexportador da economia brasileira durante o período 1889-1930 explica a importância dos impostos sobre importação e exportação. O imposto sobre exportação era de competência dos estados, e tal fato deve-se sobretudo ao poder que as oligarquias cafeeiras exerciam (GRAZZIOTIN, 2012). Os choques externos decorrentes da crise de 1929 afetaram o preço do café, assim como a demanda dos países centrais pelo produto brasileiro, levando a menores níveis de produção, exportação, importação, renda e arrecadação.

A severa restrição à capacidade de importar do país e a política de defesa do setor cafeeiro teriam criado as condições para o Brasil desenvolver sua produção doméstica voltada ao mercado interno. A política de defesa do setor cafeeiro brasileiro no período da grande depressão consolidou-se em um programa de manutenção da renda nacional. Essa política de sustentação da renda interna levou à desvalorização cambial e a sucessivos déficits do setor público (FURTADO, 1995).

A saída encontrada pelo Estado foi estabelecer impostos internos na tentativa de aumentar as receitas dos cofres públicos. Os primeiros impostos sobre o consumo, por exemplo, inicialmente recaíam apenas sobre o fumo, mas, com o passar do tempo, a base do imposto foi crescendo até praticamente englobar todos os bens da economia da categoria (GRAZZIOTIN, 2012).

Os tributos sobre importação eram responsáveis por 56% da receita tributária federal, enquanto os demais impostos sobre o consumo representavam, aproximadamente, 30% até 1930. A crise de 1929 levou à redução da participação da receita das importações para 14,5% em quinze anos. O aumento dos tributos sobre o consumo foi acompanhado pela maior participação dos tributos sobre renda e proventos.

O Imposto de Renda (IR) passou por uma fase de ampliação e aumento da progressividade a partir da década de 1930, tendo a alíquota máxima

passado de 20% para 50% após a Segunda Guerra Mundial (NÓBREGA, 2014). Nos primeiros anos, a participação do IR na receita tributária federal era pequena, algo em torno de 2,6%. Em 1945, a arrecadação quase alcançou a receita dos tributos sobre o consumo.

Tabela 1. Participação percentual dos tributos na arrecadação federal total – 1925-1945

Ano	Incidência dos tributos				
	Importação	Consumo	Renda e proventos	Selos	Outros tributos
1925	56,0	24,2	2,6	17,1	0,1
1930	50,2	28,3	5,0	16,4	0,1
1935	47,6	27,2	8,1	16,4	0,7
1940	33,9	38,7	15,1	10,2	0,1
1945	14,5	40,0	33,2	12,2	0,1

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Oliveira (2010).

Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder por meio de um golpe de Estado e uma ditadura de governo provisório, tendo a crise e o combate ao Estado oligárquico como seus desafios centrais (OLIVEIRA, 2010). A Constituição de 1934 do Brasil promoveu importantes alterações na estrutura tributária do país nas esferas estaduais e municipais. A despeito da centralização política, a Constituição de 1934 deixou especificadas as competências municipais, permitindo o financiamento dos estados e dos municípios (GRAZZIOTIN, 2012).

O governo de Vargas perdeu a legitimidade após a Segunda Guerra Mundial e sofreu um golpe militar em 1945, instaurando-se um breve período de democratização entre 1946 e 1964. A Constituição de 1946 buscou melhorar as relações entre os entes federados com uma nova estrutura de impostos. O período permitiu a criação de uma série de arranjos de transferências constitucionais.

A estrutura econômica brasileira sofreu significativos avanços entre 1946 e 1954, com o aprofundamento do processo de substituição de importação,

incluindo os bens duráveis, os bens de capital e os setores de infraestrutura em energia e transporte. Os avanços econômicos pelo lado do financiamento continuaram defasados diante do novo padrão de acumulação da economia brasileira. As mudanças realizadas na constituição foram pontuais, vindas apenas de propostas como a de um anteprojeto de Código Tributário Nacional (CTN).

Os déficits fiscais crescentes acumulados ao longo do período industrializante levaram à redução forçada da atuação do Estado (GRAZZIOTIN, 2010). A questão tributária no governo de João Belchior Marques Goulart estava inserida nas Reformas de Base. A reforma tributária constituía-se em atualizar o sistema tributário brasileiro, que estava praticamente inalterado desde 1946, e vinha ao encontro das intencionalidades das Reformas de Base, que incluíam promover crescimento econômico com distribuição de renda.

A principal fonte de arrecadação do governo Goulart deveria ser o IR (MOREIRA, 2011). O governo aumentou a alíquota máxima para 65%, alcançando o maior percentual da história. O presidente Jânio da Silva Quadros já havia modificado, um ano antes, a alíquota máxima de 50% para 60% dos rendimentos. O governo pretendia elevar a arrecadação a partir do reaparelhamento das repartições coletoras de imposto. Goulart tinha outras propostas referentes à renda e ao capital². Essas medidas visariam aumentar a progressividade tributária e, ao mesmo tempo, combater a sonegação fiscal e instituir penalidades contra sonegadores.

Os governos militares subsequentes rechaçaram as propostas de Goulart ao darem o primeiro aceno para a redução da pouca progressividade tributária

² As propostas sobre a renda e o capital seriam: a) ajustar as alíquotas progressivas à política de distribuição equitativa da carga tributária; b) fiscalizar os ganhos de capital e dos rendimentos do trabalho por meio das declarações; c) rever o regime de tributação dos rendimentos das pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede fora do país; d) instituir imposto sobre os lucros especulativos nas operações sobre imóveis; e) rever a forma de tributação das pessoas jurídicas no país, implementando um sistema diferenciado da renda em função do lucro-capital; f) estimular a poupança por meio de incentivos fiscais; g) estimular a reinversão de lucros quando reverta efetivamente ao crescimento econômico; h) disciplinar o aumento do capital de empresas por incorporação de reservas, prevendo tratamento fiscal diferente às reservas constituídas por meio de estímulos fiscais; i) estimular o uso racional da exploração da terra (MOREIRA, 2011).

existente. A primeira medida desses governos foi a diminuição da alíquota máxima do imposto de renda concernente às pessoas físicas para 55% e, depois, para 50% sobre os rendimentos. A outra atitude tomada foi a redução de 14 para 12 faixas de rendas tributadas, número que permaneceu durante a maior parte do regime militar.

A reforma tributária nos governos militares estava inserida em um contexto amplo de reformas estruturais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). As alterações tributárias tinham como objetivo atualizar a estrutura tributária à nova realidade econômica do país e à nova estrutura de financiamento do Estado. O arcabouço tributário tinha como função incentivar a acumulação de capital, garantir incentivos fiscais e financeiros para setores estratégicos e propor um novo modelo de federalismo fiscal (OLIVEIRA, 2010; GRAZZIOTIN, 2012).

A carga tributária bruta aumentou 40% durante o período da ditadura militar. Os dados mostram que esse aumento foi acompanhado pela menor participação de tributos diretos na carga tributária. Os impostos indiretos acabaram saindo de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1964 para 12,6% ao final do período militar. O resultado da reforma tributária e de outras do período foi a concentração de renda e de patrimônio em paralelo à redução real do salário mínimo.

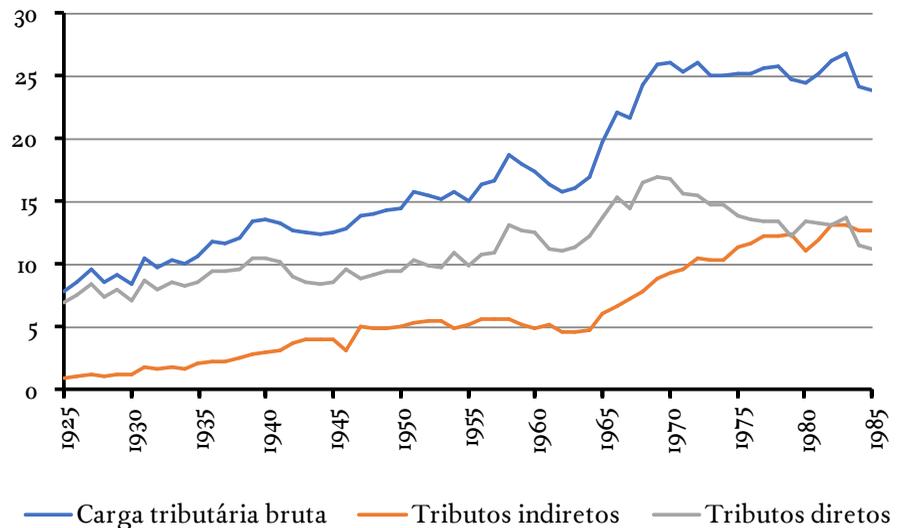
A reforma tributária teve como objetivo dotar o Estado de condições de intervir no processo de desenvolvimento econômico, através do aumento de sua capacidade de gastos e de uma ampliação de suas possibilidades de arbitrar regras e eventualmente isenções para favorecer o padrão de acumulação capitalista que se desejava estabelecer. [...] Mais do que descrever as medidas da reforma tributária, deve-se registrar que sua concepção releva caráter fortemente concentrador de renda e de patrimônio, somando-se às reformas financeira e trabalhista para construir um regime de acumulação socialmente excludente. (MATTOS, BASTOS & BARONE, 2015, p. 8-10).

A ênfase nos tributos internos levou à criação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM)

e das contribuições sociais ou contribuições parafiscais destinadas ao financiamento das políticas sociais. Alguns exemplos são o salário educação, a contribuição previdenciária e a formação para o financiamento da economia no longo prazo, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). (OLIVEIRA, 2010; GRAZZIOTIN, 2012).

Após o regime militar, a reabertura e a redemocratização levaram à Constituição Federal de 1988, cujo conteúdo, em termos tributários, tem influência de toda a trajetória que este sistema percorreu ao final do Século XIX e ao longo de praticamente todo o Século XX, durante a vida da República Brasileira. A consequência básica dessa trajetória foi um sistema tributário extremamente complexo em termos de mecanismos de transferências, de competências e de alíquotas [...]. (GRAZZIOTIN, 2012, p. 58)

Gráfico 1. Evolução percentual dos tributos diretos e indiretos na carga tributária bruta no Brasil – 1925-1985



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2019).

A pressão das classes dominantes sobre o Estado e sobre as empresas públicas brasileiras marcou uma outra fratura no modelo de desenvolvimento brasileiro, nos anos finais da década de 1980 e a partir dos anos 1990. A coalizção de interesses de grupos financeiros e do capital estrangeiro estava atraída por privatizações de serviços públicos brasileiros (MEDEIROS, 2004).

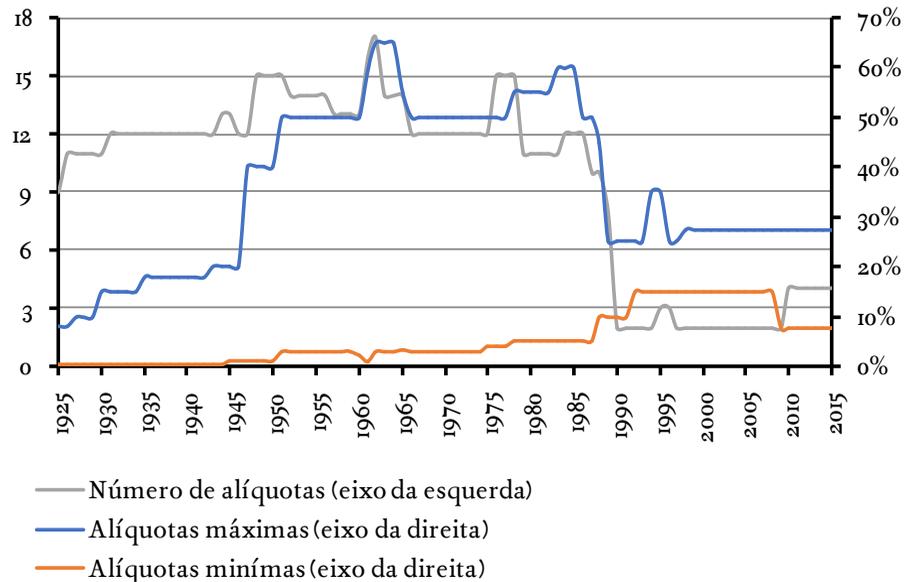
A onda das privatizações e da implementação de políticas liberalizantes aconteceu ao mesmo tempo em que a Constituição Federal de 1988 ampliava o espectro dos serviços públicos. A primeira modificação foi a redução de oito para dois no número de faixas de renda tributadas. A alíquota máxima caiu de 45% para 25%, e a alíquota mínima foi elevada de 10% para 15% dos rendimentos.

O Brasil passou a não mais adotar o sistema clássico como forma de tributar os dividendos. Esse rendimento passou a não integrar a base de cálculo do imposto de pessoas físicas, sendo tributado exclusivamente na fonte, submetido à alíquota inferior às máximas aplicadas ao rendimento do trabalho (GOBETTI, 2016)³. Outra mudança foi a fixação de limite máximo de 8% na alíquota do ITCD durante o governo de Fernando Affonso Collor de Mello (Collor).

A partir daí, justamente quando, contraditoriamente, a nova Constituição democrática de 1988 introduzia as bases para o Estado de bem-estar social brasileiro, com o reconhecimento de uma série de demandas sociais represadas durante a ditadura, nunca mais o IRPF haveria de ter a estrutura progressiva do passado. Ao contrário, à medida que o país avançava na construção de sua rede de proteção social por meio do gasto, recuava dos objetivos redistributivos da política tributária. (GOBETTI & ORAIR, 2016, p. 11)

³ Esse sistema prevê a taxação do lucro após a sua apuração contábil; e os dividendos, depois de distribuídos aos acionistas, também são onerados. Desse modo, o lucro é tributado em duas fases, tanto na pessoa física como na pessoa jurídica, havendo a distinção entre o que é lucro da empresa e o que é renda pessoal.

Gráfico 2. Evolução das alíquotas da tributação sobre a renda de pessoa física no Brasil – 1925-2019



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2019).

Os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) vivenciaram duas crises cambiais, inflação e desemprego elevado, redução do salário real no segundo período e submissão do Brasil aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI). A política fiscal ortodoxa de FHC introduziu um conflito distributivo entre o pagamento dos juros da dívida e as despesas sociais voltadas a transferências de renda e entre juros recebidos pelos rentistas.

Esse conflito não foi apenas pelo gasto, como também pelo lado da arrecadação, a qual ficou cada vez mais regressiva. Os governos de FHC deram continuidade às políticas liberalizantes, agravando mais a regressividade do sistema tributário brasileiro⁴ (SALVADOR, 2014). As medidas aumentaram a

⁴ As medidas tomadas pelo governo FHC foram: a) eliminação da alíquota de 35% do IRPF; b) elevação da alíquota do IRPF de 25% para 27,5%; c) eliminação da progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); d) redução da alíquota de 25% para 15% do IRPJ; e) isenção de impostos sobre os lucros ou dividendos do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no país ou no exterior, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado e f) instituição dos Juros sobre o Capital Próprio (JSCP). O JSCP trata-se de uma dedução que as empresas podem efetuar, contabilizando como “custo”, que seria a remuneração do capital inicial isento de imposto. O acionista que recebe paga IRPF exclusivamente na fonte: 15% de maneira linear.

carga tributária bruta em 24,2%, o maior percentual desde a redemocratização. As alterações tinham como objetivo amenizar os efeitos da dupla tributação⁵ de lucros e dividendos na pessoa física, o que supostamente atrairia fluxos de capitais e incentivaria investimentos no Brasil.

Entretanto,

[...] a literatura empírica carece de resultados conclusivos que demonstrem que os benefícios tributários aos rendimentos da propriedade do capital (isenção dos dividendos e dedução dos JSCP) obtiveram êxito em ampliar os investimentos no país, já que, ao contrário, os investimentos permaneceram estagnados por mais de uma década após a implementação dessas medidas. (GOBETTI& ORAIR, 2016, p. 14-15)

A baixa arrecadação sobre rendimentos no Brasil também pode ser explicada pela isenção dos dividendos. Os dividendos eram tributados de forma linear e exclusiva na fonte, com uma alíquota de 15%. Os acionistas recebiam 56,1% do lucro bruto, e 43,9% ficavam na forma de impostos. Com as alterações na legislação tributária do governo FHC, os acionistas passaram a ficar com 71,7% do lucro bruto e o Estado com 28,3% de impostos (*ibidem*).

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) nas eleições de 2002 levou o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras forças políticas de centro-esquerda ao Poder Executivo brasileiro. O governo eleito tentou realizar uma reforma tributária no primeiro ano de mandato, a qual tinha como objetivo a diminuição da regressividade do sistema tributário, ampliando e aprimorando a tributação direta⁶ (SALVADOR, 2014).

⁵ Carvalho (2018) diz não se tratar de bitributação: “[...] do ponto de vista jurídico, não se tratava de bitributação: os sujeitos passivos do IRPJ/CSLL e do IRPF cobrado sobre os dividendos são diferentes: no primeiro caso, as pessoas jurídicas e, no segundo, as pessoas físicas. Do ponto de vista de estímulo para o investimento produtivo, certamente, é preferível tributar menos os lucros na pessoa jurídica e mais os dividendos na pessoa física.” (CARVALHO, 2018, p. 164).

⁶ As seguintes mudanças que constavam na reforma tributária do governo Lula: a) instituição de progressividade sobre o ITCD; b) autorização de progressividade sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos (ITBI); c) transferir da União para os estados e o Distrito Federal (DF) a competência do Imposto Territorial Rural (ITR), definindo a progressividade tributária do imposto e a transferência de metade da arrecadação para os municípios; d) eliminação da regulamentação por lei complementar do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), transformando-o aos demais impostos que são regulamentados por lei ordinária; e) tornar a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) uma contribuição social permanente para o financiamento da seguridade social (SALVADOR, 2014).

A proposta de Lula acabou fracassando, segundo Salvador:

[...] enfrentou muitas resistências no Congresso Nacional, o que tornou evidente o conflito distributivo que envolve o tema tributário. [...] mesmo uma proposta tímida de maior progressividade em alguns impostos diretos (que, em tese, já deveriam ser progressivos) sobre o patrimônio provocou a reação dos empresários e dos setores mais conservadores no Congresso Nacional. (*ibidem*, p. 31)

O governo Lula voltaria a apresentar uma nova reforma tributária no primeiro ano do segundo mandato. A segunda tentativa foi construída a partir de setores do empresariado nacional, e não apontava para a instituição de um sistema tributário mais progressivo como na primeira proposta; seu objetivo maior era promover uma simplificação da estrutura (*ibidem*). Esta nova tentativa de reforma acabou fracassando novamente: “A proposta apresentada pelo governo refletiu os diversos interesses do setor empresarial e das questões federativas pautadas pelos governadores e prefeitos. [...] após a resistência, principalmente, dos movimentos sociais, não foi para votação na Câmara dos Deputados [...]” (*ibidem*, p. 32).

As únicas medidas aprovadas no governo Lula, no que tange ao campo tributário, foram as desonerações tributárias para o setor de construção, de infraestrutura e de alta tecnologia, com o objetivo de elevação dos investimentos e crescimento econômico. O governo Lula também implementou uma política de redução do IPI sobre automóveis e para setores de bens de consumo duráveis, equipamentos, móveis e alimentos (CARVALHO, 2018).

Durante os governos da presidenta Dilma Vana Rousseff não foi aprovada qualquer reforma tributária, apenas a instituição de duas novas alíquotas intermediárias no IRPF. As renúncias e as desonerações fiscais do governo Lula ganharam mais centralidade no primeiro mandato de Dilma. O montante de desonerações fiscais concedidas, no primeiro mandato, passou de R\$ 3,6 bilhões, em 2011, para R\$ 100,6 bilhões, em 2014 (MARQUETTI, HOFF & MIEBACH, 2016).

Carvalho concluiu que as desonerações serviram de transferência de renda aos mais ricos:

Como essas políticas foram referendadas por associações patronais que, posteriormente, abandonaram o barco e apoiaram o *impeachment* da presidente, [...] o modelo econômico adotado em 2011 e aprofundado nos três anos seguintes de Agenda Fiesp. [...] Pode-se dizer com segurança que os resultados de sua adoção foram desastrosos. [...] desonerações fiscais servem apenas para a recomposição de uma parte dos lucros perdidos, não sendo capazes de estimular novos investimentos. [...] De fato, a maior parte das desonerações fiscais concedidas parece ter servido como política de transferência de renda para os mais ricos, contribuindo também para deteriorar sobremaneira as contas públicas. (CARVALHO, 2018, p. 58-74)

Em consonância com Carvalho (2018), Freitas concluiu que, no Brasil,

[...] o comportamento do investimento privado, empiricamente, tem sido caracterizado muito mais como de complementaridade com o investimento público (*crowding in*) do que sofrendo uma influência negativa desse último (*crowding out*). No Brasil, em particular, sempre houve uma correlação direta entre os dois, e no período marcado pelas taxas de crescimento médias mais altas da história econômica brasileira, por exemplo, a atuação do setor público coordenou e complementou a ação do setor privado. (FREITAS, 2017, p. 73)

[...] e o argumento que legitimaria uma pequena elite se apropriar de grande parte do patrimônio nacional (que supostamente permitiria o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade) não encontra respaldo empírico. (*ibidem*, p. 199)

O governo Dilma pensou na volta da tributação sobre os dividendos e da CPMF, na instituição da taxaço sobre grandes fortunas⁷ e na ampliação do

⁷ O Congresso Nacional brasileiro não regulamenta o IGF previsto na Constituição do país desde 1988. Freitas aponta o suposto motivo do IGF não ser regulamentado no Brasil: “De acordo com a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, que informa o patrimônio dos políticos, eleitos e candidatos, cerca de, no mínimo, 25% a 33% dos atuais 81 senadores brasileiros apresentam patrimônios acima de R\$ 3 milhões (valores provavelmente subestimados, diga-se de passagem). Isto é, no mínimo, 1/3 dos próprios legisladores do IGF sofreriam a sua incidência, caso se instituisse um imposto que tributasse patrimônios a partir desse valor. O que representa um elemento bastante contraditório da democracia representativa do país e que não deve ser negligenciado quando se buscam as causas para a não regulamentação do IGF no Brasil até os dias de hoje.” (FREITAS, 2017, p. 198).

imposto sobre heranças e doações como parte do ajuste fiscal no segundo mandato. Essas medidas nunca foram encaminhadas ao Congresso Nacional ou não tiveram força política para serem aprovadas. O segundo governo Dilma acabou optando, então, pelo aumento de impostos indiretos.

A queda da presidenta Dilma possibilitou um espaço político maior para o aprofundamento das políticas de austeridade. Os governos posteriores (Temer e Bolsonaro) aprovaram o congelamento de gastos públicos por vinte anos, terceirização do trabalho de forma irrestrita para qualquer tipo de atividade e alterações na legislação trabalhista e previdenciária. À despeito das revisões teóricas ocorridas entre os autores da teoria da tributação ótima, a estrutura arrecadatória do Brasil persiste com concepções antigas.

A carga tributária bruta brasileira de 32,4%, no ano de 2017, assentou-se em 48,4% sobre bens e serviços; 26,1% na folha de salário e seguridade social; 19,2% em renda, lucro e ganho de capital; 4,5% na propriedade; e 1,6% em transações financeiras. O resultado da regressividade tributária ajuda a explicar uma parte da concentração de renda e patrimônio no país. A próxima seção tem como objetivo apresentar as implicações dessa estrutura na desigualdade.

4. Isenções e deduções tributárias da renda de pessoas físicas no Brasil: implicações na desigualdade de rendimentos e de patrimônio

Somente no final de 2014 a Receita Federal do Brasil passou a disponibilizar mais dados das declarações do IRPF. A primeira constatação obtida dos dados brutos é que os dividendos são uma das principais fontes de rendimento dos mais ricos. A segunda é de que as heranças e doações também são uma das fontes de acumulação dos mais ricos. À medida que essas informações vêm sendo descobertas, é possível efetuar estudos mais aprofundados da relação da tributação com a desigualdade.

Os rendimentos dos 29,1 milhões de declarantes do IRPF recebem três tratamentos tributários diferenciados no Brasil. Os “rendimentos tributáveis” representaram, em 2017, R\$ 1.737,1 bilhões (59,1%); os “rendimentos isentos e não-tributáveis”, R\$ 908,1 bilhões (30,9%); e os “rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva”, R\$ 295,8 bilhões (10%)⁸. A soma desses três tratamentos tributários (R\$ 2.940,9 bilhões) diferenciados permite chegar ao “rendimento total” do declarante.

Os rendimentos tributáveis são compostos, principalmente, por rendas provenientes do trabalho. Os rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva englobam, predominantemente, rendas do capital na sua composição. Os casos mais comuns são aplicações de renda fixa e variável e os ganhos de capital. Esses últimos recebem tratamento tributário menos oneroso, sendo tributados por alíquotas lineares, normalmente abaixo da média das alíquotas progressivas.

Os rendimentos isentos e não tributáveis reúnem, majoritariamente, rendas do capital na forma de aplicações financeiras, lucros, dividendos, ações, poupança e transferências patrimoniais. A parcela relativa aos rendimentos do capital dos rendimentos isentos e não tributáveis não recebe qualquer tratamento tributário. Os únicos rendimentos do trabalho isentos e não tributáveis são o FGTS, as indenizações por rescisão de contrato de trabalho, bolsas de estudo, pensões e aposentadorias.

O gráfico 3 apresenta a consequência dessas três tipificações de rendimentos no ano de 2017. A base de cálculo passa a cair para os contribuintes que receberam mais do que três salários mínimos mensais (R\$ 2.811,00)⁹ e os rendimentos isentos e não tributáveis passam a se elevar a partir dessa faixa. A alíquota efetiva média¹⁰ é crescente até a faixa de 30 a 40 salários mínimos (R\$ 28.110,00 a R\$ 37.480,00).

⁸ Os dois últimos tipos de rendimentos serão chamados de rendimentos de capital e do rentismo ao longo da seção. O rendimento do capital é entendido como a remuneração de atividade produtiva; já o “rentismo” é retratado como remuneração do patrimônio, como aplicações financeiras e imobiliárias.

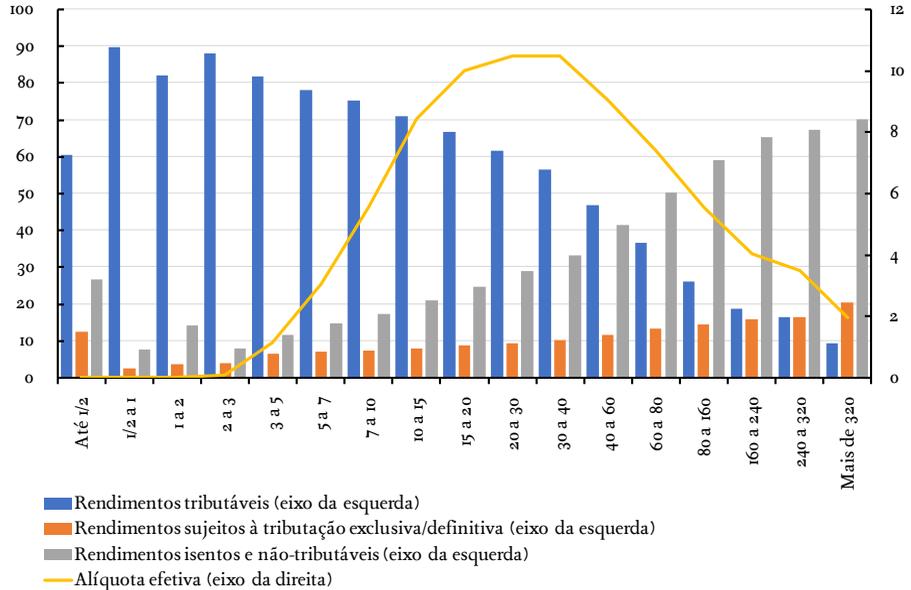
⁹ O salário mínimo mensal vigente no ano de 2017 era de R\$ 937,00.

¹⁰ A alíquota efetiva média é dada pela comparação entre o imposto devido e o rendimento total do declarante. (GOBETTI & ORAIR, 2016). O imposto devido é quanto o declarante tem de pagar de imposto conforme o seu rendimento anual.

Os efeitos são resultados de uma estruturação de rendimentos do trabalho em quase toda sua totalidade expostos à tributação, e os rendimentos do capital e do rentismo estão isentos ou tributados por alíquotas lineares. A consequência final dessa estruturação está na alíquota efetiva: quanto maior a participação dos rendimentos do capital e do rentismo, menor a proporção de imposto pago pelas pessoas físicas.

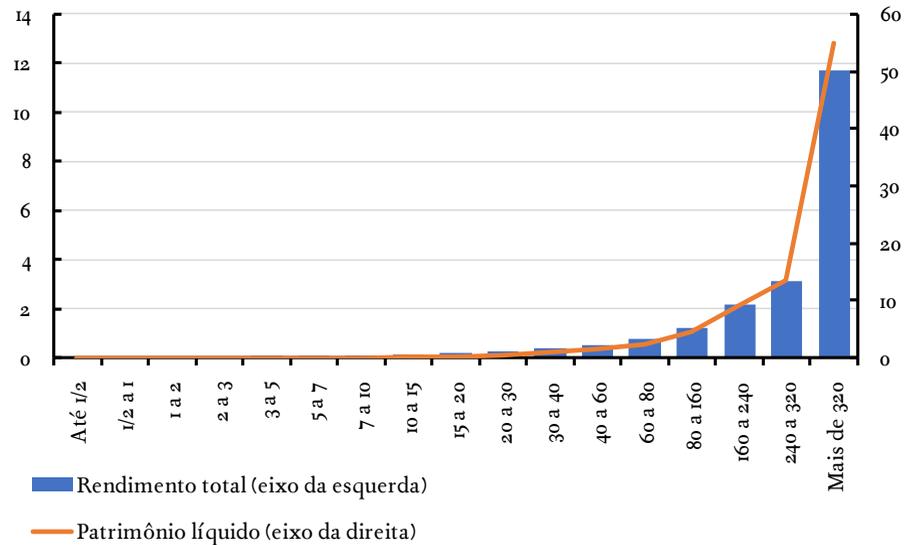
O ponto mais alto de isenção de rendimentos dos declarantes refere-se aos que receberam mais de 320 salários mínimos mensais (R\$ 299.840,00) no ano de 2017. Os rendimentos médios desses declarantes ficaram 70,1% isentos no IRPF, e tiveram uma alíquota efetiva média de 2%. Esses declarantes são os mesmos que possuem uma média de rendimentos de R\$ 11,7 milhões e um patrimônio líquido médio de R\$ 54,7 milhões.

Gráfico 3. Média percentual dos rendimentos dos declarantes por faixas de salários mínimos – 2017



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

Gráfico 4. Média dos rendimentos e do patrimônio líquido por faixas de salário mínimo (milhões de reais) – 2017



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

A isenção dos dividendos em 1996 contribuiu para o fenômeno da “pejotização”. A situação se caracteriza quando os dividendos distribuídos advêm de profissionais liberais que constituem microempresas a fim de receberem um tratamento tributário menos oneroso daquele que seria dado caso os seus rendimentos fossem contabilizados como oriundos do trabalho. Os dados de 2017 mostram que os microempreendedores, profissionais liberais e autônomos somaram 7 milhões de declarantes, enquanto os empregados do setor privado chegaram a 8,7 milhões.

A tributação total sobre o setor de serviços varia de 16,3% a 19,5% do faturamento da empresa no regime do lucro presumido; quando enquadrada no regime do Simples Nacional das micro e pequenas empresas, esses percentuais são reduzidos para 4,5% a 16,9%. No caso do lucro presumido entre as médias empresas, a legislação “presume” que o lucro seja de até 32% do faturamento. Assim, a tributação de 15% ou 25% é aplicada sobre o lucro presumido, totalizando uma tributação entre 4,8% e 8% do faturamento, mas as alíquotas dependem do setor econômico.

A ocupação que representa o melhor exemplo para se expor essas distorções é a de médicos. Os que receberam salário médio (R\$ 20.787,05 mensais) tiveram uma alíquota efetiva média de 14%; já para os que receberam dividendos (R\$ 37.134,33 mensais), o percentual foi de 6,4%. Nesse último caso, há tributação sobre a empresa; à toda sorte, a legislação permite uma redução de 35,6% de tributação. Outros profissionais que utilizam esse artifício legal para obter ganhos tributários são: produtores na exploração agropecuária, advogados e engenheiros.

A isenção de R\$ 280,6 bilhões¹¹ em dividendos distribuídos beneficiou 3,2 milhões de pessoas, que receberam uma média de R\$ 87,7 mil sem pagar qualquer imposto sobre esse montante. Os rendimentos isentos dos recebedores de lucros e dividendos chegaram a R\$ 550,7 bilhões. Esses declarantes acumularam 60,6% dos R\$ 908,1 bilhões dos rendimentos isentos entre todos os declarantes do IRPF.

Há, entre os 3,2 milhões de recebedores de dividendos, as 19,9 mil pessoas mais ricas do Brasil. Estas últimas obtiveram R\$ 182,1 bilhões de rendimentos isentos. Tal monta representou uma isenção de 73,2% dos rendimentos anuais. As pessoas que figuram de maior rendimento pagaram uma alíquota efetiva média de 1,5%. As 19,9 mil pessoas mais ricas do Brasil tiveram rendimento médio de R\$ 12,5 milhões em 2017, e um patrimônio líquido médio no valor de R\$ 61,5 milhões.

A Receita Federal do Brasil também divulga informações tributárias referentes aos declarantes que receberam heranças e doações. O número de recebedores de heranças e doações, na forma de transferências patrimoniais, foi de 345.035, o qual representa 1,2% dos declarantes do IRPF, no valor de R\$ 105,6 bilhões no ano de 2017¹⁷. O valor das transferências patrimoniais

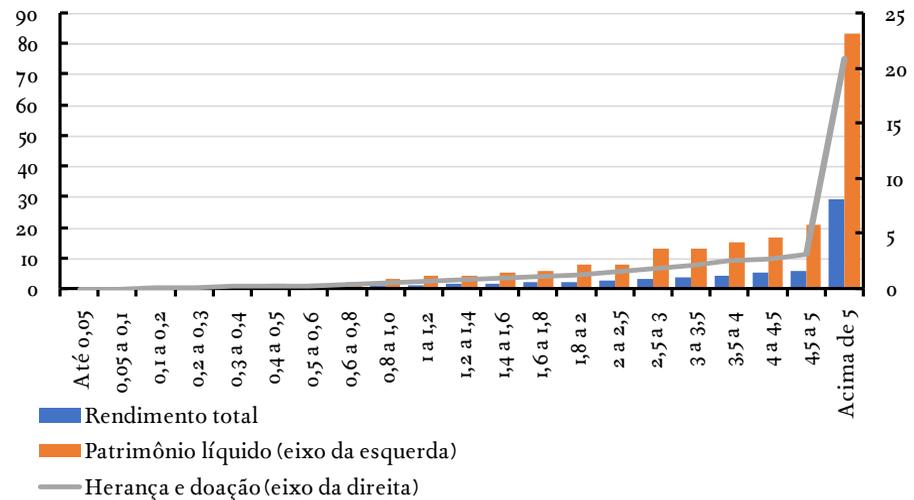
¹¹ O valor também inclui rendimentos de microempresa.

¹² Os dados das transferências patrimoniais na forma de heranças e doações da Receita Federal do Brasil compõem os rendimentos isentos e não tributáveis. As heranças e doações são tributadas pelo ITCD e, por isso, não estão sujeitas à tributação no IRPF. As informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil não têm fins de tributação, apenas o intuito de acompanhar possíveis sonegações ou o ocultamento de rendimentos e de patrimônio.

pode ser maior do que o informado, tendo em vista que não inclui rendimentos do capital, trabalho e aluguéis, apenas transferências patrimoniais.

A média das transferências patrimoniais recebidas pelos beneficiários de heranças e doações com valores acima de R\$ 5 milhões foi 2.496 declarantes. Eles receberam uma média de R\$ 20,8 milhões, sem incluir rendimentos do capital, rentismo e trabalho. Os mesmos declarantes que pagaram uma alíquota efetiva média de 0,3%, declararam possuir um rendimento médio anual de R\$ 29,3 milhões e um patrimônio líquido médio de R\$ 83,1 milhões.

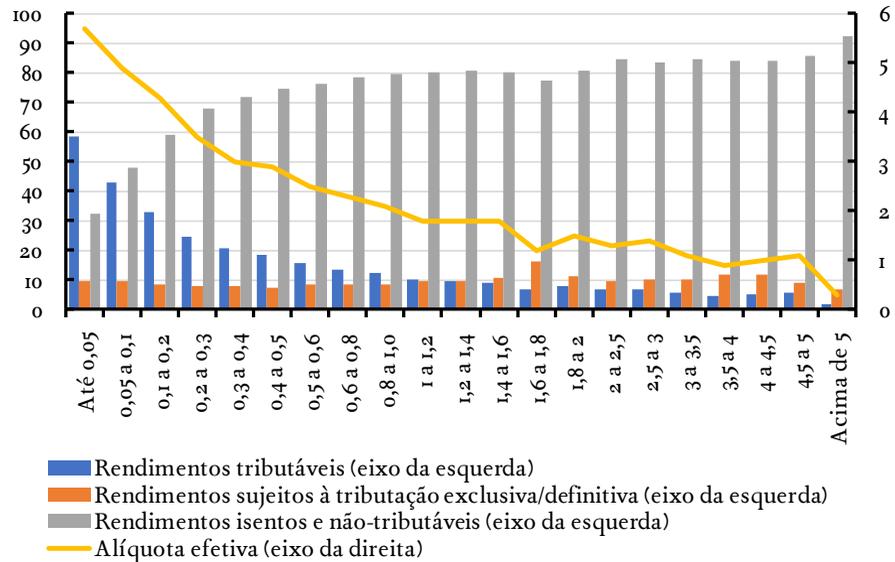
Gráfico 5. Média dos rendimentos e do patrimônio líquido dos recebedores de heranças e doações por faixas de transferências patrimoniais (milhões de reais) – 2017



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

A importância do capital e do rentismo para quem recebeu transferências patrimoniais fica visível no gráfico abaixo. A média dos rendimentos oriundos do trabalho para quem recebeu herança e doações foi de 14,8%; já 85,2% são rendimentos fruto de rendas do capital e do rentismo. Os indivíduos que receberam os mais altos valores em heranças e doações apresentaram os maiores rendimentos isentos. O ponto mais alto foi para quem recebeu entre R\$ 4,5 a R\$ 5 milhões de herança e doações: 92% dos rendimentos são isentos. O percentual de isenção explica a alíquota efetiva média de 0,3% sobre todos os rendimentos.

Gráfico 6. Média percentual dos rendimentos dos recebedores de heranças e doações por faixas de transferências patrimoniais (milhões de reais) – 2017

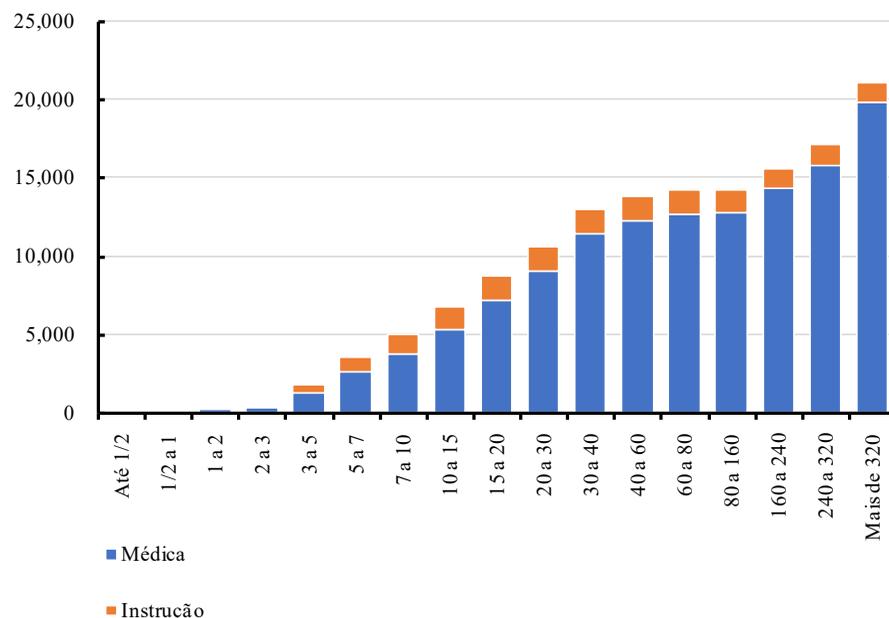


Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

Os maiores beneficiários de heranças e doações no Brasil de 2017 foram produtores na exploração agropecuária, presidentes e diretores de empresa industrial. O resultado reforça a relação entre o capital e o rentismo com os recebedores de heranças e doações por meio desses beneficiários. Embora não seja objeto de análise direta do artigo, cabe lembrar que além de pagarem uma alíquota baixa na hora de receberem herança e doação, os primeiros são os mesmos que contribuem apenas para 0,1% no ITR, enquanto os segundos são os maiores beneficiários com a isenção de dividendos.

Outro fator que colabora para a baixa progressividade do IRPF são as deduções com despesas privadas médicas de R\$ 79,3 bilhões e as despesas de educação de R\$ 21,7 bilhões em 2017. A maior parte dos declarantes estava concentrada na faixa entre 3 a 5 salários mínimos (R\$ 2.811,00 a R\$ 4.685,00), o que não impediu que os declarantes que receberam acima de 320 salários mínimos fossem os maiores beneficiados com as deduções. Os abatimentos totais destes últimos representaram uma média de R\$ 21.042,40 por declarante.

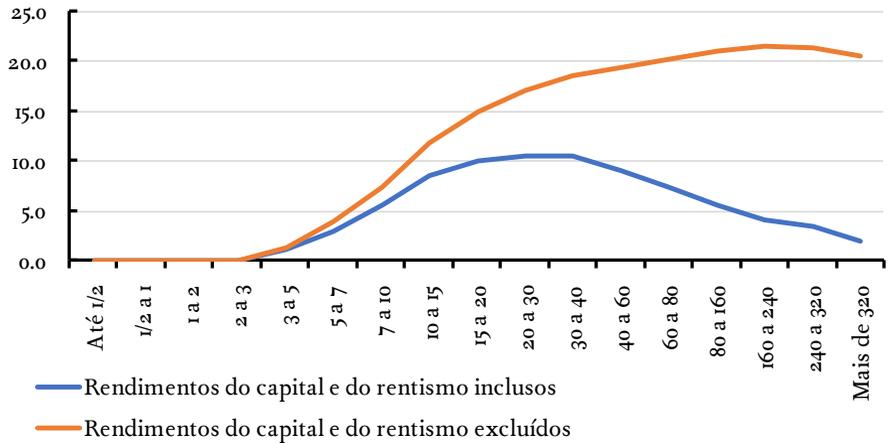
Gráfico 7. Média das despesas médicas e de instrução dos declarantes (mil reais) – 2017



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

O gráfico abaixo apresenta as alíquotas efetivas médias (gráfico 8), embora excluindo os rendimentos do capital e do rentismo dos declarantes, ou seja, considerando apenas os rendimentos tributáveis (salário). O resultado é que quando se considera apenas os rendimentos do trabalho, as alíquotas efetivas médias no IRPF passam a se tornar progressivas. Caso não tivessem rendimentos isentos ou tributados linearmente, os declarantes que receberam dividendos acima de 320 salários mínimos passariam a ter um percentual de 20,6% ao invés de 2%.

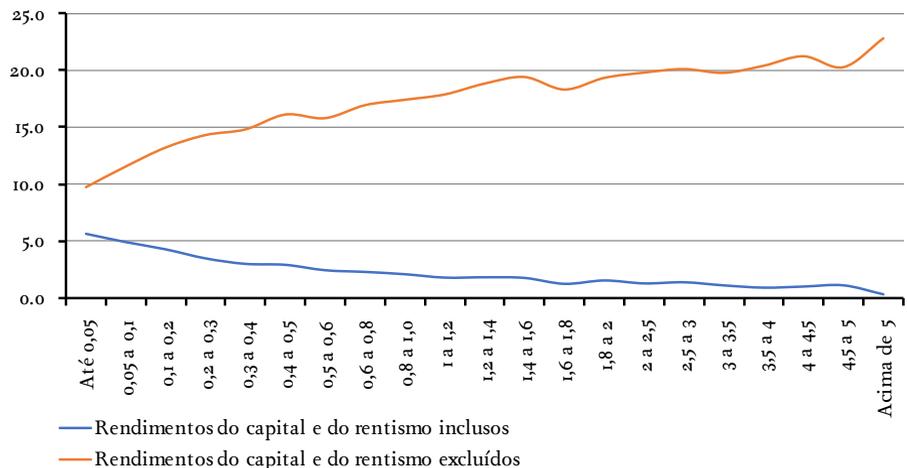
Gráfico 8. Média percentual da alíquota efetiva de todos os declarantes por faixas de salário mínimo – 2017



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

O gráfico 9 faz a mesma simulação do gráfico 8 com os declarantes que receberam transferências patrimoniais. Para os que receberam acima de R\$ 5 milhões, a alíquota efetiva seria de 22,8%, quando excluídos dividendos, aplicações financeiras e ganhos de capital, por exemplo. A alíquota efetiva média paga foi, na verdade, de somente 0,3%, em razão de 98,6% dos rendimentos serem do capital e do rentismo

Gráfico 9. Média percentual da alíquota efetiva dos recebedores de herança e doação por faixas de transferência patrimonial – 2017



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Receita Federal do Brasil (2018).

Os dados apresentados ao longo do capítulo explicitaram que as alterações na legislação tributária nos anos 1990 no Brasil, ancoradas na teoria da tributação ótima, contribuíram para consolidar um quadro de elevada concentração de renda e de patrimônio. A outra mudança foi uma série deisenções, como o caso dos dividendos, sendo o Brasil um dos únicos países do mundo a não tributá-los, o que faz com que mesmo o IRPF tenha um caráter regressivo no país.

5. Considerações finais

A teoria da tributação ótima preconiza um sistema tributário não progressivo no intuito de evitar mudanças de decisões dos agentes econômicos. A sistematização de dados de renda e patrimônio mostra uma acentuada concentração após a década de 1980 no mundo. Tal constatação fez a academia reavaliar as teorias e as práticas tributárias. Os modelos e os teoremas que se popularizaram têm sido questionados, inclusive por aqueles que deram sustentação às proposições.

A revisão acerca da teoria da tributação ótima não chegou à legislação brasileira. O país optou por uma arrecadação indireta: 48,4% da receita tributária é sobre o consumo, obtendo baixa progressividade sobre impostos diretos. Os dados ainda sinalizam que os impostos são mais brandos para os mais ricos, enquanto a concentração de impostos nos bens e serviços e nos salários aponta que há maior oneração das classes baixa e média.

O primeiro desalinhamento é em relação à isenção de IRPF dos dividendos – apenas outros dois países (Estônia e República Eslovaca) aplicam a isenção desse rendimento na pessoa física. Os dados mostraram que quem recebe salário possui uma alíquota de IRPF maior do que aqueles que recebem dividendos. Os profissionais liberais passaram a se constituir como microempreendedores a fim de receberem um tratamento tributário menos oneroso daquele que seria aplicado caso os seus rendimentos fossem contabilizados como oriundos do trabalho.

O segundo desalinhamento diz respeito à alíquota máxima do IRPF brasileiro, que está entre as menores mesmo em relação aos países da América Latina. A alíquota chegou a ser de 65%, o maior percentual da história do IRPF. As medidas de isenção e de tributação linear do capital diminuem a alíquota máxima. O efeito das medidas possibilita aos declarantes que receberam acima de 320 salários mínimos terem uma alíquota efetiva de 2% no IRPF.

Os recebedores de heranças e doações revelam duas implicações para a desigualdade. A primeira é pagar baixas alíquotas no momento de receber os bens e direitos. A segunda, que é objeto de análise do artigo, é possuírem alto percentual isento de tributação, contribuindo proporcionalmente menos no IRPF. A combinação desses dois fatores contribuiu para a alta concentração patrimonial no Brasil, visto a influência que as heranças e as doações exercem sobre a renda das gerações futuras.

Um exemplo dessa influência são os beneficiários que receberam uma média de R\$ 11,7 milhões. A alíquota sobre esse montante recebido deve ter chegado ao máximo de 8%, mas, dependendo do estado, o percentual pode ser menor, já que apenas dez estados adotam a alíquota de 8%. Esses mesmos beneficiários declararam ter pago uma alíquota efetiva média de 0,3% no IRPF por conta de 92% dos rendimentos serem isentos, possuindo um rendimento médio anual de R\$ 29,3 milhões e um patrimônio líquido médio de R\$ 83,1 milhões.

A tese de menos tributação sobre o capital em prol de mais investimentos não encontra respaldo empírico consistente. Esses modelos e os teoremas que se popularizaram a partir de 1980 têm sido questionados, inclusive, por aqueles que deram sustentação às proposições de menor progressividade tributária. A série de medidas adotadas a partir dos anos 1990 não aumentou o investimento privado, entretanto, parece colaborar para a desigualdade de rendimentos e de patrimônio.

Referências

ATKINSON, Anthony. *Public economics in action: the basic income/flat tax proposal*. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: Editora Leya, 2016.

ATKINSON, Anthony; PIKETTY, Thomas & SAEZ, Emmanuel. "Top incomes in the long run of history", *Journal of Economic Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.

AVILA, Róber & CONCEIÇÃO, João. "Estratificação de renda e de patrimônio dos declarantes de imposto de renda no Brasil". In: 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, 9º, 2017, Montevideu. *Anais eletrônicos...* Associação Uruguaia de Ciência Política e Associação Latino-americana de Ciência Política, 2017.

_____. "A economia política da tributação no Brasil". In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, ENEP, 23º, 2018, Niterói. *Anais eletrônicos...* Sociedade Brasileira de Economia Política, 2018.

BARBOSA, Ana & SIQUEIRA, Rozane. "Imposto ótimo sobre o consumo: resenha da teoria e uma aplicação ao caso brasileiro". In: *Texto para discussão IPEA*, n. 811, Rio de Janeiro, 2001.

BOURGUIGNON, François & MAGNAC, Thierry. "Labour supply and taxation in France", *Journal of Human Resources*, v. 25, n. 3, p. 358-389, 1999.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CASTRO, Fábio. *Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição*. 115 f. Dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público, –Departamento de Economia – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

CHAMLEY, Christophe. "Optimal Taxation of Capital Income in General Equilibrium with Infinite Lives", *Econometrica*, New York, v. 54, n. 3, p. 607-622, 1986.

COLOMBINO, Ugo & DEL BOCA, Daniela. "The effect of taxes on labour supply in Italy", *Journal of Human Resources*, v. 25, n. 3, p. 390-414, 1990.

CREDIT SUISSE WEALTH REPORT (CSWR). *Global Wealth Databook*. 2016. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/publications.html>>. Acesso em: 4 de junho de 2019.

EISSA, Nada. "Taxation and labour supply of married woman: the tax reform act of 1986 as a natural experiment", *NBER Working Paper*, n. 5.023, 1995.

FERREIRA, Pedro. "Política e sociedade: as formas do Estado". In: TOMAZI, N. *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Anual, 2000.

FREITAS, Antônio. *O impacto da herança e de sua tributação na distribuição patrimonial e de rendimentos: uma análise do Brasil e do Rio Grande do Sul no capitalismo contemporâneo*. 268 f. Tese de Doutorado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GOBETTI, Sérgio. "Tributação do capital no Brasil e no mundo". In: *Textos para discussão IPEA*, n. 2.380, p. 1-52, Brasília, 2018.

GOBETTI, Sérgio & ORAIR, Rodrigo. "Progressividade tributária: a agenda negligenciada". In: *Textos para discussão IPEA*, n. 2.190, p. 1-60, Rio de Janeiro, 2016.

GRAZZIOTIN, Henrique. *Análise da Política Fiscal Brasileira pós-Plano Real com enfoque nas instituições: um exercício de Economia Política Institucionalista*. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

- HALL, Robert & RABUSHKA, Alvin. *The flat tax*. 2nd ed. Stanford: Hoover Institution Press, 2007.
- HEADY, Christopher. "Optimal taxation as a guide to tax policy: a survey", *Fiscal Studies*, v. 14, n. 1, p. 15-41, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do século XX. 2019. *Econômicas*. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 de março de 2019.
- JUDD, Kenneth. "Redistributive taxation in a simple perfect foresight model", *Journal of Public Economics*, v. 28, n. 1, p. 59-83, 1985.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclos das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KEYNES, John. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LAGEMANN, Eugenio. "Tributação equitativa", *Ensaio FEE*, v. 22, n. 1, p. 288-306, Christopher, Porto Alegre, 2001.
- LIMA, Edilberto. "Reforma tributária no Brasil: entre o ideal e o possível". In: *Texto para discussão IPEA*, n. 666, p. 1-29, Brasília, 1999.
- MARQUETTI, Aldemir; HOFF, Cecília & MIEBACH, Alessandro. *Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira*. 2016. mimeo.
- MEDEIROS, Carlos. "Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil", *Economia e Sociedade*, v. 13, n. 2 (23), p. 169-174, São Paulo, 2004.
- MIRRELES, James. "An exploration in the Theory of Optimal income taxation", *Review of Economic Studies*, v. 38, n. 2, p. 175-208, Stockholm, 1971.
- _____. *Tax by Design: the Mirrlees Review*. Oxônia : Oxford University Press, 2011.
- NÓBREGA, Cristóvão. *História do Imposto de Renda no Brasil: um enfoque da pessoa física (1992-2013)*. Brasília: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2014.
- OLIVEIRA, Fabrício. "A evolução da estrutura tributária e do fisco brasileiro: 1889-2009". In: *Textos para discussão IPEA*, n. 1.469, p. 1-61, Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, Fabrício & JÚNIOR, Geraldo. "A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação". In: *Texto para discussão IE-UNICAMP*, n. 260, p. 1-33, Campinas, 2015.
- ORDOVER, Janusz & PHELPS, Edmund. "The concept of optimal taxation in the overlapping-generations model of capital and wealth", *Journal of Public Economics*, v. 12, n. 1, p. 1-26, 1979.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *OECD Tax Database*. 2018a. Disponível em: <<http://www.oecd.org/tax/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.
- _____. *Social and welfare issues. A broken social elevator? How to promote social mobility*. 2018b. Disponível em: <<http://www.oecd.org/social/>>. Acesso em: 4 de junho de 2019.
- OXFAM Brasil. *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 4 de julho de 2019.
- PALERMO, Patrícia. *Efeitos econômicos e fiscais de uma reforma tributária no Brasil: análise com um modelo inter-regional de equilíbrio geral computável para o Rio Grande do Sul*. 171 f. Tese de Doutorado em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.
- PIKETTY, Thomas & SAEZ, Emmanuel. "Income inequality in the United States (1913-1998)", *The Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, p. 1-39, 2003.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Ministério da Economia. *Dados abertos*. 2018. Disponível em: <<http://idg.receita.economia.gov.br/dados>>. Acesso em: 10 de julho 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Ministério da Economia. *História do imposto de renda*. 2019. Disponível em: <<http://idg.receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de-renda>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

SALVADOR, Evilasio. *As implicações do sistema tributário nas desigualdades de renda*. Brasília: Inesc, 2014.

STIGLITZ, Joseph. "Donald Trump's tax cuts for the rich won't make America great again". In: *The Guardian*. 27 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2017/jul/27/donald-trump-tax-cuts-rich-america-lower-taxes-deregulation?CMP=fb_gu>. Acesso em: 12 de março de 2019.

TRIEST, Robert. "The effect of income taxation on labour supply in the United States", *Journal of Human Resources*, v. 25, n.3, p. 491-516, 1990.

WORLD INEQUALITY DATABASE (WID). *Data*. Disponível em: <<https://wid.world/data/>>. Acesso em: 4 de junho 2019.

LEANDRO RAMOS PEREIRA

AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS INTERNACIONAIS DA ASCENSÃO E CRISE DO PROJETO ECONÔMICO DOS GOVERNOS PETISTAS

Recebido em 15/01/2019

Aprovado em 05/10/2019

AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS INTERNACIONAIS DA ASCENSÃO E CRISE DO PROJETO ECONÔMICO DOS GOVERNOS PETISTAS

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apontar o papel das determinações econômicas estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas. Tendo como base os limites das interpretações neodesenvolvimentistas, argumentaremos que, em função das características da crise estrutural e da globalização econômica, os ajustes feitos pela economia brasileira nas décadas anteriores à ordem neoliberal criaram uma espécie de “camisa de força” ante as políticas econômicas soberanas e desenvolvimentistas de fôlego. Mostraremos, por conseguinte, que o alardeado sucesso econômico do governo Lula foi condicionado por uma conjuntura comercial e financeira internacional muito excepcional. Por sua vez, a intensificação da integração dependente nesse período – ligada ao aprofundamento da subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional e da especialização regressiva – asfixiou esse modelo de crescimento, condicionando a própria crise político-institucional e econômica que se abateu sobre o Brasil a partir de 2015.

Palavras-chave: governos do PT; crise econômica; determinações internacionais

LEANDRO RAMOS PEREIRA

Doutor em Economia pelo IE/ UNICAMP.

Contato eletrônico: não informado.

<https://orcid.org/0000-0002-1514-9102>

Abstract

This paper aims to point out the role of international structural and economic determinations of the rise and crisis of PT's government economic project. Based on the limits of neo-developmental interpretations, we argue that, due to the characteristics of the structural crisis and economic globalization, the adjustments made by the Brazilian economy under the neoliberal order created a kind of "straitjacket" face the sovereign economic and high developmentalist policies. We show, therefore, that the exalted economic success of the Lula government was conditioned by a very exceptional international commercial and financial environment. On the other hand, the intensification of the dependent integration in this period – linked to the deepening of the subordination of the Brazilian economy to the international financial capital and the regressive specialization – stifled this growth model, conditioning the political-institutional and economic crisis that hit Brazil from 2015 onwards.

Keywords: PT governments; economic crisis; international determinations.

JEL: E2; F4; F6; N1; P1.

Introdução

As posições melancólicas dentro do campo progressista ante o estado político e socioeconômico em que o Brasil se encontra contrastam com as narrativas otimistas e eufóricas quando do crescimento econômico e das melhorias sociais observadas principalmente durante os governos de Lula.

Naquela época, a sincronia entre a expansão da atividade econômica, a estabilidade dos preços, o aumento do consumo de massa e a redução da pobreza, era vista, por muitos, como a prova de que o Brasil, mediante políticas socioeconômicas assertivas, estava no prumo certo da superação do subdesenvolvimento. Ela endossaria a estratégia democrática e popular apoiada, no plano econômico, num projeto keynesiano/nacional, como resposta às forças econômicas ligadas à ordem neoliberal/global¹. A redução dos juros, a política creditícia destinada ao consumo e a elevação do gasto público – principalmente associado aos programas sociais, ao salário mínimo e aos projetos de infraestrutura – teriam amplificado o consumo, induzindo os investimentos à expansão. Teríamos entrado numa espécie de ciclo virtuoso de crescimento, amparado na interação entre o consumo de massa, o investimento induzido, a elevação da produtividade e a expansão concomitante dos lucros e dos salários reais. Lastreados no social, estaríamos vivendo uma espécie de “Anos Dourados” à brasileira e construindo as “bases do novo desenvolvimentismo”².

Surpreendemo-nos, à luz do tempo presente, com o resultado final e trágico da evolução dos acontecimentos a partir dos governos de Dilma e, em especial, do seu segundo mandato. Ainda que vozes pertencentes aos grupos

¹ No plano político, elas representariam a aliança entre forças políticas total ou parcialmente progressistas – movimentos sociais, classe trabalhadora, grupos industriais e “burguesia interna”. Ver, por exemplo, Boito Jr. (2012a, 2012b e 2016) e Singer (2009, 2012 e 2015).

² Mercadante (2010, p. 3), Bielschowsky (2002, p. 739), Carneiro (2010, p. 2-3), Serrano e Summa (2015, p. 4) e Medeiros (2015, p. 63). A tese de Mercadante é o exemplo mais emblemático dessas abordagens eufóricas. Em suas palavras, “depois de um longo período de incertezas e falta de perspectivas, o país viu se abrir um atalho para o futuro, com a criação de condições para a sustentação e aprofundamento de um novo ciclo de crescimento, dessa vez com uma distribuição socialmente mais abrangente dos seus benefícios, lançando as bases do Novo Desenvolvimentismo” (MERCADANTE, 2010, p. 124).

neodesenvolvimentistas mais críticos tivessem alertado quanto aos percalços econômicos pós-2010³, nem os analistas mais pessimistas esperavam o desfecho político e econômico observado em 2016 – maior recessão da história e golpe político-institucional.

Ainda que tenham existido diversas explicações correspondentes aos erros de condução de política econômica realizada por Dilma no primeiro e segundo mandatos⁴, as considerações de ordem política tornaram-se recorrentes. A Nova Matriz Econômica lançada por Dilma – apoiada na reconfiguração dos preços-chave da economia como os juros, o câmbio e os custos energéticos, tributários e salariais – não encontrara, segundo Carneiro (2010), suporte suficiente na sociedade para efetivar-se (p. 19). Para um grupo seleto de intelectuais⁵, a crise neodesenvolvimentista representou a saturação da coalizão lulista centrada numa suposta “burguesia interna” e no subproletariado. O excesso de intervencionismo cutucou a “onça com vara curta”, despertou as críticas das frações financeiras, fortaleceu o coro descontente da classe média e acentuou as contradições dentro da coalizão produtivista, cada vez mais distante do projeto industrialista de Dilma. O golpe político-institucional seria o resultado final da ruptura dessa aliança antagonônica.

Constatamos, no debate analisado, uma ambiguidade quanto às narrativas relacionadas à ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas. A heterodoxia da política econômica, tão responsável pelo sucesso “neodesenvolvimentista” dos governos de Lula, torna-se, nas concepções

³ Ver, por exemplo, Summa e Serrano (2015), Bresser-Pereira e Gala (2010), Medeiros (2015) e Carneiro (2010). Quanto às posições neoclássicas críticas aos governos do Lula e Dilma, ver Barbosa e Pessoa (2014), Barbosa (2015) e Mesquita (2014).

⁴ Segundo Bresser-Pereira (2016), por exemplo, esse quadro era a consequência do populismo cambial no período pretérito, causa da intensificação da “doença holandesa” e do crescente passivo externo – crescimento amparado na poupança externa. Serrano e Summa (2015), por sua vez, argumentaram que as políticas fiscais, monetárias e macroprudenciais anunciadas já no final de 2010, a adoção da meta de superávit primário de 3,1%, o não aumento do salário mínimo, a redução do investimento público, as restrições do crédito e as isenções fiscais e tributárias em 2011 tiveram impactos negativos sobre a capacidade produtiva, levando o investimento privado ao colapso, aumentando a capacidade ociosa (p. 20-24). Para Carneiro (2017), a Nova Matriz Econômica não contou com políticas macroeconômicas consistentes, adotou políticas pouco seletivas no BNDES, usou excessivamente as desonerações e estruturou precariamente o programa de logística (p. 16).

⁵ Boito Jr. (2012a, p. 72-77; 2012b, p. 2-6; 2016, p. 155-157) e Singer (2012, p. 92-96; 2015, p. 63-70).

consideradas, seu vilão. A tão anunciada autonomia do Estado nacional em realizar políticas indutivas ao longo dos dois primeiros mandatos revelou-se, ao longo dos dois últimos, impraticável. Se num primeiro momento, houve divergências sobre o grau de ortodoxia/heterodoxia nos governos de Lula, essas foram ressignificadas nos mandatos de Dilma a ponto de realçarem o seu caráter errático – divergências entre políticas monetárias, fiscais e industriais – e a inviabilidade social de políticas econômicas mais intervencionistas. A suposta superestimação das potencialidades do capitalismo brasileiro no período pretérito transformou-se, assim, no seu contrário.

Não há, salvo exceções, na maioria das análises sobre o tema, uma discussão de fôlego sobre os aspectos estruturais da economia mundial e seus impactos sobre o Brasil. As consequências da globalização econômica e a conjuntura econômica internacional são colocadas como um pano de fundo que, quando muito, limitam, na margem, as possibilidades de políticas indutivas, mas que não tiram a autonomia do Estado em realizar políticas econômicas heterodoxas. O aspecto dependente da economia brasileira perde ênfase em prol de uma conjuntura econômica favorável com base no ciclo das *commodities* e na descoberta do pré-sal. Consequentemente, as restrições externas deixam de ser, nos marcos da globalização e do neoliberalismo, o elemento determinante da dinâmica econômica das economias nacionais periféricas. As narrativas se desenvolvem como se as reformas dos anos 1990 não tivessem existido e nem restringido os centros internos de decisão, assim como se a burguesia dos negócios brasileira não tivesse se atrelado à forma financeirizada de acumulação capitalista em escala global.

Por conseguinte, este artigo tem por objetivo elucidar essas faltas existentes no debate sobre a ascensão e crise do projeto econômico dos governos do PT. Propomo-nos avaliar seu auge e sua queda em função das determinações econômicas internacionais nos planos estruturais e conjunturais. No primeiro tópico realçaremos transformações estruturais sofridas pela economia mundial e o ajuste da economia brasileira ao longo das últimas décadas. No segundo tópico analisaremos a conjuntura econômica internacional, os impactos e as

consequências sobre a economia brasileira entre 2003 e 2016. Por fim, teceremos algumas considerações finais correspondentes às análises apresentadas.

I. O quadro estrutural

I.1. Crise estrutural e enfraquecimento dos Estados nacionais

A economia mundial contemporânea é caracterizada pela profunda integração produtiva, comercial e financeira e pelos impasses socioeconômicos e ambientais enfrentados pelo sistema capitalista. Eles correspondem à crise socioambiental, ao desemprego estrutural mundial e ao antagonismo entre o desenvolvimento global das forças produtivas, a universalização das relações mercantis e a inexistência de uma superestrutura unificada de comando supranacional capaz de sincronizar o movimento contraditório, autoexpansivo e totalizador do capitalismo mundializado. A crise estrutural é identificada, por conseguinte, pela incontrolabilidade do capital global⁶.

No plano histórico, ela é a consequência da mundialização da trajetória de desenvolvimento civilizacional apoiada no padrão de consumo estadunidense, universalizada pela estratégia de construção de seu poder global desde o pós-guerra⁷. A consolidação do seu poder estrutural, a formação do mercado global e a transnacionalização das grandes corporações unificaram as relações socioeconômicas mundiais e impuseram relevantes transformações estruturais nas últimas décadas do século XX⁸.

⁶ Ver Mészáros (2002).

⁷ Os Estados Unidos consolidaram seu poder estrutural aumentando o controle sobre os parâmetros definidores da forma como Estados e corporações atuam no mercado global, tornando-se o centro irradiador do progresso técnico e guardiões da “livre iniciativa” pelo mundo – sob o discurso de garantidores do “mundo livre”. Eles se realizaram pela replicação do padrão tecnológico e de consumo estadunidense nas economias centrais, pelo crescimento acelerado do comércio internacional acima do próprio PIB, pelas políticas seletivas e progressivas de liberalização comercial, pela consolidação do dólar como moeda chave nas transações comerciais e financeiras internacionais, pela adoção da conversibilidade nas transações monetárias e comerciais entre países e capitais e pela internacionalização das corporações, estimulada pela expansão do investimento direto estadunidense e via mundialização das finanças ao redor do dólar.

⁸ Furtado (1987, p. 102-103), Panitch e Gindin (2012, p. 11-12, 115-116), Mészáros (2002, p. 254) e Strange (1987, p. 553-554).

No âmbito produtivo, o acirramento da concorrência intercapitalista e o movimento internacional de concentração e centralização causaram o deslocamento da produção para regiões com baixíssimos custos fiscais e trabalhistas, elevaram a importância dos investimentos diretos externos na dinâmica econômica mundial, estimularam escalas transcontinentais de produção, aguçaram o processo de automação, ampliaram o comércio intrafirma e contribuíram para a ascensão das cadeias globais de valor e modelos de produção *outsourcing*.

No plano financeiro, as desregulamentações e liberalizações financeiras, o crescimento das praças financeiras nacionais e internacionais, as inovações tecnológicas e financeiras, a amplificação dos mercados monetários e de capitais, a ascensão dos investidores institucionais, o processo de securitização e o desenvolvimento do mercado de derivativos aceleraram a mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital e intensificaram o processo de financeirização⁹.

O resultado foi a emergência das corporações transnacionais enquanto as principais instituições gestoras e organizadoras do modo de produção da vida material em nível planetário, a acentuação das relações de poder e dominação interestatal e o enfraquecimento dos Estados nacionais¹⁰. O controle dos meios de reprodução da economia mundial – tecnologia de produção, capital de financiamento e comercialização de produtos industriais e primários –, o movimento de maximização global dos lucros e a ampliação permanente dos mercados pelas corporações produziram uma divisão hierárquica internacional do trabalho semelhante à divisão vertical observada na empresa global: controle financeiro e tecnológico nos países centrais, produção industrial em larga escala em alguns países “emergentes” asiáticos – em especial na China – e comoditização para a maioria dos países periféricos.

⁹ Ver Chesnais (1996) e Braga *et alii* (2017).

¹⁰ Vistos enquanto instituições político-administrativas territoriais com autonomia relativa, capazes de mediar meios e fins socioeconômicos.

As corporações transnacionais ampliaram suas rendas provenientes das atividades internacionais, expandiram o escopo de atuação para além das fronteiras nacionais, impuseram um novo padrão de relações sindicais e trabalhistas, contribuíram com distorções econômicas mediante fixação de preços e evasão de impostos e limitaram a possibilidade de integração industrial em consonância com a expansão das atividades exportadoras. Se, por um lado, a “racionalidade” econômica e a projeção de cálculo capitalista transcenderam o horizonte de planejamento nacional, por outro, os custos, as políticas de preços, o padrão de financiamento e os planos de expansão vincularam-se a parâmetros estabelecidos pela concorrência oligopolista mundial¹¹.

A eficácia da política econômica foi comprometida. A financeirização e a mundialização financeira reduziram, na margem, a capacidade da política monetária em regular a liquidez interna. Os fluxos especulativos de capitais, por sua vez, restringiram a capacidade de estabilização das taxas de câmbios pelos bancos centrais. No plano fiscal, a mobilidade espacial das corporações transnacionais eliminou a eficácia dos governos em estabelecer políticas tributárias progressivas e socialmente distributivas. A mobilidade dos fluxos de capitais e a expansão da dívida pública limitaram a capacidade de geração de déficit público como instrumento contracíclico necessário à manutenção do nível de demanda efetiva e, portanto, do emprego e da renda. A crescente importância do comércio internacional e os limites das políticas aduaneiras criaram a tendência ao aumento do peso das importações nas contas nacionais, amplificando o impacto do balanço comercial sobre o produto interno das economias nacionais, acentuando as restrições externas às políticas monetárias e fiscais expansionistas. O mercado interno, por sua vez, subordinou-se às exigências da concorrência externa e às necessidades de ampliação permanente das exportações.

¹¹ Barnett e Muller (1974, p. 14-34), Michalet (1983, p. 116-117 e 249), Hymer (1972, p. 4-50) e Furtado (1987, p. 36-37).

Observamos, por consequência, a acentuação da instabilidade capitalista – caracterizada por ciclos curtos de expansão eufórica e retração melancólica – e a ingovernabilidade do capital global. Incapacitados de edificarem a necessária superestrutura de comando planetário do capital – haja vista a intransponibilidade dos Estados capitalistas –, os Estados imperialistas reforçaram mecanismos extraeconômicos de dominação e coerção – militar, cultural, diplomático e ideológico –, aprofundando a contradição entre a universalização do império do capital e a aparição de mobilizações e conflitos sociais e geopolíticos ligados às desigualdades e crises socioeconômicas e regionais. O neoliberalismo, portanto, antes de ser uma escolha possível, tornou-se a política necessária do capital financeiro e dos países capitalistas avançados, destinado a ajustar os Estadosperiféricos e a economia mundial aos novos parâmetros de valorização e acumulação do capital¹². A consequência não foi outra senão o enfraquecimento dos Estados nacionais.

1.2. O ajuste brasileiro e seus impactos

Esse quadro estrutural global está por detrás das profundas transformações sofridas pela economia brasileira durante os anos 1990. Elas foram condicionadas pela própria crise do padrão de acumulação pretérito, caracterizado pela industrialização por substituição de importações. Apesar de centrado no mercado interno, esse modelo gerou, como consequência de longo prazo, uma economia com elevada tendência à estagnação e concentração de renda, uma significativa dependência cultural, tecnológica e financeira frente aos centros capitalistas e uma burguesia dependente, ligada a setores comerciais, financeiros, agropecuários e industriais de baixo valor agregado – subordinada aos desígnios da modernização e às estratégias de acumulação do capital internacional¹³.

¹² Wood (2005, p. 3-5, 124-135) e Mészáros (2002, p. 119).

¹³ Ver Furtado (1980), Prado Jr.(1966) e Sampaio Jr. (1999).

A crise desse padrão de acumulação e as transformações internacionais supracitadas criaram uma Nova Dependência e engendraram mudanças na estrutura patrimonial e no padrão de riqueza da burguesia brasileira – patrocinadas pelo Estado. Acompanhada pelo movimento de mundialização financeira iniciado em meados dos anos 1960, as reformas financeiras de 1964 inauguraram o movimento de financeirização precoce da economia brasileira. Além de abrir a economia aos fluxos financeiros dos mercados *offshore* – possibilitando a captação de recursos externos por agentes privados e públicos –, as reformas criaram mecanismo de indexação financeira, protegendo a burguesia brasileira das desvalorizações cambiais e das acelerações inflacionárias no período. Como consequência, observamos o crescimento desproporcional de ativos financeiros de curto prazo – as quase-moedas – com elevada rentabilidade e liquidez durante as décadas de 1970 e 1980. Este movimento foi acompanhado, quando da crise da dívida, pelo processo de estatização da dívida externa dos agentes privados, transformando-os em credores do crescente passivo estatal¹⁴.

A adoção do modelo neoliberal nos anos 1990, por conseguinte, apesar dos impactos negativos sobre a estrutura produtiva brasileira, encontrou, no plano econômico, terreno fértil para realizar-se. Salva da crise do padrão de acumulação pretérito e atrelada ao padrão global de avaliação da riqueza financeira/patrimonial lastreada no dólar, a burguesia brasileira ajustou-se aos novos parâmetros econômicos globais e permitiu que a nova onda de modernização aprofundasse ainda mais a dependência financeira e tecnológica e estreitasse os centros internos de decisão. Transformada em burguesia dos negócios, coube à elite brasileira abdicar da indústria de transformação em troca da ciranda financeira associada à crescente dívida pública, da comercialização do patrimônio nacional e das vantagens comparativas ligadas ao agronegócio e à indústria extrativa¹⁵.

¹⁴ Ver Moura da Silva (1979), Cruz (1995), Tavares (1977) e Belluzzo e Almeida(2002).

¹⁵ Sampaio Jr.(2007, p. 147-148).

As aberturas comerciais e financeiras deixaram a economia brasileira ainda mais exposta aos ciclos de valorização e especulação global. No plano financeiro, observamos entre as décadas de 1980 e 2000 a redução das barreiras à entrada e saída de capitais, seja para residentes, seja para não residentes¹⁶. No plano comercial/produtivo, observamos a queda significativa das barreiras alfandegárias – redução das tarifas nominais de 24,7% para 8,6% entre 1980 e 2007 – e o impacto negativo da formação das cadeias globais de valor sobre a indústria brasileira – redução da indústria no PIB, queda do valor adicionado industrial, especialização regressiva, reprimarização da pauta exportadora, aumento do conteúdo industrial importado e desnacionalização¹⁷.

Os ajustes estruturais ligados ao projeto neoliberal, além de causarem uma crise fiscal e financeira crônica – elevação substancial da dívida pública e de seus encargos –, também restringiram sobremaneira a capacidade do Estado brasileiro intervir sobre a economia. Por meio do Programa Nacional de Desestatização iniciado em 1991, foram privatizadas, até 2002, 165 empresas federais e estatais, dentre as quais se destacam os setores siderúrgicos, químicos, petroquímicos, elétricos, portuários, ferroviários, de mineração, telecomunicações, de informática e financeiros¹⁸. Apesar de manter poucas empresas de grande porte – como os bancos federais, Eletrobras e Petrobras –, o Estado perdeu os instrumentos, as empresas públicas e a capacidade de planejamento, coordenação e execução necessários para comandar – substancial e permanentemente – a taxa de investimento da economia¹⁹.

¹⁶ Ver D'Angelo (2011).

¹⁷ Ver Espósito (2016). Segundo LaplaneeSarti (2002), as empresas estrangeiras, que representavam 30% das 500 maiores empresas no Brasil em 1989, eram, em 2000, 45,8% das mesmas e vendiam, no período, 56% de toda a quantidade produzida.

¹⁸ Ver IBGE (2004), BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>), e Soares (2004).

¹⁹ Carneiro (2017, p. 24).

O resultado macroeconômico dos ajustes estruturais realizados na economia brasileira – com base nas transformações globais – foi a supressão da já precária autonomia do capitalismo brasileiro e a vinculação de sua dinâmica aos surtos globais de expansão modernizadora e retração regressiva. Mais aberta à competitividade transnacional e aos fluxos de capitais especulativos, com uma estrutura industrial regredida, sujeita a estrangulamentos externos e subordinada às exigências de valorização da dívida pública referenciada ao dólar, a política econômica aprisionou-se numa espécie de camisa de força – atada pelo tripé macroeconômico desde 1999 e pelo compromisso de solvência dos contratos da dívida em moeda forte.

Sem bases materiais, tecnológicas e financeiras adequadas e carente de centros internos de decisão, as estratégias heterodoxas/keynesianas resultam, ao longo do tempo, em desequilíbrios externos – déficits em transações correntes e comerciais –, crises cambiais, fugas de capitais e aceleração inflacionária. Subordinadas ao império do capital global, as políticas neoclássicas geram, na periferia do sistema, retração do PIB, queda do gasto autônomo estatal, redução dos salários reais, aumento das desigualdades socioeconômicas e explosão da dívida pública.

Configurou-se, portanto, o padrão de acumulação e dominação ancorado na segregação social e na dependência externa em direção à reversão neocolonial. Amparado na dívida pública, na inserção financeira dependente, na espoliação dos recursos naturais e na ânsia de modernização, o padrão compósito de dominação burguês está politicamente unificado e economicamente comprometido à ordem econômica mundial.

É um equívoco, portanto, relacionar o crescimento econômico durante os governos petistas à retomada de um projeto de desenvolvimento com base numa suposta ruptura com o neoliberalismo global e associado a uma hipotética burguesia atrelada ao mercado interno – ou a um intervencionismo nacional-keynesiano. Pelo contrário, esse modelo apoiou-se na ordem global, na burguesia dos negócios e na excepcionalidade do crescimento mundial para realizar seus objetivos de curto prazo. Este fato é comprovado pelo

peso do agronegócio e das *commodities* sobre a sustentabilidade do crescimento econômico, pelas aberturas financeiras, pelas elevadas entradas de capitais no país, pelos consequentes recordes de valorização dos mercados financeiros nacionais, pela expansão do passivo externo, pela valorização especulativa cambial, pelo crescimento do coeficiente de abertura, pela agonia industrial, pela imutabilidade da estrutura produtiva e ocupacional, pela precarização dos novos postos de trabalho criados e pelo aumento da desigualdade funcional da renda – segundo a metodologia apoiada na declaração dos impostos de renda – no período²⁰.

2. A conjuntura internacional

Em que pese a emergência de um partido de esquerda ao posto máximo do executivo federal, cabe realçar que o governo Lula ascendeu num contexto econômico internacional excepcional. A aceleração do comércio internacional e o *boom* de liquidez mundial propiciaram um elevado crescimento econômico entre 2003 e 2007 e aprofundaram a integração desigual e combinada entre os países – nos planos comercial, produtivo e financeiro.

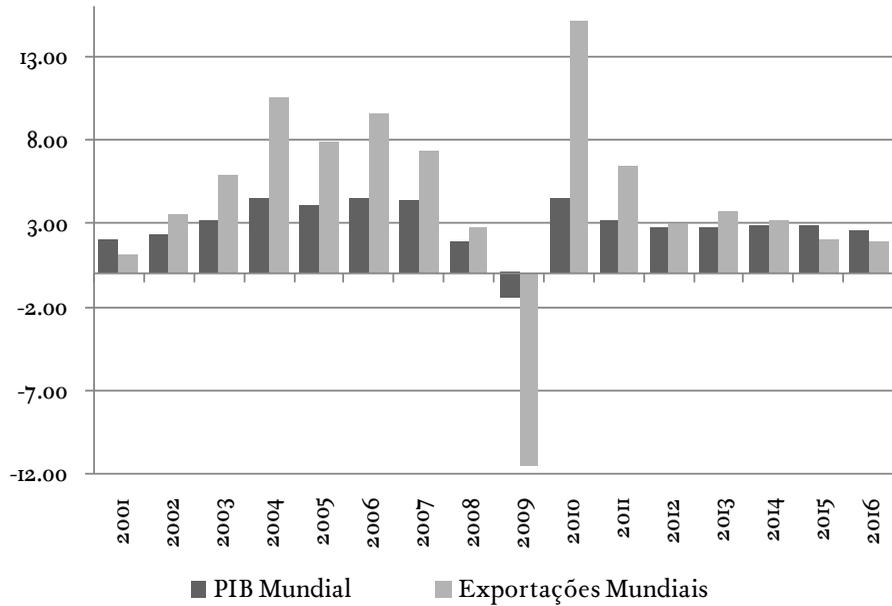
A expansão do crédito e do déficit comercial dos países avançados – em especial dos Estados Unidos – e a ascensão e maior integração da economia chinesa à economia global permitiram que o comércio mundial crescesse mais rápido que o produto²¹. Enquanto as exportações mundiais expandiram 8,21% a.a. entre 2003 e 2007, o PIB mundial cresceu 4,07% a.a. no período. Por conseguinte, o coeficiente de abertura mundial saiu do patamar de 31,48% e alcançou os 39,56% entre 2002 e 2010²².

²⁰ Sampaio Jr. (2012, p. 682; 2007, p. 147-148) e Gonçalves (2012, p. 27; 2014, p. 7-22).

²¹ Roubini(2006) e OECD (2013, p. 8-19).

²² Enquanto as exportações estadunidenses e chinesas cresceram, respectivamente, 6,90% a.a. e 25,86% a.a. entre 2002 e 2007, o PIB desses países cresceram 2,87% a.a. e 11,65% ao ano.

Gráfico I. Taxa de crescimento do PIB e do comércio mundial (%)



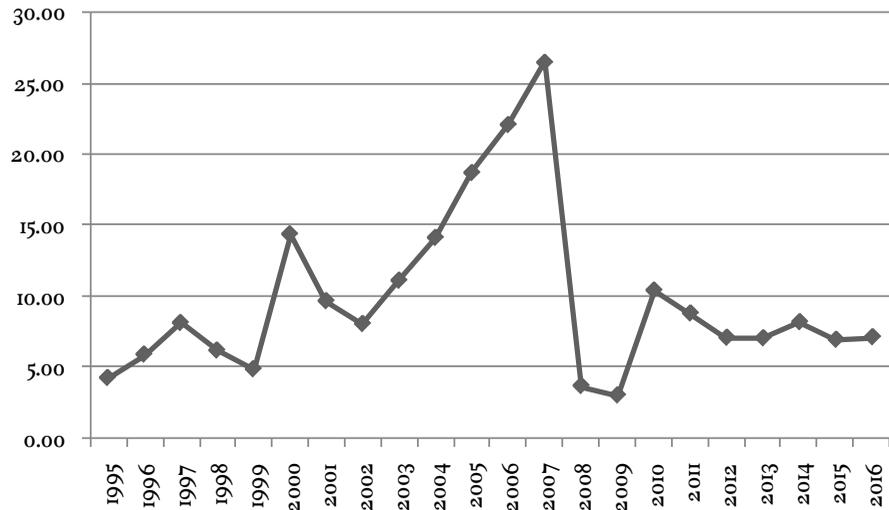
Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

Estimulada pela expansão do crédito, pelo boom imobiliário e pelo crescimento dos mercados de títulos, ações e derivativos nos países capitalistas avançados – em especial nos Estados Unidos²³ –, os fluxos internacionais de capitais tiveram um crescimento impressionante entre 2002 e 2007, saindo de um patamar de 8,05% e alcançando 26,8% do PIB mundial em apenas seis anos – crescimento real anual médio de 36,7% entre 2003 e 2007²⁴.

²³ Roubini(2006) e KPMG (2017, p. 7-10).

²⁴ Calculado pelo Índice de Preços ao Consumidor estadunidense com base nos valores de 2016.

Gráfico 2. Fluxos de capitais em relação ao PIB mundial (%)



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

As economias sul-americanas foram agraciadas tanto pela expansão do comércio mundial quanto pela elevação dos preços das *commodities*. As exportações reais sul-americanas cresceram 7,42% a.a. entre 2003 e 2007 e as brasileiras aumentaram 10,45% a.a. no mesmo período. No caso brasileiro, os termos de troca elevaram-se, aproximadamente, 4,12% a.a. entre 2003 e 2011. Ancoradas na estratégia de mimetização dos padrões de consumo e inseridas na nova divisão internacional do trabalho, as economias sul-americanas, e em especial a brasileira, aprofundaram sua participação dependente na ordem econômica global, seja como produtoras de *commodities*, seja como importadoras de bens industriais. A ascensão da economia chinesa e sua forte demanda por *commodities* contribuíram significativamente para a reprimarização da pauta exportadora brasileira. Se em 2003 a participação dos produtos primários e manufaturados baseados em recursos naturais representava 54,4% das exportações brasileiras, elas atingiram quase 66,7% em 2010. Os bens manufaturados de alto, médio e baixo valor agregado

aumentaram sua participação no total de bens importados pela economia brasileira de 40,6% para 46,10% no mesmo período. Consequentemente, a elevação do coeficiente de abertura da economia brasileira no período – de 14,09% para 19,25% entre 2002 e 2010 – reforçou nossa integração dependente à ordem econômica internacional²⁵.

Mas para além do ciclo comercial, um dos aspectos mais característicos do período foi a entrada maciça de capitais na América do Sul, e em especial no Brasil. Os fluxos de capitais – entradas líquidas –, que representavam, respectivamente, 0,59% e 1,71% do PIB em 2001, alcançaram o patamar de 8,28% e 8,90% em 2007 – numa fase de acelerado crescimento econômico. No caso brasileiro, o crescimento foi expressivo: de um montante de US\$ 2,458 bilhões em 2002, as entradas líquidas de capital alcançaram os US\$ 124,367 bilhões em 2007 – crescimento real anual médio espetacular de 113,04% ao ano²⁶. Ainda que parcela significativa da entrada dos fluxos de capitais tenha se destinado a investimentos diretos mediante participação no capital – principalmente ações –, cabe mencionar que num contexto de financeirização, integração, desregulamentação, inovações e liberalização financeira – aprofundada durante também no governo Lula²⁷ –, a maior mobilidade de capitais não se restringe exclusivamente aos ativos de curtíssimo prazo. Por conseguinte, a elevada entrada de capitais no país intensificou a vulnerabilidade externa brasileira. Embora tenhamos acumulado US\$ 288,6 bilhões em reservas internacionais em 2010, elas não foram suficientes para conter o crescimento expressivo do passivo externo – líquido e financeiro – durante o período²⁸.

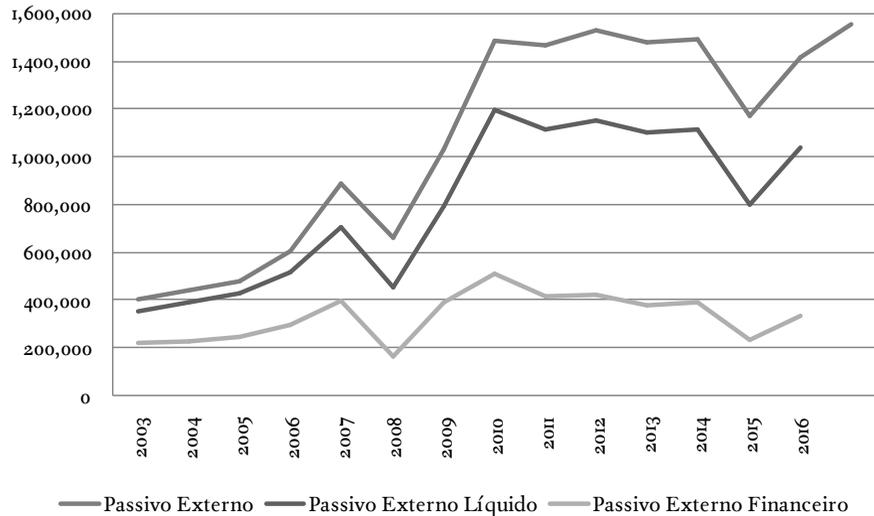
²⁵ Ver Henriques(2015).

²⁶ Idem.

²⁷ Segundo D'Angelo (2011), houve, durante o governo Lula, aproximadamente 18 circulares e resoluções do Banco Central relacionadas a medidas de liberalização financeira, destacando-se a facilidade de captação e remessas de capital no exterior, a eliminação do aval do Banco Central para a transferência de recursos entre fronteiras, a permissão para instituições financeiras e não autorizadas a operar com o câmbio efetuarem transferências unilaterais e compra e venda de moeda estrangeira na modalidade câmbio manual e a permissão para não repatriar o ativo alienado no exterior (p. 47-58)

²⁸ Passivo externo líquido é a diferença entre o passivo externo e as reservas internacionais. No passivo externo financeiro subtraem-se as entradas de capitais rubricadas como investimento direto externo. Para a discussão sobre a diferença entre passivo externo líquido e financeiro, ver Gonçalves (2012).

Gráfico 3. Passivo externo brasileiro (US\$ milhões)



Fonte: IPEA-DATA. Elaboração própria.

Foi, portanto, no contexto de aceleração do crescimento econômico mundial, com base no aprofundamento da integração comercial dependente e subordinada ao megaciclo de liquidez global, que a economia brasileira – e sul-americana – acelerou seu crescimento na década de 2000. A ascensão do governo Lula se deu justamente no início da fase ascendente do ciclo econômico mundial. O respeito aos contratos financeiros, o compromisso com o tripé macroeconômico, a elevação da meta de superávit primário e a ascensão das taxas de juros permitiram que as exportações se tornassem o vetor do crescimento, que a inflação desacelerasse e que os capitais voltassem ao país – com muito mais força.

O *drive* exportador, a suposta melhoria dos “fundamentos econômicos” e os elevados juros colocaram o Brasil dentro do turbilhão especulativo global. Os fluxos de capitais e a integração dependente, num contexto de aceleração econômica mundial, foram os avalizadores do consumo, do crédito e do gasto público – em especial os gastos sociais e transferências. Amparado pela apreciação cambial e pelo aumento do coeficiente de abertura, o estímulo à demanda agregada foi acompanhado pela desaceleração inflacionária e

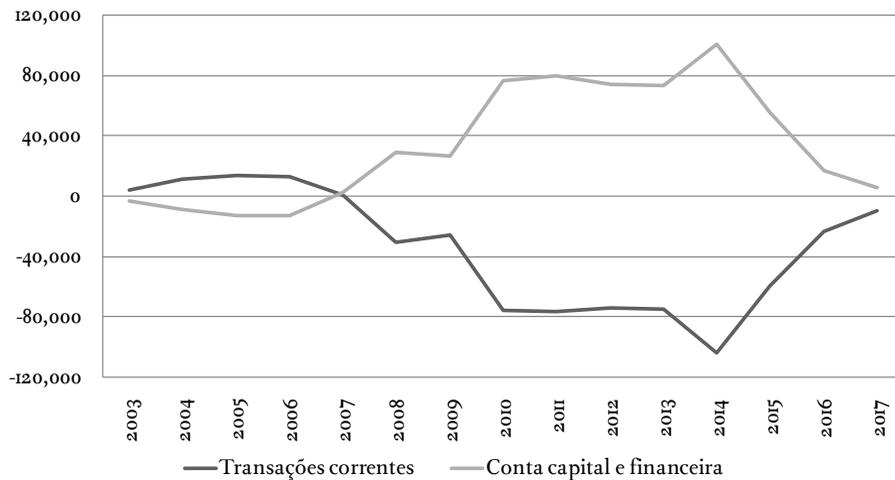
pelo aumento dos salários reais. O efeito pró-cíclico das receitas e da dívida pública, por sua vez, permitiu que o crescimento fosse acompanhado pela manutenção do superávit e pela redução da relação dívida/PIB, alimentando ainda mais a entrada de capitais no país e a modernização dos padrões de consumo²⁹ – não obstante a queda do saldo comercial e das transações correntes a partir de 2006.

A piora das contas externas e a “metástase” da crise global foram as principais características internacionais do segundo mandato de Lula³⁰. O saldo comercial, que atingira um pico de 45,12 bilhões de dólares em 2005, caiu para 18,49 bilhões em 2010. Por sua vez, o superávit em transações correntes, que alcançara o patamar de US\$ 13,55 bilhões em 2005, atingiu um déficit de US\$ 75,82 bilhões em 2010. Mas o surto especulativo internacional e a euforia econômica interna estimularam a entrada de capitais no Brasil até 2014, financiando este déficit.

²⁹ Consideramos como crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo aquele cujo objetivo é atualizar a mimetização do modo de vida oriundo dos países centrais sem a necessária internalização dos padrões e processos produtivos e sem considerar as necessidades básicas e elementares da coletividade. Apesar do aumento da renda e do consumo de bens duráveis e semi-duráveis realizado pelas camadas sociais inferiorizadas, esse processo efetuou-se sem romper com as características estruturais do subdesenvolvimento – correspondentes à dupla articulação entre dependência e segregação social –, aprofundando, como veremos, a integração subalterna. Para mais detalhes quanto ao conceito de modernização dos padrões de consumo, ver Furtado (1980).

³⁰ Sampaio Jr. (2011, p. 87-88).

Gráfico 4. Transações correntes e conta capital e financeira (US\$ milhões)



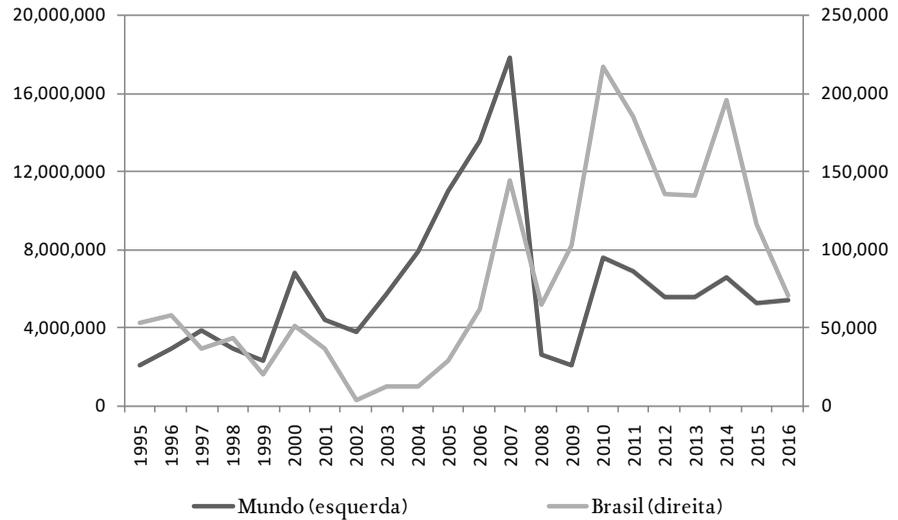
Fonte: IPEA-DATA. Elaboração própria.

Apesar da drástica recessão global entre 2008 e 2009, os fluxos de capitais voltaram a crescer em 2010, em razão da injeção de liquidez e da política de *quantitative easing* realizadas pelas economias capitalistas avançadas – em especial pelo Fed e Tesouro estadunidenses – no período³¹. Estimulados pelo diferencial de juros e pela estratégia de *carry trade*, o capital internacional voltou à periferia ainda mais forte do que antes³². O gráfico 5 demonstra que, enquanto as entradas líquidas mundiais voltaram a crescer abaixo do pico de 2007, no caso brasileiro, elas superaram o valor daquele ano. Os fluxos de capitais, que estavam em US\$ 124,367 bilhões em 2007 – 8,09% do PIB –, alcançaram, em 2010, o valor de US\$ 197,067 bilhões – 8,92% do PIB. Enquanto as entradas líquidas se desaceleravam no mundo, elas atingiram, no Brasil, o seu pico em 2010 – em termos reais³³. Ainda que as entradas líquidas de capitais tenham se elevado em 2014, elas têm característica excepcional, haja vista as posições reduzidas dessas entradas nos anos pretéritos e posteriores.

³¹ Roubini (2010) e Matthews (2015, p. 62-83).

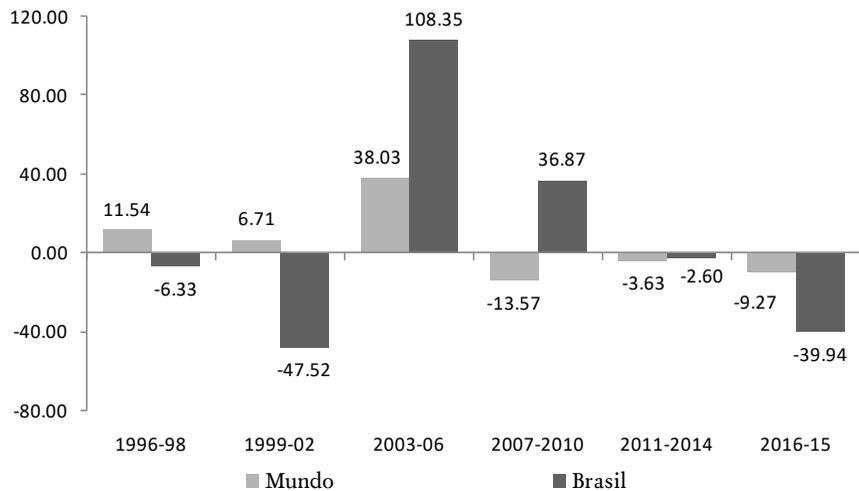
³² Rossi (2010, p. 31-60).

Gráfico 5. Fluxos de capitais mundiais e brasileiros (US\$ milhões)



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

Gráfico 6. Taxa de crescimento dos fluxos de capitais (%)



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

³³ Calculado pelo Índice de Preços ao Consumidor estadunidense com base nos valores de 2016.

Pois bem, o quadro econômico excepcional reverteu-se a partir de 2011, ano de ascensão de Dilma à presidência da república. Observamos a desaceleração de todos os indicadores econômicos internacionais a partir de então. No quadriênio compreendido entre 2011 e 2014, o PIB mundial cresceu apenas 2,88% a.a. – 1,54% a.a. nos países capitalistas avançados –, as exportações e importações mundiais desaceleraram para 4,04% a.a. e 3,92% a.a., respectivamente, e os fluxos de capitais caíram a uma taxa de 3,63% ao ano. No caso brasileiro, as exportações, que alcançaram uma taxa de crescimento médio anual de 11,72% entre 2003 e 2006, estagnaram entre 2011 e 2014 – 0,90% ao ano. Os fluxos de capitais, por sua vez, que cresceram 108,35% a.a. entre 2003 e 2006, reduziram-se a uma taxa média anual de 2,60% entre 2011 e 2014.

Tabela 1. Balança comercial e taxa de crescimento real médio anual do PIB, das exportações e das importações (%)

Países	Taxa de Crescimento do PIB				Taxa de Crescimento das Exportações				Taxa de Crescimento das Importações				Balança Comercial/ PIB			
	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2006	2010	2014	2016
"Avançados"	2.70	0.49	1.54	1.90	6.86	1.86	3.54	2.44	7.18	0.80	2.91	2.83	-1.24	-1.17	-0.82	-0.35
Estados Unidos	3.15	0.29	1.97	2.10	6.75	3.49	4.40	-0.02	7.14	-1.31	3.43	2.81	-6.04	-4.77	-4.32	-4.05
"Emergentes e em Desenvolvimento"	7.40	6.17	5.27	3.92	11.88	4.92	4.89	1.14	12.97	6.95	5.83	0.82	4.86	2.50	2.04	1.09
"Emergentes Asiáticos"	9.44	9.33	7.39	6.58	17.50	7.76	6.87	0.50	15.45	8.73	6.69	3.10	4.96	0.96	2.13	2.58
"Emergentes Asiáticos" sem a China	6.90	6.43	5.82	6.09	8.64	3.49	5.26	2.05	11.01	6.46	5.45	4.10	1.25	-2.84	-2.48	-1.60
China	11.02	10.88	8.12	6.80	27.50	10.69	7.76	-0.33	20.78	10.81	7.69	2.33	7.77	3.04	4.13	4.40
América Latina e Caribe	4.65	3.52	2.81	-1.06	7.39	1.02	3.22	2.51	9.67	6.03	4.80	-1.93	3.06	1.16	-0.22	0.13
América do Sul	4.43	4.24	2.95	-2.94	7.93	0.38	0.97	1.06	13.31	9.73	4.12	-9.32	6.39	2.45	0.76	1.76
América do Sul sem o Brasil	5.96	3.66	3.92	-1.83	5.72	0.58	1.01	-0.47	16.86	7.73	4.85	-6.28	9.07	4.48	2.14	1.01
Brasil	3.50	4.60	2.34	-3.68	11.72	0.07	0.90	3.35	8.42	12.82	3.08	-14.01	4.19	1.05	-0.27	2.50
Mundo	3.99	2.28	2.88	2.67	8.44	2.93	4.04	1.95	8.69	2.68	3.92	2.10	0.05	0.17	0.31	0.21

Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

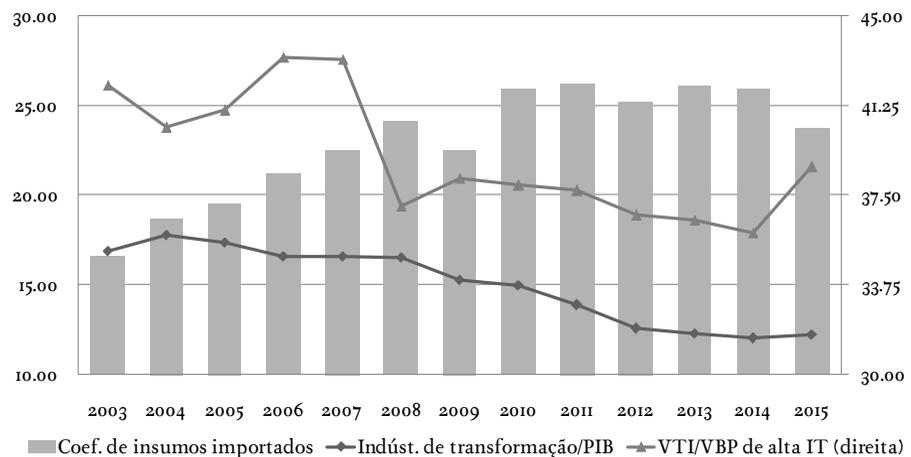
A reversão do contexto internacional explicitou as contradições do projeto econômico dos governos petistas. O crescente passivo externo, a apreciação cambial, a aceleração inflacionária, o elevado déficit em transações correntes e a rápida redução do saldo comercial indicavam que o modelo de crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo com base na integração comercial e financeira dependente chegava a uma espécie de “beco sem saída”. Por um lado, o governo Dilma precisava manter os compromissos de estabilidade e solvência firmados pelo PT desde a Carta ao Povo Brasileiro; por outro, ele precisava dar alguma resposta ao impacto da desaceleração econômica mundial sobre a economia brasileira. A adoção de uma política econômica mais ortodoxa poderia antecipar a crise global e o desajuste fiscal, reduzindo, entretanto o patamar inflacionário. A adoção de uma política mais heterodoxa poderia aumentar o déficit em conta-corrente e acelerar o patamar inflacionário, reduzindo as reservas e a capacidade de solvência da economia brasileira.

As políticas econômicas híbridas e erráticas realizadas por Dilma foram, portanto, tentativas conciliatórias de contornar as contradições intransponíveis. Nem os ajustes fiscais, a elevação das taxas de juros até julho de 2011 e as medidas creditícias macroprudenciais e nem o “ensaio desenvolvimentista” foram capazes de reverter a desaceleração econômica brasileira a partir de 2012. O problema não esteve relacionado nem a uma suposta guinada desenvolvimentista como apontada pelos neoclássicos, nem à falta de uma estratégia industrialista, como propalada por alguns neodesenvolvimentistas. Ainda mais integrada à ordem global, as políticas erráticas de Dilma explicitaram a incapacidade da política econômica de reverter o impacto da crise global sobre a economia brasileira.

Em que pese o voluntarismo do “ensaio desenvolvimentista”, foi onírico acreditar que exonerações fiscais e políticas cambiais pudessem impulsionar a indústria brasileira internacionalmente, num contexto de desaceleração do comércio mundial, de estabilização do consumo agregado e do gasto público e de aprofundamento das estratégias concorrenciais globais

– em especial a chinesa, haja vista sua crescente capacidade ociosa e a sua agressividade exportadora em bens industriais com maior conteúdo tecnológico³⁴. E ainda que Dilma tenha travado uma “guerra dos juros” com os bancos privados, a reversão das políticas de *quantitative easing* pelo Fed em 2013 – num contexto de retração dos fluxos de capitais e aceleração inflacionária – foi suficiente para findar o curtíssimo “ensaio desenvolvimentista” do governo³⁵.

Gráfico 7. Participação da indústria de transformação no PIB, coeficiente de insumos importados e valor da transformação industrial sobre o valor bruto da produção dos setores de alta intensidade tecnológica (%)



Fonte: IPEA-DATA; CNI e PI-IBGE. Elaboração própria.

³⁴ Em que pese a ascensão da China como nova potência econômica, cabe destacar que ela não se contrapõe, mas realça os efeitos deletérios da ordem global, aprofundando o movimento de financeirização mediante a compra maciça de ativos financeiros pelo mundo – em especial títulos do Tesouro Estadunidense –, tornando-se a indústria do mundo amparada na superexploração do trabalho, estimulando o livre comércio com sua entrada na OMC e aprofundando a crise ambiental com base na replicação do modo de vida estadunidense.

³⁵ Roubini (2017), KPMG (2017, p. 16), Medeiros (2010, p. 8-9), Carneiro (2017, p. 10-12) e Macedo e Silva (2010, p. 25).

As informações disponíveis no gráfico acima são conclusivas. Durante os governos do PT, a participação da indústria de transformação no PIB caiu constantemente, alcançando o patamar de 12,24% em 2015. O conjunto de estímulos à produção nacional realizado no breve “ensaio desenvolvimentista” não foi suficiente para reverter nem a crescente penetração de insumos importados – aumento do coeficiente de 16,60% para 25,90% entre 2003 e 2014 – nem a redução do valor da transformação industrial ante o valor bruto da produção dos setores de maior intensidade tecnológica. Do contrário, o Brasil intensificou, entre 2003 e 2016, tanto a participação das importações de bens de alta e média intensidade tecnológica – de 36,6% para 50,00% – quanto as exportações de produtos primários, intensivos em recursos naturais e com menor intensidade tecnológica – de 65,64% para 87,52%.

Tabela 2. Comércio internacional por intensidade tecnológica

Intensidade Tecnológica	Exportações			Importações		
	2003	2010	2016	2003	2010	2016
Manufaturados com alta I.T.	7.47	5.36	6.21	14.67	17.99	18.69
Manufaturados com média I.T.	24.68	18.95	2.70	21.93	33.47	36.31
Manufaturados com baixa I.T.	11.20	5.99	7.44	3.99	86.84	8.19
Manufaturados intensivos e Rec. Nat.	24.33	20.86	24.93	12.29	17.18	17.91
Produtos Primários	30.11	45.85	55.15	11.97	12.59	8.96
Outros	2.22	2.99	3.56	-	-	-
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: SIGCI-CEPAL. Elaboração própria.

³⁴ Roubini (2017), KPMG (2017, p. 16), Medeiros (2010, p. 8-9), Carneiro (2017, p. 10-12) e Macedo e Silva (2010, p. 25).

Por conseguinte, a aceleração inflacionária, o surgimento do déficit comercial e a maior desaceleração do comércio global a partir de 2014 esgotaram as possibilidades de o governo Dilma conciliar o mínimo de crescimento com a estabilidade dos indicadores de solvência. Pressionada pela burguesia dos negócios, subordinada à ordem financeira global e preocupada com as possíveis fugas de capitais decorrentes da redução das reservas internacionais, Dilma não teve outra escolha senão acenar ao mercado, promovendo um profundo ajuste recessivo, revertendo o déficit comercial à custa da instabilidade fiscal e financeira estatal – haja vista o efeito recessivo da redução dos gastos públicos sobre a demanda agregada e sobre as receitas públicas.

Se é fato que a crise política aprofundou a recessão, cabe mencionar, por fim, que a crise econômica era latente, associada ao acúmulo de contradições do projeto econômico petista. Considerando-se os ajustes da economia brasileira à ordem global, a integração econômica dependente durante o governo Lula, a incapacidade do Estado em planejar, coordenar e liderar os investimentos, o modelo de crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo, a regressão da estrutura produtiva e a maior desaceleração dos fluxos comerciais e financeiros entre 2014 e 2016, a política econômica de Dilma foi incapaz de romper a “camisa de força” da ordem global/neoliberal.

Considerações finais

Observamos, ao longo dos últimos quarenta anos, uma significativa integração financeira, produtiva e comercial entre os países ao redor do mundo, encabeçada pelas estratégias de expansão e valorização das corporações transnacionais. Carente de uma superestrutura supranacional de comando adequado, o processo de financeirização e as transformações industriais se articularam às forças produtivas em escala mundial, intensificaram a incontornabilidade do movimento autoexpansivo, totalizador, irresistível e irrestringível do capital global, enfraquecendo os Estados nacionais,

solapando seus centros internos de decisão e, por conseguinte, sua autonomia de política econômica.

Durante os anos 1990, o Brasil realizou um conjunto de reformas objetivando se adequar aos novos parâmetros da ordem econômica mundial. Salva pelo movimento precoce de financeirização da economia brasileira – desde a ditadura militar – e pela estatização da dívida externa, a burguesia brasileira transformou-se, ao longo desse processo, numa burguesia dos negócios, abdicando da indústria nacional em prol da ciranda financeira da dívida pública, da espoliação dos recursos naturais e da intermediação e venda do patrimônio público. As aberturas comerciais e financeiras, as privatizações, a desnacionalização, a lei de responsabilidade fiscal e o tripé macroeconômico não apenas enfraqueceram a capacidade do Estado em estimular e coordenar os investimentos necessários ao crescimento, como colocaram uma camisa de força sobre as possibilidades de adoção de políticas econômicas autônomas aos ciclos comerciais e de liquidez internacional.

Nesse contexto, por mais que tenham existido políticas indutoras do crescimento ao longo dos governos de Lula, buscamos demonstrar que essas não apenas subordinaram-se aos fluxos comerciais e financeiros excepcionais durante seus mandatos, como não reverteram, mas aprofundaram, a integração dependente da economia brasileira à ordem neoliberal. Se, num primeiro momento, o ciclo de *commodities* e de liquidez permitiu ao governo combinar políticas monetárias e fiscais expansionistas com a realização do tripé macroeconômico, num segundo momento, a reversão do ciclo internacional explicitou todas as contradições da estratégia de crescimento apoiada na modernização dos padrões de consumo: apreciação cambial, aumento do passivo externo, expansão do coeficiente de exportação e importação, reprimarização da pauta exportadora, aumento da importação de insumos e bens tecnologicamente mais elaborados e desindustrialização.

O contexto econômico internacional adverso encontrado por Dilma ao longo dos seus mandatos, o aprofundamento do déficit das contas externas, a reversão da estrutura produtiva e a maior dependência comercial,

financeira e tecnológica restringiram a já precária capacidade de indução econômica compatível com os parâmetros de disciplina, de estabilidade e solvência impostos pelo tripé macroeconômico. O breve “ensaio desenvolvimentista” elucidou esses antagonismos e explicitou as hierarquias políticas e os limites da aliança de classes construída ao redor do lulismo. Ainda que a o golpe político-institucional tenha aprofundado a crise econômica, esta já se encontrava latente, prenhe do modelo de crescimento apoiado no antagonismo entre a modernização dos padrões de consumo e a integração dependente da economia brasileira. Por conseguinte, em vez de construirmos “as bases do novo desenvolvimentismo”, intensificamos nossa reversão neocolonial.

Referências

- BARBOSA, F. H. “Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências”, *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 69, nº 9, setembro de 2015.
- BARBOSA, F. H. & PESSOA, S. “Desaceleração recente da economia”. In: CENTRODE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil*. CDPP, 2014.
- BARBOSA, N. & SOUZA, J. A. P. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de Renda”. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (orgs.) *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo, 2010.
- BARNET, R. & MULLER, R. *Global Reach: The Power of the Multinational Corporation*. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BELLUZZO, L.G. & ALMEIDA, J.S. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. “Estratégia de desenvolvimento e as três fontes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, número especial, p. 729-747, Campinas, dezembro de 2012.
- BNDES *Desestatização*. 2015. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.
- BOITO JR., A. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JR., A. & GALVÃO, A. (orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.
- _____. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. In: *Fórum Econômico da FGV-SP*. 2012b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>.

_____. “A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”, *Crítica Marxista*, nº 42, p. 155-162, 2016.

BRAGA, J.C.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETTO, A. W. A. & SILVA, S. D. “For a political economy of financialization: theory and evidence”. In: *Economia e Sociedade*, vol. 26, número especial, p. 829-856, Campinas, dezembro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Onde foi que erramos?”. In: *Folha de São Paulo*, Ilustríssima, São Paulo, 27 de março de 2016.

_____. “Reindustrialização versus juro alto e câmbio valorizado”, *Interesse Nacional*, novembro de 2017 – janeiro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & GALA, P. “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, *Revista de Economia Política*, n. 30 (4), 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, A. & FEIJÓ, C. “A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial”, *Brazilian Journal of Political Economy*, n. 36 (3), 2016.

CARNEIRO, R. *O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos*. Textos avulsos, no 4, CECOM – Unicamp, Campinas, agosto de 2010.

_____. *Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff*. Campinas: IE/Unicamp, 2017.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CRUZ, P. D. “Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta”, *Nova Economia*, vol. 4, no 1, agosto de 1995.

D’ANGELO, F. *Mobilidade de capitais e vulnerabilidade externa do Brasil: a nova qualidade da dependência financeira (1990-2010)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2011.

ESPÓSITO, M. *A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia - Unicamp, Campinas, 2016.

FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, R. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 31, p. 5-30, São Paulo, fevereiro de 2012.

_____. “Balanço crítico da economia brasileira no governo do Partido dos Trabalhadores”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 37, p. 7-39, São Paulo, janeiro de 2014.

HENRIQUES, T. F. *Contribuição ao debate crítico sobre o papel das commodities primárias no desenvolvimento latino-americano (2003-2013)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Economia, – Unicamp, Campinas, 2015.

HYMER, S. *Empresas Multinacionais: La Internacionalización del Capital*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

IBGE *Finanças Públicas do Brasil – 2001-2002*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4537.pdf>.

KPMG “The Global Financial Crisis: 10 Years On”, *KMG Economics*, August 2017.

MACEDO & SILVA “*O Expresso do Oriente: redistribuindo a produção e o comércio globais*”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, nº2, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.

- MATTHEWS, N. “A Detailed Analysis of The Fed’s Crisis Response”. In: WRAY, R. (ed.). *Reforming the fed’s policy response in the era of shadow banking*. New York: Levy Economics Institute and Ford Foundation, 2015.
- MEDEIROS, C. A. “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, no3, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.
- _____. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MERCADANTE, A. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula – 2003-2010*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.
- MESQUITA, M. “A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo”. In: CENTRO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil*. CDPP, 2014, p. 3-15.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012..
- MICHALET, C. A. *O Capitalismo Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983..
- MOURA DA SILVA, A. *Intermediação financeira no Brasil: origens, estrutura e problemas*. FIPE/USP, 1979, mimeo.
- OECD *Interconnected Economies: Benefiting From Global Value Chains: Synthesis Report*, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/ind/interconnected-economies-GVCs-synthesis.pdf>.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism*. London & New York: Verso, 2012.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 (1966).
- ROSSI, P. L. “O mercado internacional de moedas, o carrytrade e as taxas de câmbio”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, nº 5, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.

ROUBINI, N. *Eco Monitor Flashback: Roubini's IMF Speech*. September 2010 (2006). Disponível em: <http://archive.economonitor.com/nouriel/2010/09/02/economonitor-flashback-roubinis-imf-speech-september-7-2006/>.

_____. “Crisis Economics! A Return to the Abyss”, *International Economy – The Magazine of International Economy*, New York, Summer 2010.

_____. “Central banks are ending policies like QE: But They’ll be Back”. In: *The Guardian*, International Edition; July 10th 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2017/jul/10/central-banks-qe-unconventional-monetary-policies>.

SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Globalização e reversão neocolonial”. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (org.) *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007.

_____. “Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, vol.1, no3, edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 85-95, dezembro de 2011.

_____. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *Serviço Social & Sociedade*, no 112, p. 672-688, São Paulo, outubro - dezembro de 2012.

_____. “As esperanças que não vingaram”. In: SAMPAIO JR. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: Amarante, 2017.

SARTI, F. & LAPLANE, M. F. “O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990”, *Economia e Sociedade*, vol. 11, no 1 (18), p. 63-94, Campinas, janeiro - junho de 2002

SERRANO, F. & SUMMA, R. *Demanda Agregada e a Desaceleração do Crescimento Econômico Brasileiro de 2011 a 2014*. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research, August 2015.

SINGER, A. “Raízes ideológicas do lulismo”, *Novos Estudos*, no85, 2009.

_____. “O sonho rooseveltiano do segundo mandato”. In: SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras/Biblioteca do Exilado/Le Livros, 2012 (versão online).

_____. “Cutucando onças com varas curtas: oensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Novos Estudos*, no102, julho de 2015.

SOARES, P. “País privatizou 165 empresas entre 91 e 2002”. In: *Folha de São Paulo*, Mercado, 21 de dezembro de 2004. Disponível online: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f12112200423.htm>.

STRANGE, S. “The persistent myth of lost hegemony”, *International Organization*, vol. 41, no 4, 1987.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WOOD, E. M. *Empire of Capital*. New York: Verso, 2005.

LUCIANO ALENCAR BARROS
EDUARDO FIGUEIREDO BASTIAN
CARLOS BASTOS PINKUSFELD

INFLAÇÃO E DESEMPREGO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DURANTE A GRANDE MODERAÇÃO: UMA INTERPRETAÇÃO PÓS-KEYNESIANA CRÍTICA À DO NOVO CONSENSO

Recebido em 19/12/2018

Aprovado em 20/09/2019

INFLAÇÃO E DESEMPREGO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DURANTE A GRANDE MODERAÇÃO: UMA INTERPRETAÇÃO PÓS-KEYNESIANA CRÍTICA À DO NOVO CONSENSO

LUCIANO ALENCAR BARROS

Doutorando pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O autor contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contato eletrônico: luciano.barros.ufrj@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4685-1607>

EDUARDO FIGUEIREDO BASTIAN

Bacharel em Ciências Econômicas (IE-UFRJ, 2002), mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia (IE-UFRJ, 2004) e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia (IE-UFRJ, 2008), com doutorado sanduíche na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge.

Contato eletrônico: eduardobastian@ie.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-1555-0107>

CARLOS BASTOS PINKUSFELD

Professor associado do Instituto de Economia da UFRJ, mestre em economia pelo IE/UFRJ e PhD pela News School for Social Research.

Contato eletrônico: pinkusfeld@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3895-1461>

Resumo

O presente artigo busca expor e interpretar o quadro macroeconômico observado nos Estados Unidos da América durante a Grande Moderação (especificamente a redução simultânea de inflação e desemprego observada entre as décadas de 1980 e 1990) a partir de uma abordagem pós-keynesiana, crítica à interpretação do Novo Consenso, na qual a redução do poder de barganha dos trabalhadores figura como elemento central na explicação deste desempenho macroeconômico.

Palavras-chave: economia política, grande moderação, inflação por conflito distributivo

Abstract

The present article exposes and interprets the phenomenon of the Great Moderation in the USA, between 1984 and 2007 (with special attention to the 1980s and 1990s), when simultaneous reductions of average annual rates of inflation and unemployment were achieved. We use a post-Keynesian framework, critical of the New Consensus, in which the reduction of workers' bargaining power is a central element in explaining this macroeconomic performance.

Keywords: political economy, great moderation, conflict claim inflation

I. Introdução

No período que vai de 1984 até a crise de 2007 a economia norte-americana passou por um período de desempenho macroeconômico positivo. Por um lado, reduziram-se tanto a volatilidade do crescimento do produto agregado quanto a da inflação (o desvio padrão da taxa anual de crescimento do produto real cai de 2,5% entre 1980 e 1989 para 1,4% entre 1990 e 1999, enquanto o da inflação cai, nos mesmos períodos, de 2,2% para 0,7%), e por outro, níveis mais baixos de desemprego foram observados ao mesmo tempo em que houve queda na inflação (enquanto aquele caiu de uma média de 7,2% nos dez anos entre 1980 e 1989 para 5,7% entre 1990 e 1999, esta caiu de uma média de 4,7% para 2,7% nos mesmos períodos). Esta fase histórica ficou conhecida como a “Grande Moderação” (STOCK & WATSON, 2003; BERNANKE, 2004).

O desempenho econômico observado durante a Grande Moderação serviu para solidificar as bases teóricas do chamado Novo Consenso em Macroeconomia, tentativa de síntese entre diversos campos de pesquisa em economia, como o keynesiano, o monetarista, o dos ciclos reais de negócios, o novo clássico e a teoria neoclássica (TAYLOR, 1997; GOODFRIEND & KING, 1997). Este resultado positivo da economia norte-americana seria prova incontestada da virtude de tal arcabouço teórico que passou a ganhar cada vez mais espaço nas diversas instâncias institucionais.

O presente artigo busca expor e explicar este quadro macroeconômico observado nos Estados Unidos da América (EUA) na segunda metade do século XX (especificamente a redução simultânea de inflação e desemprego observada entre as décadas de 1980 e 1990) a partir de uma abordagem crítica à interpretação Novo Consenso, próxima à utilizada por kaleckianos e sraffianos. Esta abordagem – que na taxonomia abrangente de Lavoie (2014, p. 38-43) pode ser considerada pós-keynesiana – possui muitas diferenças em relação à do Novo Consenso. Enquanto na visão pós-keynesiana a inércia é apenas parcial, os choques de oferta não têm média zero e a tendência da inflação é dada pelos custos de produção (SERRANO, 2010), na

perspectiva do Novo Consenso a inflação é fundamentalmente de demanda, os choques de oferta têm média zero e a inércia é total (TAYLOR, 2000).

O presente artigo possui mais quatro seções além desta introdução e da conclusão. A partir da evolução da curva de Phillips, a segunda seção apresenta a abordagem do Novo Consenso acerca do fenômeno inflacionário, na qual a credibilidade da autoridade monetária e as expectativas inflacionárias desempenham um papel central. Na terceira seção será apresentada uma abordagem pós-keynesiana alternativa, na qual as pressões nominais de custo (como variações nominais de salário influenciadas pelo poder de barganha dos trabalhadores) têm um papel de destaque. Dentro do contexto mais amplo da Grande Moderação nos EUA – e, especificamente, nas duas últimas décadas do século passado –, o presente artigo apresentará, na quarta seção, tal quadro macroeconômico e sua explicação segundo essas diferentes interpretações que serão comparadas. Propõe-se, assim, a expor e a interpretar o puzzle observado (queda simultânea da inflação e do desemprego) a partir destas duas vertentes a fim de contrapô-las, fazendo a crítica à interpretação dominante e apresentando a pós-keynesiana como alternativa, que, como se buscará defender, possui maior capacidade explicativa no entendimento da Grande Moderação.

2. A inflação na visão do Novo Consenso

2.1. Da curva de Phillips original à curva de Phillips aceleracionista

A curva de Phillips tem origem no trabalho de Alban William Phillips de 1958, intitulado *“The relation between unemployment and the rate of change of money wages rates in United Kingdom, 1861-1957”*, no qual o autor não apenas observa uma relação empírica entre desemprego e taxa de variação dos salários na economia inglesa, como também uma relação de causalidade, com o nível de desemprego determinando a velocidade de variação dos salários nominais. O autor realiza uma análise sobre o processo de determinação destes a partir de um enfoque institucionalista, enfoque este que é,

em larga medida, desconsiderado na literatura apesar do grande impacto do artigo.

A incorporação definitiva da curva de Phillips na teoria macroeconômica ocorreria a partir do trabalho de Samuelson e Solow de 1960, que, modificando a curva original, estabelece a consagrada relação de *trade-off* entre inflação e desemprego. Os autores estimaram uma curva de Phillips para os EUA utilizando a inflação no lugar das taxas de variação dos salários nominais (a variação dos preços seria igual à variação dos salários menos a variação da produtividade) e, embora não tenham se aprofundado nos fundamentos teóricos, também deram importância a fatores institucionais (como o papel dos sindicatos gerando pressões salariais) ao lado do excesso de demanda no mercado de trabalho para explicar os movimentos nos salários nominais (PALUMBO, 2008, p. 15). Mas talvez o ponto central na contribuição destes autores tenha sido mostrar a possibilidade de interpretar a curva de Phillips como o locus de situações que podem persistir ao longo do tempo (não necessariamente representando desequilíbrios temporários) e de utilizá-la para efeito de política econômica (explorando o *trade-off*).

A curva de Phillips foi explorada por diversos governos de países capitalistas na década de 1960 e até os anos 1970, quando passou a se observar, em muitos destes países, desaceleração das taxas de crescimento aliada ao recrudescimento do processo inflacionário: o fenômeno da “*estagflação*”. É neste contexto que Milton Friedman desenvolve sua abordagem que origina a curva de Phillips aceleracionista (CPA). Esta pode ser representada de forma simples por meio da equação¹:

$$\pi = \pi^e - \alpha(U - U_N)$$

A equação acima revela que a inflação observada (π) será composta por um elemento de expectativas (π^e) e por outro que capta o desvio do nível de desemprego (U) com relação à taxa *natural de desemprego* (U_N), multiplicada pelo parâmetro (α) que mede a sensibilidade da inflação a este desvio.

¹ Para fins expositivos optou-se aqui por omitir o termo referente a choques de oferta, mas a questão será abordada na próxima subseção.

A *taxa natural de desemprego*, determinada apenas por estes fatores de oferta, seria a única taxa de desemprego compatível com a estabilidade dos preços em um mercado competitivo (de modo que as expectativas dos agentes estivessem, na média, corretas), e originar-se-ia no sistema de equações do equilíbrio geral walrasiano (FRIEDMAN, 1968, p. 8). O elemento relacionado às expectativas, por sua vez, deriva do fato de que, para Friedman, a oferta de trabalho por parte dos trabalhadores seria função positiva do salário real esperado, e a demanda por trabalho das firmas seria função do preço relativo esperado (dos produtos ofertados por elas). Aumentos nominais de salários, em um contexto de assimetria de informação, poderiam ser interpretados pelos trabalhadores como aumentos reais de salário, enquanto aumentos da demanda agregada nominal poderiam ser interpretados, pelas firmas, como aumento na demanda específica por seus produtos (e não um aumento generalizado na demanda por todos os produtos). Esse é o mecanismo que, para o autor, permite que variações na base monetária (e na demanda agregada) impactem o produto real (*ibidem*, p. 9).

Com o tempo os agentes perceberiam que seus ganhos nominais não se traduziram em ganhos reais e revisariam suas expectativas. Caso estas estivessem corretas ($\pi^e = \pi$), necessariamente a taxa de desemprego deveria situar-se ao nível da taxa natural ($U = U_N$). E o fato de Friedman introduzir a hipótese das expectativas adaptativas (segundo a qual os agentes ajustariam o valor esperado das variáveis em função da discrepância entre o seu valor observado e as expectativas com relação a ela) possibilita que os erros dos agentes sejam persistentes, e assim também os impactos reais de variações da demanda nominal. No longo prazo, contudo, as expectativas estariam sempre corretas e necessariamente a taxa de desemprego convergiria para o equilíbrio determinado por fatores reais: dotação e característica dos mercados de fatores, preferências e dinâmica da tecnologia em um contexto de informação perfeita.

A possibilidade de erros sistemáticos por parte dos agentes e o consequente peso de fatores monetários nas flutuações econômicas decorrem

diretamente da adoção da hipótese das expectativas adaptativas. Esta hipótese, em função de sua “irracionalidade”, seria alvo de crítica por parte de Robert Lucas e de seus seguidores da escola dos novos clássicos. Esses adotariam o conceito de taxa natural de desemprego e passariam a introduzir a hipótese das expectativas racionais, baseada no conceito de John Muth, segundo a qual os agentes são racionais e criam suas expectativas fazendo o melhor uso possível da informação de que dispõem, não incorrendo em erros sistemáticos. Tanto para Friedman quanto para Lucas a possibilidade de que a oferta monetária afete as variáveis reais decorre dos erros de percepção dos agentes, porém, para Lucas e os novos clássicos (e posteriormente também para os economistas do Novo Consenso), o processo de formação de expectativas dos agentes é mais apurado, e o ajuste para a posição de equilíbrio determinada pelos fatores de oferta é mais rápido.

É possível concluir que a endogeneidade das expectativas inflacionárias e a taxa natural de desemprego são dois pontos fundamentais da CPA: a primeira permite captar o caráter inercial da inflação (imprimindo a esta seu comportamento aceleracionista na medida em que, como se argumentará na próxima subseção, a inércia é total); e a segunda é um equilíbrio natural a curto prazo (para que o processo inflacionário não se descontrole) e um necessário atrator a longo prazo (na medida em que, na ausência de ilusão monetária, a taxa de desemprego convergirá para este patamar).

2.2. A curva de Phillips triangular do Novo Consenso

O chamado Novo Consenso em Macroeconomia, como o próprio nome indica, é uma tentativa de convergência entre diferentes correntes teóricas. Ele incorpora: 1) a curva de Phillips aceleracionista dos monetaristas (tal qual proposta por Friedman); 2) a busca por fundamentação microeconômica e a hipótese das expectativas racionais dos novos clássicos; 3) a modelagem DSGE (*Dynamic Stochastic General Equilibrium*) da escola dos ciclos reais de negócios; 4) o conceito de *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*

(NAIRU)² e a rigidez de preços (com fundamentação microeconômica) dos novos keynesianos, possibilitando a determinação do produto corrente pela demanda agregada (apenas) no curto prazo (GOODFRIEND, 2007, p. 59; GOODFRIEND e KING, 1997, p. 232). Dessa tentativa de convergência, três conceitos-chave são fundamentais: produto potencial, NAIRU e expectativas inflacionárias.

O produto potencial, em consonância com a teoria neoclássica, seria determinado pela dotação exógena de fatores produtivos e pela dinâmica da produtividade (portanto, somente pelo lado da oferta). Em um mercado competitivo de tais fatores, a demanda de cada um ajustar-se-ia à oferta por meio de mecanismos de substituição diretos (quando se emprega mais do fator relativamente mais barato no próprio processo produtivo) e indiretos (quando os consumidores demandam mais produtos e serviços mais intensivos no fator relativamente mais barato), o que garantiria – no arcabouço neoclássico – o pleno emprego de todos eles (CESARATTO & SERRANO, 2002, p. 3). Ocorre que, para os teóricos do Novo Consenso, o mercado de fatores não seria perfeitamente competitivo, mas possuiria imperfeições (WOODFORD, 2009, p. 4). Assim, para se chegar ao produto potencial seria preciso descontar, do estoque de fatores, dado seu uso eficiente, os níveis de utilização dos fatores que não acelerassem a inflação, tanto do capital quanto do trabalho. Neste sentido a NAIRU seria justamente a taxa de desemprego que não acelera a inflação, um conceito análogo à taxa natural de desemprego de Friedman, mas aplicado a mercados não competitivos – e, portanto, compatível com a presença de desemprego involuntário³ (BALL & MANKIWI, 2002, p. 119).

² O conceito de NAIRU é uma adaptação da taxa natural de desemprego tal qual desenvolvida por Milton Friedman. Para mais acerca da diferença entre os dois conceitos, ver Snowdon e Vane (2005).

³ Nas últimas duas décadas do século XX a economia norte-americana observou uma queda substancial do desemprego e a aceleração inflacionária esperada não veio. Pelo contrário, a inflação caiu, o que levou a autores como Gordon (1997) a elaborarem o conceito de NAIRU variável no tempo (ou TV-NAIRU: *Time Variable Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*). Assim, segundo o autor, a NAIRU, na década de 1990, teria caído, o que permitiu a redução concomitante do desemprego e da inflação.

Outro ponto importante diz respeito às expectativas inflacionárias. Estas são, desde Friedman, elemento importante da teoria macroeconômica, possibilitando a introdução do caráter inercial da inflação na curva de Phillips (ainda que o grau de inércia esteja sujeito a debate) e ajudando a justificar a adoção de regras para a autoridade monetária (AM), de modo a aumentar sua credibilidade e assim facilitar o combate à inflação. No arcabouço do Novo Consenso, a credibilidade da AM tem relevância crucial⁴, ocupando papel de destaque na explicação do fenômeno da Grande Moderação, seja no sentido de reduzir a volatilidade da inflação e do produto, seja no de viabilizar menores níveis de desemprego e de inflação simultaneamente. Nas palavras de Goodfriend (2007, p. 56): “*Credibility is widely regarded around the world as the key to effective monetary policy [...]. The spread of explicit or implicit inflation targeting has demonstrated its virtues. The new working consensus on monetary policy has helped to reduce the volatility of both inflation and output.*”.

A questão da credibilidade da autoridade monetária aparece modelada nos artigos de Kydland e Prescott (1977) e de Barro e Gordon (1983). A ideia básica é que a AM teria incentivos para ter um viés inflacionário, uma vez que tem a capacidade de baixar as taxas de desemprego à custa de uma inflação não esperada⁵. Ambos os modelos adotam a hipótese das expectativas racionais e apontam na direção de que os ganhos de curto prazo (decorrentes de redução do desemprego) não justificam o ônus a longo prazo (em termos de reputação e, conseqüentemente, inflação), e neste sentido a AM deveria adotar uma regra ao invés de uma política discricionária⁶. Após esses

⁴ “[...] private sector behavior depends on the expected course of monetary policy, as well as on current policy. The credibility of monetary policy thus becomes relevant, as a considerable contemporary literature has emphasized.” (CLARIDA, GALI & GERTLER, 1999, p. 1.662). Esta conclusão também foi consensual no simpósio “New challenges for monetary policy” organizado pelo Federal Reserve Bank of Kansas no ano de 1999 em Jackson Hole (SELLON et alii, 1999, p. 5-6).

⁵ No modelo de Barro e Gordon, a AM minimiza uma função de custo social em um jogo repetido infinitas vezes, enquanto no modelo de Kydland e Prescott, a AM maximiza uma função de objetivo social também em um jogo repetido (em um número indefinido ou infinito de vezes).

⁶ A conclusão é a mesma: “We find that a discretionary policy for which policymakers select the best action [...] will not typically result in the social objective function being maximized. Rather, by relying on some policy rules, economic performance can be improved.” (KYDLAND & PRESCOTT, 1977, p. 473-474) e “[...] the potential loss of reputation - or credibility - motivates the policymaker to abide by the rule. Then, the policymaker foregoes the short-term benefits from inflation shocks in order to secure the gain from low average inflation over the long term.” (BARRO & GORDON, 1983, p. 102)

trabalhos consolidou-se a ideia de que o controle da inflação passava pelo controle das expectativas inflacionárias, o qual, por sua vez, dependia da credibilidade da AM.

Existem diversas formas de introduzir as expectativas inflacionárias na curva de Phillips, desde a mais simples, com expectativas adaptativas estáticas (em que a inflação esperada é igual à do período anterior), até as mais complexas, que combinam elementos de inércia às inflações passadas (*backward looking*) com expectativas quanto à inflação futura (*forward looking*). O ponto fundamental para o comportamento aceleracionista da curva, contudo, é que a soma dos parâmetros de defasagem, que acompanham as inflações passadas, com os das expectativas futuras seja igual a um. Caso contrário, se a soma for menor do que um (ainda que alta), a inflação não se acelera em função de um choque inflacionário permanente, mas apenas muda de patamar, como na formulação original da curva de Phillips; e, além disso, a soma unitária é condição necessária para que haja uma única NAIRU (GORDON, 2011, p. 28). Segundo a formulação *backward looking*⁷, como no modelo triangular de Gordon (1997) – também utilizado por Taylor (2000) –, a curva de Phillips (em sua forma mais simples: com um termo de defasagem e em se tratando de uma economia fechada) assumiria a seguinte forma:

$$\pi = a\pi_{-1} + b(Y - Y^*) + c$$

O termo “triangular” vem das três fontes de inflação: inércia (captada pelo componente inercial ‘a’ multiplicado pela inflação do período anterior π_{-1}); demanda (representada pelo parâmetro b multiplicado pelo hiato do produto, produto corrente (Y) menos potencial (Y*)); e oferta (cujos choques refletem-se no termo c). A inércia é total (a=1), uma vez que os trabalhadores “barganham” o salário real, demandando e logrando incorporar totalmente aumentos de salários nominais que cubram a perda de salário real causada pela inflação, e que o *mark-up* real é fixo, já que, com o tempo, as empresas

⁷ Para uma formulação *forward looking* das expectativas, ver Clarida, Gali e Gertler (1999).

repassam todo e qualquer aumento de custo para os preços (GORDON, 2008, p. 15; SERRANO, 2010, p. 339); o produto potencial é determinado por fatores de oferta (de forma independente do produto corrente); e os choques de oferta têm média zero no longo prazo. Assim, optando por uma versão mais genérica da CPA (sem especificação do tipo de expectativa inflacionária e para uma economia fechada), ela assumiria – seguindo Summa (2010, p. 15) – a seguinte forma:

$$\pi = \pi^e + b(Y - Y^*)$$

A opção pela utilização de uma CPA de economia fechada na análise da economia dos EUA nas últimas duas décadas do século XX se justifica na medida em que boa parte das importações norte-americanas é de *commodities* e petróleo, cujos preços, além de não sofrerem grandes choques durante a Grande Moderação, ao contrário do ocorrido na década de 1970 – na realidade até caíram –, são denominados em dólar. Além disso, o aumento dos preços dos outros bens importados, não denominados em dólar, em resposta a desvalorizações da moeda americana, é apenas parcial (SERRANO, 2004, p. 29). Dessa forma, desvalorizações cambiais não tendem a impactar a inflação de forma significativa⁸.

3. A inflação em uma ótica pós-keynesiana

O referencial teórico pós-keynesiano ora exposto contrapõe-se frontalmente ao modelo do Novo Consenso em questões-chave, como se procurará demonstrar a seguir. Mas em primeiro lugar é necessário qualificar o termo pós-keynesiano, que pode englobar diferentes linhas de pensamento econômico, dependendo de quem o define. O termo aqui utilizado segue a definição ampla de Lavoie (2014, p. 38-43), que engloba as correntes dos institucionalistas, fundamentalistas, kaldorianos, raffianos e kaleckianos, e justifica-se por sua abrangência e pela tentativa de estabelecer pontes que congreguem e fortaleçam as diferentes abordagens heterodoxas ao invés de

⁸ Ainda que tenha se justificado a adoção de uma CPA de economia fechada, a questão externa será abordada na quarta seção.

erguer muros entre elas. E dentro do espectro pós-keynesiano optou-se por um modelo próximo aos utilizados por kaleckianos e sraffianos em função do entendimento da inflação como sendo tendencialmente de custos.

Como exposto na seção anterior, na curva de Phillips empregada pelo Novo Consenso (com expectativas *backward looking*), a tendência de inflação é dada pelo histórico de choques de demanda passados⁹, uma vez que a inércia é total e que se assume que os choques de oferta tenham média zero a prazos maiores (SERRANO, 2006, p. 3). A tendência da inflação segundo a abordagem pós-keynesiana, por sua vez, será fundamentalmente diferente. Em primeiro lugar porque, na vigência do Princípio da Demanda Efetiva, o produto potencial (ou de plena capacidade) segue a tendência do produto corrente e, com isso, o hiato do produto (entendido como a diferença entre os produtos corrente e potencial) tende a se fechar¹⁰. Ainda que possa haver inflação de demanda em situações pontuais (como no caso em que a economia está superaquecida, com o produto corrente acima do produto potencial, de modo que se observe inflação pura), não é razoável que a demanda agregada impacte a tendência da inflação em prazos maiores.

Outra diferença é que o componente de inércia é menor do que um. Isto porque não necessariamente o *mark-up* real¹¹ é fixo e porque os trabalhadores não barganham o salário real, mas, sim, o nominal. Enquanto para os autores kaleckianos o grau de rigidez do *mark-up* real depende do poder de barganha das firmas¹² – que, por sua vez, depende do grau de concentração do mercado

⁹ Caso as expectativas sejam híbridas, combinando as versões *backward* e *forward looking*, a tendência da inflação será dada pelo histórico de choques de demanda passados e pelas expectativas de choques futuros.

¹⁰ “[...] *positive or negative output gaps are mostly self-correcting, even without policy intervention. This is because any more persistent under (or over) utilization of productive capacity will tend to stimulate a decrease (or increase) in the pace of productive (i.e., capacity generating) gross investment as firms are continuously trying to adjust the size of their productive capacities to the size of the trend of effective demand.*” (SERRANO, 2006, p. 10)

¹¹ O *mark-up* real é o *mark-up* nominal uma vez descontada a taxa de inflação, sendo aquele o relevante para o produtor avaliar sua lucratividade, já que é o *mark-up* que remunera aos preços de compra dos novos insumos (BASTOS, 2002, p. 105-106).

¹² Alguns autores kaleckianos utilizam a hipótese de que o *mark-up* real é rígido. De qualquer forma, apenas o fato de os trabalhadores barganharem o salário nominal já tende a fazer com que o componente inercial seja menor do que um.

e do grau de utilização (SERRANO, 2010, p. 410) –, para os sraffianos o *mark-up* real só é definido *ex-post*. Nesta visão, o *mark-up* nominal segue a taxa nominal de juros, que tende a dar um patamar mínimo para as margens nominais de lucro (uma vez que os juros são um custo financeiro e de oportunidade), enquanto a concorrência impõe limites superiores ao *mark-up* nominal. O *mark-up* real dependerá da interação do *mark-up* nominal com a dinâmica das demais variáveis nominais de custo (como o salário nominal, que, por sua vez, estará sujeito às condições do conflito distributivo) (*ibidem*, p. 412). Por outro lado, para todos os pós-keynesianos, os trabalhadores barganham o salário nominal, e absolutamente nada garante que eles demandem e/ou logrem incorporar totalmente aumentos nominais que cubram integralmente a inflação. Segundo Palley (2012), o fato de os trabalhadores não conseguirem incorporar totalmente suas reivindicações salariais nos reajustes é o que realmente importa (e não o tipo de formação de expectativas) para fazer com que a inércia inflacionária seja menor do que um e conseqüentemente ocorra o *trade-off* sugerido pela curva de Phillips: “[...] *incorporation of inflation expectations into nominal wage-setting is less than complete, and it is this rather than the formation of inflation expectations that is critical for the existence of a Phillips trade-off.*” (PALLEY, 2012, p. 224)

Conclui-se que a inércia é parcial, uma vez que os trabalhadores não necessariamente pedem (e mesmo que peçam, não necessariamente recebem) aumentos nominais que cubram totalmente a inflação, e seja qual for o reajuste salarial conseguido, este aumento de custo não será necessariamente repassado de forma integral e imediata para os preços por parte das firmas. Assim, tem-se que um choque inflacionário pontual causará um aumento apenas temporário no patamar de inflação, que com o tempo tende a se estabilizar no nível pré-choque, enquanto que um choque permanente apenas tende a aumentar permanentemente o nível de inflação, sem acarretar em sua aceleração: a curva de Phillips não apresenta comportamento aceleracionista.

Por fim um, dos principais pilares da visão pós-keynesiana da inflação é o abandono da hipótese de que os choques de oferta têm média zero em prazos mais longos. Na realidade, o termo ‘*c*’ captaria mais do que apenas choques, mas também qualquer tipo de pressão autônoma sobre os custos¹³. É o caso do poder de barganha dos trabalhadores, isto é, sua capacidade de conseguir aumentos nominais de salários de forma independente do nível de atividade. A explicação tradicional do poder de barganha dos trabalhadores, oriunda da tradição marxista e kaleckiana, leva em conta o nível de atividade: quando a economia está aquecida e o desemprego está baixo, o poder de barganha tende a ser mais alto do que quando a economia cresce pouco (ou está em recessão) e o nível de desemprego é alto. Porém, o objeto da presente análise é a possibilidade de os trabalhadores alterarem a taxa de crescimento dos salários nominais de forma independente do nível de atividade, e neste sentido o poder de barganha dos trabalhadores seria determinado por fatores políticos e institucionais, pela dinâmica da produtividade e pelas condições externas. Não obstante, é preciso notar que, em prazos maiores, níveis de desemprego permanentemente mais baixos ou mais altos podem levar a coalizões de poder e a instituições que favoreçam mais ou menos os trabalhadores no conflito distributivo¹⁴.

É importante frisar ainda que a simples introdução de algum termo que capte o poder de barganha dos trabalhadores na curva de Phillips faz com que o caráter inercial ou de expectativas da inflação seja ainda menor em exercícios econométricos. A estimação de curvas de Phillips para a economia norte-americana entre 1968 e 2000 por Setterfield, e entre 1960 e 2000 por Pollin, revela que a introdução deste termo faz com que a soma dos

¹³ “Although the misleading name of “supply shocks” evokes temporary phenomena such as bad or good harvests, *c* in fact represents all autonomous cost-push pressure, the “aspiration gap”, i.e., all the conflicting claims over the distribution of a particular level of output.” (SERRANO, 2006, p. 13)

¹⁴ “Besides having a direct influence on the bargaining position of workers, unemployment can have also an indirect one, via its influence on the evolution of the institutional and political framework. For example the strengthening of unions in the ‘golden age’ decades had probably been favoured by the persistent low unemployment rates of that period. Unions, in turn, may have reduced and postponed the negative influence of rising unemployment rates, whose persistence at high levels in the subsequent period led to the weakening of union power.” (STIRATI, 2001, p. 440)

coeficientes associados à expectativa – tal como proposto por Setterfield (2005) – ou à inércia inflacionária – como proposto por Pollin (2002) – caia substancialmente.

Reapresentando a forma genérica da curva de Phillips, mas desta vez expressando a pressão da demanda em termos de desvio do grau de utilização (entendido como razão entre produto corrente e potencial)¹⁵, tem-se:

$$\pi = a\pi_{-1} + b(u - u_N) + c$$

Nas equações acima e abaixo, tal como discutido anteriormente, a inércia é apenas parcial ($a < 1$) e em prazos maiores o hiato do produto tende a se fechar e seu termo a desaparecer da equação, tal que $\pi = a\pi_{-1} + c$. Se supusermos uma situação de equilíbrio (onde $\pi = \pi_{-1}$), tem-se que a tendência da inflação é dada por:

$$\pi = \frac{c}{(1-a)}$$

A equação acima explicita a visão pós-keynesiana ora exposta de que a tendência inflacionária é, fundamentalmente, de custos, estando relacionada à inflação salarial (esta determinada essencialmente pelo poder de barganha dos trabalhadores) e/ou a outros “choques” de oferta (internos e/ou externos), sendo impactada pelo grau de indexação da economia.

4. A Grande Moderação

4.1. Visão geral

O termo “Grande Moderação” aparece pela primeira vez na literatura em 2003, no artigo de James H. Stock e Mark W. Watson “*Has the Business Cycle*

¹⁵ É preciso pontuar que a correspondência entre níveis de desemprego e graus de utilização não é mecânica e nem simples. Lavoie, expondo o modelo do Novo Consenso, assume inicialmente que o grau de utilização normal corresponderia à NAIRU: “*Here the Phillips curve in the output-inflation space is vertical at the normal rate of utilization u_n , which we assume to correspond to the NAIRU in the unemployment inflation space.*” (LAVOIE, 2008, p. 3). Pode-se entender essa consideração de Lavoie como uma hipótese heroica: não há razões para supor que os níveis de desemprego não aceleram a inflação quando o grau de utilização é igual ao normal.

Changed and Why?”, em que os autores constataam um declínio acentuado no grau de volatilidade da taxa de crescimento do PIB, do consumo, dos salários e da inflação na economia norte-americana desde 1984, e buscam explicá-lo por meio de exercícios econométricos. O termo ganha projeção quando Ben Bernanke escreve, em 2004, um artigo denominado “*The Great Moderation*”, onde faz um apanhado geral da literatura sobre o tema e dá a sua interpretação do fenômeno. De fato, os dados (tabela 1) apontam para uma clara redução da volatilidade, medida pelo desvio padrão, das taxas de crescimento do PIB e de inflação, e também para uma redução significativa na taxa média de inflação, acompanhada de um leve aumento na taxa média de crescimento do produto real.

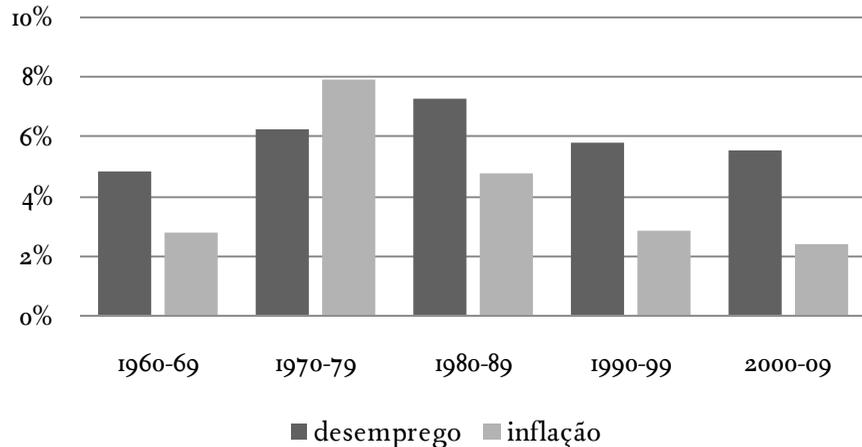
Tabela 1. Desvios padrões e médias da inflação e do crescimento do PIB real

	Crescimento do PIB real		Inflação	
	desvio padrão	média	desvio padrão	média
80-89	2,5%	3,1%	2,2%	4,7%
90-99	1,4%	3,2%	0,7%	2,7%

Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA), Bureau of Labour Statistics (BLS)

Além dessa indiscutível redução de volatilidade das principais variáveis macroeconômicas (que duraria até a crise de 2007), outro aspecto positivo do desempenho da economia dos EUA foi o fato de haver quedas concomitantes das médias anuais dos índices de desemprego e de inflação entre as décadas de 1980 e de 1990: enquanto a média de desemprego caiu de 7,2% entre 1980 e 1989 para 5,7% entre 1990 e 1999, a inflação caiu de uma média de 4,7% para 2,7% nos mesmos períodos (gráfico 1).

Gráfico 1. Taxas médias de desemprego e inflação (%)



Fonte: BLS

Como se buscará expor na próxima seção, o Novo Consenso tem interpretações próprias para tal desempenho macroeconômico. Este desempenho seria prova incontestada das virtudes de tal referencial teórico, especialmente no que tange à condução da política monetária.

4.2. A interpretação do Novo Consenso

Os resultados macroeconômicos observados durante a Grande Moderação são explicados de diferentes formas por distintas abordagens. Segundo Bernanke (2004), em geral, atribui-se-lhes três causas explicativas principais: sorte (em termos de choques de oferta), mudanças estruturais (na composição dos setores econômicos, tecnológicas, no mercado de trabalho, nas práticas corporativas, etc.), e melhores práticas de política monetária. O autor, em linha com a abordagem do Novo Consenso, enfatiza em primeiro lugar a melhoria na política monetária e em menor medida a sorte. Pelo lado da sorte teriam pesado a estabilidade dos preços das *commodities* e demais produtos importados (em função do aumento da competitividade internacional e do efeito câmbio), a redução do preço da energia e a aceleração da produtividade. Mas o ponto fundamental teria sido a melhora na condução da política monetária observada a partir do final dos anos 1970,

quando um referencial teórico próximo ao que mais tarde configuraria o do Novo Consenso passou a ser utilizado pelos *policy-makers*¹⁶.

Segundo Romer e Romer (2002, p. 33-35), nos anos 1980 e 1990 a autoridade monetária teria sido mais realista quanto à taxa natural de desemprego e mais convicta quanto ao ônus oriundo de um descontrole inflacionário, diferentemente dos anos 1960 e 1970, quando fora mais otimista quanto à taxa natural e cética com relação ao impacto do aumento do desemprego no combate à inflação¹⁷.

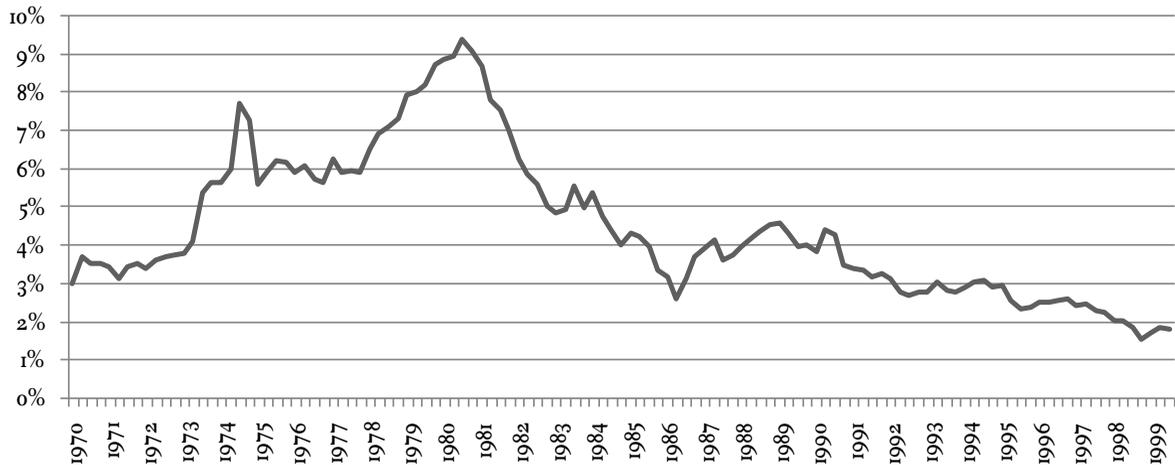
Both in the 1950s and in the 1980s and 1990s, the key features of policy-makers model of the economy were a realistic view of sustainable unemployment and a conviction that inflation was very costly. In between these two points, however, there was an extended detour in policy-makers beliefs toward very optimistic estimates of sustainable unemployment and deep pessimism about the ability of economic slack to reduce inflation. (ROMER & ROMER, 2002, p. 39)

A política monetária mais virtuosa, adotada a partir do final dos anos 1970, além de reduzir a volatilidade das principais variáveis macroeconômicas, teria gerado credibilidade para a autoridade monetária, possibilitando a redução das expectativas inflacionárias (redução esta que, de fato, pode ser observada no gráfico 2). Depois de atingirem um pico em 1980, tais expectativas caem acentuadamente. Ainda que oscilem ao longo do tempo, a partir de 1980 mantêm uma clara tendência de queda, que duraria até o fim do século. E como as expectativas inflacionárias refletem-se em um termo autônomo na curva de Phillips do Novo Consenso, sua redução implicaria deslocamento para baixo da curva.

¹⁶ “The end of the 1970s and the beginning of the 1980s saw the emergence of an important new consensus among policymakers about the functioning of the economy and the effects of policy. The natural-rate hypothesis, with its rejection of a long-run tradeoff between unemployment and inflation, provided the guiding framework of the consensus.” (ROMER & ROMER, 2002, p. 33)

¹⁷ A autora e o autor constatam que a média do erro de previsão da inflação (inflação corrente menos valor previsto) da AM, que era substancialmente positiva nos anos 1960 e 1970, cai consideravelmente (tornando-se ligeiramente negativa) nos anos 1980 e 1990 (ROMER & ROMER, 2002, p. 43)

Gráfico 2. Taxa de inflação esperada (%)



Fonte: Inquérito dos Analistas Profissionais, Federal Reserve Bank da Filadélfia

É importante atentar para o fato de que ainda que a aceleração da produtividade não figure no cerne da explicação tradicional do controle inflacionário observado entre as décadas de 1980 e 1990 nos EUA, ela foi modelada por autores como Ball e Moffit (2001) e é citada por diversos outros autores (BALL & MANKIWI, 2002; BERNANKE, 2004; GORDON, 1997; STOCK & WATSON, 2002). A ideia básica é que mudanças na produtividade não seriam imediatamente percebidas pelos trabalhadores, de modo que uma aceleração da produtividade deslocaria a curva de Phillips para baixo, permitindo a manutenção de taxas de desemprego abaixo da NAIRU sem, contudo, disparar a inflação (sendo interpretada, portanto, como um choque de oferta)¹⁸. Como se exporá na seção seguinte, de fato observa-se um descolamento entre as dinâmicas da produtividade e das remunerações no período.

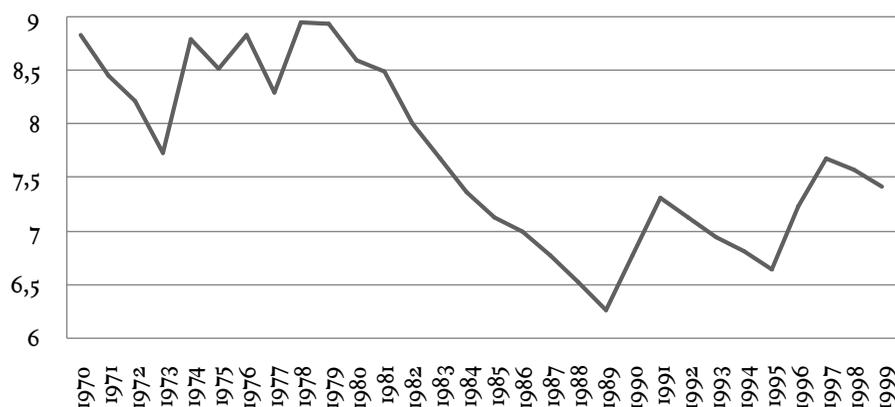
De um modo geral o ponto central na interpretação da Grande Moderação segundo o Novo Consenso foi que a melhoria na condução da política monetária a partir do final dos anos 1970 levou a uma redução das expectativas inflacionárias e, conseqüentemente, da taxa de inflação corrente.

¹⁸ Ball e Mankiw resumem: “Productivity has accelerated, but workers have become accustomed to the slow wage growth since the 1970s. A mismatch of productivity and wage aspirations in this direction shifted the Phillips curve favorably.” (BALL & MANKIWI, 2002, p. 130)

4.3. A interpretação pós-keynesiana

Como exposto na seção 3, a interpretação pós-keynesiana ora exposta do fenômeno inflacionário baseia-se nas hipóteses de que não há inércia perfeita; que o hiato do produto tende a se fechar; e que os choques (ou “pressões autônomas”) de custos – derivados, por exemplo, de barganha salarial, de choques externos e/ou internos (como os agrícolas) – não têm média igual a zero. Na presente seção buscar-se-á argumentar que a grande variável explicativa da Grande Moderação, nesta interpretação, foi a perda de poder de barganha dos trabalhadores, que acabou se traduzindo, em termos da curva de Phillips, em uma redução na variável “c”. Isso se reflete claramente na evolução dos salários reais, que caíram constantemente entre 1978 e 1989 (gráfico 3). A despeito dos reajustes nominais de 1989, 1990, 1995 e 1996, o salário mínimo real manteve-se em média, nos anos 1980 e 1990, mais de um dólar abaixo das médias observadas nos anos 1960 e 1970.

Gráfico 3. Salário mínimo real (por hora em US\$ de 2016)



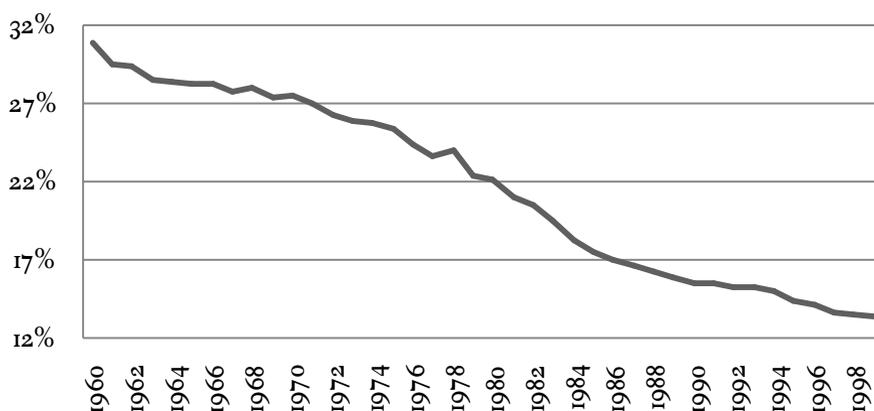
Fonte: Economic Policy Institute (EPI)

Além do desemprego elevado observado entre 1979 e 1983 (este se mantendo em uma média anual de 8% contra a média histórica da economia americana, entre 1960 e 1999, de 6%), a redução do poder de barganha dos trabalhadores também está relacionada a aspectos internacionais decorrentes da aceleração da dinâmica da globalização e a uma série de reformas estruturais internas de cunho liberalizante. Esse processo iniciou-se ao fim

dos anos 1970 e aprofundou-se nos anos 1980: do lado internacional pesou a maior abertura às importações e a (efetiva ou potencial) re-localização da produção para outros países com salários mais baixos (mas também para outras regiões com menor atividade sindical); e em termos de política interna houve mudanças e reinterpretções na legislação trabalhista com ataque aos sindicatos, fim das políticas de renda, cortes no seguro desemprego, fim do programa de serviços públicos e estímulo à desregulamentação industrial (KOTZ *et alii*, 1994, p. 512-514; SERRANO, 2004, p. 24). Isso se refletiu fortemente na evolução do grau de sindicalização dos trabalhadores (gráfico 4). Esta sempre exibiu uma clara tendência de queda, mas é a partir do final dos anos 1970 que o processo se intensifica.

Observou-se, no período, além da queda do salário real mínimo, aumento da desigualdade e da insegurança no trabalho, queda do salário real médio e rápido crescimento dos trabalhos de baixa qualificação e baixa remuneração (GLYN, 2006, p. 112; KOTZ *et alii*, 1994, p. 522). Outro indicador que aponta para o impacto das mudanças observadas nos Estados Unidos sobre o poder de barganha dos trabalhadores é a razão entre trabalhadores temporários e os de tempo integral, que aumentou de 19,16% na década de 1970 para 21,12% na década seguinte.

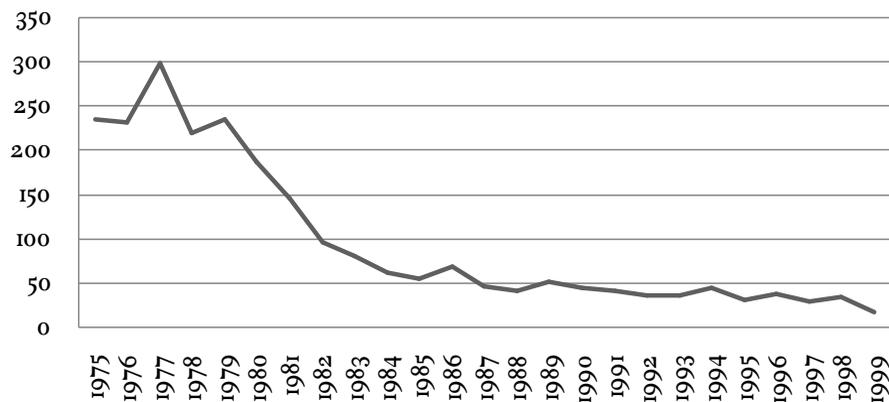
Gráfico 4. Grau de sindicalização



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A dinâmica do número de greves com mais de mil trabalhadores iniciadas por ano (gráfico 5) também evidencia o declínio no poder de barganha dos trabalhadores. E de novo, para além da tendência histórica de queda ao longo do tempo, os números deixam claro que é a partir do final dos anos 1970 que o movimento operário sofre o mais duro golpe, mantendo-se em um patamar, durante a Grande Moderação, de cerca de 50 greves contra uma média de mais de 200 no final dos anos 1970.

Gráfico 5. Greves com mais de mil trabalhadores nos EUA iniciadas por ano

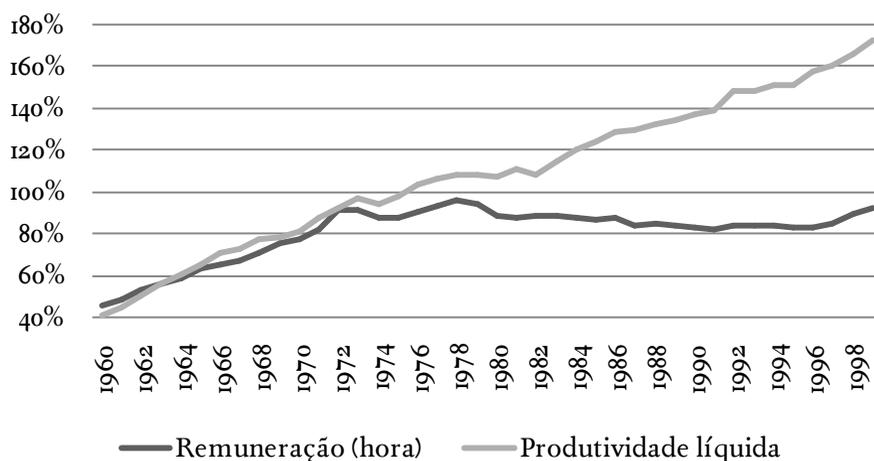


Fonte: BLS

Setterfield (2005, p. 166) constrói um índice de insegurança do trabalhador dos EUA que leva em conta algumas destas variáveis, como o percentual de trabalho temporário, o grau de sindicalização, o número de greves por ano, além de outras variáveis, como o grau de abertura (exportação mais importação sobre o PIB, os três em valores reais) e o valor cumulativo das diferenças na taxa do emprego industrial em diferentes áreas (como *proxy* da credibilidade das firmas na ameaça de mudar a produção para outras áreas). O resultado é uma tendência de crescimento do índice de insegurança do trabalhador – ou seja, de redução do seu poder de barganha –, que passa de um valor de 0,21 entre 1974 e 1979 para 0,57 entre 1980 e 1989 e, posteriormente, para 0,82 entre 1990 e 2000 (SETTERFIELD, 2006, p. 53). E isto se reflete não apenas na evolução do salário real mínimo, como também nas

dinâmicas da remuneração e da produtividade (gráfico 6). Do pós-guerra à década de 1970 a remuneração dos trabalhadores andou em linha com a evolução da produtividade, e a partir daí há um descolamento das tendências, com a produtividade mantendo taxas de crescimento muito maiores do que a remuneração.

Gráfico 6. Remuneração e produtividade



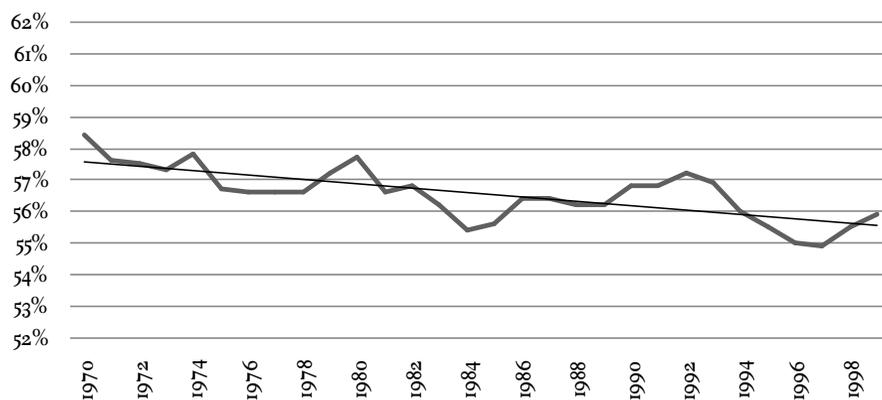
Fonte: EPI. Os dados indicam a variação percentual cumulativa desde 1948 e referem-se às compensações (salários e benefícios) dos trabalhadores produtivos/não supervisores no setor privado e à produtividade líquida da economia total. A “produtividade líquida” é dada pelo crescimento da produção de bens e serviços menos a depreciação por hora trabalhada.

Um ponto central na compreensão da Grande Moderação é a evolução da taxa de juros de longo prazo. A partir do ano de 1977 ela já vinha subindo e sofreu um choque em 1979 durante a gestão de Paul Volcker no Federal Reserve. Apesar de ocorrer uma redução de um nível máximo de 13,91% em 1981 para 8,50% em 1989, ela mantém-se, durante a década de 1980, em um patamar muito mais elevado do que na década seguinte: a média anual da década de 1980 foi de 10,60%, contra uma média de 6,66% na década de 1990, o que, ao lado da política fiscal adotada, ajuda na compreensão do comportamento do desemprego durante o período¹⁹.

¹⁹ Para mais detalhes de como as políticas monetária e fiscal aumentaram a taxa de crescimento do produto e reduziram as taxas de desemprego no período, ver Cornwall (1994, p. 217) e Serrano e Braga (2006, p. 233)

Por fim, mais um dado que complementa a análise do desempenho macroeconômico durante o período da Grande Moderação, e, em especial, das décadas de 1980 e 1990, é a evolução da parcela salarial na renda agregada (gráfico 7). Esta exibe grande correlação com o desempenho do produto, como esperado para seu comportamento cíclico: a partir dos anos de maior crescimento (de 1976 a 1978, depois de 1984, e depois de 1997²⁰) a parcela dos salários na renda se eleva, caindo quando a economia desacelera (como no começo das décadas de 1980 e 1990). Apesar disso, a parcela salarial na renda apresenta uma clara tendência de queda, principalmente a partir de 1979: entre 1960 e 1973 a média é de 56,1%, subindo para 56,9% entre 1974 e 1979, e então caindo para uma média de 56,4% entre 1980 e 1989 e de 56,1% entre 1990 e 1999 (ainda que suba após 1997).

Gráfico 7. Parcela paga aos trabalhadores como porcentagem do PIB



Fonte: BEA

Tal processo de concentração de renda revela o caráter ambíguo do desempenho macroeconômico norte-americano do período. Se, por um lado, reduzir simultaneamente a inflação e o desemprego é um resultado favorável, por outro, o fato de haver concentração de renda (transferência de trabalhadores para capitalistas) é um aspecto perverso de tal desempenho, ainda mais quando este se baseia, como se buscou defender – e como

²⁰ A taxa média de crescimento do PIB real foi de 5,18% entre 1976 e 1978, 5,74% entre 1984 e 1985, e de 4,42% entre 1997 e 2000.

propõem alguns autores a exemplo de Setterfield (2006) e Pollin (2002) –, em redução do poder de barganha dos trabalhadores causada por aumento da insegurança do trabalho. Como se procurou demonstrar nesta seção, as reformas institucionais (desfavoráveis aos trabalhadores), o desaquecimento econômico (após o choque dos juros iniciados em 1979) e a aceleração do processo de globalização (com aumento da concorrência) a partir do final dos anos 1970 acarretaram em um duro golpe no poder de barganha dos trabalhadores²¹. Ainda que tenha havido estabilidade do preço do petróleo (e demais *commodities*) e aumento das importações, foi a redução do poder de barganha dos trabalhadores que, segundo esta interpretação, mais pesou na luta contra inflação, uma vez que permitiu que se controlasse a pressão salarial sobre os preços. E foi este controle da inflação que possibilitou que se realizasse uma política econômica mais expansionista, gerando níveis de desemprego mais baixos. Vale pontuar, por fim, que, segundo esta interpretação, a parcela dos salários na renda tenderia a cair, o que de fato se observou.

4.4. Visão comparativa

A análise conjunta dos dados referentes às taxas anuais médias de inflação e de desemprego entre as décadas de 1980 e 1990 revela alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, como exposto anteriormente, que nos anos 1990 se observam, na média, taxas de desemprego e de inflação mais baixas do que nos anos 1980; e em segundo lugar que entre 1982 e 1999, enquanto o desemprego variou entre 9,7% (em 1982) e 4,2% (em 1999), a inflação manteve-se bastante estável em uma média de 3,2% (ficando acima de 5% e abaixo de 2% apenas em, respectivamente, 1989 e 1997). Este segundo aspecto evidencia o fato de, neste período, ser difícil estabelecer uma relação funcional

²¹ Até autores do mainstream, como Gordon, reconhecem alguns destes pontos: “*Labor unions are weak and their penetration in the labor force continues to decline. Manufacturers have been under intense pressure from consumers and foreign competitors to restrain price increases. The rest of the industrial world has experienced a sluggish recovery, and there is ample foreign capacity to provide supplies to U.S. manufacturers.*” (GORDON, 1997, p. 12)

entre desemprego e inflação, uma vez que diferentes níveis de desemprego são compatíveis com uma taxa de inflação estável.

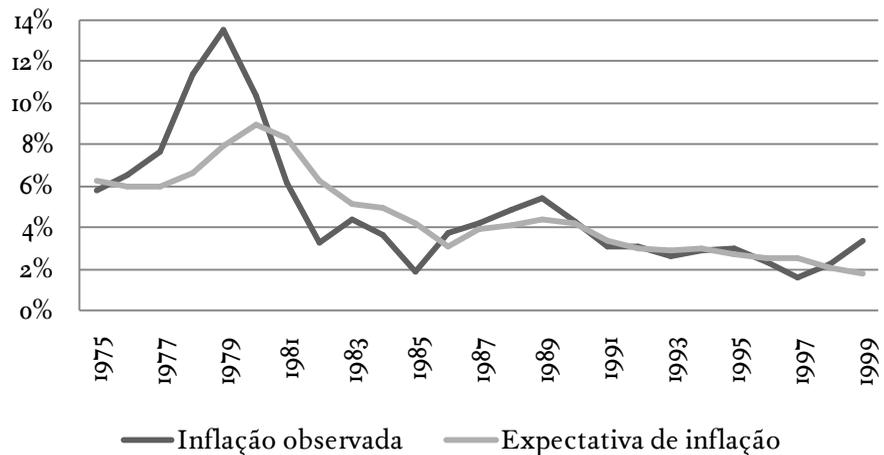
É importante notar que esta estabilidade inflacionária, mantida ao mesmo tempo em que se observaram diferentes níveis de desemprego, gera dificuldades para os teóricos do Novo Consenso, na medida em que indica que há uma ausência de *trade-off*, e não simples deslocamento de uma curva de Phillips. Para esses economistas, a única saída para tal constatação seria supor que a curva de Phillips estar-se-ia deslocando constantemente para baixo, ou seja, o valor da NAIRU estaria mudando à medida que passa o tempo, o que possibilitaria valores cada vez mais baixos de desemprego sem que houvesse aceleração inflacionária. Obviamente essa mudança contínua compromete a relevância do conceito original da NAIRU, obrigando-os a reformulá-lo, o que, dando origem ao conceito de TV-NAIRU, gera dificuldades, tanto de sua estimação quanto de sua utilização na prática²². Por outro lado, esta constatação empírica é perfeitamente compatível com a teoria pós-keynesiana, na qual diferentes níveis de desemprego são compatíveis com a estabilidade da inflação. Há, ainda, outra dificuldade enfrentada pela interpretação do Novo Consenso: o descolamento das dinâmicas da remuneração e da produtividade (observado no gráfico 6) iniciado em meados dos anos 1970 torna-se cada vez maior com o tempo, resultado empírico que indica ser pouco plausível a hipótese deste arcabouço de que os choques de oferta tendem a se compensar (e a ter média zero em prazos maiores).

De fato, a evidência empírica corrobora a abordagem pós-keynesiana, segundo a qual diferentes níveis de desemprego são compatíveis com a estabilidade da inflação. De acordo com esta abordagem, foi a redução do poder de barganha dos trabalhadores que permitiu o controle da pressão

²² O conceito de TV-NAIRU trouxe dificuldades tanto de estimação quanto de uso prático da noção de NAIRU: “*The practical application of this concept, however, is less straightforward. The value of NAIRU is hard to measure, largely because it changes over time. The economy experiences many kinds of shocks that influence inflation and unemployment. In light of this fact, it would be remarkable if the level of unemployment consistent with stable inflation were easy to measure.*” (BALL & MANKIV, 2002, p. 134)

salarial sobre os preços. E foi o controle da inflação que permitiu a redução das expectativas inflacionárias, e não o contrário. Isto fica evidente quando se traçam as evoluções da taxa de inflação observada e das expectativas inflacionárias (gráfico 8): após 1979 a inflação observada cai acentuadamente, enquanto a expectativa inflacionária só começa a declinar, de modo suave, a partir de 1980 e de forma mais vigorosa a partir do ano seguinte. De um modo geral é possível constatar que o comportamento da inflação observada parece antecipar o das expectativas de inflação.

Gráfico 8. Inflação observada e expectativa de inflação



Fonte: BLS e Inquérito dos Analistas Profissionais, Federal Reserve Bank da Filadélfia

A partir desta visão comparativa entre as duas interpretações, é possível constatar que a do Novo Consenso sofre dificuldades em todos os componentes da CPA: 1) na inércia, que nada indica ser total; 2) no desemprego, que não mantém relação funcional com a inflação; e 3) nos choques de oferta, que apenas por coincidência teriam média zero em prazos maiores²³. A visão pós-keynesiana, por sua vez, adequa-se bem aos dados que apontam que: 1) a soma dos coeficientes de inércia inflacionária é menor do que um, especialmente para a década de 1990 (BRAGA, 2006, p. 97); 2) que não necessariamente há uma relação funcional entre inflação e desemprego; e que

²³ O descolamento crescente entre produtividade e remuneração parece indicar o contrário.

3) a redução do poder de barganha dos trabalhadores figura como elemento importante na explicação do controle inflacionário observado no período, sendo que é esse controle que provoca a redução das expectativas inflacionárias, e não o contrário (como sugere a interpretação do Novo Consenso). Conclui-se que a interpretação pós-keynesiana possui maior aderência entre teoria e observações empíricas do fenômeno da Grande Moderação.

5. Conclusão

O presente artigo buscou apresentar a abordagem do Novo Consenso para a inflação da forma mais simplificada possível a partir da evolução da curva de Phillips. De sua formulação original esta foi acrescida de expectativas, inicialmente adaptativas e posteriormente racionais. Como se expôs, a credibilidade da autoridade monetária e as expectativas dos agentes figuram como elementos centrais nessa interpretação do fenômeno inflacionário, especialmente durante a Grande Moderação. A tendência da inflação, nessa abordagem, é dada pela demanda (dependendo se as expectativas são *backward looking* ou *forward looking*, a tendência da inflação será dada pelo histórico de choques passados e/ou pela expectativa de choques futuros). Isso porque, além do coeficiente (ou soma dos coeficientes) de inércia/expectativa ser igual a um (o que acarreta no aspecto aceleracionista da curva), por um lado, o produto corrente é determinado pela demanda agregada e o potencial é determinado por fatores de oferta, e por outro, assume-se a hipótese de que os choques de oferta têm média zero em prazos maiores.

Em seguida apresentou-se um arcabouço pós-keynesiano comum a kaleckianos e raffianos. Neste, dado o Princípio da Demanda Efetiva (segundo o qual a demanda efetiva determina o produto tanto a curto quanto a longo prazo), a demanda não tem relevância na tendência da inflação, a inércia é apenas parcial e os “choques de oferta” (ou, de forma mais precisa, as pressões autônomas sobre os custos) não têm média zero em prazos maiores. Dentre essas pressões sobre o custo, destaca-se a inflação salarial, que é determinada, em grande medida, pelo poder de barganha dos trabalhadores.

Por fim, expôs-se o quadro macroeconômico da Grande Moderação quando se observou diminuição da volatilidade das principais variáveis macroeconômicas e reduções simultâneas nas taxas médias de inflação e desemprego, e buscou-se interpretá-lo segundo esses dois arcahouços teóricos. Para os economistas do Novo Consenso, a chave da explicação de tal desempenho macroeconômico reside na melhor atuação da AM, que parou de causar flutuações desnecessárias na economia e, melhorando sua credibilidade, foi capaz de baixar as expectativas inflacionárias e deslocar para baixo a curva de Phillips. Segundo a interpretação pós-keynesiana, por outro lado, o desempenho da Grande Moderação explica-se pela contenção da inflação de salários causada por redução do poder de barganha dos trabalhadores. Essa se justifica pela aceleração do processo de globalização (com maior abertura a importações, efetiva ou potencial re-localização da produção para outras regiões, etc.) e por reformas internas de cunho liberalizante (mudanças e reinterpretação da legislação trabalhista de forma pró-empresas, estímulo à desregulamentação industrial, fim das políticas de renda, redução do seguro-desemprego, ataque aos sindicatos, etc.) introduzidas inicialmente em um contexto de baixo crescimento econômico e posteriormente aprofundadas. Isso levou ao aumento da insegurança do trabalho e à redução do poder de barganha dos trabalhadores (o que explica o descolamento entre remunerações e produtividade), gerando contenção da inflação salarial e, por conta disso, redução das expectativas inflacionárias.

Uma visão comparativa entre estas diferentes interpretações forneceu subsídios para a defesa da interpretação pós-keynesiana como sendo mais consistente em termos teóricos e possuindo maior capacidade explicativa. Os dados referentes às expectativas inflacionárias e ao comportamento da inflação corrente indicam que aquelas tendem a seguir esta (como sugere a teoria pós-keynesiana), e não o contrário (como afirma a interpretação do Novo Consenso). O fato de o descolamento entre as remunerações e a produtividade ser cada vez maior a partir do final dos anos 1970 também reforça a abordagem pós-keynesiana de que os choques de oferta não têm média zero em prazos maiores (ao contrário da visão do Novo Consenso).

A análise conjunta dos níveis anuais médios de desemprego e de inflação, por sua vez, evidencia que diferentes níveis de desemprego são compatíveis com uma taxa de inflação estável, algo perfeitamente coerente com a interpretação pós-keynesiana, mas que gera dificuldades para o arcabouço do Novo Consenso, que entende a inflação como sendo tendencialmente de demanda e utiliza o conceito de NAIRU. Tal constatação empírica poderia ser explicada – segundo este arcabouço – por meio de sucessivos deslocamentos para baixo da curva de Phillips (o que, na prática, implicaria ausência de uma relação funcional entre inflação e desemprego). Também se buscou defender que, embora se tenha observado um quadro macroeconômico favorável a partir da Grande Moderação, é preciso qualificá-lo na medida em que este se deu de maneira perversa, uma vez que se baseou no aumento da insegurança do trabalho e acarretou em redução da parcela dos salários na renda nacional, ou seja, em concentração de renda.

Referências

- BALL, L. & MANKIW, G. "The NAIRU in Theory and Practice", *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 16, no. 4, p. 115-136, 2002.
- BALL, L. & MOFFIT, R. "Productivity growth and the Phillips curve", *NBER Working Papers*, n. 8421, 2001.
- BARRO, R. J. & GORDON, D. "Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy", *Journal of Monetary Economics*, n. 12, p. 101-121, 1983.
- BASTOS, C. P. M. *Price Stabilization in Brazil - a critical review and a classical interpretation for an indexed nominal interest rate economy*, 2002.
- BERNANKE, B. *The great moderation*. Washington, DC: Eastern Economic Association, 2004.
- BRAGA, J. *Raiz unitária, histerese e inércia: a controvérsia sobre a NAIRU na economia norte americana nos anos 1990*, 2006.
- CESARATTO, S. & SERRANO, F. "As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana", *Revista Ensaios FEE*, vol. 23, n. 2, 2002.
- CLARIDA, R., GALÍ, J. & GERTLER, M. "The Science of Monetary Policy: A New Keynesian Perspective", *Journal of Economic Literature*, vol. XXXVII, , p. 1661-1707, December 1999.
- FRIEDMAN, M. "The Role of Monetary Policy", *The American Economic Review*, vol. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- GLYN, A. *Capitalism Unleashed*. New York: Oxford University Press, 2006.
- GOODFRIEND, M. "How the World Achieved Consensus on Monetary Policy", *Journal of Economic Perspectives*, *American Economic Association*, vol. 21(4), p. 47-68, 2007.
- GOODFRIEND, M. & KING, R. "The New Neoclassical Synthesis and the Role of Monetary Policy". In: BERNANKE, Ben & ROTEMBERG, Julio (ed.). *NBER Macroeconomics Annual 12*. Cambridge: MIT Press, 1997, p. 231-283.
- GORDON, R. "The time-varying NAIRU and its implications for economic policy", *Journal of Economic Perspectives*, Winter 1997.
- _____. *The History of the Phillips Curve: Consensus and Bifurcation*. Northwestern University, NBER and CEPR, 2011.
- KOTZ, D., MCDONOUGH, T. & REICH, M. *Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KYDLAND, F. E. & PRESCOTT, E. C. "Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans", *Journal of Political Economy*, n. 85, p. 473-492, 1977.
- LAVOIE, M. "A post-Keynesian amendment to the New consensus on monetary policy", *Metroeconomica*, vol. 57, n. 2, p. 165-192, May, 2006.
- _____. "Towards Taming the New Consensus: Hysteresis and Some Other Post-Keynesian Amendments". In: FONTANA, Giuseppe & SETTERFIELD, Mark (ed.). *Macroeconomics and Macroeconomic Pedagogy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 191-213.
- _____. *Post-Keynesian economics: new foundations*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2014.
- PALLEY, T. "The economics of the Phillips curve: Formation of inflation expectations versus incorporation of inflation expectations", *Structural Change and Economic Dynamics*, 23 (3), p. 221-230, 2012.
- PALUMBO, A. *Demand and supply forces vs institutions in the interpretations of the Phillips curve*, mimeo, Dipartimento di Economia, Roma Tre, 2008.
- POLLIN, R. *Wage bargaining and the US Phillips Curve: was Greenspan right about traumatized workers in the 90s?* Amherst: Political Economy Research Institute, University of Massachusetts, 2002.

- ROMER, C. & ROMER, D. The Evolution of Economic Understanding and Postwar Stabilization Policy. Rethinking Stabilization Policy. Federal Reserve Bank of Kansas City, p. 11-78, 2002.
- SELLON, H. et alii. "New challenges for monetary policy: a summary of the Bank's 1999 Symposium", *Economic Review-Federal Reserve Bank of Kansas City*, vol. 84, n. 4, p. 5-16, 1999.
- SERRANO, F. "Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível". In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 190-224.
- _____. *Mind the gap: hysteresis, inflation dynamics and the Sraffian supermultiplier*. IE-UFRJ, 2006.
- _____. "O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial", *Revista de Economia Contemporânea*, 2010.
- SERRANO, F. & BRAGA, J. "O mito da contração fiscal expansionista nos EUA durante o governo Clinton", *Economia e Sociedade*, vol. 15, n. 2 (27), p. 213-239, Campinas, agosto 2006.
- SETTERFIELD, M. "Worker Insecurity and U.S. Macroeconomic Performance During the 1990s", *Review of Radical Political Economics*, vol. 37, n. 2, p. 155-177, 2005.
- _____. "Balancing the macroeconomic books on the backs of workers: a simple Analytical Political Economy model of contemporary US capitalism", *International Journal of Political Economy*, n. 35, p. 46-63, 2006.
- SNOWDON, B. & VANE, H. *Modern macroeconomics: its origins, development and current state*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2005.
- STIRATI, A. "Inflation, Unemployment and Hysteresis: an alternative view", *Review of Political Economy*, vol. 13, n. 4, 2001.
- STOCK, J. & WATSON, M. "Has the business cycle changed and why?". In: *NBER Macroeconomics Annual 2002*, vol. 17, MIT press, 2003, p. 159-230.
- SUMMA, R. *Um modelo alternativo ao "Novo Consenso" para economia aberta*, Rio de Janeiro, 2010.
- TAYLOR, J. "Is there a core of usable macroeconomics we should all believe in?", *American Economic Review*, n. 87, p. 230-232, 1997.
- _____. "Teaching modern macroeconomics at the principles level", *American Economic Review*, 90(2), p. 90-94, 2000.

RESENHA

GOVERNOS LULA, DILMA E TEMER: DO ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO AO INFERNO DA RECESSÃO E DA ESTAGNAÇÃO (2003-2018)

Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

Recebido em 03/02/2020
Aprovado em 05/02/2020

Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018) é a mais recente produção acadêmica de Fabrício Augusto de Oliveira, profissional com vasta experiência na docência em Economia, além de agregar a vivência na área sustentada ao longo de toda a sua carreira por inúmeras publicações nas temáticas de Política Econômica, Economia do Setor Público, Finanças Públicas, Políticas Públicas e Economia Brasileira.

Na leitura deste livro podemos usufruir de uma interpretação crítica do período Dilma-Temer no estilo totalizante, típico dos heterodoxos tradicionais de boa cepa. O autor combina análise histórica e teórica com a localização dos fatos econômicos numa moldura interpretativa que vai da conjuntura aos aspectos estruturais da Economia. Essa moldura interpretativa evidencia a marca registrada de Fabrício de Oliveira, desdobra sempre a partir de análises da conjuntura, arte que pratica cotidianamente há muitos anos. Nessa moldura peculiar insere, de maneira lógica e tempestiva, o desenrolar da política econômica e o comportamento das principais variáveis macroeconômicas do país, construindo uma linha temporal sem lacunas, ao mesmo tempo marcada por periodizações e pela identificação de processos históricos. Coerente com esses últimos elementos, pincela outros dados e políticas governamentais mais específicas que vão se fazendo necessários. Dessa forma desvela a dinâmica interna da economia brasileira no complexo período em que se debruça,

NEIDE CÉSAR VARGAS

Professora Titular do
Departamento de Economia da
UFES. Contato eletrônico: não
informado.

<https://orcid.org/0000-0002-0648-3969>

bem como a atuação governamental, contextualizadas – sempre que se faz necessário – pela conjuntura internacional.

Os aspectos por ele identificados no âmbito conjuntural são também explicitados nos processos cumulativos, efetuando a interação dos mesmos com tendências estruturais prévias da economia brasileira. O autor analisa as ações governamentais em busca do modelo econômico que lhe é subjacente, ao mesmo tempo em que avalia criticamente a capacidade desse modelo mitigar os desequilíbrios estruturais pré-existentes e as forças políticas que dele se beneficiam.

Soma-se aos pontos já destacados o rigor das informações referentes às mudanças institucionais do período em tela, tornando o seu texto leitura obrigatória para quem deseja compreendê-las ao mesmo tempo no seu detalhe e de maneira contextualizada. A seleção de dados cruciais para o entendimento da dinâmica da economia brasileira num período tão conturbado e controverso, sem exageros nem faltas, faz com que seja boa fonte de consulta para professores de Economia Brasileira, estudantes de todos os níveis e diletantes que necessitem reconstruir, de maneira precisa e crítica, a evolução econômica e mesmo política dessa etapa.

O conteúdo mais específico do livro, desenvolvido em quatro capítulos, é a abordagem dos aspectos globais da economia brasileira, particularmente de 2011 até 2018, localizando-os numa perspectiva mais abrangente do período 2003-2014. O capítulo 1, “Governo Dilma: nau sem rumo e o fracasso da Nova Matriz Econômica – 2011-2014”, apresenta a evolução do primeiro governo Dilma, considerado pelo autor como sem rumo pelo fato de não corrigir os problemas estruturais então manifestos e tampouco ter um modelo de crescimento de longo prazo consistente. Oliveira destaca que após um tranco na economia, com a adoção de medidas ortodoxas no período inicial do governo, Dilma optou por um ensaio heterodoxo visando o crescimento econômico e a recuperação da competitividade da indústria brasileira. Essa opção ocorreu, na visão do autor, sem “nenhuma mudança radical do tripé macroeconômico”, utilizando-se apenas do “redirecionamento e

recalibragem dos instrumentos de política econômica”. Por tais razões as fracassadas tentativas de promover o investimento produtivo tiveram de fato, como efeito, uma atuação focada no consumo, estimulado pelas mesmas políticas já empreendidas desde o governo Lula.

Não obstante, é no capítulo 2, “Governos Lula e Dilma: o casamento mal sucedido e promíscuo com o capital”, que vai tecer melhor os seus argumentos, esgrimindo dados e elementos qualitativos que visam sustentar a hipótese de que Dilma e Lula adotaram o mesmo modelo econômico, numa linha de continuidade entre os dois governos. O conteúdo e as bases do modelo econômico que tiveram por referência são, para Oliveira, muito mais um modelo de estabilização do que um modelo de desenvolvimento. Ele corresponderia ao “modelo liberal periférico”, conforme definido por Filgueiras; Gonçalves (2007), que não funcionaria em países com graves limites estruturais ao crescimento, como o Brasil, tendo em vista impedir que os mesmos sejam enfrentados. Oliveira menciona, ao longo do livro, alguns desses limites, dentre os quais destacamos a elevada carga tributária, a infraestrutura precária, a baixa qualificação da mão de obra, o baixo nível de investimento. A seu ver, ambos não teriam enfrentado tais barreiras, especialmente o governo Lula, que contou com um cenário internacional favorável. Estiveram prisioneiros de uma mesma política econômica, apesar de vivenciarem um cenário externo e interno distintos.

Para Oliveira, o modelo econômico de Dilma teve como sua fundamentação teórica o novo desenvolvimentismo, abordagem que ele considera limitada, mas que foi ainda mais simplificada com o formato assumido na política econômica efetivamente adotada, denominada por alguns de Nova Matriz Macroeconômica. Essa pretensa terceira via, por mais que pretendesse, não alcançou reverter a desindustrialização no país e a reprimarização da pauta exportadora bem como a fraqueza dos investimentos produtivos. Resultou, como já mencionado, numa mera extensão da política anticíclica adotada por Lula em 2010, boa para uma ação tópica, mas precária se permanente. O estímulo à demanda que promovia, especialmente ao consumo, combinado

com a insuficiente expansão da oferta que se verificou, sob uma taxa de câmbio valorizada, gerou o vazamento de seus efeitos para o exterior.

Dentre os erros que, na opinião de Oliveira, explicam o fracasso das políticas da era Dilma, destacamos: um intervencionismo governamental de caráter autoritário, assentado em aumento de gastos públicos que exigia novas expansões da carga tributária, e os efeitos políticos do pleno emprego que foi praticado – numa interpretação kaleckiana da questão, a desconsideração da imbricação entre setor produtivo e financeiro (p. 118-119). Confirmando a opinião de Singer (2015, p. 68), considera que Dilma teria “cutucado número excessivo de perigosas onças com varas notadamente curtas” (p. 126) e cometido equívocos tais como a política de oferta de energia elétrica e de preços de combustíveis, a estratégia de concessões para aeroportos, portos, rodovias e ferrovias, dentre outros. O “conjunto da obra” teria gerado estragos econômicos no tripé de política econômica em função dos custos fiscais das desonerações e dos programas de crédito subsidiado, bem como dos programas de sustentação de renda e de ampliação de gastos sociais. A inabilidade política de Dilma na relação com a classe empresarial e com o Congresso teria ampliado ao limite as insatisfações políticas de todos os lados, alimentando, nas palavras do autor, uma “frente burguesa antidesenvolvimentista”, ao que se somou o aumento das turbulências externas, notadamente a partir de meados de 2014.

O capítulo 3, “A política econômica ortodoxa do desajuste: 2015 e o paraíso perdido”, dá a linha de continuidade ao capítulo 1, apresentando o ajuste iniciado em fins de 2014. Nele o autor destaca a adoção da política de austeridade por Dilma assim que eleita, num movimento de claro estelionato eleitoral, resultando num aprofundamento da crise econômica já em curso. A paralela atuação do Congresso no sentido de minar o ajuste fiscal perseguido, conjugada à inabilidade política de Dilma para lidar com a situação política e econômica em curso, entronizou uma severa recessão em 2015. O autor identifica o acúmulo de desequilíbrios macroeconômicos verificados, com a elevação do custo financeiro da dívida e a agudização do

desequilíbrio das transações correntes manifesta desde 2008, cobertos por investimento estrangeiro direto até 2012, com a dívida externa se aproximando do nível de reservas internacionais em junho de 2015, num quadro externo bastante desfavorável. A desvalorização cambial, somada à explosão dos preços administrados, levou à aceleração da inflação. Os cortes nas áreas sociais, o aumento do desemprego, a rejeição das contas do governo de 2014 e o avanço da Lava Jato, somados ao recuo da meta de superávit primário para 2016 e posterior redução da classificação de risco do país, completaram a tempestade perfeita que culminou com o impeachment de Dilma.

Por fim, o capítulo 4, “O impeachment de Dilma, a economia em parafuso e o governo Temer (2016-2018)”, destaca a paralisia da política econômica do governo Dilma até maio de 2016 e a conclusão de seu impeachment. Também trata das reformas do governo Temer, feitas em meio a pesadas denúncias de corrupção. Temer conseguiu aprovar a famigerada Emenda do Teto, em fins de 2016, mas não teve fôlego político para aprovar a reforma mais ansiada pelos mercados, a da Previdência. As medidas econômicas de Temer aprofundaram a orientação da intervenção estatal para a lógica da sustentabilidade financeira da dívida, revertendo o que ainda havia de políticas heterodoxas de Dilma. A redução da taxa de juros e da inflação, num contexto externo desfavorável, combinou-se com um crescimento econômico claudicante entre 2017-2018, esse em parte devido à medida keynesiana de liberação de contas inativas do FGTS e do PIS-PASEP.

Em termos gerais, observamos, ao longo de toda a obra, o tom crítico do autor à Economia Política petista, que caminha pela linha de menor resistência política sem efetuar mudanças estruturais fundamentais – não aquelas preconizadas pelo mercado, mas as necessárias para garantir um crescimento com inclusão social sustentável no tempo. Oliveira sugere que isso se deveu notadamente ao modelo político de conciliação de classes adotado, com a “associação com forças conservadoras e que bloqueavam qualquer mudança estrutural”, sendo um projeto de inclusão social sem

bases políticas nem econômicas sustentáveis. Por um lado, reconhece as dificuldades para adoção de um modelo econômico mais radical quando se analisa a correlação de forças políticas do momento. Todavia, considera que havia espaço para alguma mudança estrutural, sobretudo no governo Lula, que contou com um quadro macroeconômico mais favorável. Uma delas seria “uma reforma tributária que alcançasse a riqueza financeira e os mais ricos” bem como algum tipo de controle de capitais.

Referências

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

SINGER, André Vitor. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio de desenvolvimento no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos* 102. Julho de 2015, p.43-71.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja as cegas (verificar item 8 das [Diretrizes para Autores](#)).
8. Informações sobre identificação de autores, como ORCID, e-mail, instituição/afiliação e biografia são obrigatórios no ato da submissão nas informações dos autores. Não serão publicados artigos sem estas informações.

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português, inglês ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”).
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver em [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram às normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplagio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, será enviado para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 8. Também é necessário transferir como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Os autores e coautores deverão obedecer ao **interstício** de 1 (um) ano para publicar artigos novamente na Revista.

6. Os autores deverão ter titulação mínima de mestrado para publicarem na revista como autores principais. Serão aceitos artigos de mestrandos e graduandos somente como co-autores.

7. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o link “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

8. **Assegurando a avaliação pelos pares cega:** Para garantir a integridade da avaliação por pares cega para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores seja conhecida um ao outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão) verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e as propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, com o literal “ Autor” e ano usada nas referências e notas de rodapé, em vez do nome dos autores, título do artigo, etc
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removidas das propriedades do arquivo (ver no menu Arquivo no Word), clicando sobre o seguinte, começando com Arquivo no menu principal do aplicativo da Microsoft: Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Segurança > Remover informações pessoais das propriedades do arquivo ao salvar > Salvar.
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

9. Para submeter os manuscritos, é necessário a utilização da seguinte formatação:

- Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para resenhas o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Incluir neste limite as notas (ao final da página), referências, gráficos e ilustrações.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal de Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

XXIV Encontro Nacional de Economia Política

O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais

Vitória, 4 a 7.junho.2019



APOIO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Departamento de Economia

